ISBN: 978-65-87823-36-2

DOI: 10.5102/978-65-87823-36-2

Anais do II EnCUCA

II Simpósio Internacional de Pesquisa e XVII Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB

En – CUCA

Transforme o mundo se divertindo.

2019



Apoio:

CNPq

fapdf

Realização:

UniCEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

APRESENTAÇÃO

O II EnCUCA, que reúne o II Simpósio Internacional de Pesquisa e o XVII Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB, foi promovido pela Diretoria Acadêmica e pela Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa do UniCEUB com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF.

As atividades foram realizadas nos dias 1, 2, 3 e 4 de outubro de 2019, nos três turnos, em auditórios e espaços dos *campi* Asa Norte e Taguatinga, do UniCEUB, no Distrito Federal.

COMISSÃO ORGANIZADORA E TÉCNICO-CIENTÍFICA

Ana Paula Borba Gonçalves Barros - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Clara Coelho Paranhos Motta - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Fernanda Costa Vinhaes de Lima - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Karine Caputo Neves Pereira - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Nitish Monebhurrun - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Olívia Laquis de Moraes - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Paulo Roberto Martins Queiroz - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Rafaella Rocha de Carvalho - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Rossana Maria Delpino Sapena - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Talyta Cortez Grippe - Centro Universitário de Brasília / UniCEUB

SUMÁRIO

MESTRADO EM DIREITO 3
DOUTORADO EM DIREITO 87
MESTRADO EM PSICOLOGIA 132
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC 2018/2019 137

MESTRADO EM DIREITO

A EFETIVIDADE DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE EM UM ESTUDO COMPARADO DA AMÉRICA LATINA

Jandeson da Costa Barbosa - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
jandesoncbarbosa@gmail.com
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
pcamposmello@uol.com.br

Concebe-se a Constituição, na acepção moderna, como norma estruturante do sistema jurídico do país, organizadora do sistema político, que traga, no seu bojo, garantias e direitos fundamentais. Contudo, a fim de dar efetividade à supremacia da Constituição, é necessário que um órgão, mediante certos mecanismos, fiscalize a constitucionalidade dos demais atos normativos, proporcionando a irradiação do texto constitucional a todo o sistema jurídico. A Constituição brasileira de 1988 é famosa por estabelecer mecanismos de controle concentrado de constitucionalidade, a maioria dos quais é importada de países desenvolvidos, como os Estados Unidos ou a Alemanha. Todavia, percebe-se que não se verifica em voga a análise de como o controle de constitucionalidade é realizado nos demais países latino-americanos, que, apesar das diferenças com o Brasil, guardam grande similitude, sobretudo econômica e jurídica. A carência de estudo do sistema de controle de constitucionalidade de países latino-americanos, aliada à importação de mecanismos e conceitos de países com realidades muito distintas da brasileira, pode gerar, no sistema jurídico do país, mecanismos menos potentes em dar efetividade à supremacia da Constituição. Isso justifica análise aprofundada dos modelos latino-americanos, que pode propiciar, inclusive, a possibilidade de enriquecimento mútuo entre o Brasil e os demais países estudados, além da potencial replicação de mecanismos mais efetivos à realidade política, econômica, social e jurídica brasileira. O problema da presente pesquisa é, portanto, verificar o resultado de possível importação indiscriminada do sistema de controle de constitucionalidade de países sem identidade cultural, econômica e de sistema jurídico com o Brasil, sem levar em consideração o sistema dos países latino-americanos, com maior identidade com a realidade brasileira, o que pode criar um sistema de controle de constitucionalidade inadequado à realidade brasileira.

Palavras-Chave: controle de constitucionalidade. Estudo comparado. América Latina.

AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA ESTADUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA CIRCUNSCRIÇÃO DO DF

André Pereira Crespo - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
andre.crespo@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado - UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A dissertação é estruturada em duas etapas. Na primeira, analisa-se a legitimidade do ativismo judicial do STF na política pública prisional, ao declarar o estado de coisas inconstitucional e determinar a implantação das audiências de custódia no sistema processual penal brasileiro. Nesse ponto, faz-se um recorte histórico sobre o ativismo judicial e a influência do viés político-ideológico na tomada de decisão. Discorre-se sobre o ativismo do Supremo Tribunal Federal, ao determinar a implantação das audiências de custódia. Por fim, examina-se a necessidade de monitoramento dos efeitos dessa decisão judicial que interferiu na política pública prisional. Em seguida, observa-se o estado de falência do sistema prisional brasileiro e a contribuição das audiências de custódia para a progressiva constitucionalização do sistema prisional. Discute-se a evolução histórica da pena de prisão no Ocidente e no Brasil. Trata-se do viés ideológico no sistema punitivo brasileiro, sobre a violação de direitos humanos no sistema carcerário, no contexto contemporâneo e do problema do hiperencarceramento provisório, com abordagem específica sobre a evolução da prisão provisória. Verificam-se as possíveis contribuições das audiências de custódia no contexto de superpovoamento carcerário. Em seguida, analisa-se a insuficiência das políticas públicas no âmbito dos três poderes, para responder ao estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário. Demonstra-se o caos nesse sistema, mediante dados disponíveis em órgãos oficiais e pesquisas já realizadas. No âmbito do Judiciário, serão consignadas sucessivas decisões do Supremo Tribunal Federal para melhorar as condições penitenciárias: das indenizações à criação de um regramento especial; a política legislativa de criminalização da vida; o aumento de penas. Além disso, menciona-se a ineficiência das ações do Poder Executivo. Registra-se o aparente indicativo de inefetividade das audiências de custódia para resolver o problema da superpopulação carcerária em um país de dimensão continental como o Brasil, e faz-se análise comparativa, sob o ponto de vista econômico, do sistema das audiências de custódia com o sistema de análise dos autos. Na segunda etapa do trabalho, por meio de pesquisa *in loco,* serão coletadas informações mediante formulário estruturado, preenchido durante o acompanhamento das audiências nas duas Varas Federais do Distrito Federal. As informações extraídas dos formulários subsidiarão a resposta ao problema de pesquisa.

Palavras-Chave: Sistema penitenciário. Varas Federais do Distrito Federal. Hiperencarceramento provisório.

ESTADO CIVIL DO CONVIVENTE: PERSPECTIVAS E LIMITES

Fabiana Perillo de Farias - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
fabiana.farias@sempreceub.com
Hector Valverde Santana - UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A união estável é atualmente reconhecida como entidade familiar por expressa previsão constitucional, além de consistir em antiga e reiterada prática dos cidadãos de concretizar uniões informais baseadas no afeto, sem, no entanto, submeter-se às solenidades do casamento. Os requisitos da união estável estão previstos no artigo 1.723 do Código Civil. O artigo 226 da Constituição Federal passou a reconhecer, expressamente, três entidades familiares: a clássica família constituída pelo casamento; a união estável; a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, a chamada "família monoparental". Assim, rompe-se, de forma paradigmática, com a ideia tradicional e rígida do conceito de família vinculado ao matrimônio. No entanto, mesmo com esse rompimento e com o reconhecimento da união estável como entidade familiar, verifica-se um déficit normativo no que tange à efetiva proteção da família constituída pela união estável, com uma série de omissões legais e normatizações equivocadas que prejudicam essa modalidade. O Código Civil de 2002 estabelece disposições omissas, confusas e eivadas de vício de inconstitucionalidade, por criar diferenças injustificadas no tratamento normativo entre cônjuges e conviventes, geralmente com normas prejudiciais a esses últimos. Foi o que ocorreu, por exemplo, com as disposições relativas ao direito sucessório do companheiro, notadamente com o artigo 1.790 do referido diploma, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Até os dias atuais, os conviventes da união estável enfrentam situações de insegurança jurídica. Uma delas decorre da falta de um estado civil próprio para o convivente. O "estado da pessoa" é um atributo da personalidade, consiste no modo particular de existir e divide-se em quatro modalidades: estado político; estado profissional; estado individual; estado familiar. Esse último refere-se à situação da pessoa no âmbito da constituição de uma família, que pode ser o indivíduo solteiro, casado, separado juridicamente, divorciado ou viúvo. Não há um estado civil próprio ao convivente, apto a garantir ao indivíduo a correta identificação de seu *status* familiar e a assegurar especialmente à sociedade uma proteção a respeito das mínimas informações sobre as pessoas com quem se pretende relacionar e negociar. Reitere-se que a existência de estado civil de convivente é uma forma de tutelar direitos da personalidade, prestigiando a dignidade da pessoa humana daqueles que optaram por constituir uniões afetuosas sem as solenidades do casamento. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar se a criação legal do estado civil do convivente contribuirá e, em qual extensão, para a efetivação da proteção constitucional da família constituída pela união estável, levando-se em conta a circunstância de que tal união é uma situação de fato, cuja existência independe de qualquer solenidade, formalidade ou registro.

Palavras-Chave: estado civil do convivente. Código Civil. Supremo Tribunal Federal.

A ARTICULAÇÃO DOS DISCURSOS MORAL E JURÍDICO NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Claudio Fontes Faria e Silva - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
claudio.fontes@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O estudo dos modos pelos quais os discursos moral e jurídico se articulam exige compreensão mais profunda da ideia de democracia e de seus aspectos centrais na contemporaneidade. Encontram-se exemplos e razões para crer que a complexidade dos conflitos tanto morais quanto jurídicos constitui marca essencial das democracias contemporâneas. Assim, localiza-se o argumento da dupla dimensão da democracia, a noção de que as imperfeições desse regime são igualmente o produto de sua historicidade e de sua idealização. Para tanto, acham-se descritos e relacionados os dois principais valores da democracia contemporânea: a liberdade e o pluralismo. Em seguida, investigam-se as dificuldades de articulação dos discursos moral e jurídico; expõe-se como a teoria e a filosofia do Direito mais recentes têm tratado o tema da interação entre argumentos morais e jurídicos e se o consideram ou não sob a perspectiva democrática atual, inclusive, mediante o novo debate da teoria política, que dá prosseguimento às investigações comunitaristas com seu auge na década de 1980. No campo da práxis, faz-se o exame de como a jurisdição tem articulado argumentos morais e jurídicos. Por último, imagina-se nova articulação dos discursos moral e jurídico na democracia contemporânea. Para esse fim, tanto um princípio metodológico quanto um princípio substantivo são debatidos, e são verificados os impactos a ser vislumbrados na atividade discursiva ordinária da jurisdição.

Palavras-Chave: democracia. Discursos. Articulação.

A ATUAÇÃO INEFICAZ DO CAMPO PENAL NA PERSECUÇÃO CRIMINAL DOS CRIMES SEXUAIS PRATICADOS CONTRA VÍTIMAS INFANTO-JUVENIS

Ronny Alves de Jesus - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
ronnyjalves@sempreceub.edu.br
Antonio Henrique Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar a atuação do campo penal nos crimes sexuais que envolvem crianças e adolescentes. O roteiro é o de compreensão das dinâmicas de abuso e a resistência do campo penal ao uso desse conhecimento. São abordados os principais debates travados em torno da idade de consentimento, o que é importante para definir a proteção que se pretende oferecer às crianças e aos adolescentes. Na sequência, são apresentadas as principais dificuldades na produção probatória desses crimes e as tentativas de superação. Após a análise teórica, com revisão bibliográfica sobre as questões que, no campo penal, perpassam o tema de abuso sexual contra vítimas infanto-juvenis e dificultam a responsabilização dos autores desses crimes, é apresentada a pesquisa quali-quantitativa, para verificar como o campo penal do Distrito Federal se comporta sobre o tema. Serão mapeados pareceres psicossociais, em quantidade a ser definida, produzidos pelo Setor Psicossocial do TJDFT, mediante os quais serão pesquisadas as respectivas sentenças para aferir como esse instrumento é valorado no momento decisório. Esta análise possibilita compreender a assimilação do sistema de justiça no assessoramento realizado pelo campo psicossocial

Palavras-Chave: Abuso sexual. Crianças. Adolescentes. Prova.

A AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL URBANÍSTICO PARA A CIDADE DE TODOS

Ana Luiza Lacerda Amaral - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
ana.amaral@sempreceub.br
Jefferson Carús Guedes - UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Direito Público, identificando, no ordenamento jurídico, os procedimentos que se enquadra no Direito Processual Urbanístico, com enfoque na perspectiva do Direito Processual de Grupos Sociais e das Ações Estruturantes. Para tanto, busca-se responder à seguinte questão: a defesa da autonomia de um Direito Processual Urbanístico pode ser feita por meio da identificação de um conjunto de princípios e regras com o objetivo de auxiliar na proteção do direito à cidade? Para tanto, será identificado e sistematizado no ordenamento jurídico brasileiro princípios e normas que deem autonomia ao Direito Processual Urbanístico, como um instrumento imprescindível para a conquista do direito à cidade. Já foi iniciado o processo de pesquisa e identificação na doutrina processual geral (civil) e específica (DPU) e na jurisprudência, o porquê ou os porquês de se ter um campo específico do processo administrativo e judicial para demandas urbanas ou urbanísticas. O próximo passo é identificar, catalogar e sistematizar os princípios e normas deste novo campo denominado Direito Processual Urbanístico nas normas jurídicas (leis, regras administrativas e decisões administrativas ou judiciais). Também já está sendo feita a busca de exemplos do funcionamento das normas processuais a partir de casos concretos. Há poucos trabalhos que tratam sobre Direito Processual Urbanístico, dando a esta pesquisa um caráter de ineditismo. Por isso, ao mesmo tempo que o tema é fecundo, também não há muito material na doutrina sobre o assunto. O material utilizado será proveniente das áreas de direito administrativo, direito civil, processo civil e, por fim, direito urbanístico. A justificativa para o estudo do tema é a busca por instrumentos para implementar condições para o exercício efetivo do direito à cidade.

Palavras-Chave: Direito à cidade. Urbanismo. Procedimentos.

A CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA PARA A REDUÇÃO DO CONGESTIONAMENTO JUDICIAL CAUSADO PELAS EXECUÇÕES FISCAIS

Maurício Alves Santana - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
eitamauricio@gmail.com
Jefferson Carús Guedes - UniCEUB, professor orientador
trabalho.uniceub@gmail.com

As execuções fiscais são apontadas, historicamente, como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário. O executivo fiscal chega a juízo depois que as tentativas de recuperação do crédito tributário se frustraram na via administrativa, provocando a inscrição na dívida ativa. Dessa forma, o processo judicial repete etapas e providências já adotadas, sem sucesso, pela administração fazendária ou pelo conselho de fiscalização profissional. Assim, chegam ao Judiciário títulos de dívidas antigas com menor probabilidade de recuperação, o que ocasiona o descumprimento da função social do processo na utilização do Poder Judiciário como órgão administrativo de cobrança de dívida ativa. Por outro lado, os instrumentos legais existentes (inscrição em cadastro de inadimplentes, protesto, mediação, arbitragem, transação) são insuficientes para sanar o congestionamento. Nesse sentido, a execução fiscal administrativa aparenta ser atividade cujos atos têm atributos capazes de conter o congestionamento judicial causado pelas execuções fiscais. Para tanto, faz-se necessário criar os pressupostos legais e administrativos para que a execução fiscal administrativa seja eficaz, tais como a notificação administrativa do devedor, a pré-inscrição da penhora, a penhora administrativa e a previsão de meios de defesa e julgamento isentos para o contribuinte na execução fiscal administrativa. A pesquisa pretende constatar que há preservação das garantias dos contribuintes na execução fiscal administrativa. Também há legitimidade dos atributos da legalidade, presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade que autorizam a administração na execução fiscal administrativa. Conclui-se que a garantia da inafastabilidade da jurisdição não é violada com a execução fiscal administrativa, desde que observado o contraditório e a ampla defesa. Há também possibilidade de a própria Fazenda Pública investigar, arrolar e penhorar os bens do devedor sem ofensa da garantia do não confisco.

Palavras-Chave: execução fiscal administrativa. Desjudicialização. Eficiência.

A EFETIVIDADE DA PERSECUÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO PELA POLÍCIA FEDERAL: UMA ANÁLISE DO FLUXO DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2013 A 2018

Frederico Skora Lieberenz - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
frederico.lieberenz@sempreceub.br
Bruno Amaral Machado - UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A Lei de lavagem de dinheiro, n° 9.613, de 3 de março de 1998, alterada pela Lei n° 12.683, de 9 de julho de 2012, marco nacional da legislação de combate à lavagem de dinheiro, completou 21 anos recentemente. Desde antes de sua promulgação, inúmeros artigos científicos foram escritos por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento sobre a história da criminalização da lavagem de dinheiro, o surgimento das primeiras legislações para enfrentar o fenômeno na Itália e nos Estados Unidos e seu reconhecimento internacional pela Convenção de Viena e por outros tratados que a seguiram. Além disso, ressalta-se a criação do Financial Action Task Force/Groupe d´Action Financière (FATF/GAFI) pelo G7 e a elaboração das primeiras Recomendações; a configuaração do sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro a partir da edição da Lei 9.613/98; o surgimento da unidade de inteligência financeira brasileira, o COAF, e da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA; os primeiros "choques" jurídicos da implementação dos novos regimes de prevenção e repressão da lavagem; a criação das varas especializadas e os primeiros questionamentos constitucionais e de competência. Não obstante, uma questão relevante passou ao largo de boa parte da produção acadêmica brasileira: a efetividade do sistema de justiça criminal voltado à repressão da lavagem de dinheiro. O FATF/GAFI realiza avaliações mútuas periódicas em seus países-membros, e a efetividade é um dos elementos medidos. O Brasil foi avaliado pela última vez, em 2010, na Terceira Rodada e será avaliado novamente, em 2021, na Quarta Rodada. Na atual metodologia, desde fevereiro de 2019, a efetividade do país quanto à investigação do crime de lavagem de dinheiro permanece um dos itens a ser avaliados. Ao final da última avaliação, foram apontadas deficiências na persecução penal da lavagem de dinheiro no país, entre as quais, a Recomendação 27, quanto à efetividade do combate à lavagem de dinheiro para financiamento do terrorismo, e a Recomendação 32, do FATF/GAFI. Ademais, a ENCCLA estabelece métodos para a extração e a apresentação de dados relativos ao enfrentamento da lavagem de dinheiro no país. Neste sentido, este trabalho insere-se no âmbito dos esforços de verificação da taxa de esclarecimento de investigações de lavagem de dinheiro, ainda que em um escopo reduzido, qual seja a Polícia Federal do Distrito Federal, no período de 2013 a 2018.

Palavras-Chave: Lei de lavagem de dinheiro. Convenção de Viena. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

A FUNÇÃO DA ANATEL ARTICULADA ENTRE A REGULAÇÃO E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Raquel Joyce Araújo da Silva Salgado - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
rjass81@gmail.com
Alice Rocha da Silva - UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O setor de telecomunicações desenvolve-se de acordo com os aspectos técnicos da operação das redes e a teia de relações jurídicas que compreende. De fato, considerando os limites definidos pela regulação, os prestadores de serviço de telecomunicação celebram contratos entre si e com os consumidores do serviço. Nesse sentido, o ordenamento jurídico confere poderes à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), para compor, administrativamente, conflitos deles decorrentes, que seguem a tramitação segundo as regras procedimentais estabelecidas na legislação. Ocorre que a sociedade tem exigido cada vez maior efetividade dos instrumentos jurídicos e maior proximidade do Direito à realidade social. Assim, valores, como celeridade e informalidade, ganham destaque. Nesse ponto, a utilização da arbitragem para a resolução de conflitos sobressai. Assim, considerando as especificidades técnicas da ANATEL, cabe avaliar em que medida poderia o órgão regulador atuar na resolução de conflitos nos termos da Lei de Arbitragem n° 9.307, de 26 de setembro de 1996.

Palavras-Chave: resolução de conflitos. Arbitragem. ANATEL.

A GOVERNANÇA DO SISTEMA PENAL JUVENIL DO DISTRITO FEDERAL: DESARRANJO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA PUNITIVA

Ana Cláudia de Souza Valente - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
ana.valente@sempreceub.com
Antonio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A pesquisa busca identificar quais seriam as premissas para um sistema socioeducativo adequado à concretização das garantias estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, no âmbito do Distrito Federal, uma vez que a construção jurídica da responsabilidade penal para adolescentes, a partir da evolução legislativa, não se mostrou suficiente para orientar a práxis. Os adolescentes em conflito com a lei são inseridos em um "não lugar", que não pode ser enquadrado na justiça criminal comum e tampouco recebe política social do Estado, ou seja, trata-se de um limbo político-jurídico que eleva o nível de vulnerabilidade desses indivíduos. Nessa perspectiva, a pesquisa é guiada por três eixos: o primeiro faz abordagem do sistema de justiça criminal juvenil e suspeita de falhas que impeçam a sua efetividade; o segundo observa a gestão deficiente do sistema de responsabilização; o terceiro verifica a capacitação humana desajustada aos parâmetros socioeducativos, o que reproduz as mazelas do sistema penal adulto e revela um isomorfismo que impede a intersetorialidade e, consequentemente, a proteção dos adolescentes autores de atos infracionais. A justificativa do tema advém do paradoxo que evidencia a má governança do Distrito Federal, que, mesmo se tratando da unidade da Federação que mais tem recursos para a estruturação do sistema, reproduz os equívocos de outras detentoras de menos recursos. O objetivo geral é contribuir para a reflexão sobre o modo como o sistema penal juvenil funciona dissociado silenciosamente da proteção constitucional conferida aos adolescentes autores de atos infracionais. O objetivo específico é fomentar mudanças em direção à utopia positiva de um sistema socioeducativo efetivo. A metodologia empregada é baseada em análise documental, achados empíricos dos órgãos inseridos no sistema e pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chave: responsabilização penal juvenil. Governança. Intersetorialidade.

A GOVERNANÇA GLOBAL DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Othon Pantoja Oliveira de Azevedo - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
othonpantoja@sempreceub.com
Alice da Silva Rocha - UniCEUB, professora orientadora
alicerocha@ceub.edu.br

A melhoria das energias renováveis na governança global necessita ser trabalhada pela perspectiva da governança multinível. Para aperfeiçoá-la, utiliza-se como método o Direito Global mediante suas diferentes abordagens, haja vista que a globalização intensificou a produção jurídica não estatal e que o Direito Internacional Público não regula diretamente sobre as energias renováveis como instrumento de proteção ambiental. Por isso, os setores já não podem ser regulados pelas autoridades nacionais isoladas ou por medidas administrativas nacionais. Tais perspectivas exigem métodos de regulação transnacional por diferentes níveis, ou seja, por atores públicos, híbridos e privados que se relacionam através de redes. A hipótese da pesquisa é a de que é possível estabelecer a governança global de energias renováveis mediante as iniciativas regulatórias que se conectam no espaço administrativo global. A conclusão a que se chega é que, apesar da existência da governança global em energias renováveis, o Direito Global ainda deixa lacunas, mesmo sendo um método de investigação que compõe o pluralismo jurídico, pois não é capaz de subverter as instituições tradicionalmente estabelecidas pelos países do Atlântico Norte, a fim de obter a democratização ao acesso às energias renováveis nas relações entre os países Norte-Sul.

Palavras-Chave: energias renováveis. Governança multinível. Direito Global.

A INADEQUAÇÃO DA FIXAÇÃO DE IDADE MÍNIMA PARA APOSENTADORIA DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Maria Fernanda Pinheiro Wirth - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
mfernandawirth@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O Regime Geral de Previdência Social – RGPS é uma política pública de proteção social, integrada ao Sistema de Seguridade Social brasileiro. As normas que regulamentam o sistema público de Previdência Social sofrem constantes alterações, decorrentes de mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas. Esta pesquisa tem como objeto de análise a proposta de fixação de idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores vinculados ao RGPS, apresentada pelo Governo como resposta adequada à questão deficitária do sistema e às mudanças do perfil demográfico da população. Para tanto, investigam-se os princípios e os preceitos constitucionais que norteiam o sistema de proteção social e fundamentam as políticas públicas neste âmbito, e examina-se a realidade do mercado de trabalho brasileiro e a condição do trabalhador em idade avançada. O estudo traça considerações sobre as políticas públicas de Previdência Social, observa a origem, as características, a evolução legislativa do sistema de previdência público, o modelo de proteção configurado na Constituição Federal e as posteriores reformas sofridas. Além disso, verifica-se a necessária relação entre políticas públicas previdenciárias e o mercado de trabalho, em face da inegável correlação desses institutos e dos riscos de elaboração de uma política pública que desconsidera tal particularidade. Por fim, investigam-se as possíveis consequências na condução de política pública de proteção social em descompasso com a realidade social em que está inserida, abrangendo a análise de sistemas previdenciários internacionais. Mediante verificação da literatura, das abordagens existentes e de dados coletados e sistematizados pela DATAPREV, pelo IBGE e pelo IPEA, avalia-se o impacto advindo de tal medida, tanto em relação ao seu aspecto atuarial como no que tange ao impacto social, utilizando, para isso, dados sobre déficit, demografia e mercado de trabalho. O objetivo é verificar a eficácia da medida nos termos em que se propôs, concluindo que a política pública de previdência social que institui idade mínima para aposentadoria do trabalhador vinculado ao RGPS não está alinhada aos ditames constitucionais de proteção social, de minimização das desigualdades e do direito às condições mínimas de subsistência, além de contribuir para o agravamento dos riscos sociais, podendo comprometer a estabilidade do orçamento da Seguridade Social.

Palavras-Chave: Previdência. Reforma da Previdência. Política pública de proteção social.

A INFLUÊNCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA NA LITIGIOSIDADE ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA FEDERAL

Marcelo Oliveira - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
srmarcelooliveira@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), segunda instância administrativa tributária, em 2016, publicou relatório sobre a situação de 118.341 processos, que totalizam R$ 590, 42 bilhões. Na primeira instância, composta pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), há informação de que, em 2015, foram julgados cerca de 46.000 processos, que somaram R$ 117, 3 bilhões. Assim, as DRJ decidiram que 24% das exigências fiscais e dos lançamentos tributários não deveriam ser mantidos, o que correspondia a 17% dos créditos em discussão nos julgamentos do ano. Por sua vez, no CARF, em 2016, restou demonstrado que 20,35% dos processos foram julgados em favor de contribuintes. Com esses números, indaga-se se seria a ausência de segurança jurídica, pela falta de clareza e precisão nas determinações que tratam das exigências tributárias, a responsável pelo elevado grau de litigiosidade na relação entre fisco e contribuinte. A segurança jurídica, pela clareza e pela precisão do que é obrigatório, proibido ou permitido, é essencial para que contribuintes arquem com suas obrigações tributárias e para que o Estado exija o que é determinado pelo legislador, evitando-se arbitrariedades. Nesse sentido, o tema da dissertação é analisar o impacto que a ausência de clareza e precisão provoca na litigiosidade e produzir propostas para a sua redução. Para tanto, questiona-se se a falta de clareza, de precisão e da consequente segurança jurídica nas determinações legais tributárias federais é causa relevante da grande litigiosidade na relação da Fazenda com os contribuintes. Além disso, verifica-se se a segurança jurídica pode ser obtida na elaboração, na interpretação e na retificação da legislação. Assim, examina-se se a análise da determinação legal tributária, quanto à sua clareza e precisão, gera diminuição da litigiosidade pela certeza da obrigação e se o acompanhamento e a verificação dos resultados das decisões em julgamentos no contencioso administrativo fiscal federal podem ser fonte para alteração da legislação, para que se confira clareza e precisão seja por norma interpretativa, seja por nova norma corretiva, com a diminuição da litigiosidade, pela certeza da obrigação. Ressalte-se que a necessidade da análise está clara, pois, em uma sociedade em que o debate sobre justiça fiscal e aumento da carga tributária é constante e onde há escassez de recursos públicos, há necessidade de resposta sobre a eficiência na arrecadação e na cobrança das exigências tributárias. Fatos, como o grande e crescente número de processos e o valor deles, justificam esta pesquisa.

Palavras-Chave: contencioso. Segurança. Jurídica.

A INSTAURAÇÃO DE NOVO PARADIGMA INTERPRETATIVO ÀS NORMAS DE DIREITO PÚBLICO: O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO E SEU REFLEXO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rodrigo Leite da Silva - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
rodrigoleite.rleite@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan - UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A dissertação propõe o estudo acerca da nova face dada à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a partir da Lei nº 13.655/2018, que incluiu disposições destinadas à interpretação e à aplicação de normas de direito público. Pretende-se verificar se há o estabelecimento de novo paradigma interpretativo ao processo de tomada de decisão do agente público e a imposição do aperfeiçoamento material no ciclo de elaboração de políticas públicas. São objetivos deste estudo: analisar se a nova estrutura legislativa encabeçada pela LINDB aperfeiçoa o processo de tomada de decisão do agente público, pondo-se fim ao uso indiscriminado de princípios, como o fundamento de decisões no âmbito da administração pública; definir parâmetros da nova perspectiva de atuação do agente no planejamento das políticas da Administração Pública Federal, restringindo a análise às políticas públicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que são executadas por emenda parlamentar; pesquisar os efeitos do novo paradigma na celebração de convênios pelo MCTIC, restringindo-se àqueles decorrentes do orçamento impositivo, a fim de verificar se as deficiências historicamente existentes podem ser superadas mediante o novo marco interpretativo das normas de direito público.

Palavras-Chave: Direito Público. Ciência. Políticas públicas.

A INTERVENÇÃO PENAL COMO POLÍTICA PÚBLICA EFETIVA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ESTUDO EMPÍRICO NA CIRCUNSCRIÇÃO DO PARANOÁ

Ricardo Lustosa Pierre - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
ricardo.pierre@sempreceub.com
Paulo Roberto de Almeida - UniCEUB, professor orientador
paulo.almeida@ceub.edu.br

A Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006 – representa grande avanço em matéria de políticas públicas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, criando inúmeros mecanismos para coibi-la nos termos já previstos no parágrafo 8° do artigo 226 da CF/88 e das convenções das quais o país é signatário. Entre os mecanismos referidos, inserem-se: medidas integradas de prevenção; medidas de assistência à mulher em situação de violência; atendimento diferenciado pela autoridade policial; medidas protetivas de urgência em favor da ofendida que obrigam o ofensor. A despeito do caráter multidisciplinar da norma, verifica-se, na prática, conforme pesquisa empírica a ser realizada, que os atores envolvidos na aplicação da Lei priorizam, de modo mais destacado, a utilização das disposições penais e processuais penais relativas ao arcabouço jurídico de proteção à mulher vítima de violência doméstica, omitindo-se ou mal aplicando outras disposições normativas que, oferecendo atendimento multidisciplinar às vítimas e aos ofensores, resultariam em política pública mais efetiva para o enfrentamento da violência doméstica na Circunscrição Judiciária do Paranoá. É isso o que se pretende demonstrar mediante o estudo empírico dos casos de violência doméstica no Paranoá, sobretudo, pela ênfase, por um lado, ao olhar dos atores do campo – no que concerne à impressão e à utilização dos institutos jurídicos previstos na norma para o enfrentamento da violência doméstica –, e, por outro, ao enfoque das vítimas e dos ofensores sobre a percepção da efetividade da intervenção estatal no combate às situações de violência doméstica e familiar vivenciadas.

Palavras-Chave: intervenção penal. Violência doméstica. Circunscrição.

A INVERSÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM FAVOR DO CONSUMIDOR NOS CONTRATOS DE ADESÃO

Antônio Eduardo Benradt Ostrowski - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
antonio.ostrowski@uniceub.br
Hector Valverde Santana - UniCEUB, professor orientador
hectorvsantana@gmail.com

A premissa da inversão das cláusulas contratuais em contratos por adesão a favor do consumidor decorre da interpretação lógica da legislação brasileira em razão do princípio da isonomia entre as partes: se a cláusula pode ser imputada ao “devedor” consumidor, também deve ser imposta à “devedora” estipulante, isto é, as cláusulas contratuais que prevejam ônus ao consumidor quando de seu inadimplemento parcial ou total devem ser aplicadas, de igual maneira, ao estipulante no âmbito do Direito Consumerista. Havendo conflito na interpretação das cláusulas, mister faz-se apresentar em juízo seus termos para que o magistrado, personalidade neutra ao instrumento, possa interpretar à luz da legalidade e do objeto do contrato, sob o princípio da boa-fé, que ambas as partes devem manter durante a existência do vínculo legal. O consumidor sabe que uma cláusula penal em contrato de compra e venda de imóvel, por exemplo, existe e será aplicada se rescindir o contrato sem motivo justo e, igualmente, espera que tal cláusula seja prontamente cabível se a rescisão se der, de maneira forçada, pelo inadimplemento de quem oferece o contrato. A inversão, portanto, pode garantir o equilíbrio entre as partes, tanto no âmbito civil, relativo à capacidade de contratação e o seu perfeito cumprimento, quanto no âmbito judicial, sem extremos nas decisões. Como consequência positiva, os prestadores de serviço, fabricantes e demais personalidades presentes no artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor serão mais cautelosos, ao estipular os contratos em referência, já que quaisquer punições ao consumidor inadimplente poderão ser revertidas a seu favor se ele se tornar inadimplente de sua contrapartida contratual. Por sua vez, a consequência negativa é, justamente, a eventual estipulação de cláusula que preveja ônus ao consumidor que descumprir sua avença, partindo-se do pressuposto de que a estipulante não incidirá em inadimplemento. De toda sorte, espera-se que as cláusulas passem a ser elaboradas com maior cuidado, com a finalidade de diminuir sua judicialização e possibilitar ao magistrado elementos de celeridade para exarar suas decisões.

Palavras-Chave: contratos. Consumidor. Adesão.

A JUDICIALIZAÇÃO OU A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDIAÇÃO PELO JUDICIÁRIO NO BRASIL: ANÁLISE DA MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Isabela Maia Mesquita Martins - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
isabela.martins@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

Pretende-se desenvolver a dissertação sobre a mediação como mecanismo oficial ou oficializado de resolução de conflitos a partir da regulação da matéria pelos Estados ou pelos órgãos oficiais e da promoção e da difusão da mediação pelo Poder Judiciário. Propõe-se o estudo da institucionalização, mais especificamente a judicialização, da mediação no Brasil como instrumento da política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito extrajudicial e judicial, sob cinco aspectos – mediação comunitária penal, mediação civil, mediação empresarial, mediação de família e mediação em direitos sociais indisponíveis – analisados sob três fundamentos: auxílio ao combate à crise do Judiciário; ferramenta de acesso à justiça; instrumento de pacificação social e de prevenção à violência ou à criminalidade. O objetivo geral da pesquisa é saber como o instituto da mediação é regulamentado, judicializado e institucionalizado no contexto brasileiro, de modo a analisar, a partir do estudo da lei, da doutrina e da jurisprudência, se a mediação judicial cumpre o suposto triplo fundamento atribuído pela doutrina majoritária. Ademais, a fim de aprimorar os parâmetros de avaliação da incipiente mediação nacional, compara-se, baseado nos parâmetros de estudo em bloco de centros de estudos internacionais, o contexto da mediação judicial no Brasil com a institucionalização ou a judicialização da mediação judicial em três diferentes âmbitos: nos EUA, na União Europeia e na América Latina.

Palavras-Chave: mediação. Judiciário. Resolução de conflitos.

A LEGITIMIDADE DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Leão Pereira Neto - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
leao.p.n@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior - UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

O Judiciário, mesmo diante da instabilidade dos poderes políticos, haja vista as pesquisas de falta de segurança jurídica e de seguimento das decisões dos tribunais superiores por parte dos juízos de primeiro grau, que levam a ciência jurídica à criação de mecanismos de uniformização, parece ser, mesmo, o detentor, por hora, da melhor condição de análise interpretativa. Nesse caminho, possível é afirmar que, por mais que se avente o Poder Judiciário não dever interferir em questões políticas, pelo estado atual de acontecimentos, esse tipo de intervenção é aceito, pois não há permanente beligerância e instabilidade no exercício do poder. Assim, tratar de jurisdição constitucional é referir-se a poder. Nesse sentido, o exame da compatibilidade material das leis editadas com os princípios da Constituição brasileira de 1988 apresenta-se como o núcleo de uma atividade política desenvolvida pelo Supremo Tribunal em sede de jurisdição constitucional, conferindo unidade ao sistema. Ademais, impede a responsabilização pessoal dos outros poderes pela criação de uma lei inconstitucional. Isso parte de uma linha de pensamento que, além de uma constituição material, cogita-se uma formal, submetida a uma maneira especial de revisão. Desse modo, estabelece-se a forma de organização e fundamentos da ordem jurídica, e enunciam-se princípios e símbolos sociais, que lhe dão não sentido de completude – pois a incompletude é necessária para o desenvolvimento político – mas flexibilidade para servir de base à construção e ao desenvolvimento da sociedade. Contudo, com a aplicação dos princípios constitucionais como critério de validade material da atividade legislativa, não é possível definir, claramente, os reais limites do controle judicial de políticas públicas. Para Schmitt, as questões políticas não são passíveis de exame pela jurisdição, onde o órgão ao qual será feita a análise política tem sua competência objetivamente delimitada com membros inafastáveis, que não sofrem como as perturbações da casa política legítima, cujos membros não foram eleitos diretamente. Por isso, apesar de ser reconhecidamente necessário e de não apresentar constante instabilidade, o controle feito pelas decisões judiciais sobre o conteúdo da Constituição no sistema brasileiro é constantemente questionado pela sociedade e pelos outros Poderes instituídos. A aproximação do direito e da política por meio do controle de constitucionalidade e outras razões tornam seu estudo interessante para os fins deste trabalho, que discutirá os elementos interligados.

Palavras-Chave: Constituição brasileira de 1988. Instabilidade dos poderes políticos. Legitimidade de controle.

A POLÍTICA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA DESARMONIZADA POR DECISÕES JUDICIAIS PARADIGMÁTICAS NA AUSÊNCIA DE DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Renato César Guedes Grilo - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
renato.grilo@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O objetivo da dissertação é analisar três processos judiciais paradigmáticos, dois deles julgados entre 2016 e 2019 pelo Supremo Tribunal Federal e outro pendente de julgamento, que, juntos, desoneram, aproximadamente, 800 bilhões de reais, em 10 anos, de tributos federais. A finalidade, em um contexto de crise fiscal, é o exame específico do impacto na política pública de distribuição da carga tributária total. Inicialmente, apresenta-se como os poderes Executivo e Legislativo devem formular uma política de justa distribuição do dever fundamental de pagar tributos mediante análise técnica e holística da capacidade contributiva na sociedade. Depois, enfrenta-se o papel que deve ser empreendido pelo poder Judiciário diante dessa política pública, no sentido de resguardar direitos e garantias individuais, para introduzir o tema das decisões (des)estruturantes paradigmáticas e expor os três casos concretos que são capazes de anular, do ponto de vista fiscal, uma reforma da previdência inteira. A exposição sobre o papel que o Poder Judiciário deve assumir, em contraposição às decisões estruturantes proferidas, demonstra que, diferentemente do Executivo e do Legislativo, os Tribunais não têm estrutura técnica específica, capaz de fazer uma análise de política pública tributária. Diante disso, objetiva-se que, para além do impacto imediato fiscal, as decisões judiciais tributárias paradigmáticas desestruturam um sistema de política pública de distribuição da carga total, desequilibrando a divisão do dever fundamental de pagar tributos. Nesse sentido, propõe-se que os provimentos judiciais paradigmáticos sejam acompanhados de um diálogo institucional entre os poderes, capaz de compatibilizar a salvaguarda de direitos e garantias individuais dos contribuintes e a política pública de distribuição do dever fundamental de pagar tributos.

Palavras-Chave: carga tributária. Políticas públicas. Paradigmas judiciais.

A PRESENÇA DAS DOXAS NAS DECISÕES JUDICIAIS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A INSUFICIÊNCIA DE PROVAS UTILIZADA COMO ESCUSA

Rejane Zenir Jungbluth Teixeira Suxberger - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
rejane.suxberger@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado - UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O Poder Judiciário no Brasil, por meio de discursos veiculados sob a roupagem de atos decisórios, naturaliza comportamentos que contribuem para a opressão masculina sobre a feminina. Nesse sentido, indaga-se o que justifica a violência doméstica nas sentenças prolatadas pelo Poder Judiciário brasileiro. Esta dissertação, valendo-se das categorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu, identifica os campos dos discursos e da retradução das violências cometidas contra mulheres pelo Judiciário e problematiza a doxa como crença central, situada entre os campos da vítima, do agressor e do sistema de justiça. O discurso do Judiciário que retraduz a violência experimentada pelas vítimas é extraído do exame de um estudo de caso oriundo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O patriarcado é apontado como o principal elemento que contribui para reproduzir e naturalizar a ordem existente, perpetuado não somente pelas vítimas, mas também pelo Poder Judiciário. De um lado, as condutas pautadas na doxa significam a submissão corporal e inconsciente em que o funcionamento uniforme do *habitus* auxilia a adaptação do vivenciado pelas mulheres. De outro lado, as decisões judiciais invertem a lógica protetiva e conduzem para o campo jurídico a compreensão da doxa patriarcal consistente em tolerar a violência contra a mulher, dentro de determinado limite, em suposto favor à conveniência familiar. O trabalho coteja a estrutura social e os grupos com seus discursos oriundos do poder nos respectivos campos, para problematizar e constatar a manutenção dessa estrutura como ensejadora da violência, uma vez que os discursos continuam fortemente marcados pela cultura patriarcal, que, historicamente, mantém a mulher em posição de submissão nas relações de gênero. A falta de formação em gênero pelos juízes contribui na discriminação e na desigualdade das mulheres que passam pelo Poder Judiciário. A partir do marco teórico de Bourdieu, a investigação qualitativa na análise de discursos vale-se de exame documental e revisão da literatura específica, produzida sob o mesmo referencial teórico, a fim de demonstrar a falha do sistema de justiça que se utiliza da falta de provas como escusa para conceder a proteção à mulher. Além disso, a ausência de efetividade das decisões judiciais é comprometida por meio das heurísticas e dos vieses cognitivos que colaboram para a manutenção da violência dentro de casa.

Palavras-Chave: violência doméstica. Doxa. Discursos.

A PROTEÇÃO VACINAL E O PAPEL DO ESTADO DIANTE DO EXERCÍCIO DO PODER FAMILIAR

Fábio Ribeiro Soares da Silva - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
fabio.silva@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella - UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Qualquer análise que vise indicar as políticas públicas com resultados efetivos no Brasil, certamente, mencionará a imunização infantil. Sucesso em números e *marketing*, essa iniciativa é reconhecida mundialmente e repetida por outros países. Cite-se como exemplo a erradicação da poliomielite e do sarampo por longos anos. No entanto, o sucesso conquistado não garante a efetividade futura. O sarampo retornou em razão do fluxo migratório de venezuelanos. Doenças infectocontagiosas, como H1N1, espalham-se em velocidade espantosa, e a adesão voluntária da população não é suficiente para conter o avanço. Diante deste contexto, a política pública de imunização infantil precisa ser repensada com novos mecanismos de estímulos. Assim, a partir da análise dos índices de adesão às campanhas de vacinação e dos boletins informativos do Ministério da Saúde, este trabalho pretende formular propostas de estímulos para maior efetividade da política pública e confrontá-los com o exercício do poder familiar, tendo em vista os pais que optam por não vacinar seus filhos.

Palavras-Chave: doenças infectocontagiosas. Política de imunização. Campanhas de vacinação.

A RAZOABILIDADE COMO MECANISMO DE CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS NORMATIVOS REGULATÓRIOS, EM ESPECIAL, DA ANVISA

Carolina Feitosa Cruz Cabral - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
carolina.cabral@agu.gov.br
Sandro Lúcio Dezan - UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br
Paulo Antônio Carmona - colaborador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A presente pesquisa visa a analisar o conceito de agências reguladoras federais, em especial, a ANVISA, o seu poder regulamentar, os seus atos normativos técnicos e o seu papel no ordenamento jurídico. Estuda-se, também, o significado de *controle judicial* e a função do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, traçando os seus limites de atuação, mormente, quando em análise um ato normativo regulatório. Para tanto, trabalha-se o conceito de *ativismo judicial* com referências ao direito norte-americano, o princípio da razoabilidade no direito administrativo e no constitucional e a sua utilização na solução de conflitos, entre eles, os que envolvem as agências reguladoras. A fim de apresentar soluções para a problemática apontada, faz-se um estudo de casos na jurisprudência brasileira que tratem do tema em análise, para apontar os principais problemas e a frequência com que se repetem. Portanto, o estudo de casos é imperioso, para trazer soluções concretas, viáveis e hipóteses objetivas de conciliação de atuação destes dois poderes: o Executivo, com as agências reguladoras, e o Judiciário. Com o diagnóstico das falhas e dos defeitos encontrados, expõem-se as hipóteses de solução e as medidas necessárias para a sua implementação, entre elas, a exigência ao respeito do princípio da deferência e os critérios objetivos para o uso da discricionariedade e do princípio da razoabilidade no momento de anulação de um ato normativo regulatório pelo Judiciário, medidas indispensáveis para a sobrevivência e o respeito ao Estado de Direito e à segurança jurídica.

Palavras-Chave: razoabilidade. Atos normativos regulatórios. Agência reguladora.

A REGULAÇÃO DA INTERNET NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE COMO PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NOS DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS

Patrícia Yurie Dias - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
patricia.dias@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun - UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O Estado brasileiro, por meio de instrumentos normativos, busca estabelecer normas mínimas de uso da internet e delimitar a responsabilidade dos atores quando se verifica a violação de algum direito. Por outro lado, as entidades privadas, como as empresas provedoras de plataformas de aplicação, por meio de regulamentos internos e políticas de uso de serviços, estabelecem regramentos próprios. Para entender a trajetória da responsabilização das empresas provedoras de aplicação no que tange a violação do direito à privacidade, no âmbito dos danos advindos com a publicação de conteúdo gerado por terceiro, é preciso analisar a definição de responsabilidade civil no contexto brasileiro, principalmente, com a publicação da Lei nº 12.965, de 2014, o marco civil da internet. Antes da referida Lei, a partir da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, verificou-se que havia divergência entre os tribunais brasileiros, acerca da responsabilidade dos provedores de aplicação por danos gerados por terceiros: alguns tribunais estaduais responsabilizavam as empresas com base na falha da prestação de serviços do Código de Defesa do Consumidor, e outros, com o fundamento da responsabilidade objetiva do Código Civil. Dessa forma, tendo em vista que o espaço cibernético transpassa fronteiras e legislações nacionais, com o objetivo de proteger o direito à privacidade nos casos de danos causados por conteúdo gerado por terceiros, sugere-se que o limite regulatório da internet seja baseado na teoria da regulação responsiva que analisa os casos quando se devem punir ou persuadir os regulados para que adotem os comportamentos desejados pelos reguladores.

Palavras-Chave: marco civil da Internet. Direito à privacidade. Responsabilidade.

A REPERCUSSÃO DO CONTRATO DE CRÉDITO BANCÁRIO NA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Luana Lima Freitas Ferreira - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
luana.lima@sempreceub.com
Alice Rocha - UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O crédito bancário ofertado para a grande maioria das empresas ocorre por intermédio do contrato de adesão, cujas condições contratuais podem apresentar cláusulas abusivas, entre as quais se destacam o vencimento antecipado de dívidas, a cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios, a capitalização de juros moratórios diários que ultrapassam o limite de 12% ao ano, em desconformidade com a Lei 10.931/04, que trata da cédula de crédito bancário, e com o entendimento dos tribunais no que concerne ao tema, além da cobrança de juros excessivos que extrapolam as praxes do saudável mercado principalmente quando renegociações são realizadas. Tais disposições contratuais bancárias revelam-se não somente abusivas em dada interpretação, mas também eivadas de ilegalidade quando vigoram à margem do direito positivado e da jurisprudência consolidada. Igualmente, são cobrados encargos além do pactuado no contrato ou de maneira camuflada, em detrimento da falta de conhecimento técnico-específico do contratante sujeito comum, o que pode ser claramente constatado na análise de grande parte dos contratos de crédito bancário empresarial firmados pelos bancos brasileiros. É importante destacar que as características desses contratos explicitam a atitude dominante dos bancos, pois oferecem certas peculiaridades que os distinguem de outras figuras contratuais, como, por exemplo, a adesão. Quem contrata com um banco só tem a possibilidade de aceitar, em bloco, as condições impostas ou recusá-las em sua totalidade, deixando de celebrar o contrato. Não há a possibilidade de discussão ou modificação. Nesses casos, percebe-se que a repercussão do crédito bancário na atividade empresarial pode ser extremamente danosa às pretensões de crescimento e desenvolvimento, pois deflagra-se um desequilíbrio entre tomador e fornecedor do crédito, em que o reflexo não é percebido apenas entre as partes, mas, sobretudo, na comunidade em que os contratantes estão inseridos, havendo um prejuízo econômico sistêmico. A inadequação desses contratos de crédito bancário pode gerar inúmeras consequências às empresas, como a sustentabilidade precária, o atraso de pagamentos de fornecedores, empregados ou obrigações assumidas e a falência. Como resultado, pode haver a extinção da atividade com a consequente perda da sua função social. O crédito, que deveria ser um elemento positivo, passa a assumir uma posição oposta, tornando-se um elemento negativo, inviabilizando a manutenção da atividade empresarial. Essa problemática pode levar ao superendividamento, que, por sua vez, não deve ser confundido com o espaço deixado pelo mau gestor e não deve servir como justificativa a ser utilizada pelo inadimplente. Diante das peculiaridades inerentes a esses contratos e as suas consequências, tem-se o entendimento de haver um problema jurídico instaurado.

Palavras-Chave: contratos bancários. Cláusulas abusivas. Superendividamento empresarial.

A RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA POR DANOS DECORRENTES DO CULTIVO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS SEGUNDO A TEORIA DO RISCO INTEGRAL

Davi Beltrão de Rossiter Corrêa - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
davi.rossiter@hotmail.com
Márcia Diegues Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@uol.com.br

A decisão de permitir o plantio e a comercialização de sementes transgênicas, para além da mera discussão concernente à falta de certeza científica quanto à (in)segurança do consumo dos alimentos produzidos com essas sementes, implica a assunção de riscos por toda a sociedade e a necessidade de elaboração da política pública correspondente. A adequada gestão dos riscos advindos do cultivo de transgênicos deveria ser realizada sob a perspectiva dos princípios ambientais – especialmente o da precaução, o da prevenção e o da solidariedade com as gerações futuras, o que não ocorreu no Brasil. Como será demonstrado, as regras legais vigentes acerca da responsabilização por dano ambiental apontam para a solidariedade de todos os agentes que participam da cadeia produtiva, indo desde o inventor das sementes aos produtores rurais que lesionem o meio ambiente. Também sob a perspectiva da aplicação da teoria do risco integral pelo dano ambiental, prevalente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é devida a inclusão do inventor na semente no polo passivo da obrigação de reparar danos ambientais, pois é responsável pelas consequências lesivas do produto criado artificialmente.

Palavras-Chave: transgênicos. Responsabilidade civil. Teoria do risco integral.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
alvarolcosta@gmail.com
Sandro Lúcio Dezan - UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@gmail.com

Uma análise crítica do regime jurídico imposto aos contratos administrativos evidencia a existência de um fator oculto que pode contribuir, decisivamente, para o aumento de preço em uma contratação perante um ente estatal. Pressupõe-se que, em uma relação contratual em que o Estado faça parte, incida um regime especial que dá ao ente público prerrogativas extravagantes ao direito privado, tais como alteração e rescisão unilateral do contrato, fiscalização da execução, aplicação de sanções e, no caso de serviços essenciais, ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao contrato. Tudo isso é permeado pela mais importante prerrogativa: a da autoexecutoriedade, ou seja, o ente público detém tais prerrogativas e não precisa de qualquer autorização judicial para executá-las. Tal situação representa insegurança jurídica para a relação contratual e risco negocial para o particular. Consequentemente, há um impacto financeiro e qualitativo nas contratações públicas, ainda que permeadas por um processo isonômico e competitivo de licitação. Diogo de Figueredo Moreira Neto afirma que o regime jurídico público nas contratações apresenta desvantagens que merecem consideração: a imprecisão e a insegurança de direitos resultantes do manejo público das prerrogativas da Administração nas transações, pela ambivalência de sua origem e justificativa, ou seja, o fato de decorrerem ou da natureza dos contratos (relativas), ou da natureza da administração pública; o agravamento dos custos de transação pelo aumento do risco, enquanto a redução e a abolição dessas cláusulas minimizam o chamado risco soberano; o déficit de transparência da transação, pois as prerrogativas são genericamente estabelecidas nas leis, sem evidente relação com as situações fáticas específicas e as peculiaridades de cada contrato; o sacrifício da confiança legítima do administrado na transação, pois as prerrogativas podem servir tanto a propósitos legítimos, com disfarçar intenções ilegítimas, como à difundida e gravosa corrupção pelo temor. Fernando Dias Menezes de Almeida critica a legitimidade do regime na sua concepção atual e, em acréscimo ao destacado acima, aponta como risco inerente ao especial regime jurídico dos contratos administrativos o estímulo à ineficiência e a legitimação de práticas autoritárias de agentes da Administração. Nada obstante, a ideia do regime jurídico dos contratos administrativos repete-se na doutrina, na jurisprudência e na legislação atual. O PL nº 6814/2017, que trata da revisão da legislação de licitações e contratos administrativos no Brasil, por exemplo, apesar de já acenar com mudanças substanciais para mitigar a desigualdade na relação contratual administrativa, mantém, na integridade, a cláusula das prerrogativas da Administração. Não se nega que a doutrina administrativista, inclusive a brasileira, já acena sobre o “fenômeno” da constitucionalização do Direito e seus impactos em todos os ramos. No entanto, mesmo para os autores que defendem a importância de revisitação dos institutos administrativos a partir da força

normativa da Constituição, é sintomático que ainda há muito a ser feito. A questão que motiva a presente pesquisa, portanto, é a duvidosa imposição de um regime jurídico próprio aos contratos administrativos como verdadeiro dogma, ainda que diante da constatação de resultados práticos prejudiciais aos interesses estatais e da sociedade, a partir da perspectiva do Direito Administrativo Pós-Moderno.

Palavras-Chave: contrato administrativo. Regime jurídico. Interesse público.

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA BUBALINOCULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ E A RESPONSABILIDADE DOS DIFERENTES ATORES ENVOLVIDOS

Sérgio Grott - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
sergiogrott@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O incremento do consumo de carne é um fenômeno mundial que fomenta a pecuária extensiva, porém danifica áreas ambientalmente protegidas. O objetivo desta dissertação é analisar a sustentabilidade ambiental da bubalinocultura no estado do Amapá, enfatizando a responsabilidade dos diferentes atores envolvidos no desenvolvimento deste tipo de pecuária. Utilizando a revisão bibliográfica como metodologia, mediante a leitura de legislação e textos pertinentes ao tema, observa-se o conflito existente entre a legislação federal, a legislação estadual e a Nota Técnica da 4ª Câmara do Ministério Público Federal. Em seguida, demonstram-se os danos ambientais decorrentes da bubalinocultura, evidenciam-se os impactos ambientais na Reserva Biológica do Lago do Piratuba, no Amapá, e faz-se uma comparação com o manejo e os danos ambientais ocorridos no Parque Nacional de Kakadu, na Austrália, envolvendo os búfalos ferais. Finalmente, analisa-se a responsabilidade ambiental do Estado, dos produtores de búfalos e dos agentes financiadores da pecuária bubalina. Como implicação prática, os questionamentos jurídicos decorrentes da permanência de búfalos na biota nativa podem apontar soluções de manejo para evitar a degradação ambiental e a perda de diversidade biológica, mantendo o meio ambiente preservado e saudável para as futuras gerações, demonstrando que a ausência de ferramentas jurídicas para lidar com esses animais tem contribuído com os danos ambientais, além de causar prejuízos para o Estado e os criadores.

Palavras-Chave: sustentabilidade. Bubalinocultura. Responsabilidade ambiental.

A TIPIFICAÇÃO DA LEI ANTITERRORISMO BRASILEIRA E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Dalbertom Caselato Júnior - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
dalbertom.caselato@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A presente dissertação versa acerca da lei n° 13.260/2016, a qual tem por finalidade a inserção de novo tipo penal incriminador previsto em lei específica, qual seja, o crime de terrorismo, preenchendo, enfim, uma lacuna legislativa no sistema penal brasileiro, ao regulamentar o comando constitucional disposto no artigo 5º, inciso XLIII da Carta Magna de 1988. Indaga-se, com a vigência desta nova lei, sua repercussão no que concerne à observância dos critérios de proporcionalidade e razoabilidade na aplicação penal. Para tanto, desenvolve-se, em primeiro momento, um estudo histórico preliminar sobre a concepção germânica do princípio da proporcionalidade e a anglo-saxônica do princípio da razoabilidade, traçando um paralelo entre tais comandos e discutindo posições doutrinárias que os considerem semelhantes, distintos ou interdependentes, passando pela sua aplicação no direito penal brasileiro como instrumento de garantia limitador da atuação do Estado. O segundo ponto a ser alcançado consiste em realizar uma exploração conceitual do terrorismo, buscando amparo em doutrina nacional e internacional e explicitar o tratamento legislativo dado antes da publicação da lei antiterrorismo brasileira no ordenamento jurídico brasileiro e de que forma atores internacionais podem influenciar a implementação e a formulação de políticas públicas de prevenção a tais delitos. Ademais, apresenta-se um histórico da tramitação da lei n° 13.260/2016 no Congresso Nacional – aprovada por meio do Projeto de lei n° 2.016-F/2015 – apontando, por meio de acesso aos *sites* oficiais e pesquisa de campo no Congresso Nacional, os principais pareceres dos parlamentares acerca da observância do mandamento proporcional por ocasião de sua elaboração legislativa, pugnando pela constitucionalidade ou não da vigência da sanção penal apresentada pelo projeto de lei e aferindo se a elaboração legislativa atendeu a critérios de racionalidade na construção das normais penais. Busca-se, por fim, perquirir se a lei apresenta – em sua conformação primária e secundária – normas penais e processuais que vão de encontro aos princípios ora expostos, entre outros fundamentais, realizando, para tanto, comparações legislativas em âmbito nacional e internacional. Por fim, apresenta-se um panorama no Brasil acerca do tratamento jurisprudencial do tema, ainda recente e pouco explorado, pontuando casos em que a utilização da lei antiterrorismo aparenta ferir preceitos constitucionais em sua conformação primária ou no estabelecimento de penas.

Palavras-Chave: terrorismo. Lei nº. 13.260/2016. Políticas públicas.

A TIPIFICAÇÃO PENAL DO CRIME DE TERRORISMO E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Dalbertom Caselato Júnior - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
dalbertom.junior@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O projeto de dissertação versa acerca da Lei n°. 13.260/2016, que inseriu novo tipo penal incriminador previsto em lei específica, qual seja o crime de terrorismo, preenchendo, enfim, uma lacuna no sistema penal brasileiro, ao regulamentar o comando disposto no artigo 5°, inciso XLIII da Constituição Federal de 1988. É de se indagar, com a vigência desta nova lei, sua repercussão no que concerne à observância dos critérios de proporcionalidade e razoabilidade na aplicação penal. Para tanto, desenvolve-se, em primeiro momento, um estudo histórico-preliminar acerca da concepção germânica do princípio da proporcionalidade e da anglo-saxônica do princípio da razoabilidade, traçando um paralelo entre tais comandos principiológicos, discutindo posições doutrinárias que os consideram semelhantes, distintos ou interdependentes, passando pela sua aplicação no direito penal brasileiro como instrumento de garantia limitador da atuação do Estado. O segundo ponto a ser alcançado consiste em apresentar um histórico acerca do conceito de terrorismo, buscando amparo em doutrina nacional e internacional, explicitar o tratamento legislativo dado antes da publicação da lei no ordenamento jurídico brasileiro e pesquisar quais possíveis medidas adotadas no campo das políticas públicas o Estado brasileiro estabeleceu para coibir atos terroristas e atender às obrigações assumidas no plano internacional. Ademais, apresenta-se um histórico da tramitação da Lei n°. 13.260/2016 no Congresso Nacional, e aponta-se, por meio de acesso aos *sites* oficiais e pesquisa de campo no Congresso Nacional, os principais pareceres dos parlamentares por ocasião de sua elaboração legislativa, pugnando pela constitucionalidade ou não da vigência da sanção penal apresentada pela lei. Além disso, expõem-se as implicações advindas da nova lei no que atine à penalização anterior da conduta delituosa, e indicam-se as diversas posições doutrinárias a respeito da hediondez do delito. Por fim, comenta-se acerca da aplicação do princípio da *ne reformatio in pejus* aos casos julgados antes de sua vigência. Em última análise, perquire-se se a lei n°. 13.260/2016 apresenta normas penais e processuais que vão de encontro ao princípio da proporcionalidade, entre outros princípios fundamentais. Realiza-se, para tanto, uma investigação do tipo jurídico-comparativo em âmbito nacional e internacional. Por fim, apresenta-se um panorama brasileiro acerca do tratamento jurisprudencial do tema, ainda recente e pouco explorado.

Palavras-Chave: *Ne reformatio in pejus*. Constituição Federal. Inciso XLIII.

A VINCULAÇÃO AOS PRECEDENTES NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

Victor Hugo Gebhard de Aguiar - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
victor.gebhard@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carus Guedes - UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A ideia de vinculação aos precedentes, a partir da vigência do Código de Processo Civil de 2015, foi amplamente fortalecida e promoveu significativas mudanças no modo como o processo é entendido e desenvolvido durante a atividade jurisdicional. Uma questão relevante — e em certa medida inexplorada — na inflexão do sistema processual envolve o debate sobre a possibilidade de, por meio da vinculação aos precedentes, ter-se um processo mais eficiente, que, por certo, depende, diretamente, do equilíbrio e da harmonia de seus elementos, como instrumentalidade, efetividade e eficácia. Embora seja comum que esses elementos sejam tratados como equivalentes ou sinônimos, a diferenciação entre eles é primordial para que se alcance um processo eficiente, pois instrumentalidade, efetividade e eficácia, sobretudo quando estimuladas ou mitigadas em um contexto que envolva a noção de vinculação aos precedentes, trazem consequências diversas ao processo, afetando, diretamente, sua eficácia. Sob essa perspectiva, é certo que a ideia de precedentes vinculantes, desde que empregada com parcimônia e atenção às particularidades do contexto sociojurídico do sistema processual que influenciará, tem o condão de viabilizar a afinação entre instrumentalidade, efetividade e eficácia, redundando em um processo eficiente. Malgrado pareça ser esse o mote do movimento em prol do incremento da força vinculante dos precedentes no direito brasileiro, a apurada análise das características da cultura jurídica nacional revela que a ideia é aplicada de forma pouco natural, açodada, mecânica e sem a efetiva compreensão de seus conceitos. A consequência disso foi a desvirtuação da noção de precedentes vinculantes, que passou a ser utilizada no cotidiano forense — com inadvertido respaldo de parte da doutrina — apenas com a finalidade de otimização do funcionamento do Poder Judiciário, com, por exemplo, a possibilidade de julgamentos em massa e a redução do quantitativo de processos em tramitação. Experimentou-se, então, uma hipertrofia da eficácia do processo em detrimento de sua instrumentalidade e efetividade, o que culmina em evidente ineficiência. Isso, no entanto, não significa que exista incompatibilidade absoluta entre o processo civil brasileiro e a vinculação aos precedentes e, tampouco, que é impossível alcançar a tão almejada eficiência do processo. Muito ao revés, apenas representa que a implementação da ideia de precedentes vinculantes, mormente se direcionada à busca pela eficiência do processo, deva ocorrer de forma natural, com o amadurecimento da compreensão de seus conceitos e sem desconsiderar fatores, como a cultura sociojurídica brasileira.

Palavras-Chave: precedentes. Processo. Instrumentalidade.

A VULNERABILIDADE DA CRIANÇA VENEZUELANA EM BUSCA DE REFÚGIO NO BRASIL: FATALIDADE OU POSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO?

Jacqueline Salmen Raffoul da Costa - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
jsalmenraffoul@gmail.com
Nitish Monebhurrun - UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Trata-se de dissertação sobre a situação da criança refugiada venezuelana no Brasil. Segundo a Agência de Refugiados das Nações Unidas (ACNUR), atualmente, o número de pessoas deslocadas no mundo é recorde; estima-se que existem mais de 68 milhões, entre os quais 25 milhões são refugiados, e mais da metade possuem menos de 18 anos. A América do Sul vive a sua própria crise de refugiados, fruto da situação político-econômica venezuelana. Os dados demonstram a nítida dimensão do movimento migratório ao Brasil, ainda que menor do que nos outros países. Enquanto apenas quatro venezuelanos buscaram refúgio em 2010, quase 18.000 pedidos surgiram em 2017, e a maior parte dos requerimentos teve origem em Boa Vista, Roraima, em razão da fronteira entre os países. Quanto às crianças, estima-se que, diariamente, 180 cruzem a fronteira para Roraima. Considerando a existência de vulnerabilidade agravada, decorrente do contexto de refúgio, apresenta-se a adoção de padrões jurídicos mínimos como possibilidade de mitigação da vulnerabilidade. Para tanto, são utilizados preceitos da Convenção de 1951 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando a proteção integral a que a criança faz jus. A metodologia utilizada consistiu na análise de casos de refúgio no Brasil e no exterior e de pesquisa *in loco*, realizada em 2018, na cidade de Boa Vista. O questionário foi aplicado lá, em entrevista com refugiados, a fim de verificar as condições de acolhimento do país. Desse modo, demonstra-se que, apesar de amplo arcabouço jurídico aplicável à criança, a situação delas no contexto de refúgio é peculiar, e elas carecem de proteção jurídica específica, razão pela qual os padrões jurídicos mínimos se mostram como alternativa viável.

Palavras-Chave: criança refugiada venezuelana. Vulnerabilidade. Proteção.

ANÁLISE DOS CRIMES DA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA: (DES)PROPORCIONALIDADE QUANTITATIVA

Wilfredo Enrique Pires Pacheco - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
wilfredo.enrique@gmail.com
Antônio Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O trabalho aponta a necessidade de analisar a proporcionalidade das penas mínimas e máximas fixadas a crimes pela legislação brasileira, à luz da lesividade filosófico-moral de John Stuart Mill, da teoria dos bens jurídicos e da jurimetria. Como exemplo de ferramenta judicial de controle de racionalidade, aponta-se julgado do Superior Tribunal de Justiça que declarou a inconstitucionalidade de preceito secundário de norma penal por desproporção na pena cominada em abstrato. Assim, elabora-se um *ranking* classificado em ordem decrescente das médias obtidas entre as penas mínimas e máximas de todos os tipos penais previstos na legislação brasileira, e indica-se a incidência de desproporcionalidade ocasionada por leis penais tanto antigas quanto contemporâneas.

Palavras-Chave: proporcionalidade. Bens jurídicos. Jurimetria.

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE OS MÉTODOS DE ALOCAÇÃO DE LUCROS DE MULTINACIONAIS ENTRE JURISDIÇÕES TRIBUTÁRIAS: ARM'S LENGTH PRINCIPLE X FORMULARY APPORTIONMENT METHOD

Francianna Barbosa de Araújo - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
francianna.araujo@sempreceub.br
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O estudo move a discussão sobre os critérios de alocação de lucros produzidos por empresas que desenvolvem atividade econômica em várias jurisdições tributárias distintas, por meio de partes relacionadas. Assim, perquire-se qual seria o método mais aconselhável, factível e menos deficiente, no sentido promover maior paridade de tratamento entre empresas, estimular a competitividade e combater evasão fiscal. Atualmente, há duas alternativas principais em discussão: o princípio *arm's length* e o método *formulary apportionment*. Para tanto, situa-se a discussão no contexto do sistema tributário internacional. Por essa razão, apresenta-se um histórico evolutivo das bases que edificaram e justificaram o modelo do sistema tributário internacional vigente desde os trabalhos realizados pela Liga das Nações, no início do século XX, até as mais recentes diretrizes da OCDE. É possível notar que as propostas ofertadas careceram de associação com um estudo consistente de ciências econômicas, o que parece ser um ponto extremamente frágil na construção de métodos de alocação de lucros, aumentando as chances de que se tornem modelos tributários ineficientes, porque estanques da realidade. Tal aspecto mostra-se mais grave se se considerar o alastramento de grupos multinacionais especialmente após a Segunda Guerra Mundial. A estrutura de funcionamento desses grupos – com articulação logística da atividade econômica em redes e cadeias projetadas internacionalmente – demanda o desenvolvimento de uma teoria econômica própria, que observe a sinergia aí existente e que sirva de antecedente necessário a qualquer iniciativa de modelo de tributação. Tendo em conta essas premissas, passa-se ao estudo do princípio *arm's length*, seguido do método *formulary apportionment*, com apresentação das respectivas vantagens e desvantagens, e faz-se breve reflexão sobre o caminho que parece mais razoável.

Palavras-Chave: alocação de lucros. *Formulary apportionment*. *Arm's length*.

AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA ESTADUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA CIRCUNSCRIÇÃO DO DF

André Pereira Crespo - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
andre.crespo@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado - UniCEUB, professor orientador
brunoamachado@hotmail.com

O objetivo desta dissertação é a análise exploratória das audiências de custódia no Distrito Federal. Inicialmente, examina-se a necessidade de adequação do ordenamento jurídico brasileiro às convenções internacionais que preveem a demanda de pronta apresentação do preso à autoridade judicial. Em seguida, o foco do trabalho direciona-se ao papel das audiências de custódia como mecanismo inibidor da tortura no momento da prisão. Por fim, expõe-se a sinalização das pesquisas sobre as audiências de custódia como ferramenta apta a impactar a população provisória carcerária. Esses desafios foram extraídos da literalidade da Resolução nº 213/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e dos fundamentos da decisão, em caráter cautelar, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, que determinou a implantação das audiências de custódia no Brasil. A metodologia é etnográfica com levantamento de dados empíricos, por meio da observação presencial.

Palavras-Chave: audiências de custódia. Inovação legislativa. Violência policial.

AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COMO MANIFESTAÇÃO DA SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉRPRETES DA CONSTITUIÇÃO

Jean Claude O'Donnell Braz Pereira - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
jean.claude@sempreceub.edu.br
Arnaldo Sampaio Godoy - UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

A pesquisa tem por objetivo estudar o fenômeno das audiências públicas no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), à luz da teoria da sociedade aberta dos intérpretes, preconizada por Peter Härbelle, e analisar sua efetividade enquanto manifestação real de uma teoria do discurso que tende a concretizar-se nas decisões tomadas pelo STF. Tomam-se por base as principais audiências públicas levadas a efeito pela Suprema Corte, como transferência de controle acionário de empresas estatais, bloqueio de aplicativos de mensagens, novo código florestal, internação hospitalar com distinção de classes no SUS, gestão de direitos autorais, programa "Mais Médicos", biografias não autorizadas, regime prisional, campo eletromagnético e linhas de transmissão de energia elétrica, uso do amianto, ações afirmativas no ensino superior, interrupção da gravidez, células-tronco, utilização de depósitos judiciais, entre outras. A partir da análise dessas audiências, verifica-se a existência de correlação entre os pontos trazidos a lume por partícipes, especialistas ou interessados e a *ratio decidendi* utilizada pelo STF em suas decisões, podendo-se mesmo aferir, em sede de *obiter dictum*, se as teses discutidas nas audiências foram levadas em consideração nos julgamentos da Corte. A partir dos resultados obtidos e do nível de correlação identificado, pode-se afirmar, ou não, que as audiências públicas como exercício de participação da sociedade em julgamentos importantes decididos por juízes sem mandato eleitoral, para decidir questões que poderiam ser deferidas ao Poder Legislativo, resultam em exercício meramente formal e inócuo ou se representam manifestação de uma sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Uma vez reconhecida a primeira hipótese, a realização das audiências públicas pode restar como mera tentativa frustrada de conferir legitimidade a uma Corte com tendências contramajoritárias. Reconhecida a segunda vertente, as audiências podem ser reconhecidas como instrumento valioso de participação popular em uma arena carecedora de legitimidade eleitoral, mas que se revela em ator de crescente importância na implementação ou na efetivação de políticas públicas e de direitos fundamentais.

Palavras-Chave: audiências públicas. Sociedade aberta. Supremo Tribunal Federal.

AS DECISÕES ESTRUTURANTES COMO MECANISMO PARA IMPLEMENTAR A EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NO BRASIL

Filipe Bastos Nogueira - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
filipe.nogueira@sempreceub.br
Jefferson Carlos Carus Guedes - UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O processo civil brasileiro foi construído, ao longo dos anos, com base nos direitos individuais, o que, consequentemente, está pautado em torno do conceito da lide, marcada por uma delimitação bem definida e precisa dos interesses, das pretensões e dos sujeitos processuais envolvidos. Assim sendo, a estrutura clássica do processo civil é caracterizada pela bipolaridade, em que, necessariamente, estão posições antagônicas e em que uma deve prevalecer sobre outra, cabendo ao juiz decidir quem será consagrado como vitorioso e como perdedor. Essa lógica, que, durante muitos anos, funciona para o grande espeque de conflitos privados, não apresenta solução juridicamente adequada para contendas em situações sociais complexas que dialogam na dimensão do direito privado e do direito público, como ocorre com os conflitos coletivos fundiários urbanos, pois as decisões judiciais nessas lides não parecem efetivas. A discussão acerca desse tipo de conflito não deve ficar restrita à propriedade, pois trata-se de demanda resultante da ausência de políticas públicas voltadas à implementação de moradia da população de baixa renda. Assim, é essencial que a questão seja analisada sob diferentes ângulos, considerando as normas de caráter público sobre o direito à moradia. Diante desse contexto, faz-se necessária a busca de mecanismos que rompam com a visão tradicional de solução de conflitos, baseada unicamente na visão dos direitos individuais e de sua possível identificação em torno de sujeitos específicos. Nesse sentido, este estudo debruça-se sobre as decisões estruturantes implementadas nos conflitos fundiários urbanos, que demandam uma solução não adstrita ao direito de propriedade e que apresente uma resposta socialmente adequada.

Palavras-Chave: Processo civil brasileiro. Conflito fundiário. Decisões estruturantes.

BENS REVERSÍVEIS NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES: CRITÉRIO DE DEFINIÇÃO

Dante Aguiar Parente - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
dante.parente@sempreceub.edu.br
Sandro Dezan - UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@gmail.com

O presente trabalho analisa a reversibilidade de bens aplicável ao setor de telecomunicações brasileiro com foco na investigação do critério apto a identificar quais são os reversíveis. Para tanto, examina-se o regime jurídico dos bens reversíveis no direito brasileiro, declarando inexistir um regime jurídico uno para todos os setores da economia em que se faça uso desse instrumento de garantia da continuidade do serviço público. Ao examinar o setor de telecomunicações, destaca-se o histórico da desestatização do sistema TELEBRÁS, momento em que não se fez qualquer inventário de bens, e verifica-se o regime público de prestação do serviço de telecomunicações como importante para compreender especificidades do Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC (telefonia fixa), regime diverso dos demais serviços de telecomunicações, como o Serviço Móvel Pessoal – SMP (telefonia celular). Propõe-se como critério de identificação dos bens reversíveis a sua indispensabilidade para a prestação do STFC, item calcado na legislação de regência e nos contratos firmados entre as concessionárias e a ANATEL. Nesse contexto, examina-se a reversibilidade dos bens em casos específicos, mas de extrema importância para o setor de telecomunicações, pela relevância financeira, como os bens imóveis e os bens multisserviços (empregados na prestação de mais de um serviço de telecomunicações). Ao fim, analisa-se o Projeto de Lei da Câmara (PLC) n°79/2016, que modifica a Lei Geral de Telecomunicações n° 9.472, de 1997, para alterar o regime de concessão da telefonia fixa, permitindo que seja feita por autorização à iniciativa privada, e que extingue o regime de reversibilidade de bens nesse setor.

Palavras-Chave: bens reversíveis. Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC. Telecomunicações.

BRASÍLIA: CARTOGRAFIA JURÍDICA, DIREITO DO TERRITÓRIO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Fernando José Longo Filho - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
fjlongofh@sempreceub.com
Enrique Ricardo Lewandowski - UniCEUB, professor orientador
enrique.lewandowski@ceub.edu.br

A proposta de investigação tem como objeto de estudo Brasília e como o Direito se relaciona com o território ocupado pelo Distrito Federal e pela circunvizinhança. O Distrito Federal tem a configuração de cidade-Estado, na medida em que congrega as competências de Estado e municípios, goza de autonomia administrativa, política e financeira e constitui ente federativo, sendo vetada a criação de municípios em seu território (artigos.1°, 18 e 32 da Constituição Federal). Entretanto, as relações do Distrito Federal com os municípios vizinhos têm-se tornado cada vez mais complexas. Em 1998, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno – RIDE por meio da Lei Complementar n° 94/1998, que abrange municípios pertencentes aos estados de Goiás e de Minas Gerais, além de Brasília. Embora haja a RIDE, afirma-se que a Área Metropolitana de Brasília – AMB é um território menor, que se encontra inserido na RIDE e sem marco legal institucional. A relevância da pesquisa justifica-se pela existência de uma lacuna de estudos jurídicos que versem sobre a relação do Distrito Federal entre o território e o Direito. Para empreender essa investigação, é necessário elaborar uma cartografia jurídica do território do Distrito Federal e suas adjacências, a fim de compreender como as relações entre território e Direito são permeadas e infiltradas pelo poder, nos termos preconizados por Foucault, isto é, como um governo delimita uma população em um território. Em outras palavras, o poder cria o território. A compreensão das relações traçadas pela cartografia jurídica do Distrito Federal deve ser redesenhada, tendo como referência o desenvolvimento do Direito do Território, cuja finalidade é o estudo das atividades de definir fronteiras e limites geográficos que podem descritos e identificados a partir dos seguintes pontos de vista: quem delimita as fronteiras, como a delimitação é feita, que tipo de limite é feito e por que é feito. O Direito do Território, constitucionalmente adequado ao Estado Democrático de Direito, é parâmetro normativo para a definição de arranjos institucionais. A cartografia jurídica de Brasília e o Direito do Território são categorias de análise da pesquisa empírica a ser realizada sobre os arranjos institucionais da gestão do território do Distrito Federal e adjacências.

Palavras-Chave: cartografia jurídica. Direito. Território.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO ICMS: O IMPACTO DA GUERRA FISCAL ENTRE OS ESTADOS NA ZONA FRANCA DE MANAUS

Aline Teixeira Leal Nunes - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
alinelealnunes@gmail.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

Há verdadeira ineficiência institucional em conter a guerra fiscal entre os estados-membros, e tal situação gera incalculáveis consequências para o federalismo brasileiro, causando impacto no modelo da Zona Franca de Manaus, cujo objetivo principal é o desenvolvimento da região com pouco impacto no bioma da Amazônia. O artigo 155, §2°, XII, g, determinou que os entes competentes para a criação do ICMS entrassem em um acordo para que fosse instituído ou revogado qualquer benefício fiscal. Essa previsão, claramente, mitiga a autonomia dos entes políticos, mas tem o intuito de preservar o equilíbrio entre as unidades federativas, levando em consideração a vocação nacional do ICMS. Acontece que outros estados, para tornar-se competitivos na atração de empresas, concederam benefícios sem a autorização pela unanimidade dos demais estados da federação, o que levou a uma disputa por contribuintes entre os entes federativos, a chamada guerra fiscal. A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada para receber tratamento diferenciado neste sistema. Nesse sentido, há autorização constitucional para o Amazonas conceder benefícios fiscais de ICMS às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na ZFM. A única hipótese de conceder os benefícios sem autorização por meio de convênio com o CONFAZ, de forma constitucional, é no âmbito da Zona Franca de Manaus. No entanto, ao conceder benefícios fiscais inconstitucionalmente por qualquer estado membro, sem a autorização do CONFAZ, o tratamento diferenciado é afetado, e as indústrias localizadas na ZFM serão atingidas, uma vez que o benefício restará impactado.

Palavras-Chave: guerra fiscal. Federalismo. Zona Franca de Manaus.

DA (IM)POSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA PARA O DOMÍNIO PRIVADO DE IMÓVEL PÚBLICO EM ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL NO DISTRITO FEDERAL

Yana Fernandes Medeiros Silva - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
yanafms@gmail.com
Márcia Dieguez Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O Distrito Federal contém grandes extensões de terras protegidas por suas características ambientais especiais. Ao mesmo tempo, em decorrência de sua peculiar formação, planejado para acolher a nova capital, apresenta numerosos imóveis urbanos e rurais sob domínio público. Em paralelo a sua expansão demográfica singular, decorrente de iniciativas formais e informais de ocupação da região, o desenvolvimento político desta unidade da federação também refletiu gradual influência do movimento ambientalista, cujos princípios foram consagrados tanto na Constituição Federal quanto na Lei Orgânica do Distrito Federal, sobretudo após sua autonomia política. Neste sentido, a interseção das especiais tutelas limitadoras de uso em determinados terrenos implica a inafastável análise de sua destinação sob duas óticas. A primeira é relativa à garantia da proteção do bem ambiental tutelado. A segunda consubstancia a gestão de imóveis públicos, propriedades concebidas para a implantação do Distrito Federal, sobre as quais impôs o legislador distrital regramento específico quando permitida a sua utilização por particulares. A gestão do espaço territorial no Distrito Federal, dimensão sobre a qual são concretizadas outras políticas públicas, parece conter, pois, sistema normativo mais restritivo em razão de tais características. Neste contexto, a partir do marco legal representado pela Lei Orgânica do Distrito Federal, objetiva-se pesquisar a legalidade da transferência de propriedades públicas para o domínio privado quando tais terrenos sejam igualmente considerados de interesse para a proteção ambiental. Pretende-se, do mesmo modo, em caso de impossibilidade de alienação dos imóveis, identificar instrumentos jurídicos que permitam o uso regular dos terrenos, observadas suas limitações ambientais.

Palavras-Chave: política ambiental. Gestão territorial. Desenvolvimento sustentável.

DESAFIOS AO DESINVESTIMENTO ESTATAL

Daniel Brasiliense e Prado - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
brasil.prado@sempreceub.com
Ivo Gico Júnior - UniCEUB, professor orientador
gico@ghdadvogados.com.br

O desinvestimento estatal, compreendido como a política de venda de participações minoritárias em sociedades estatais e/ou privadas, levanta o questionamento acerca de qual caminho seguir: padrões internacionais, derivados de boas práticas indicadas por instituições globais, ou solução doméstica. Nesse sentido, pretende-se realizar diálogo entre as estruturas normativas nacionais e internacionais, analisando o caso concreto do IRB - Resseguros RE.

Palavras-Chave: Desinvestimento estatal. Privatização. IRB-Resseguros.

ESTUDO DA CRIMINALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DISTRITO FEDERAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SEU ENFRENTAMENTO

Rafael Augusto Alves - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
rafael.augusto@sempreceub.br
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A pesquisa examina o fenômeno da criminalização tributária no Distrito Federal. A partir da premissa da seletividade inerente a esse tema, o estudo remonta à construção dogmática dos crimes contra a ordem tributária no país, investigando os rumos da política criminal brasileira a esse respeito, para interpretar as manifestações concretas desse fenômeno no Distrito Federal. Além disso, analisam-se as políticas públicas e os arranjos institucionais locais para o seu enfrentamento.

Palavras-Chave: criminalização tributária. Distrito Federal. Políticas públicas.

ESTUDO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE DIREITO SOB A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DO JURISTA NO BRASIL

Luciana Rangel da Silva Tyrka - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
luciana.tyrka@uniceub.br
Nitish Monebhurrun - UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Investigar as produções de Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos que concluem as faculdades de Direito, para verificar aspectos que reflitam sobre a formação dos juristas, é uma tarefa essencial que contribui para traçar um perfil desses profissionais. Por ser a educação mais que um direito social garantido pela Constituição Federal, ou seja, um direito intelectual do cidadão que quer desenvolver-se e demonstrar uma consciência crítica de sua realidade, o trabalho nas faculdades de Direito deve, conforme a Lei de 11 de agosto de 1827, regulamentada pelos Estatutos do Visconde de Cachoeira, proporcionar ao aluno o enlace da teoria com a prática e o estudo minucioso das leis como parte da formação de um jurista desde o remoto momento da instalação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil. Ao ler algumas monografias apresentadas como trabalhos de conclusão de curso por estudantes de faculdades de Direito brasileiras, é possível observar aspectos, como: a bibliografia utilizada na confecção dos trabalhos; a profundidade ou a superficialidade com que os temas são tratados; a relação (ou não) do que é produzido com o tema ou o título proposto; a forma como a pesquisa foi realizada; a contribuição (ou não) dos trabalhos para o mundo real; além de outros pontos.

Palavras-Chave: jurista. TCC. Educação.

FEDERALISMO E FEDERALISMO FISCAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E PATRIMONIAIS

Mauro Sérgio de Souza Moreira - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
mauro.moreira@dnpm.gov.br
Arnaldo Godoy - UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

O trabalho busca, em primeiro lugar, conhecer as possibilidades e os limites do federalismo e do federalismo fiscal e analisar, conjunturalmente, o problema afeto à divisão dos *royalties* de petróleo, mineração e energia e à guerra fiscal. Em segundo momento, estabelecem-se conceitos quanto à natureza jurídica e à forma de incorporação dos instrumentos de mitigação dos conflitos federativos. Por fim, verifica-se de que forma esses instrumentos e as alterações (propostas) legislativas podem abrandar os efeitos dos conflitos federativos. Por oportuno, vislumbra-se, inicialmente, que os instrumentos serão os seguintes: fórmula financeira global para cálculo do rateio de *royalties* com base nos elementos do federalismo fiscal; ampliação da utilização dos convênios e dos protocolos no âmbito do CONFAZ para resolução de conflitos federativos; criação de um conselho em que tenham assento organismos ou representantes, democraticamente escolhidos, dos municípios alijados do processo decisório e sem estrutura ou *locus* formal para apresentação das suas demandas.

Palavras-Chave: federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias. Repartição das receitas patrimoniais.

FRAGILIDADES DO FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE CASO DO IPVA

Daniel Gonçalves Mendes da Costa - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
danielgmc@sempreceub.com
José Levi Mello Amaral Júnior - UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A dissertação tem como objeto de pesquisa a autonomia normativa dos estados da federação brasileira por meio de um estudo acerca do IPVA, tratando da competência tributária destes entes. Para o desenvolvimento do tema, foram analisadas jurisprudências relacionadas a três casos relativos a este imposto estadual. Então, o foco central da pesquisa é avaliar se o federalismo no Brasil realmente existe diante da jurisprudência constitucional, analisando a autonomia dos estados e do Distrito Federal. Segundo os cientistas políticos, um dos pontos essenciais da federação é que cada esfera de competência deve ter sua própria renda. Quando o ente federado tem condições de arrecadar seus próprios recursos, isso implica autonomia política real e não apenas nominal. Desta forma, importa analisar se o sistema tributário brasileiro, previsto na Constituição Federal de 1988, observa os requisitos do federalismo fiscal. Não são poucos os casos em que discussões a respeito do IPVA perante o Poder Judiciário, especialmente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, tocam em questões sensíveis ao federalismo. Um dos temas trata da imunidade recíproca do IPVA em face das alienações fiduciárias, como ilustram os autos do RE 727851 RG/MG, em que persiste a discussão quanto aos veículos alienados fiduciariamente pelo município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Neste caso, argumenta-se que os veículos não sustentam o patrimônio do município, mas da instituição financeira com a qual foi celebrado o contrato, de forma que a mera posse não o torna patrimônio. Outro assunto analisado são as isenções do IPVA em face do repasse constitucional aos municípios. Neste sentido, examina-se o caso do município de Goiânia, Goiás, que propôs a ação direta de inconstitucionalidade em face do artigo 9º da Lei Estadual nº 19.999, de 2 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás. Entre outros argumentos de natureza formal levantada pelo município, consta a renúncia de receita que seria de parcial titularidade dos municípios nos termos do artigo 158, III da Constituição Federal. Por fim, verifica-se o imbróglio que trata do critério espacial do IPVA. Enquanto alguns tomam por base o local de licenciamento do veículo, outros indicam o domicílio ou a sede do detentor do veículo. Neste contexto, adiciona-se a pluralidade de alíquotas e a diversidade de critérios nas isenções, envolvendo, nesta pequena “batalha” fiscal, variados segmentos econômicos e pessoas naturais.

Palavras-Chave: IPVA. Federalismo. Tributo.

GÁS NATURAL:
FALHAS DE MERCADO E FALHAS REGULATÓRIAS

Renata Beckert Isfer - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
renata.isfer@agu.gov.br
Ivo Teixeira Gico Júnior - UniCEUB, professor orientador
gico@ghdadvogados@com.br

O gás natural é o combustível da transição energética por excelência, principalmente pelo seu custo e menor emissão de carbono na atmosfera. Os Estados Unidos revolucionam com as descobertas de jazidas de gás não convencional, que já respondem por 33% e 52% de sua matriz energética. Por sua vez, o mercado de gás natural no Brasil é incipiente. Barreiras decorrentes da conjuntura regulatória, de monopólios e do sistema tributário não permitem o seu desenvolvimento. Com a descoberta de grandes potenciais no polígono do pré-sal e em outras bacias, como a de Sergipe-Alagoas, houve novo fôlego para a discussão acerca das mudanças necessárias, em programas, como o Gás para Crescer e o Novo Mercado de Gás, criados pelo Governo Federal. A proposta deste estudo é verificar quais são as falhas de mercado e as regulatórias que impedem o desenvolvimento de um mercado competitivo de gás natural. Para tanto, inicia-se com um perfil da indústria de mercado de gás natural e seu funcionamento. Em seguida, são identificadas as falhas de mercado que precisam ser equacionadas por meio de regulação. Aprofunda-se o sistema jurídico sobre o tema, e identifica-se a sua efetividade para corrigir as falhas de mercado apontadas. Os entraves tributários e a conexão com o setor elétrico também são analisados, além das especificidades do *shale gas*.

Palavras-Chave: gás natural. Direito regulatório. Direito de energia.

INFLEXÕES DO FENÔMENO DA IATROGÊNESE NO DISCURSO JURÍDICO: UMA PROPOSTA DE LEITURA CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDÊNCIA

Nathalia Resende Lara Gabriel - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
nathaliarlg1@gmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva - UniCEUB, professor orientador
frederico.barbosa@ipea.gov.br

A pesquisa tem como objetivo a investigação empírica da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT nos anos de 2017 e 2018, em relação ao seu posicionamento como órgão possivelmente estimulador de um fenômeno sociológico denominado *iatrogênese*, ao garantir o direto social à saúde mediante a dispensa de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde. Para isso, são apresentados, em um momento inicial, os conceitos-chave necessários para a compreensão da iatrogênese e sua manifestação como uma doença provocada pela ação da medicina com as categorias criadas pelo sociólogo Ivan Illich. Na segunda parte, faz-se a revisão da legislação brasileira acerca dos medicamentos e suas políticas públicas, de modo a proporcionar um recorte institucional de como o fornecimento de fármacos é regulado. Por fim, é feita uma análise qualitativa e quantitativa mediante a Metodologia de Análise de Decisões – MAD, com o objetivo de compreender se a assistência farmacêutica, incluída a provisão de fármacos, é tratada pelos magistrados de modo harmônico com as políticas públicas existentes. Por conseguinte, conclui-se se suas decisões seriam mais uma forma de incentivo pela busca malsã da saúde, gerando outros danos que ressaltam o papel prejudicial da medicina quando aplicada de forma nefasta.

Palavras-Chave: iatrogênese. Direito e políticas públicas. Assistência farmacêutica.

LÁ NA MORADA:
CARTOGRAFIAS PARA O RECONHECIMENTO

Mônica Thaís Souza Ribeiro - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
monica.ribeiro@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva - UniCEUB, professor orientador
frederico.barbosa@ipea.gov.br

Sistema jurídico, Estado, nação, soberania, dominação, legitimidade, direitos individuais, direitos sociais são parte do vocabulário que constrói as narrativas da expansão e da consolidação da história moderna e de suas instituições típicas. Esse vocabulário não apenas descreve, mas também tematiza e naturaliza valores, sustentando uma lógica discursiva complexa, porém particular. O efeito simbólico disso é a imposição de uma cultura particular que é, assim, universalizada e impede narrativas alternativas, periféricas e descentralizadas de classes, grupos, povos e gêneros. O trabalho concentra-se na descrição de múltiplas narrativas alternativas de pessoas atingidas pela barragem de Três Marias, especificamente de moradores e ex-moradores de Morada Nova de Minas, em Minas Gerais. Entre os sentidos do direito, estão os relacionados à dimensão subjetiva dos atores, ligada à ideia de justiça, moral, ética, valores que não são estranhos aos modos de viver do cotidiano. Mediante entrevistas, o direito apresenta-se em suas múltiplas facetas, no quadro de histórias e narrativas de vida relacionadas ao impacto de uma política pública executada na década de 60. As entrevistas envolvem um jogo interativo com estratégias, controle de informações e busca de coerência discursiva para as questões. Para interpretar o tipo de direito que se expressou nas experiências e nas narrativas dos entrevistados, reformula-se a questão tal qual é apresentada habitualmente como parte do monismo jurídico (direitos individuais, sociais e direitos humanos positivados), para dimensionar a possibilidade de descrever, pelas narrativas, a presença do pluralismo jurídico *in natura*. Embora o direito se mantenha como interlocutor oculto na pesquisa, parte-se da ideia de que as narrativas dos entrevistados expressam muitos “sensos de justiça ou de direito” em contraste com construções externas, impostas como violência simbólica de grande e única narrativa. Desta forma, o objeto deste trabalho concentra-se nas narrativas registradas das entrevistas cuja experiência de vida foi transformada com a chegada das águas. O objetivo é analisar, dos impactos causados, questões socioambientais, problemas fundiários com a desapropriação e o baixo valor de indenização (ou nenhuma indenização), apagamento cultural na comunidade tradicionalmente rural e marginalização de seus direitos. A metodologia escolhida foi a pesquisa empírica, pautada em entrevistas semiestruturadas. Como resultado parcial, percebe-se a incompreensão de direitos dos moradores e a ausência de identidade como sujeitos de direitos, referenciadas na falta de acesso à justiça, em razão da inexistência de políticas públicas naquela região. O impacto causado pela ausência de planejamento de políticas públicas gerou uma desordem em questões urbanas, sociais e culturais da comunidade local. Por lá, as dinâmicas sociais são contingenciais, e toda a infraestrutura é dependente do Estado.

Palavras-Chave: barragem. Políticas públicas. Impactos.

LEGÍSTICA APLICADA À LEGISLAÇÃO DE CONCORRÊNCIA EMPRESARIAL

Marcel Gaston Nogueira - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
marcelgn2@gmail.com
Arnaldo Godoy - UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

A Lei n.º 12.529/2011 aponta infrações contra a concorrência empresarial. No entanto, questiona-se se, de fato, cumpre o objetivo para o qual foi elaborada, qual seja, evitar a deslealdade empresarial. Para tanto, emprega-se a legística, um ramo científico recente que se presta a analisar a qualidade das leis e dar-lhes coerência, buscando sua eficiência. Do ponto de vista histórico, evidências mostram que legislações como essa nasceram para defender grupos de empresários selecionados que estariam perdendo espaço para outros mais inovadores e eficientes. Assim, um dos principais problemas na aplicação dessa lei reside na causa de ineficiência econômica. Além da perspectiva histórica, há um obstáculo teórico e outro material que a legislação antitruste deixa de observar. O primeiro é demonstrado pela experiência internacional, mediante a teoria da *failing firm defense*, da década de 1930, nos Estados Unidos, que aponta casos em que a relativização de normas desta estirpe é benéfica aos fornecedores e aos consumidores. O segundo refere-se aos cartéis de crise, quando é costumeiro surgir grupos econômicos ilegais que se utilizam de estratégias desleais para apresentar resultados eficientes do ponto de vista do mercado. Por fim, ao analisar o texto da Lei n.º 12.529/2011, é possível notar que este diploma legal padece de vaguidade. Este problema causa insegurança e imprevisibilidade aos tutelados, uma vez que podem ser penalizados por condutas que não tenham por objeto causar efeitos danosos ao mercado. Assim, este trabalho visa produzir saídas mais eficientes em relação ao texto da Lei n.º 12.529/2011, no intuito de que cumpra o objetivo para o qual foi elaborado.

Palavras-Chave: legística. Concorrência empresarial. Processo legislativo.

LIMITES E PERSPECTIVAS À RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Danuta Rafaela Nogueira de Souza Calazans - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
danuta.nogueira@agu.gov.br
Márcia Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@uol.com.br

O estudo analisa os limites à atuação do Poder Judiciário na resolução de conflitos socioambientais por meios alternativos de solução de controvérsias. A pesquisa justifica-se, porque, mediante estudos de litígios levados à Justiça, nota-se um histórico de insatisfação na resolução de conflitos socioambientais pelo Poder Judiciário, em razão da inadequação da utilização de critérios unicamente jurídicos nas decisões que envolvem conflitos socioambientais. Diante dessa realidade, examina-se a possibilidade da utilização do sistema de multiportas para a pacificação dessa espécie de controvérsias, defendendo-se a inexistência de óbices à transigência de direitos socioambientais e a aplicabilidade desse sistema em conflitos quando as partes envolvidas são pessoas jurídicas de direito público. Além disso, analisa-se a atuação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF em matéria socioambiental, identificando os seus limites, e, especialmente, buscam-se perspectivas para a atuação mais efetiva. Embora a CCAF não seja adequadamente explorada pelas pessoas jurídicas de direito público como foro para resolução de controvérsias socioambientais, a partir de estudos de casos, reconhece-se que, apesar das limitações, as soluções dadas pela CCAF em temática socioambiental são mais eficazes do que as entregues pelo Poder Judiciário. Em face desse contexto, o estudo explora perspectivas para melhor atuação da CCAF na busca da solução de controvérsias socioambientais, em particular, pelo aproveitamento da *expertise* dos servidores da administração pública e do diálogo institucional indispensável à solução dessa espécie de conflitos.

Palavras-Chave: conflitos socioambientais. Poder Judiciário. Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

LOBBY NO BRASIL:
INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA DEMOCRACIA

Ana Paula de Araújo Lima Rodrigues - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
ana.apalr@sempreceub.com
Jefferson Carús Guedes - UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A Constituição Federal de 1988 recuperou ao Brasil o Estado democrático de Direito e, em seu texto, diversos princípios, com o intuito de estabelecer diretrizes para os direitos e as garantias dos cidadãos. Um desses, fundamento da República Federativa do Brasil, é o de que todo poder emana do povo, que tem o direito a escolher seus representantes. A democracia representativa garante isso à sociedade, porém não lhe assegura que todos os direitos sociais previstos no texto constitucional sejam cumpridos. Nesse sentido, as políticas públicas e a sua entrada na agenda governamental passam a ser interesse da sociedade, que se apercebe do fato de que os seus representantes não estão implementando os direitos esperados. Por esse motivo, cada vez mais, o sistema representativo sofre críticas, por não conseguir demonstrar ao povo essa representação, já que a sociedade escolhe os representantes, mas não há nenhuma forma de controle sobre eles após a eleição. Isso faz acreditar-se que a democracia representativa se mostre como um sistema (quase) falido, por não conseguir suprir os anseios do povo. Com base nessa lacuna, surgem instrumentos, além dos previstos no texto constitucional, que visam facilitar a participação da sociedade na busca por seus direitos sociais e a implementação das políticas públicas. O *lobby* é um deles. A proposta da pesquisa é desenvolver uma avaliação de como as políticas públicas entram na agenda governamental e como o *lobby* contribui para criar um canal de comunicação entre o povo e os tomadores de decisões.

Palavras-Chave: democracia. *Lobby*. Políticas Públicas.

O "NÃO" À EXIGÊNCIA DE CONTEÚDO LOCAL DO PROGRAMA INOVAR-AUTO: LIMITES DA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA CONFORME A OMC

Samira Mohamad Ali Mahmoud Otman - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
samira.otman@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro - UniCEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O Brasil, como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), comprometeu-se a seguir as normas e os princípios insculpidos nos acordos multilaterais dos quais é signatário, especialmente no que diz respeito à regulação sobre o comércio interno. No entanto, tem despendido esforços para flexibilizar as suas obrigações decorrentes do princípio da não discriminação por alegada necessidade de dispor do uso de medidas restritivas para promover o desenvolvimento nacional. O trabalho tem por objetivo verificar se os limites impostos à política industrial brasileira pela normativa da OMC são passíveis de relativização em função das justificativas apresentadas pelo Brasil para a adoção de medidas que importam na exigência de conteúdo local. Para tanto, o assunto é posto em perspectiva quanto ao programa INOVAR-AUTO, cujas condições para habilitação motivaram a condenação do Brasil pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC em decorrência da constatação de exigência de conteúdo local, considerada uma violação ao princípio do tratamento nacional. Nesse tear, é analisada a submissão da discricionariedade política do país aos ditames da OMC e a extensão dos limites vigentes nessa normativa, sobre a política industrial brasileira, em observância à jurisprudência da OMC, cujas particularidades culminaram na condenação do Brasil, no âmbito da organização. Por fim, é demonstrada a impossibilidade de flexibilização dos limites à política industrial automotiva brasileira mediante a inadequação das justificativas apresentadas pelo Brasil às exceções que seriam passíveis de isentar o país do cumprimento do princípio do tratamento nacional. A metodologia utilizada é composta de estudo de caso, exame da normativa da OMC, análise jurisprudencial e pesquisa doutrinária.

Palavras-Chave: OMC. Conteúdo local. Direito Internacional.

O CASO DA VILA DNOCS EM SOBRADINHO, DF: A URBANIZAÇÃO E O IMPACTO NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Ricardo Mendes Villafane Gomes - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
rickvillas@hotmail.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva - UniCEUB, professor orientador
frederico.barbosa@ipea.gov.br

A criminalidade urbana é um problema que aflige os brasileiros, e conhecer formas de reduzir a quantidade de delitos é importante caminho para a adoção de políticas públicas eficientes. Neste contexto, indaga-se se é possível reverter a curva de crescimento da criminalidade com a urbanização. Para tanto, demonstra-se, ao longo deste trabalho, que a efetivação do direito à moradia digna tem impacto positivo na diminuição dos crimes. De fato, a garantia da propriedade imobiliária com infraestrutura dos serviços públicos básicos é um fator que impacta os índices criminais. Nesse sentido, realizou-se avaliação bibliográfica e análise do processo de urbanização levado a efeito em 2013, na Vila DNOCS, em Sobradinho, DF, mediante o Programa Morar Bem. Com base nesse marco temporal, procedeu-se à coleta de dados para uma comparação quantitativa dos crimes violentos letais intencionais e dos delitos contra o patrimônio ocorridos antes e depois da urbanização nesta localidade, e constatou-se que, efetivamente, houve um impacto positivo na redução da criminalidade.

Palavras-Chave: urbanização. Direito à moradia. Redução da criminalidade.

O CONSTITUCIONALISMO REGIONAL DE TRANSFORMAÇÃO: NOVO CAMINHO EMANCIPATÓRIO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL IDEAL

Adriano Mendes Shulc - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
adriano.shulc@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
patricia.mello@ceub.edu.br

O tema proposto tem como ponto de partida o estudo do novo movimento denominado *constitucionalismo transformador*, que viabiliza a abertura dos ordenamentos jurídicos nacionais dos países latino-americanos ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito. Sob esse aspecto, o constitucionalismo transformador tem por missão capacitar o Estado a promover a necessária transformação social, abrindo caminhos para maior proteção aos direitos e às liberdades fundamentais e, ao mesmo tempo, fortalecer as instituições estatais, mormente no que toca ao acesso efetivo à máquina judiciária e à independência do Poder Judiciário. Tal processo é conhecido como *ius constitutionale commune* na América Latina e tem a missão de empoderar o sistema interamericano por meio do diálogo jurisdicional e do controle de convencionalidade, método pelo qual os tribunais e os juízes podem aferir se as leis e os atos normativos ofendem ou não algum tratado internacional que verse sobre direitos humanos. Enfim, o constitucionalismo regional transformador representa um movimento político, social e cultural dos países latino-americanos, que, além de inter-relacionar os diferentes ordenamentos jurídicos desses países, tem a missão de contrapor-se ao poder político da minoria monopolizadora, as elites políticas e econômicas, e ao hiperpresidencialismo, que, não raro, utilizam-se de métodos ilegítimos e arbitrários como forma de dominação do povo e de deturpação da democracia. A problemática, portanto, indaga se, no atual modelo do constitucionalismo, encontram-se mecanismos suficientes para lutar contra a acentuada desigualdade social e a violência sistêmica, além de combater as forças que tencionam impor, em boa parte da América Latina, um tipo pernicioso de democracia *(i)liberal*. Se, por um lado, a democracia liberal, em seu sentido lato, pode ser compreendida como a expressão de governabilidade por meio do sufrágio universal e periódico, em que os cidadãos participam e interferem, direta e indiretamente, na condução da coisa pública sem limitações por questões de gênero, raça, cor e ideologias, por outro lado, na democracia iliberal, conquanto ocorram eleições livres e aparentemente legítimas, é comum encontrar atitudes autoritárias por parte de governantes e políticos que, não raro, ignoram ou impedem a efetivação dos direitos e das garantias constitucionalmente asseguradas aos cidadãos. Assim, a ideia do constitucionalismo transformador, visto como um movimento permeado de potencialidades aptas a assegurar o bom funcionamento das instituições nacionais, tem significativa importância, sobretudo, como instrumento vital da sociedade civil organizada na luta por justiça e direitos, mediante alianças entre os judiciários locais, além de proteger a democracia como instrumento de blindagem em face dos arroubos de governos autoritários que promovem a desagregação da ordem democrática e o

consequente enfraquecimento dos direitos fundamentais dos grupos minoritários.

Palavras-Chave: democracia liberal. Hiperpresidencialismo. *Ius constitutionale commune*.

O CONVENCIMENTO JUDICIAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: OS STANDARDS DE PROVA COMO INSTRUMENTOS DE OBJETIVIZAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO DE DECISÕES

Rafael Silva de Almeida - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
advrafael@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A avaliação da prova concebe-se tema central no direito, especialmente por sua relevância no processo de tomada de decisão do julgador. Por meio da prova, busca-se, primordialmente, apoderar-se da verdade e verificar, apurar, inspecionar, demonstrar, balizar, aprovar ou confirmar premissas e raciocínios construídos no processo. A reconstituição da verdade constitui tarefa hercúlea especialmente no processo penal, já que cuida da apuração de crimes, criminosos e da aplicação de sanções, o que exige um nível considerável de segurança probatória a suportar o trabalho do julgador. No âmbito do processo penal brasileiro, vigora a livre apreciação da prova, e há a exigência de que a sentença seja fundamentada como instrumento de controle social e jurídico da atividade probatória e do convencimento judicial, não se admitindo validade às conclusões do magistrado caso baseadas, exclusivamente, em elementos de investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas. A atividade jurisdicional deve aspirar à objetividade no maior nível possível e deve dirigir sua atuação a alcançar o conhecimento da verdade nos feitos, o que se pode prejudicar pela ausência ou pela fraqueza normativa quanto ao rigor analítico e científico da busca da verdade. Justifica-se, logo, a avaliação do procedimento probatório brasileiro na busca da prevenção de condenações injustas, do fortalecimento da legitimidade e da eficácia aos pronunciamentos judiciais e na mitigação de subjetividade e ambiguidade. Apresentam-se como opção na busca para a objetivação da valoração probatória os denominados *standards* ou instrumentos que especificam o limite mínimo que deve ser satisfeito para afirmar que uma hipótese foi provada, o que pode dotar de maior racionalidade as decisões penais brasileiras.

Palavras-Chave: processo penal. *Standards* de prova. Convencimento judicial.

O DESENHO DESCENTRALIZADO DOS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA SUBSTANTIVAÇÃO DO DIREITO UNIVERSAL À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Naiara Ferreira Martins - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
naiara.martins@ceub.edu.br
Marcelo Dias Varella - UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A ressignificação da alimentação converge para o estabelecimento de diretrizes e práticas alimentares que vislumbram a participação da sociedade como um princípio intrínseco à garantia desse direito. Assim, o objetivo desta dissertação apresenta-se pela compreensão de como a ação participativa local, descentralizada dos Conselhos de Alimentação Escolar, conduz para a execução de políticas públicas de alimentação escolar em âmbito federal. As práticas alimentares envolvem um plano simbólico, tendo a comida não apenas como substância, mas também como um modo de vida. A alimentação humana, portanto, constitui-se também como ato social e cultural, produzindo significados em seu contexto, além de estabelecer relações de poder e construir identidades. Esse delineamento associa à ressignificação da alimentação em nova cultura identitária, como direito fundamental. Nesse sentido, os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) passaram a fornecer um mecanismo indutor de descentralização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito escolar. A compreensão do funcionamento desses órgãos colegiados permite a análise da execução da política de alimentação escolar, principalmente quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na garantia da universalização do direito fundamental à alimentação. Torna-se necessário, assim, indicar que o PNAE envolve uma dinâmica interativa entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, por meio da transferência direta de recursos às entidades executoras, como prefeituras, Secretarias de Educação nos estados e no Distrito Federal, além da interlocução entre diversos setores, tais como educação, agricultura, saúde. Ademais, delimita-se a preocupação quanto à estrutura descentralizada e o potencial de transversalidade setorial dos CAE na substantivação do direito universal à alimentação escolar.

Palavras-Chave: direito à alimentação. Participação social. Conselho de Alimentação Escolar.

O DIREITO BRASILEIRO E A RESPONSABILIDADE PENAL POR ACIDENTES COM VEÍCULOS AUTÔNOMOS

Andréa de Araújo Costa - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
andcosta1981@gmail.com
Liziane Paixão Silva Oliveira - UniCEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A pesquisa trata da responsabilidade penal incidente nas relações jurídicas sobre veículos autônomos e demonstra, com vistas na modernidade, a necessidade de serem reformulados conceitos aplicáveis à responsabilidade que incide sobre os condutores. Na atualidade, o direito penal vê-se desafiado pelo imprevisível e acelerado desenvolvimento tecnológico, e, a rigor, os impactos da digitalização no âmbito da regulação jurídica nada mais são do que as consequências de sua constante introdução nas relações humanas. Existem, assim, situações a que o ordenamento jurídico não se encontra preparado para responder. Nesse sentido, demonstra-se a necessidade de intensificar os relevantes debates demandados pela temática dos carros autônomos.

Palavras-Chave: veículos autônomos. Responsabilidade penal. Direito brasileiro.

O DIREITO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL

Débora Hanna de Arruda dos Santos - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
debora.arruda@uniceub.br
Frederico Augusto Barbosa da Silva - UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@uniceub.br

Este trabalho visa discutir a efetividade da ação civil pública como instrumento de implementação da política de saúde mental mediante o paradigma psicossocial. O estudo divide-se em duas partes. A primeira examina o papel do direito nas políticas públicas, com o intuito de compreender a escolha do instrumento processual, a ação civil pública, para judicializar a política. Na segunda parte, analisa-se a efetividade desse instrumento para implementar a política. Com base nessa perspectiva, a primeira parte situa, normativamente e empiricamente, a política pública de saúde mental no Distrito Federal, conforme a descrição dos dois paradigmas de cuidado coexistentes. Comprovado o desrespeito à lei, tanto pela ausência de orçamento quanto pela situação precária do atendimento, há a decisão pelo controle judicial da situação por meio do instrumento da ação civil pública. Assim, a segunda parte analisa a efetividade do instrumento após a judicialização. Para tanto, discute-se o protagonismo do Ministério Público e sua ação como agente político; o comportamento contraditório do Executivo nos momentos extrajudiciais e judiciais, revelando os sentidos ocultos da política; o posicionamento do Poder Judiciário jurídica e politicamente sobre o tema; a disputa política entre o Ministério Público, a Defensoria Pública e o GDF na fase de cumprimento do acórdão. Conclui-se que o instrumento da ação civil pública é capaz de reorganizar os atores, seus respectivos sistemas de crenças, indicar um caminho para a ação estatal e, em alguma medida, estabilizar o paradigma da política pública, apesar de, na prática, ainda não terem sido implementados os serviços substitutivos previstos em lei.

Palavras-Chave: políticas públicas. Efetividade. Ação civil.

O ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO PARADIGMA DO PLURALISMO

João de Souza Nascimento Neto - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
joaosnneto@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A Constituição Federal, ao elencar os conteúdos mínimos para o ensino fundamental, preceitua que o ensino religioso, de matrícula facultativa, deve constituir disciplina nos horários normais das escolas públicas. Prevê também que o Estado deve ser laico e deve garantir a liberdade religiosa. Esses princípios revelam o compromisso do Estado brasileiro com a defesa do pluralismo religioso. Assim, percebe-se que, de um lado, há previsão constitucional do direito individual subjetivo à educação religiosa no espaço público, e, de outro, há os princípios da laicidade estatal e a liberdade religiosa que influenciam o modo como esse direito deve ser implementado. Nesse contexto, em julgamento recente (ADI 4.439), o Supremo Tribunal Federal enfrentou a controvérsia da compatibilização dessas normas constitucionais. A análise da Corte Suprema pautou-se no exame da relação entre o ensino religioso e o binômio laicidade do Estado e consagração da liberdade religiosa, para constatar se o ensino religioso, na sua modalidade confessional, era constitucional. Não obstante o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a constitucionalidade desse modelo, esse tema ainda suscita várias controvérsias que serão apresentadas no presente estudo. O objetivo é identificar qual modelo de ensino religioso melhor se adapta às regras e aos princípios adotados pelo ordenamento jurídico pátrio e quais os desafios de ordem jurídica e prática para a efetiva harmonização dessa disciplina com o paradigma do pluralismo religioso. Para isso, serão analisados os significados das noções de laicidade estatal e liberdade religiosa, com o fito de estabelecer relação de interdependência e complementaridade entre os princípios constitucionais que exprimem esses valores. Além disso, será feita uma pesquisa do panorama legal do ensino religioso, a fim de identificar possíveis obstáculos à concretização desse direito subjetivo.

Palavras-Chave: Constituição Federal. Defesa do pluralismo. Laicidade estatal e liberdade religiosa.

O GERENCIAMENTO DE RISCO COMO ALTERNATIVA PARA PREVENIR DESASTRES AMBIENTAIS NO BRASIL

Mariana Amorim Murta - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
mariana.murta@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A experiência brasileira sobre a ocorrência de eventos danosos aos recursos ambientais revela certa insuficiência na reparação de prejuízos por mais que o país conte com normas voltadas à proteção e à tutela do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em face dos desastres ambientais recentemente suportados pelo Brasil, resta a percepção no sentido de que a legislação de licenciamento ambiental não tem examinado, de maneira adequada, o risco. Mediante os princípios ambientais, pretende-se demonstrar a pobreza da legislação que se presta como base normativa do licenciamento ambiental, aplicado em plano nacional, graças à Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), por meio da qual os empreendimentos potencialmente causadores de poluição e de degradação têm licença ambiental, cuja previsão, até hoje, encontra-se apenas no artigo 10 da mencionada Lei. Assim, busca-se descobrir se a ausência de lei que trate, especificamente, do assunto de licenciamento ambiental poderia estar associada à repercussão de desastres ambientais. Para tanto, são demonstradas as modalidades de responsabilização adotadas pelo Direito Ambiental como forma de reparar e indenizar os prejuízos advindos do dano ambiental. A necessidade do gerenciamento de risco envolve toda atividade poluente que apresente potencial de causar dano ao meio ambiente. Contudo, percebe-se que os danos ambientais suportados pelo país não dispuseram de apropriado plano de segurança para pessoas. A partir da responsabilidade ambiental, explora-se o objeto “risco” nas ciências sociais, às vistas de refletir sobre as decisões na perspectiva do licenciamento ambiental, por exemplo. Nesse sentido, analisa-se a efetividade da atual legislação sobre o gerenciamento de risco, com o objetivo de identificar a escassez normativa para esse tema. Demonstra-se que a responsabilidade civil ambiental, por sua vez, é voltada para o coletivo, não para o individualismo. Afinal, afetar o equilíbrio ecológico é prejudicar o patrimônio coletivo. Contextos passíveis de propiciar danos ambientais devem fazer parte da abordagem e da identificação de riscos, cujo gerenciamento deve adotar um plano de segurança para pessoas em toda a área, de modo a evitar óbito nas situações de dano ambiental. Nesse sentido, o gerenciamento de risco seria uma alternativa capaz de prevenir impactos ambientais, ao passo que o plano de segurança para pessoas reduziria os riscos à segurança e à saúde das pessoas. Por fim, são expostos os desastres ambientais ocorridos em Minas Gerais, nas cidades de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, a fim de demonstrar as falhas percebidas e os motivos em comum que propiciaram a ocorrência dos desastres. Expõem-se eventuais descumprimentos de medidas preventivas para associá-los à ocorrência do dano ambiental.

Palavras-Chave: desastre ambiental. Gerenciamento de risco. Prevenção de dano ao meio ambiente.

A AVALIAÇÃO DA CAPES COMO INDUTORA DE QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: LIMITES E DESAFIOS

Tainá Flor Bento - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
taina_flor@hotmail.com
Marcelo Varella - UniCEUB, professor orientador
marcelodvarella@gmail.com

Indaga-se se a metodologia classificatória da avaliação da CAPES, entendida como política pública, é adequada aos objetivos nacionais para a pós-graduação brasileira. Para responder a esse questionamento, neste trabalho, serão discutidos os mecanismos que justificam a classificação da avaliação da CAPES como uma política pública de alto impacto na conformação da pós-graduação brasileira. São citadas as evidências históricas da influência da avaliação que perpassam os três marcos vivenciados pela pós-graduação desde seu surgimento oficial, com o objetivo de reconhecer o padrão de comportamento do sistema diante da definição de critérios avaliativos. Também será apresentada a fundamentação legal e as restrições embasadas no Direito Administrativo para o exercício da atividade da CAPES. Em seguida, mediante o entendimento do papel avaliador da CAPES, é examinado o próprio modelo em utilização, primeiramente a partir de sua estrutura, para o qual serão seguidos os critérios classificatórios estabelecidos por Worthen, e, posteriormente, pela sua percepção diante de temas basilares em comparação ao modelo de acreditação americano, um dos mais relevantes do mundo, além da pertinência da avaliação realizada por pares, fundamento de todo o processo avaliativo. É apresentado em seguida, de forma empírica, o impacto no SNPG causado pelo atual modelo de avaliação, representado por recorte a ser realizado em programas da área do Direito, levando-se em consideração a distribuição igualitária de região e nota, sempre que possível. Os resultados encontrados são comparados às definições de objetivos nacionais expressos pelo PNPG em vigor e pelas demais documentações oficiais, na busca pela resposta ao questionamento da adequabilidade do atual modelo. Ao final, são analisados os sinais do novo modelo que tem despontado em publicações realizadas pela agência assim como em estudos, levantamentos e debates internos. Ademais, é realizada uma análise crítica sobre a forma com que o sistema poderá ser impactado de acordo com os padrões observados historicamente.

Palavras-Chave: Direito Administrativo. Avaliação de políticas públicas. Política pública educacional.

O MÉTODO DA REGULAÇÃO NORMATIVA DEFICIENTE COMO JUSTIFICATIVA NA JURISPRUDÊNCIA DO STF PARA A SUPERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL

Ronivon de Aragão - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
ronivon.aragao@terra.com.br
José Levi Mello do Amaral Júnior - UniCEUB, professor orientador
jose.levi@usp.br

O objeto específico desta pesquisa, no contexto das omissões legislativas, refere-se à denominada omissão parcial, quando, embora, no aspecto formal, tenha o legislativo desenvolvido sua tarefa, o STF considera a existência de uma lacuna no tratamento da matéria. Assim, a finalidade é a de evidenciar a jurisprudência do STF no exame das omissões parciais, cuja dificuldade na identificação e no tratamento jurídico se revela acentuada, porque tal análise guarda correspondência com um cumprimento pouco efetivo do dever específico de legislar. A atividade do STF, na perspectiva de uma interpretação dita criativa, se, de um lado, corresponde a um dado da realidade, do tempo presente, de outro, revela uma preocupação quando a matéria tenha sido regulada formalmente pelo legislativo, na sua específica atribuição constitucional. Essa preocupação reporta-se aos limites e à legitimidade da atuação do Judiciário, à efetivação do princípio da separação dos poderes e ao princípio da segurança, base de todo o ordenamento jurídico. A partir desse contexto, a pesquisa demonstra a metodologia utilizada pelo STF, quando supera o critério legal estabelecido, mesmo que inexista uma lacuna formal na legislação, sob o fundamento de uma regulação normativa deficiente da matéria no seu aspecto material, como típica lacuna axiológica.

Palavras-Chave: regulação normativa. Deficiência. Marco legal. Superação.

O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA ENTREGA DE DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ORÇAMENTO PÚBLICO

Rubin Lemos - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
rubinl@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

Vários desafios surgiram a partir de 1988, no sentido da efetivação dos direitos e das políticas públicas, quando a Constituição Federal passou a ser um manifesto de direitos individuais e sociais a ser concretizados e não mera expressão de vontade ou carta de intenções. Nessa perspectiva, o orçamento público brasileiro, que, antes, tinha características apenas de controle dos gastos do Executivo, passou a ter importância fundamental no processo de concretização dos direitos sociais, pois ganhou características mais democráticas e de participação popular e tornou-se instrumento legal, destinado a cumprir os desejos e os anseios da sociedade. A inexecução orçamentária, como aprovada no Parlamento, afeta áreas essenciais tanto no campo do investimento público, em saneamento básico, como na educação e na saúde. Esta dissertação defende que as disposições orçamentárias com direitos tidos como fundamentais, de natureza social, são direitos subjetivos públicos sob a ótica de direitos da coletividade, além de qualificar-se, em alguns casos, como direitos individuais, como é o caso do direito à saúde e à educação. A importância da pesquisa dá-se, porque o descumprimento da execução orçamentária acarreta a falta de entrega de direitos fundamentais de natureza social, o que confere singular relevância para que o tema seja discutido à procura de uma solução jurídica. Assim, os desvios em que incorre o poder Executivo, no seu papel constitucional de execução orçamentária, necessitam de intervenção de órgãos e instituições com o poder de fiscalização e controle desses atos, os quais, em termos factuais, não conseguem conter a pujança do sistema de forças políticas do presidencialismo de coalizão, que faz o Executivo continuar com a última palavra na prática orçamentária. Diante disso, é preciso que, utilizando o limite institucional existente, o Ministério Público, instituição com o poder constitucional de fiscalizar e tomar as medidas cabíveis para que haja o devido cumprimento da Constituição e das leis, principalmente o respeito dos poderes públicos às normas, e, acima de tudo, como representante da sociedade no que se refere aos interesses coletivos, que contêm direitos subjetivos públicos previstos no orçamento e que deixam de ser entregues pelo Poder Executivo, exerça, definitivamente, essa parcela de poder-dever a fim de que os direitos fundamentais sejam respeitados pelo poder público na aplicação do dinheiro arrecadado, dando ênfase ao processo deliberativo de escolhas “trágicas”, além de maior respeito aos anseios sociais.

Palavras-Chave: direitos sociais. Orçamento público. Ministério Público.

O PATRIMÔNIO DA UNIÃO JURISDICIONADO ÀS FORÇAS ARMADAS E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PÚBLICA

Leonardo Aragão Craveiro - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
leonardo.craveiro@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A função social da propriedade é constitucionalmente reconhecida desde as primeiras Constituições e, na atual Carta Magna, ganha contornos amplos, o que faz tornar-se defensável sua aplicação também em relação aos bens públicos, que podem ser recrutados a atender aos anseios fundamentados na função social. Tal pretensão deve ser vista com a devida cautela quanto aos bens públicos destinados ao atendimento dos imperativos de segurança nacional, quais sejam, os bens imóveis da União destinados às Forças Armadas. O atendimento de fins sociais não pode prejudicar a afetação especial dos bens imóveis dedicados à defesa nacional. Assim, nasce a necessidade de sopesar a garantia fundamental do atendimento à função social na propriedade pública e o atendimento à defesa nacional, a fim de aquilatar os limites da aplicação da função social às propriedades da União destinadas às Forças Armadas. Contudo, nem sempre a relação do patrimônio imóvel militar com a função social da propriedade pública dá-se de modo negativo. O respeito à função social pode ser harmonizado com os usos militares de terrenos públicos. A fim de comprovar isso, buscam-se respostas ou encaminhamentos, ao indagar-se se o instituto da função social da propriedade se aplica às propriedades públicas e em que medida pode atender-se à função social dos imóveis públicos jurisdicionados às Forças Armadas, sem prejudicar os interesses da segurança e da defesa nacional. Nesse desiderato, utiliza-se a estratégia do estudo de caso em perspectiva exploratória, e realiza-se uma abordagem qualitativa. Inicialmente, apresenta-se um caso paradigma que envolve as questões a ser discutidas. Em seguida, investigam-se as características da função social, se ela se aplica aos bens públicos e em que medida. Ademais, são esquadrinhados os conceitos de soberania nacional, defesa nacional e segurança nacional, a fim de demonstrar como as Forças Armadas se inserem nesse processo. Explicita-se em que medida o patrimônio imóvel destinado às Forças Armadas, com ênfase no Exército Brasileiro, pode ser tido como instrumento de viabilização da defesa nacional. Explica-se a natureza dos bens públicos vocacionados aos interesses militares e suas formas de uso. Além disso, expõe-se a natureza especial dos bens jurisdicionados às Forças Armadas. Faz-se a ligação entre os conceitos discutidos, no intuito de demonstrar em que medida pode ser aplicada a função social da propriedade no que tange aos bens destinados ao atendimento das Forças Armadas. Com o objetivo de enriquecer o viés empírico e ampliar o universo do caso paradigma, para ratificar e/ou retificar as conclusões sobre a hipótese apresentada neste trabalho, são analisadas algumas ocupações irregulares levantadas pelo Exército Brasileiro. Por fim, postula-se se é ou não possível a harmonização dos usos de terras militares para os fins de defesa nacional, com o cumprimento da função social da propriedade.

Palavras-Chave: Carta Magna. Exército Brasileiro. Propriedade pública.

O PROGRAMA PACTO PELA VIDA DO DISTRITO FEDERAL: (DES)CAMINHOS ENTRE A FORMULAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Daniel Dias Zanatta - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
danielzanatta@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado - UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O objetivo deste trabalho é analisar os obstáculos institucionais verificados na fase de implementação do programa Pacto Pela Vida – PPV, instituído no governo de Rodrigo Rollemberg (2015-2018), mediante o Decreto n. 36.316/2015, no que se refere ao objetivo específico de redução dos crimes violentos letais intencionais. Utiliza-se a teoria das políticas públicas e da governança. De acordo com o objetivo geral, a pesquisa é principalmente exploratória, na medida em que se pretende obter maior conhecimento do objeto de estudo, formulando-se algumas hipóteses. O procedimento técnico trata, inicialmente, de pesquisa bibliográfica e descreve um modelo de análise de políticas públicas baseado nos seus ciclos e nas ideias de redes de políticas públicas e de governança. Em seguida, utiliza-se a técnica de análise de conteúdo do Decreto n. 36.316/2015 e dos atos administrativos que o sucederam, além de pareceres e atas de reuniões realizadas pela Secretaria de Segurança Pública durante a formulação e a implementação do PPV. Com o objetivo de mapear as deficiências nas articulações entre os atores estatais e não estatais envolvidos no ciclo do programa PPV e identificar as dinâmicas das culturas organizacionais e das relações interinstitucionais que dificultaram a implementação do programa, utiliza-se pesquisa empírica qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, com agentes políticos, gestores e lideranças das polícias que participaram da formulação e da implementação do PPV.

Palavras-Chave: segurança pública. Políticas públicas. Governança.

O REGIME DE RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS PELOS CONTAMINANTES EMERGENTES COMO RISCOS DO DESENVOLVIMENTO

Anne Caroline Bruno Laurentino Maia - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
anne.maia@sempreuniceub.br
Héctor Valverde Santanna - UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A pesquisa tem como proposta analisar a responsabilidade do fornecedor por danos causados pelos contaminantes emergentes, entendidos como manifestação dos riscos do desenvolvimento. A sociedade exige agilidade, praticidade e novos produtos com regularidade. A massificação do consumo traz consigo consequências que podem ser danosas ao meio ambiente e à saúde humana. Uma delas são os contaminantes emergentes, substâncias químicas presentes em água tratada e mananciais, decorrentes de produtos de higiene pessoal, cosméticos, farmacêuticos, drogas ilícitas, agrotóxicos, entre outros, que não são monitoradas com frequência, pois carecem de regulamentação e compreendem compostos, como cafeína, estrona, estriol, progesterona, testosterona, mestranol, levonorgestrel, dietilestilbestrol, triclosan, bisfenol A, fenolftaleína e atrazina. Além das já identificadas, acredita-se que 1.500 novas substâncias são utilizadas anualmente, no mundo, e não é possível conhecer suas características e as consequências que podem gerar antes de sua comercialização. Esses contaminantes têm ação crônica no organismo humano. Isso significa que qualquer alteração se manifestará após longo período de exposição às substâncias. Comprovadamente, causam imunodeficiências e interferências endócrinas que podem ser transmitidas aos descendentes. Alguns estudos sugerem que a presença de hormônios naturais e sintéticos na água causa antecipação da menarca, diminuição da qualidade do sêmen, esterilidade e alguns tipos de câncer. Na fase pré-natal, a exposição aos interferentes endócrinos pode gerar o desenvolvimento precoce do cérebro. O descarte de esgoto bruto e de efluentes de estações de tratamento de esgoto somado à ineficiência do processo de tratamento é a principal razão para a presença dos contaminantes emergentes no sistema aquático que prejudicam a reprodução dos animais, causam alteração em peixes, inibem o desenvolvimento de anfíbios e moluscos e desequilibram o meio ambiente. Isso não pode ser ignorado. Diante dessa realidade, o intuito da pesquisa é estudar as disposições legais, especialmente o Código de Defesa do Consumidor, para construir fundamentação jurídica capaz de demonstrar a responsabilidade do fabricante pelos produtos que coloca no mercado, que contêm substâncias químicas capazes de contaminar mananciais de água e que, como consequência, danificam o meio ambiente e a saúde humana. Assim, cabe analisar de qual maneira a indenização deve ser feita, pois esses males atingem a coletividade e os consumidores individualmente quando alteram sua saúde e de seus descendentes. Para isso, os contaminantes emergentes serão entendidos como uma manifestação dos riscos do desenvolvimento não conhecidos pelo fabricante ou pelo fornecedor no momento da circulação do produto ou do serviço, pela impossibilidade técnica e científica. Os possíveis danos só serão

detectados no futuro, com a utilização do produto e a evolução dos estudos científicos. Diante disso, há a discussão sobre se é ou não responsabilidade do fornecedor indenizar danos decorrentes da insegurança desses produtos. Além disso, cabe examinar institutos aparentemente conflitantes entre si, tais como: a intervenção do Estado na atividade econômica, a defesa da concorrência e a livre iniciativa em face da proteção do consumidor reconhecidamente vulnerável.

Palavras-Chave: contaminantes emergentes. Responsabilidade civil. Risco do desenvolvimento.

O TRATAMENTO JUSTO E EQUITATIVO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: LEGITIMAÇÃO PARA SUA AUSÊNCIA NOS ACFIS

Leonardo Vieira Arruda Achtschin - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
leonardo.arruda@ceub.edu.br
Nitish Monebhurrun - UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa analisa a cláusula do Tratamento Justo e Equitativo (TJE) tradicionalmente inserida nos acordos internacionais de investimento e historicamente rejeitada pelo Brasil em seus tratados de investimentos. A hipótese gira em torno da argumentação de que, embora o Brasil não aceite negociar a cláusula TJE, o ordenamento jurídico brasileiro oferece nível de proteção jurídica ao investidor estrangeiro em densidade equiparada à do padrão TJE.

Palavras-Chave: acordos internacionais de investimentos. Cláusula do Tratamento Justo e Equitativo. Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS COMO ELEMENTOS DA MOTIVAÇÃO NAS AQUISIÇÕES DIRETAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A REPERCUSSÃO NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Oriane Graciani de Souza - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
oriane.souza@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan - UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa tem por objetivo analisar os parâmetros da motivação nos procedimentos de dispensa ou de inexigibilidade de licitação cuja falta de preenchimento redundaria em prática de improbidade administrativa. Analisam-se os requisitos mínimos de motivação do ato e de procedimento administrativo segundo critérios legais, cuja omissão de preenchimento não gera a convalidação nem mesmo posteriormente ao ato. Almeja-se compreender se a inobservância ou a observância parcial dos requisitos mínimos da motivação em casos com conceitos jurídicos indeterminados configura improbidade administrativa e não apenas ilegalidade independentemente da execução integral do objeto contratado, nos moldes do artigo 10, inciso VIII e do artigo 11, *caput*, da Lei nº 8.249/92. Por fim, numa análise do elemento subjetivo, perquire-se a possível ocorrência de dolo na conduta omissiva do gestor público quando é ausente a motivação para fins de imputação como conduta ímproba.

Palavras-Chave: Lei de improbidade administrativa. Inexigibilidade de licitação. Conduta omissiva.

OS CORREDORES ECOLÓGICOS NO DISTRITO FEDERAL: O DIREITO E A POLÍTICA AMBIENTAL PARA A EFETIVIDADE DAS FUNÇÕES ECOLÓGICAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Hannah Torres Danciger - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
hannah.danciger@sempreceub.com
Márcia Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O Distrito Federal abriga um mosaico de Unidades de Conservação, as quais se encontram isoladas, ou seja, sem conexão umas com as outras ou com remanescentes de vegetação, o que leva à quebra do fluxo de biodiversidade biológica e, consequentemente, ao descumprimento das funções de conservação das espécies de fauna e flora. Esta dissertação trata de como o Direito e as políticas públicas podem viabilizar a conexão, implantando corredores ecológicos na biorregião da capital. Inicialmente, analisam-se os corredores ecológicos como instrumento estratégico para concretizar as funções socioambientais das Unidades de Conservação no Distrito Federal. Examinam-se as consequências da preservação isolada das Unidades de Conservação, tais como a degeneração genética das espécies. Em seguida, verifica-se o papel conector dos corredores biológicos nos fragmentos de vegetação e entre as Unidades de Conservação, para possibilitar a recolonização das espécies localmente reduzidas. Observam-se as conexões possíveis entre os ecossistemas do Distrito Federal para a recuperação e a preservação do bioma Cerrado, com vistas ao uso sustentável dos recursos naturais. A segunda parte cuida das limitações à instituição dos corredores ecológicos no Distrito Federal. Assim, analisam-se as ocupações irregulares que se encontram nas zonas tampão, que reforçam a fragmentação da vegetação dos interstícios das Unidades de Conservação do DF. Posteriormente, examina-se o impacto da falta de planos de manejo das Unidades de Conservação do DF na restauração dos processos ecológicos. Verifica-se a carência de gestão coordenada dos órgãos responsáveis pela conservação efetiva das Unidades de Conservação e os desafios e as soluções para esse problema. Por fim, trata-se do planejamento dos corredores ecológicos no Distrito Federal. Para tanto, examina-se o zoneamento ecológico-econômico e o das Unidades de Conservação no planejamento biorregional, para a orientação, a definição e a criação dos corredores ecológicos, com vistas às diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Em seguida, estudam-se as parcerias público-privadas para que sejam alcançadas com êxito as ações de implantação dos corredores ecológicos. Verificam-se os possíveis acordos institucionais para a concretização do apoio técnico-científico para a criação dos corredores ecológicos e a mobilização do efetivo envolvimento das comunidades locais por grupos organizados para alcançar o sucesso na conexão dos interstícios de vegetação. Por último, analisam-se políticas descentralizadas estratégicas para implementar corredores ecológicos no Distrito Federal, com vistas à garantia dos objetivos do SNUC.

Palavras-Chave: fluxo de biodiversidade. Planejamento biorregional. Sustentabilidade dos recursos naturais.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REGULAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL E A SOCIEDADE

Alex Cavalcante Alves - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
alex.alves@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva - UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O déficit de participação pública é uma característica da sociedade seja em instâncias mais próximas, como condomínios ou associações, seja nos colegiados de supervisão técnica, administrativa e de regulação estatal. A justificativa do poder público para ignorar a participação social passa pela alegada falta de interesse da população em discutir os temas ou a falta de capacidade técnica para tanto. É usual os entes reguladores assumirem o discurso da isenção, devendo guardar igual distância do governo, dos agentes regulados e do consumidor-cidadão. Assim, cabe mencionar a edição do Decreto nº 9.759, de 2019, que estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal e definiu a data de 28 de junho de 2019 para a extinção de diversos conselhos existentes. Em sede de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.121/2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, em 13 de junho de 2019, que o Executivo não poderá extinguir conselhos e colegiados com previsão em lei. Nesse contexto, o problema da pesquisa é a questão “apesar da previsão normativa de mecanismos de participação social no processo regulatório da ANEEL, essa participação é efetiva?”, a que se pretende responder com análise de dados de audiências públicas da ANEEL e à luz da legislação e de estudos da doutrina sobre participação social. Para tanto, serão verificadas as seguintes hipóteses: a agência reguladora oferece instrumentos formais de participação, mas não engaja suas unidades técnicas e seus burocratas em tornar o linguajar regulatório acessível ao cidadão comum; a cultura cívica de participação ainda é incipiente no Brasil, tendo preponderado apenas em temas sociais, carecendo a participação em temas técnicos de amplo incentivo legislativo e administrativo; a participação pública na regulação é efetiva tão somente com relação aos agentes setoriais, que, ao contrário dos cidadãos em geral, possuem recursos humanos e estrutura para acompanhar e participar, ativamente, do processo regulatório. Como objetivo geral, a pesquisa apresenta, à luz das constatações obtidas e da literatura especializada, os pontos passíveis de melhoria para efetivar a participação social no processo regulatório brasileiro, a partir da análise da participação ocorrida na fase de audiências públicas de diferentes processos da ANEEL: dois de amplo interesse dos agentes setoriais e um referente ao regulamento de uma das instâncias de participação social da Agência, que são os Conselhos de Consumidores. Como objetivos específicos, destacam-se: examinar as diferenças entre a participação em processos de caráter social e a participação em processos de interesse dos agentes do setor, no âmbito do ente regulador; analisar a efetividade da participação social ocorrida nos referidos processos administrativos instruídos no âmbito da Agência Reguladora; identificar e descrever as falhas que levam à percepção de impermeabilidade à participação social na regulação, com as respectivas sugestões elencadas pela

literatura, pela observação empírica e pela investigação acadêmica com vistas à sua mitigação.

Palavras-Chave: políticas públicas. Regulação. Participação social.

POLUIÇÃO SONORA X CIDADE

Roberlei José Resende Belinati - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
roberlei.jose@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona - UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

O termo *poluição sonora*, com a atual semântica, é recente. Porém, desde o período imperial, havia normas que previam o combate ao barulho. É incontroverso que o barulho incomoda. A urbanização trouxe consigo o problema da poluição sonora principalmente no Brasil. Entre 1970 e 2010, a população rural brasileira foi de 44% para 15,6%. Aliás, a urbanização não chegou ao seu limite. Segundo a ONU, até 2050, 90% da população brasileira serão urbanos. Como consequência, nas cidades, formaram-se periferias, favelas, desemprego, violência e desordem. Tudo isso contribui para a ocorrência da poluição sonora, contudo o ruído emitido pela cidade nunca foi um problema até então estudado. A World Health Organization considera que a poluição sonora deu um salto e tornou-se o terceiro maior problema ambiental que afeta a população atrás apenas da poluição do ar e da água. Outros estudos mais recentes afirmam que a poluição sonora ultrapassou a poluição da água atrás apenas da poluição do ar. Quando se é exposto a ruído acima do indicado, aumenta-se o cansaço, o nervosismo, a ansiedade, o estresse, a insônia, a depressão, a pressão sanguínea, e eleva-se o risco de infartos. No que tange aos animais expostos a ruídos, há maior queda de reprodução de pássaros, borboletas e abelhas, e cria-se, assim, o desequilíbrio ecológico. A poluição sonora difere da poluição da água ou do ar, em que, nestas, há transferência de matéria ao meio ambiente, enquanto, naquela, há transferência de energia ao meio ambiente. Nesse sentido, cabe ao ordenamento jurídico aperfeiçoar-se para enfrentar os novos desafios existentes contra a poluição sonora.

Palavras-Chave: poluição sonora. Cidade. OMS.

PRISÃO EM FLAGRANTE E APRESENTAÇÃO AO JUIZ: O ARRANJO INSTITUCIONAL COMO FORMA DE FUNCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL E CONCRETIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUSTIÇA CRIMINAL

Paulo Ricardo Aguiar de Deus - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
prdeus@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A audiência de custódia, que concretiza o direito da pessoa detida de ser apresentada a um juiz, encontra-se regulamentada no Brasil e deve ser observada em todos os estados da Federação. Apesar disso, a funcionalização das audiências segue uma modelagem normativa, própria do processo penal brasileiro, que não encontra adequado alinhamento com obrigações internacionais assumidas pelo país, como o Pacto de São José da Costa Rica, além de mostrar-se em descompasso com a política pública aplicada ao uso racional de recursos no sistema de justiça criminal. Para que haja conformação entre o que é determinado pelas normas internacionais e o que efetivamente se emprega para observância do instituto, uma série de adequações devem ser implementadas. Entre elas, merece destaque o ajuste do procedimento da chamada prisão em "flagrante delito", de forma que venha a alinhar-se com o sentido jurídico de "detenção" estabelecido em normativas internacionais. Como consequência disso, o agente detido em situação flagrante deixaria de ser apresentado perante a autoridade policial, para, então, ser encaminhado diretamente à audiência de custódia, perante um juiz togado. Assim, mostra-se necessário revisitar o tema dos arranjos institucionais exteriorizados pelo Estado brasileiro, propiciando nova materialização das formas de assegurar os direitos do autuado, na mesma medida em que se observe o comprometimento com a efetividade do processo. O tema, pois, reclama a abordagem de políticas públicas aplicadas ao sistema de justiça criminal. A revisitação, de acordo com a normativa internacional de Direitos Humanos, tem o condão de preservar garantias do detido ao mesmo tempo em que sana uma questão historicamente mal resolvida do papel legalmente estabelecido à autoridade policial. A pesquisa observa a metodologia jurídico-compreensiva com análise documental dos atos normativos no âmbito internacional referentes ao tema, além de promover revisão crítica da literatura jurídico-processual penal sobre audiência de custódia e formalidades da prisão em flagrante.

Palavras-Chave: audiência de custódia. Arranjos institucionais. Detenção.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E TENSÃO COM O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N. 166/2019 AO ADOTAR O SISTEMA OPT OUT NO CADASTRO POSITIVO

Nathália Maria Marcelino Furtado Galvão - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
nathalia.galvaob@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona - UniCEUB, professor orientador
Paulo.carmona@ceub.edu.br

As informações sobre adimplência e inadimplência são de grande relevância especialmente para as empresas que concedem crédito, realizam venda a prazo e efetuam demais transações comerciais que impliquem risco financeiro. Catalogar as informações em um banco de dados, especialmente os relativos aos ditos “bons pagadores”, é algo bastante almejado há algum tempo. Em razão disso, foi criado o cadastro positivo de crédito, regulado pela Lei do Cadastro Positivo n. 12.414/2011, para auxiliar empresas que lidam com atividades de risco financeiro. A ideia central é a de garantir maior segurança a quem concede crédito por meio de uma lista de “bons pagadores”. Já é antiga a discussão acerca da real necessidade de ampliar as informações constantes dos bancos de dados de proteção ao crédito no Brasil, especialmente com vistas a obter a diminuição das altas taxas de juros cobradas dos consumidores. Recentemente, a Lei do Cadastro Positivo passou por alterações realizadas pela Lei Complementar n. 166/2019, o que é objeto de discussões, especialmente no que se refere à inclusão automática das informações tidas como positivas nos bancos de dados de proteção ao crédito. A Lei Complementar n. 166 alterou o artigo 4º da Lei n. 12.414/2011, de modo a prever a desnecessidade do prévio consentimento do cidadão para a disponibilização, nos bancos de dados, das informações de pagamento e adimplência, a fim de formar o histórico de crédito de cada um. Isso criou amplo contexto de discussões com boas ideias louvando ou desmerecendo as alterações, inclusive, em relação à possível inconstitucionalidade da Lei Complementar. Assim, nesta dissertação, demonstram-se os argumentos tanto favoráveis quanto contrários à referida Lei Complementar. Além disso, verifica-se se tal mudança na Lei 12.414/2011 vai ou não de encontro ao direito fundamental à privacidade, e examina-se se, de fato, a nova mudança ocasionará a redução das taxas de juros.

Palavras-Chave: privacidade. Proteção de dados pessoais. Lei complementar n. 166/2019.

RETROCESSO DEMOCRÁTICO NO BRASIL, DESMEMBRAMENTO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E *PERFORMANCE* DELIBERATIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Júlio Gonçalves Melo - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
juliogmelo@yahoo.com.br
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
pcamposmello@uol.com.br

O objetivo principal dos estudos é investigar se, ao menos desde 2013, o Brasil experimenta um processo de decadência democrática com a consequente erosão de direitos fundamentais, e se, ao lado disso, o Supremo Tribunal Federal pode ser considerado um dos agentes que, ao invés de opor-se à crise política, agrava-a, tornando-se um de seus agentes. Discute-se se há, no país, uma crise política, desde 2013, quando, então, manifestações difusas, inicialmente organizadas contra o preço do transporte público em grandes cidades, mas posteriormente direcionadas a questões ligadas à corrupção e aos poderes investigatórios do Ministério Público (PEC 37), tomaram as ruas do país, demonstrando enorme insatisfação popular com o estado das coisas. Em seguida, foi deflagrada a Operação Lava Jato com uma série de medidas e eventos polêmicos, como a condução coercitiva de investigados, os acordos de colaboração premiada com pessoas detidas e a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um processo bastante questionável. Paralelamente, verifica-se o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff em um procedimento de constitucionalidade igualmente bastante duvidosa, após o qual se inicia o governo de Michel Temer, alinhado à ideologia neoliberal e marcado por providências que atingiram diretamente a ordem constitucional brasileira, como, por exemplo, a Emenda Constitucional 95/16 e a reforma trabalhista. Sem a participação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na disputa eleitoral de 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito como o novo presidente do Brasil, aprofundando o projeto neoliberal de Michel Temer e construindo uma política de nítido caráter populista e com tendências autoritárias. Em meio a esses acontecimentos, o STF foi chamado a pronunciar-se sobre casos relacionados aos principais eventos que marcam esse período: a execução provisória da pena do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva após sua condenação em segundo grau; sua nomeação como ministro da Casa Civil durante o governo de Dilma Rousseff; o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff; a EC 95/16; a nomeação de Moreira Franco como secretário-geral da República durante o governo de Michel Temer; a linha sucessória da Presidência da República, envolvendo o senador Renan Calheiros; questões atuais, relacionadas à gestão de Jair Bolsonaro. Imerso em profundas disfunções ligadas à deliberação interna entre os ministros e às interações no jogo político com outros Poderes da República, o STF agravou a crise política descrita e acirrou conflitos, contribuindo, inclusive, para a erosão de direitos e a descaracterização da identidade constitucional ocorrida nesse período, que, para os fins da pesquisa, tem seu início em 2013. A hipótese, portanto, é a de que, mais do que pelos resultados de suas decisões e mais pelo modo como as tomou e os argumentos que as justificaram, o STF, ao invés de promover a guarda da CF, colaborou com o quadro de retrocesso democrático e de erosão de direitos no Brasil.

Palavras-Chave: decadência democrática. Desmembramento constitucional. Supremo Tribunal Federal.

REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA W3 EM BRASÍLIA POR MEIO DE OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO DIREITO URBANÍSTICO E DE CONCEITOS *SMART*

Tatiana Reinehr de Oliveira - UniCEUB, aluna do Mestrado em Direito
tatiana.oliveira@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona - UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Demonstra-se a necessidade de revitalização da Avenida W3 em Brasília, sugerindo-se a adoção de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) capaz de aprimorar a utilização deste espaço por meio da inclusão de conceitos *smart*, de forma a efetivar princípios urbanísticos e direitos sociais relacionados à cidade. Inclui-se a análise da viabilidade jurídica do instrumento a partir de princípios do Direito Urbanístico e da legislação pertinente, como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Brasília e as normas relacionadas ao tombamento da cidade. Além disso, examinam-se as questões relacionadas ao direito ao desenvolvimento planejado do espaço urbano, o problema dos imóveis subutilizados ou não aproveitados na Avenida W3, as lacunas legislativas impeditivas de políticas urbanas, as limitações advindas do tombamento e a importância de compatibilizá-las com as necessidades atuais de desenvolvimento e modernização do espaço urbano diante do dinamismo de suas transformações, de modo a incrementar o bem-estar comunitário e de cada habitante. Por fim, apresenta-se uma proposta de plano de OUC sob a perspectiva teórico-prática, considerando dois projetos de revitalização desenhados para solucionar problemas da avenida: o projeto vencedor do concurso de ideias promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SDUHDF), em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), em 2002 e o Projeto Modelo de Requalificação para o SCRS - VIAS W3 e W2 Sul- SCRS QUADRAS 511 e 512 (Projeto SIV-MDE 054/2018). Ambos são abordados sob a perspectiva de implementação de soluções *smart,* de acordo com o plano de OUC, de maneira a promover a otimização da utilização dos espaços na Avenida W3, buscando-se aprimorar aspectos relacionados à moradia, ao trabalho, à mobilidade e ao lazer.

Palavras-Chave: Direito Urbanístico. Operação Urbana Consorciada. Avenida W3.

VÍCIOS FORMAIS E MATERIAIS NO LANÇAMENTO FISCAL NO ÂMBITO FEDERAL: RESPECTIVOS EFEITOS NO DIREITO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE

Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
rycardo@sempreceub.com
Jefferson Carlos Carús Guedes - UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Sabe-se que, após a lavratura do auto de infração, exigindo o crédito tributário constituído, o contribuinte tem, em sua defesa, a possibilidade de impugná-lo perante o delegado da Receita Federal do local do ato administrativo. Se a Delegacia de Julgamento da Receita Federal entender procedente o lançamento, o autuado pode, em 2ª instância, recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, que é um pretório imparcial, onde poderá ter sua pretensão reapreciada. Igualmente, poderá o contribuinte, antes ou após o processo administrativo fiscal, buscar o Judiciário, com a finalidade de contestar o lançamento fiscal. Neste campo de atuação do contribuinte, vários serão os argumentos passíveis de lastrear sua pretensão. Mas, preliminarmente, antes de adentrar ao mérito da demanda, caberá ao autuado analisar se a constituição do crédito tributário, a partir do ato administrativo do lançamento, observou os pressupostos legais necessários à sua validade. Partindo dessas premissas, inúmeros são os requisitos do lançamento, de natureza formal ou material, que deverão ser observados, de maneira a validar o referido ato administrativo, cabendo ao contribuinte conhecer a aludida matéria, com a finalidade de ampliar o seu campo de defesa. Assim, ao auditor fiscal, impõe-se ter conhecimento de tais parâmetros, sobretudo a partir da jurisprudência administrativa, com o fito de oferecer melhor condições à prática do ato administrativo do lançamento. Este estudo tem o escopo de demonstrar, de forma específica, o procedimento administrativo tributário, dissecando a matéria, na medida em que disserta a respeito dos atos que formam este processo, como o procedimento fiscal, o lançamento e o auto de infração, a impugnação, entre outros, até a chegada ao CARF e os efeitos de suas decisões.

Palavras-Chave: tributário. Lançamento. Vícios formais e materiais.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: MECANISMOS DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO

Daniel Fontinele da Silva - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
danbsb@sempreceub.edu.br
Frederico Augusto Barbosa da Silva - UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br
Thiago Pierobom de Ávila - colaborador
thiago.pierobom@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo examinar a questão da violência doméstica e familiar perpetrada contra as mulheres, partindo de análise histórica e sociocultural. Diariamente, mulheres são vítimas de violência verbal ou física segundo pesquisa realizada pelo Instituto Maria da Penha em fevereiro de 2017, em 130 municípios. Apesar dos números, a maioria dos casos não são denunciados e ficam de fora das estatísticas. Ademais, a violência contra as mulheres deve ser considerada como uma questão complexa, pois sofre influência de fatores, como raça, cor, etnia, religião, procedência e aspectos socioeconômicos, que se apresentam na forma de discriminação e violam direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988. Desta forma, são observados itens introdutórios e doutrinários, histórico-culturais, normativos nacionais e internacionais. Além disso, discute-se como a violência de gênero se desenvolve na sociedade, articulando-a com as políticas públicas para o seu enfrentamento. Na primeira parte, demonstra-se a complexidade da violência de gênero e como esta se desenvolveu na sociedade ao longo dos anos. Na segunda parte, são analisados os normativos internacionais que deram início à proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar no âmbito mundial, com ênfase na inovação jurídica da expressão “gênero”. Na última parte, faz-se a abordagem das políticas públicas atuais e dos mecanismos de enfrentamento à violência de gênero.

Palavras-Chave: gênero. Políticas públicas. Lei Maria da Penha.

WASTE-TO-ENERGY COMO FORMA AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Yuri Schmitke Almeida Belchior Tisi - UniCEUB, aluno do Mestrado em Direito
yuri.tisi@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva - UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A gestão e o gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) são problemas reais no Brasil, onde, aproximadamente, 40% dos resíduos são depositados em lixões ou aterros controlados, apenas 4% são reciclados e destinados à compostagem e o restante é enviado a aterros sanitários. Nesse contexto, a recuperação energética da parcela dos RSU que seria destinada aos aterros é preterida embora sua adoção tenha o potencial de contribuir para o alcance das metas nacionais de redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o enfrentamento do aquecimento global e evitar a contaminação dos recursos hídricos pelo chorume. Apesar de a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) ter elencado os aterros sanitários como forma “ambientalmente adequada” de disposição final dos RSU, as diretivas europeias têm eliminado a sua utilização mediante incentivos econômicos para a recuperação energética dos resíduos. Com isso, identifica-se a necessidade de instituição de efetiva política pública de recuperação energética no Brasil, à luz das já adotadas em diversos países, em razão das externalidades provocadas pela disposição dos resíduos em aterros. Como resultado, propõe-se a implementação efetiva da recuperação energética dos RSU no Brasil, por meio da Gestão Sustentável Integrada de Resíduos (GSIR). Com a Análise de Impacto Regulatório (AIR) e a metodologia de análise de custo e benefício Multi-Criteria Analysis (MCA), pretende-se propor novo marco regulatório para a recuperação energética, com proposta de alteração da PNRS e do Decreto nº 7.404/2010, além de pontuar questões da Portaria Interministerial nº 274/2019, que trata da regulamentação da recuperação energética, prevista no artigo 37 do citado Decreto. Também serão apresentados incentivos jurídico-regulatórios como proposta de política pública para a implementação de usinas WTE, propiciando a adoção de efetiva forma ambientalmente adequada de destinação dos RSU.

Palavras-Chave: Waste-to-Energy. Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Análise de Impacto Regulatório (AIR).

DOUTORADO EM DIREITO

A ARTICULAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Michelle Lucas Cardoso Balbino - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
michelle.balbino@uniceub.br
Nitish Monebhurrun - UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Os recentes fatos ocorridos em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019) aumentaram as indagações acerca dos impactos socioambientais causados por transnacionais em várias partes do mundo, que decorrem da verificação da responsabilização das empresas para com os Estados anfitriões e as partes interessadas, além da capacidade dos Estados em aplicar sanções às empresas por abusos de direitos humanos e, por ricochete, pelos impactos causados. A complexidade jurídica da responsabilização das transnacionais pelos impactos socioambientais existe pelo fato de estarem em uma "zona cinzenta" entre o direito nacional e o direito internacional, na qual as atividades, os atos e as omissões das empresas nem sempre podem ser captados pelo direito. A sociedade espera que as empresas assumam suas responsabilidades e participem, ativamente, do desenvolvimento pautado na garantia sustentável dos empreendimentos. A responsabilidade das empresas superou a expectativa da mera geração de lucros a todo custo. A alteração no pensamento empresarial deve-se principalmente à atuação crescente de acionistas, investidores, consumidores e das vítimas. A preocupação levou à adoção de códigos de ética e conduta para definição de um conjunto de direitos e deveres empresariais, que definiu a chamada Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e representa um processo de autorregulação, ou regulação policêntrica. Porém, a discrepância entre os discursos das transnacionais e suas práticas coloca em jogo a ética da empresa e a reputação dos investimentos recebidos, refletindo-se na opinião pública. Assim, a atuação da RSC, no formato e no modo como é aplicada, não apresenta efetiva aplicabilidade, pois as organizações não estariam obrigadas a obedecer a códigos de ética, a não ser por meios indiretos, como o direito do consumidor, mediante a proteção contra a publicidade enganosa. Tais questões levam à reflexão de como as falhas podem ser reparadas. Assim, o objeto de estudo deste trabalho busca definir a melhor solução para prevenir impactos socioambientais por meio da articulação entre a participação social das partes interessadas (ou *stakeholders*) nos processos decisórios empresariais e a RSC. Sustenta-se que a participação social seja um mecanismo com função na construção jurídica vinculatória da RSC para as empresas quanto à efetivação da prevenção de impactos socioambientais, apesar dos limites existentes. Portanto, a presente tese justifica-se pela necessidade de definição de critérios objetivos à atuação da RSC para a prevenção de impactos socioambientais.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social Corporativa. Participação social. Empresas transnacionais. Impactos socioambientais.

A ATUAL CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA DIGITAL À LUZ DO PENSAMENTO HABERMASIANO

João Marcelo Barbosa Ribeiro Dantas - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
joao.marcelo@sempreceub.com
Inocêncio Mártires Coelho - UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

A tese toma por referencial teórico o pensamento habermasiano, que propõe a racionalidade comunicativa em superação à racionalidade monológica, na busca do consenso racional acerca de proposições sobre o mundo objetivo dos fatos (discurso teórico) ou sobre o mundo social das normas (discurso prático). A verdade e a correção normativa, respectivamente, exsurgem, em meio a razões e contrarrazões, do debate intersubjetivo. Na política, os elementos comunicativos revelam-se, principalmente, no processo parlamentar legislativo, aberto à tematização social, e nas redes periféricas da esfera pública que orbitam em torno do sistema político. No direito, o princípio da democracia procedimental e deliberativa é o que conduz ao procedimento da normatização e que o legitima. Em Habermas, na democracia procedimental, menos representativa e mais deliberativa e participativa, a sociedade pode influir na transformação do sistema político constituído, promovendo compatibilização entre a esfera pública não institucionalizada e o sistema político. Habermas ressalta que, na sociedade contemporânea, a esfera pública ramifica-se em arenas internacionais, nacionais, regionais, locais e comunais, que se sobrepõem umas às outras e articulam-se ou se contrapõem. A pluralidade da esfera pública já não encontra fiel e convincente representatividade no sistema partidário e no complexo parlamentar, o que demanda, sem prejuízo a ambos, a adoção maior de práticas da democracia deliberativa e participativa, a fim de o sistema político legitimar-se e revigorar-se. A democracia deliberativa pode ser impulsionada com a amplitude de alcance e com a velocidade da comunicação pela internet, o que lhe permite caracterizar-se também como democracia digital, por tratar-se de um modo de correção ou de implantação de experiências em Estados e circunstâncias democraticamente deficitários, em face da crise da democracia representativa que aflige a sociedade brasileira. A proposta habermasiana da democracia procedimental, deliberativa e participativa poderá ser potencializada e efetivada em dimensões amplas e profundas na sociedade civil, cultivando a cultura democrática mais sólida por instrumentos da democracia digital, com que poderá, assim, apresentar-se como possível saída da crise da democracia representativa na sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-Chave: Direito. Democracia. Diálogo.

A DESLEGALIZAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DE MATO GROSSO

André Queiroz - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
andre_zq@yahoo.com.br
Gustavo Ferreira Ribeiro - UniCEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

O presente trabalho analisa os aspectos jurídicos, políticos e econômicos de mudanças na interpretação judicial do princípio da legalidade tributária e da deslegalização da tributação no Brasil, especialmente pelo uso de cláusulas abertas e conceitos indeterminados em leis que instituem tributos, além de atos normativos infralegais em matéria tributária. Assume-se que a mudança do modelo de legalidade tributária estrita para o mais flexível permite aos legisladores utilizar conceitos indeterminados e conferir ao Executivo maior discricionariedade para delimitar o conteúdo destes termos mediante a atividade regulamentar. Para explicar os efeitos de tal mudança, apresenta-se a atividade política como um mercado com o exercício do processo legislativo e da regulamentação. No modelo proposto, leis em matéria tributária têm maior valor econômico e maior custo para celebração, enquanto as normas infralegais são oriundas de acordos de menor custo político, em razão do menor número de participantes envolvidos e com menor valor econômico. A escolha entre um instrumento normativo e outro é feita de acordo com os interesses individuais dos atores políticos que participam do acordo, em busca de maximizar os seus ganhos, ainda que o resultado não seja eficiente para a sociedade. Para demonstrar o comportamento esperado dos atores políticos, é elaborado um jogo de interação entre autoridades políticas e grupos de interesse, e apresentam-se dados empíricos e análise estatística das leis e dos decretos que dizem respeito ao ICMS no estado de Mato Grosso.

Palavras-Chave: deslegalização da tributação. Escolhas públicas. ICMS.

A GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO À LUZ DO DIREITO TRANSNACIONAL

Karina Martins - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
karina.martins@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A tese aprofunda o conhecimento das relações entre dois fenômenos, a governança global e o desenvolvimento sustentável, mediante estudo à luz direito transnacional para a sustentabilidade global. Debate-se a governança no que se refere tanto ao seu significado como à amplitude das questões que a envolvem. Por sua vez, o desenvolvimento sustentável representa o ideal harmônico entre economia e ecologia, que deve ser ajustado na correlação de valores em que o máximo econômico reflita, igualmente, o ecológico. Opta-se pelo estudo da governança global e do desenvolvimento sustentável à luz do direito transnacional para a sustentabilidade global. A modernidade indica nova forma de olhar a questão ambiental, já que o consumo desenfreado dos recursos do meio ambiente, para uso e deleite da sociedade moderna e globalizada, põe em risco a existência humana. O Direito Transnacional é matizado pela necessidade da emergência de novos espaços públicos que tornariam concretas e efetivas as estratégias transnacionais de governança, regulação e intervenção e que resultariam em proteção a direitos transnacionais baseados em pauta axiológica comum, em especial os difusos. A tese é desenvolvida sob o enfoque crítico-dialético, pelo método hipotético-dedutivo. Adota-se a pesquisa jurídico-teórica com abordagem qualitativa. Para subsidiar a análise proposta para elaboração da tese, tomam-se como base dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros e obras acadêmicas e literárias; coleta de dados secundários, pautada na legislação, na doutrina e na jurisprudência nacional e internacional relativas ao tema.

Palavras-Chave: desenvolvimento sustentável. Governança. Direito Transnacional.

A INTEGRAÇÃO DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL À LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: REPERCUSSÕES JURÍDICO-POLÍTICAS DO ENQUADRAMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL COMO SITUAÇÃO DE RISCO EM UMA PERSPECTIVA LUHMANIANA

Bruna Barbieri Waquim - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
bu_barbieri@yahoo.com.br
Hector Valverde Santana - UniCEUB, professor orientador
hectorvsantana@gmail.com

A tese analisa a necessidade de revisão da Lei da Alienação Parental nº 12.318/2010 para melhor integração das suas normas às diretrizes da Doutrina da Proteção Integral, a fim de que sejam melhor alcançadas suas finalidades especialmente diante das críticas para sua revogação. Para tanto, avalia-se a natureza jurídica do problema da alienação parental, classificando-o como situação de risco nos moldes do artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir disso, é possível identificar omissões na lei e contradições do ordenamento jurídico vigente sobre questões essenciais quanto à competência para a apuração do ato de alienação parental, às diretrizes materiais e processuais para a investigação da (falsa) denúncia de abuso sexual, à adoção dos métodos consensuais de resolução de conflitos, à intervenção da equipe multidisciplinar, à oitiva da criança ou do adolescente alienados e às formas de impugnação das decisões judiciais sobre alienação parental. Diante da exigência de completude e coerência do sistema jurídico pátrio, investigam-se, na doutrina e na jurisprudência, soluções às referidas lacunas e antinomias, o que repercute diretamente na necessidade de formulação de políticas públicas de proteção à infância e à juventude como forma de dar melhor eficácia à Lei de Alienação Parental com ações e programas que promovam a parentalidade responsável, a educação conjugal e o respeito aos direitos fundamentais à integridade psicológica e à convivência familiar das crianças e dos adolescentes, titulares de proteção integral.

Palavras-Chave: alienação parental. Educação conjugal. Criança e adolescente.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS: ESTUDO E ANÁLISE DO IMPACTO DA EVOLUÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO NOS DIREITOS HUMANOS

Vitor Levi Barboza Silva - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
vitorlevibs@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
patriciaperrone@sempreceub.br

A tese faz uma análise econômica e jurídica da seguridade social brasileira no período de 2010 a 2020, utilizando como referência a Constituição Federal de 1988 e suas atualizações, dados da execução orçamentária e financeiros do governo federal e trabalhos de auditoria e fiscalização realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao longo do período. Considerando a evolução dos direitos fundamentais, os princípios da reserva do possível, o mínimo existencial, a vedação ao retrocesso social, o instituto da judicialização dos direitos sociais, entre outros, além das notícias públicas relativas ao rombo fiscal e ao déficit da previdência social brasileira, entendeu-se por relevante, útil e oportuno uma análise crítica completa sobre o tema. O objetivo principal é examinar a evolução jurídico-econômica do sistema de Previdência Social brasileiro, apurando a construção, a evolução e a observância dos direitos sociais e humanos. O estudo contempla a análise dos diversos regimes previdenciários brasileiros existentes, a comparação com regimes internacionais, o acompanhamento de todas as reformas previdenciárias brasileiras, especialmente a promovida pela Emenda Constitucional de 2019 e suas proposições. Os resultados dessa investigação levaram à conclusão de que há elevadas discrepâncias entre os regimes de previdência social brasileiros, especialmente quando comparados com regimes especiais, como os dos servidores pré-reforma e os dos militares. Quanto ao tratamento conferido aos direitos sociais e humanos, observou-se a mutação jurídica diante da necessidade do equilíbrio das contas públicas.

Palavras-Chave: direitos sociais. Seguridade. Previdência.

A PROPRIEDADE E O INSTITUTO DE SUA INDISPONIBILIDADE: USO E ABUSO

Eber Zoehler Santa Helena - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
zoehler@gmail.com
José Levi Mello do Amaral Júnior - UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A propriedade privada, como direito fundamental, partícipe do núcleo primário dos direitos individuais e manifestação da liberdade da personalidade, de prerrogativa intocável nos estados capitalistas liberais do século XIX, é gradualmente reconfigurada com o avanço do estado fiscal e social e relativizada por interesses extrapatrimoniais. O instituto da indisponibilidade de bens originou-se no direito privado, gestado no direito de família ou sucessões, em regra, por normas dispositivas que facultam ao titular convencionar o levantamento temporário do atributo da transmissibilidade da propriedade, caso do bem de família ou das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade ou incomunicabilidade, de condicionantes das doações intervivos ou transmissões *mortis causa*, instrumentos jurídicos raramente utilizados na sociedade brasileira, refratária a convenções pós-morte. Se restrições convencionais facultativas do foro privado não vicejam em nosso dia a dia, isso não ocorre com restrições *ope legis*, no âmbito público, constituindo-se a indisponibilização da propriedade, em escala crescente, mecanismo de constrição cogente do adimplemento de obrigações constituídas sob a tutela de variadas parcelas de nosso ordenamento legal e infralegal em contexto cível, penal, administrativo, tributário, trabalhista e outros. A propriedade privada, em especial os bens de raiz, configura-se como um dos esteios da sociedade moderna, refletindo seu modo de produção e de acumulação da riqueza, ainda que subordinada à sua finalidade social. As limitações encontraram terreno fértil no campo das normas de direito público, em uma multiplicidade de dispositivos esparsos, como instrumento assessório de medidas assecuratórias da efetividade de decisões na esfera tanto administrativa como jurisdicional, determinando a suspensão cautelar da disponibilidade dos bens. O problema exposto diz respeito aos preceitos justificantes da restrição ao exercício do atributo de dispor da propriedade por seu titular em face de outros direitos e interesses conflitantes e quais os instrumentos aptos a efetivar tal constrangimento. Nesse sentido, exsurgem questões sobre o dilema do conflito dos direitos e dos interesses compulsados. Para melhor compreender o problema advindo de conflitos intersubjetivos individuais ou coletivos expressos na indisponibilização da propriedade privada, são apresentados, entre outros questionamentos, os correlacionados ao regime jurídico da indisponibilização em face dos princípios de razoabilidade, proporcionalidade, responsabilidade e outros, os direitos e os interesses conflitantes com a propriedade justificantes, seu impacto socioeconômico e processual, sendo permitida mesmo sem o contraditório, justificando a teoria da sanção política pelo Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chave: propriedade. Indisponibilidade. Sanção política.

A RELAÇÃO ENTRE OS PODERES: O PAPEL DO STF NO CONTEXTO DA CF-88 SOB A PERSPECTIVA DO NEOINSTITUCIONALISMO

Valdir Alexandre Pucci - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
valdir.pucci@uniceub.edu.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - UniCEUB, professor orientador
Arnaldo.Godoy@uniceplac.edu.br

A sociedade brasileira e a academia observam o aumento do protagonismo do Poder Judiciário na relação entre os poderes. Após a redemocratização, a Ciência Política debruçou-se em estudar a relação entre os poderes, dando destaque à construção de um modelo em que o jogo político no Brasil ocorria no âmbito da relação entre o Executivo e o Legislativo, chegando a cunhar a célebre definição de que havia um *presidencialismo de coalizão*, concretizada na tese de Sérgio Henrique Abranches, que cunhou a expressão. Entretanto, o Poder Judiciário pouco foi analisado nessa relação, e o seu papel era relegado, em muitos casos, a uma espécie de "poder auxiliar". Nesse sentido, a tese visa entender como o Poder Judiciário ganhou protagonismo no processo e no jogo político brasileiro. Acredita-se que esse papel de destaque nasça dos instrumentos oriundos da Constituição Federal de 88. A base de análise é a perspectiva do neoinstitucionalismo histórico, que entende instituições como procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade ou da economia política, estendendo-se, inclusive, à ordem constitucional. Argumenta-se que o Judiciário seja uma espécie de Poder Moderador, e, sob este aspecto, a hipótese principal focaliza a ideia de que as instituições criadas a partir da CF de 88 foram o principal elemento da mudança de perspectiva do Poder Judiciário e não o protagonismo de indivíduos.

Palavras-Chave: Poder Judiciário. Neoinstitucionalismo histórico. Relação entre poderes.

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO E O TEMA DA HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR NO CONTEXTO DAS DECISÕES DO STJ: DEFESA OU PRIVILÉGIO?

Maria do Socorro Rodrigues Coêlho - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
msrcoelho@yahoo.com.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A tese realiza um estudo pormenorizado das decisões do STJ, promovendo uma reflexão sobre os riscos apresentados por acórdãos, cujo teor argumentativo constitua privilégio e não defesa do consumidor. Entende-se que esse tipo de decisão desconsidera o fato de que a Constituição, ao lado da defesa do consumidor, estabelece objetivos a ser alcançados, como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do desenvolvimento nacional. Nessa perspectiva, a pesquisa indaga se a argumentação nos acórdãos do STJ, fundamentada no princípio de hipossuficiência do consumidor, constitui defesa ou privilégio do consumidor. Apresentam-se as seguintes hipóteses: o acoplamento estrutural entre os sistemas jurídico e econômico pode viabilizar decisões mais coerentes, ou seja, que mantenham o equilíbrio das relações consumeristas, zelando pela segurança jurídica e pela consequente manutenção da ordem econômica e social; decisões do STJ promovem o privilégio e não a defesa do consumidor, gerando insegurança jurídica e podendo comprometer o empreendedorismo, o que, provavelmente, afetará o crescimento econômico do país; uma decisão é mais acertada quando promove não o bem-estar de um cidadão em particular, mas a garantia de satisfação para a coletividade, razão pela qual os ministros do STJ devem adotar uma hermenêutica das escolhas com decisões pautadas na defesa e não no privilégio do consumidor; o exame do processo de argumentação nas decisões do STJ relativas às questões consumeristas reflete o uso de critérios morais, sendo necessária a justificação dos juízos utilizados como base da racionalidade da decisão, de modo a permitir sua universalização ou viabilizar a aplicação da regra a outros casos semelhantes, uma vez que a não aplicação isonômica cerceia a racionalidade de aplicação, e a decisão torna-se arbitrária. A partir dos pressupostos da análise econômica do direito, do Código de Defesa do Consumidor, da argumentação jurídica, da Constituição Federal, da teoria dos sistemas, de Niklas Luhmman, entre outras fontes, defende-se que uma decisão judicial, para atingir um nível de coerência maior, deve contar com o auxílio da análise econômica do direito, que poderá indicar caminhos mais seguros ou racionais para a manutenção da ordem econômica e social e para o autêntico equilíbrio das relações consumeristas.

Palavras-Chave: argumentação jurídica. Hipossuficiência do consumidor. Teoria dos sistemas.

A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E A TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO MUNICIPAL BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Eugênio Pacceli de Morais Bomtempo - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
eugenio.bomtempo@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona - UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Esta pesquisa busca analisar como resolver os problemas de urbanização das favelas nas grandes e médias cidades brasileiras, a partir da reunião de todas as potencialidades presentes nos instrumentos urbanísticos e tributários sobre o patrimônio, à disposição das municipalidades. Como estudo de caso, examina-se como se deu a urbanização de favelas no município de Diadema – SP, entre 1983 e 2000, com recursos do próprio erário. Os estudos revelam que, até 2050, a favelização no mundo tende a triplicar. A partir da Emenda Constitucional n° 29, de 2000, o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU pôde ser progressivo, sendo o tributo mais importante da municipalidade. Mediante as orientações do plano diretor, quando o imóvel não atende à função social e ambiental da propriedade, sendo pouco utilizado, não edificado ou não utilizado, admite-se a aplicação do IPTU progressivo no tempo, como medida extrafiscal, para que o imóvel atenda suas finalidades sociais. Assim, o IPTU transformou-se em importante instrumento não somente de arrecadação fiscal como também de planejamento urbano e de soluções coletivas à disposição do direito público. Do ponto de vista fiscal, a tributação deve observar o princípio da capacidade contributiva para a aplicação da progressividade e, com ela, alcançar recursos para a urbanização das cidades. Assim, esta pesquisa propõe investigar se a experiência de urbanização das favelas em Diadema – SP pode ser aperfeiçoada à luz dos atuais instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades e na nova Lei de Regularização Fundiária, como estratégia para orientar o financiamento da urbanização de favelas com recursos próprios, oriundos da tributação sobre o patrimônio imobiliário de competência municipal, de forma a neutralizar os efeitos perversos da globalização.

Palavras-Chave: favela. Urbanização. Tributação municipal.

ANÁLISE DOS EFEITOS DA FUNÇÃO PROMOCIONAL DO DIREITO COMO FERRAMENTA PARA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS NO DIREITO BRASILEIRO

Kênia Rodrigues de Oliveira - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
kroliveira@tjgo.jus.br
Héctor Valverde Santana - UniCEUB, professor orientador
hectorvsantana@gmail.com

O tema central da presente pesquisa está relacionado a duas discussões de grande relevância jurídica. A primeira é voltada à utilização da teoria funcionalista para a interpretação e a aplicação da norma, principalmente quanto ao emprego das sanções premiais como instrumento de controle social. Em relação ao segundo aspecto, a abordagem é realizada quanto à relação do uso desta teoria, auferindo seus efeitos, nas relações de direito processual civil brasileiro. O entendimento a respeito da interpretação das normas de Direito passa por um processo de evolução observada por meio de vasta discussão sobre o que é o direito e qual é a sua função. Ao observar a legislação civilista, de direito material ou processual vigente, é possível perceber uma disposição significativa de textos legais que preveem mecanismos de coerção para o cumprimento de obrigações; por outro lado, não é tão ampla a previsão de meios de incentivo ao cumprimento de prestações assumidas nas relações negociais. Assim, indaga-se se a proposta oferecida pela teoria do direito promocional para a interpretação e a aplicação das normas de direito processual civil contribui para a eficácia da solução dos conflitos de interesses de natureza patrimonial após a vigência do novo Código de Processo Civil de 2015. O objetivo geral é analisar a aplicabilidade da teoria da função promocional do direito no Direito Processual Civil, observando a teoria funcionalista demonstrada por Bobbio, e sua eventual aplicação nas relações jurídicas, principalmente voltadas ao direito processual, após a vigência do Código de Processo Civil de 2015, em razão da observação do controle social inerente ao ordenamento jurídico. A investigação faz uma abordagem qualitativa e quantitativa para o exame da utilização da teoria da função promocional do direito como ferramenta para a eficácia das normas processuais civis no direito brasileiro. Para tanto, são realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e explicativas.

Palavras-Chave: função promocional. Processo civil. Teoria funcionalista.

ANÁLISE DA PROMOÇÃO E DA PROTEÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO DAS CORTES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Wilson Simões de Lima Júnior - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
wsljunior@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira - UniCEUB, professora orientadora
liziane.paixao@ceub.edu.br

O projeto de pesquisa tem como abordagem o tema do acesso à justiça voltado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. O objetivo é a investigação e a compreensão da dimensão do acesso à justiça no que tange sua promoção e proteção na corte internacional de direitos humanos americana e a percepção de sua influência nas decisões na Suprema Corte brasileira. Para tanto, indagam-se quais são as características da promoção e da proteção do acesso à justiça na Corte Interamericana de Direitos Humanos e se a proteção do acesso à justiça na Corte Interamericana de Direitos Humanos tem influenciado as decisões da Suprema Corte brasileira. Evidencia-se que a escolha da análise a partir da Corte Interamericana de Direitos Humanos se dá em razão da perspectiva do pesquisador inserido na realidade jurídica do Brasil, com o interesse de entender o fenômeno do acesso à justiça em vetor Corte internacional para Estado brasileiro e não o contrário. A hipótese é direcionada à amplitude do termo “acesso à justiça” na Corte Interamericana de Direitos Humanos, porém nem sempre são utilizadas tais dimensões pelo Supremo Tribunal Federal. A metodologia a ser empregada é a abordagem qualitativa. Trata-se de um estudo exploratório por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com emprego de análise de conteúdo de Bardin. Ao final, é necessária a realização de análise crítica e comparativa em relação às decisões do Supremo Tribunal Federal, para fins de encontrar correspondências.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Acesso à Justiça. Corte Internacional de Direitos Humanos.

OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA À REDUÇÃO DE LITIGIOSIDADE

Marcílio da Silva Ferreira Filho - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
marciliosff@uniceub.com.br
Patrícia Perrone Campos Mello - UniCEUB, professora orientadora
pcamposmello@uol.com.br

A presente tese de doutoramento tem como objeto analisar se a criação de estruturas administrativas e normativas voltadas à consensualidade administrativa *stricto sensu* (v.g. Câmaras de Mediação e Conciliação, autorizações genéricas para transacionar etc.) ensejam o aumento e incentivam a prática consensual no âmbito da Administração Pública ou se as medidas de estímulo devem levar em consideração instrumentos mais efetivos de mudança do comportamento dos agentes públicos. Nesse sentido, a problemática insere-se em um contexto nacional e internacional que tem como pauta a diminuição da litigiosidade e o fomento à consensualidade *stricto sensu* para além das relações privadas. Como objetivo, pretende-se verificar os motivos pelos quais, a despeito das alterações normativas efetivadas nos últimos anos para fomentar as transações administrativas, a realização de acordos pelo Estado ainda continua bastante limitada e os números apresentados na gestão de processos judiciais ainda apontam para alta litigiosidade da Administração Pública. Metodologicamente, formula-se de início uma avaliação bibliográfica dos pressupostos teóricos da consensualidade, partindo, em seguida, para uma análise dos parâmetros utilizados por Estados estrangeiros na limitação à realização de acordos administrativos e dos seus respectivos instrumentos de fomento a essa prática. Em seguida, são avaliados dados obtidos quanto à realização de acordos em estruturas administrativas nacionais em que tal prática é expressamente autorizada, a fim de avaliar o panorama nacional no campo da consensualidade administrativa. Em seguida, pretende-se apresentar um projeto realizado em 2018, por meio do qual serão testadas cinco medidas de estímulo à consensualidade no Estado de Goiás, a fim de verificar, mediante monitoramento e avaliação de resultados, se tais medidas apresentam um aumento na quantidade de acordos realizados e na satisfação dos usuários envolvidos. Com isso, pretende-se verificar a validade da hipótese lançada no início do trabalho e, como conclusão, avaliar se a criação de estruturas administrativas e alterações normativas é suficiente para elaborar uma política pública consensual ou se devem ser agregadas técnicas específicas comportamentais para incentivo à cultura consensual no âmbito do Estado.

Palavras-Chave: transações administrativas. Litigiosidade. Consensualidade.

ATUAÇÃO EM REDE DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE COMO FORMA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO: INOPONIBILIDADE DE SIGILO DE DADOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES

Octahydes Ballan Júnior - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
octahydes.junior@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A política criminal de enfrentamento à macrocriminalidade propõe uma reanálise do sistema probatório, autorizando uma interação entre as instituições de regulação e controle. Tal fato deve-se a contornos definidos por instrumentos internacionais. A necessidade de rediscutir o atual sistema probatório volta-se a dar resposta aos crimes de rua, pois evidencia-se pouca eficácia na apuração do crime organizado, da corrupção e da lavagem de dinheiro. O compartilhamento de dados torna-se fator decisivo no combate a esses delitos, o que conduz ao reexame do direito fundamental à intimidade, buscando melhor delimitar seus contornos. Assim, o trabalho está estruturado em itens, como a análise da política criminal de enfrentamento à macrocriminalidade, passando pelas convenções internacionais que traçam suas balizas e pelos reflexos na legislação brasileira; a rediscussão do sistema probatório no processo penal, identificando sua vocação clássica para os crimes de rua e verificando as técnicas especiais de investigação direcionadas ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro; a interação e os arranjos institucionais entre diversos órgãos de regulação e controle, entre eles, Ministério Público, COAF, Tribunais de Contas, órgãos fazendários e controladorias; o reexame do direito fundamental à intimidade.

Palavras-Chave: política criminal. Macrocriminalidade. Intimidade.

BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO: ANÁLISE DE RISCO COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS

Jacqueline Maria Cavalcante da Silva - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
jac.maria3@yahoo.com.br
Márcia Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Identificar se ocorre a prática efetiva de análise e gerenciamento de riscos nas barragens de rejeitos de mineração no Brasil é o foco desta pesquisa. O objetivo principal é verificar se as empresas de mineração que atuam no Brasil têm efetuado análise de risco prévia durante o monitoramento da execução das atividades em barragens de rejeitos, incluindo risco de falha e potencial custo ambiental com consequente gerenciamento, buscando a efetiva prevenção de danos ambientais. A pesquisa tem natureza predominantemente qualitativa e fim explicativo, é do tipo bibliográfico e inclui exame de doutrina, consulta a sítios governamentais para levantamento de dados, entrevistas com pessoas estratégicas de órgãos fiscalizadores e inspeções *in loco*. Efetua-se a revisão da literatura sobre barragens de rejeitos de mineração, apresentando o conceito à luz das normas brasileiras, os respectivos métodos construtivos, o histórico mundial de falhas nesse tipo de equipamento, a situação do Brasil ao longo dos últimos vinte anos, a conjuntura brasileira em termos de quantidade, a classificação de demais dados catalogados sobre as barragens, as causas das falhas à luz dos estudiosos desse tema e a política de segurança de barragens de rejeitos de mineração no Brasil. Em seguida, trata-se do conceito de risco, das respectivas políticas de gerenciamento, da prática internacional do uso de avaliação de risco em gestão de barragem de rejeitos, de modo amplo e, de forma restrita, como exemplo, da prática adotada na África do Sul e da forma como é procedida a avaliação de risco na gestão de barragem de rejeitos, no Brasil. Analisa-se o desenvolvimento da mineração no Brasil, em contraponto à narrativa existente em nível mundial, sobre sustentabilidade ambiental na mineração, buscando identificar se há, por parte das empresas que operam no país, a busca efetiva por sustentabilidade ambiental. Ademais, a partir da eleição de certificações e indicadores ambientais, identifica-se se detêm papel relevante para induzir as empresas à sustentabilidade ambiental, cujo resultado abranja a ampliação da qualidade da gestão dos riscos da atividade de mineração em face de eventual preocupação com as respectivas imagens empresariais perante a sociedade. Além disso, será efetuado um estudo de caso do desastre ocorrido em 2015, na Barragem de Fundão, em Mariana, MG, em que se busca traçar um registro da situação da empresa responsável pela barragem e da atividade produtiva, antecedente ao desastre, junto aos órgãos fiscalizadores e analisar os normativos que regulam a atividade em confronto com a aplicação pelos órgãos fiscalizadores, em especial, no que se refere aos registros relativos à análise de risco do empreendimento. Por fim, examina-se o enquadramento das responsabilidades pós-sinistro no âmbito administrativo e judicial.

Palavras-Chave: rejeitos de mineração. Análise e gestão de riscos. Mineração sustentável.

BRASÍLIA: CARTOGRAFIA JURÍDICA, DIREITO DO TERRITÓRIO E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Fernando José Longo Filho - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
fjlongofh@sempreceub.com
Enrique Ricardo Lewandowski - UniCEUB, professor orientador
enrique.lewandowski@ceub.edu.br

A proposta de investigação tem como objeto de estudo Brasília e como o Direito se relaciona com o território ocupado pelo Distrito Federal e pela circunvizinhança. O Distrito Federal tem a configuração de cidade-Estado, na medida em que congrega as competências de Estado e municípios, goza de autonomia administrativa, política e financeira e constitui ente federativo, sendo vetada a criação de municípios em seu território (artigos.1°, 18 e 32 da Constituição Federal). Entretanto, as relações do Distrito Federal com os municípios vizinhos têm-se tornado cada vez mais complexas. Em 1998, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno – RIDE por meio da Lei Complementar n° 94/1998, que abrange municípios pertencentes aos estados de Goiás e de Minas Gerais, além de Brasília. Embora haja a RIDE, afirma-se que a Área Metropolitana de Brasília – AMB é um território menor, que se encontra inserido na RIDE e sem marco legal institucional. A relevância da pesquisa justifica-se pela existência de uma lacuna de estudos jurídicos que versem sobre a relação do Distrito Federal entre o território e o Direito. Para empreender essa investigação, é necessário elaborar uma cartografia jurídica do território do Distrito Federal e suas adjacências, a fim de compreender como as relações entre território e Direito são permeadas e infiltradas pelo poder, nos termos preconizados por Foucault, isto é, como um governo delimita uma população em um território. Em outras palavras, o poder cria o território. A compreensão das relações traçadas pela cartografia jurídica do Distrito Federal deve ser redesenhada, tendo como referência o desenvolvimento do Direito do Território, cuja finalidade é o estudo das atividades de definir fronteiras e limites geográficos que podem descritos e identificados a partir dos seguintes pontos de vista: quem delimita as fronteiras, como a delimitação é feita, que tipo de limite é feito e por que é feito. O Direito do Território, constitucionalmente adequado ao Estado Democrático de Direito, é parâmetro normativo para a definição de arranjos institucionais. A cartografia jurídica de Brasília e o Direito do Território são categorias de análise da pesquisa empírica a ser realizada sobre os arranjos institucionais da gestão do território do Distrito Federal e adjacências.

Palavras-Chave: cartografia jurídica. Direito. Território.

CONFLITOS PREVIDENCIÁRIOS NO SEMIÁRIDO DA BAHIA: A COMPOSIÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E O CONTROLE DA GESTÃO PARA O FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL EFETIVA RURAL

Dariel Oliveira de Santana Filho - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
dariel_ok@yahoo.com.br
Jefferson Carús Guedes - UniCEUB, professor orientador
Professor.carusguedes@gmail.com
Marcelo Borsio - colaborador
marcelo.borsio@gmail.com

A pesquisa tem como marco histórico os modelos de Estado, a relação entre eles e as políticas públicas previdenciárias, além da interdisciplinaridade entre a economia e o direito. Examina-se a parte histórica da previdência social rural no Brasil, analisando-se a questão dos direitos previdenciários como direitos fundamentais, a proibição do retrocesso social e as peculiaridades da região objeto da pesquisa. Realiza-se um estudo empírico com os atores do processo previdenciário, sob a perspectiva do conflito, e, por fim, apresentam-se mecanismos inovadores para uma resolução adequada das demandas previdenciárias.

Palavras-Chave: modelo de Estado. Políticas públicas. Trabalhador rural.

CRIPTOMOEDAS E SEUS REFLEXOS SOBRE A ATUAÇÃO JURISDICIONAL BRASILEIRA

Virgínia Motta Sousa - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
virginia.motta@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira - UniCEUB, professora orientadora
liziane.paixao@ceub.edu.br

As criptomoedas e a resolução de conflitos jurisdicionais relacionados ao seu uso, tema central do presente projeto, têm despertado muito interesse por parte da doutrina e da jurisprudência tanto brasileiras quanto estrangeiras. Sendo a mais famosa delas a *bitcoin*, as criptomoedas atraem, diariamente, pessoas para a compra mediante *exchanges* e corretoras, principalmente em razão de sua estrutura sem intermediários bancários, o que não impede incidentes negativos, como a falta de segurança nas operações e a ocorrência de fraudes por parte das *exchanges*, que, aliados à falta de informação dos usuários, podem culminar em ações judiciais principalmente após o anúncio da empresa Facebook de que pretende lançar, até 2020, a criptomoeda denominada *libra*. No caso das instituições bancárias, o Brasil já apresenta sólida doutrina e jurisprudência, mas a realidade das criptomoedas é totalmente diferente, e, até o momento, não existe consenso por parte da doutrina, da jurisprudência ou dos órgãos técnicos, reguladores do sistema financeiro brasileiro, quanto à natureza das criptomoedas ou à legislação aplicável a elas. Por outro lado, a falta de regulamentação das criptomoedas não tem impedido a sua existência; pelo contrário, a quantidade de empresas *exchange* e corretoras e o uso das criptomoedas têm crescido de modo exponencial, assim como os conflitos decorrentes disso. Desta forma, faz-se necessária uma revisão conceitual da natureza jurídica deste instituto e de suas consequências sobre o direito aplicável às criptomoedas e à definição dos órgãos competentes para o julgamento dos conflitos e para a adequação do ordenamento jurídico brasileiro à atuação da sociedade junto ao sistema financeiro.

Palavras-Chave: criptomoedas. Atuação jurisdicional. Direito.

DECISÕES ESTRUTURAIS: VETORES DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Henrique Alves Pinto - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
henrikiobrien@hotmail.com
Jefferson Carús Guedes - UniCEUB, professor orientador
professor.carusguedes@gmail.com

A tese trata da discussão do conceito de decisões estruturais como vetor de implementação de políticas públicas mediante a atividade jurisdicional. O tema restringe-se à realidade brasileira contemporânea. O objetivo é tornar o resultado da pesquisa suficientemente atual para a adequada identificação do problema e a proposição de soluções. De forma mais específica, são analisadas as decisões proferidas por Tribunais de Justiça, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal que discutem viabilizações na implementação de direitos fundamentais sociais pela atividade jurisdicional, diante da deficiência de políticas proporcionadas pela Administração Pública, voltadas ao atendimento desta agenda. Além disso, a doutrina nacional e estrangeira é analisada em dois momentos: na verificação de decisões judiciais estruturais, voltadas à racionalização do processo de implementação de políticas públicas no Brasil para o combate da inefetividade de direitos prestacionais; na propositura de critérios a ser utilizados para a solução dos conflitos advindos do âmbito da teoria da separação dos poderes. Fazem-se referências estrangeiras com o objetivo de auxiliar a investigação de soluções para o problema identificado pela análise da jurisprudência brasileira. O objeto da investigação, portanto, é a experiência brasileira. As propostas de solução são pautadas pela realidade e pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-Chave: decisões estruturais. Processo civil. Políticas públicas.

DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COOPERATIVO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO E INCENTIVO AO COOPERATIVISMO

Fabrício José Klein - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
fabricio@kleineassociados.adv.br
Ivo Teixeira Gico Júnior - UniCEUB, professor orientador
gico@ghdadvogados.com.br

A tese contempla a análise econômica do Direito cooperativo e a prescrição de políticas públicas de apoio e incentivo com corte epistemológico no artigo 174 § 2º da Constituição Federal e, aditivamente, na determinação de que seja dispensado adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, impressa no artigo 146, III, "c" do texto normativo constitucional. A pesquisa indaga, considerando o cooperativismo como um fator auxiliar ao desenvolvimento, o papel do Estado na economia e a força normativa da Constituição dirigente, extremamente analítica e repleta de normas programáticas, como deve dar-se o apoio e o estímulo ao cooperativismo constante na ordem econômica constitucional brasileira. Analisou-se de que forma podem ser estruturadas melhorias no ambiente institucional que permitam aprimorar os arranjos institucionais para dar eficácia ao texto normativo constitucional, já que o artigo 174 § 2º é uma norma programática. O objetivo geral é aprofundar o estudo do cooperativismo e confrontá-lo com a análise econômica do Direito, para formular propostas de políticas públicas de apoio e incentivo consentâneas com as singularidades deste tipo de empreendimento. A primeira hipótese é se pode o cooperativismo ser considerado um fator auxiliar ao desenvolvimento. A segunda hipótese é se a regulação da intervenção por indução é uma alternativa viável ao apoio e ao incentivo ao cooperativismo. É apresentado o contexto histórico e legal do cooperativismo, e realizada a análise econômica do Direito cooperativo, pois a contextualização possibilita a compreensão adequada do problema, reforça a argumentação e auxilia a contextualização do debate referente ao assunto escolhido. Com relação à análise econômica, o tema cinge-se à apresentação dos pressupostos metodológicos seguido da análise propriamente dita, levando em consideração a literatura a respeito do cooperativismo e a correlação de suas contribuições com a jurisprudência. Os pressupostos metodológicos da análise econômica do Direito são apresentados de forma descritiva, e os demais objetivos específicos têm abordagem analítica. A pesquisa contém revisão da literatura de caráter interdisciplinar, com obras tanto sobre o Direito cooperativo e constitucional quanto sobre políticas públicas e análise econômica do Direito. O trabalho ambiciona exceder o âmbito do exame do ordenamento jurídico e da literatura, valendo-se das demais ferramentas necessárias para formular prescrições de políticas públicas. A consecução do estudo abrange a metodologia e a estratégia de ação conforme o trinômio *teoria de base*, *procedimento* e *técnica*, que se interpenetram em uma relação de caráter sistêmico complexa, configurando um método que permite a abordagem interdisciplinar em diversas áreas do conhecimento. Os referenciais teóricos decorrem da matriz epistemológica pragmático-sistêmica, que comporta o enfoque sistêmico complexo e interdisciplinar. O procedimento consiste na coleta de informações e conteúdos que permitam a contextualização e a análise

em torno dos objetivos gerais e específicos, delineando as etapas a ser seguidas até o resultado final.

Palavras-Chave: análise econômica do Direito. Direito cooperativo. Ordem econômica constitucional.

DIREITO INTERNACIONAL APLICADO ÀS OPERAÇÕES CIBERNÉTICAS: UMA ANÁLISE DAS "ZONAS CINZENTAS" DO MANUAL DE TALLINN 2.0 E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS PARA OS ESTADOS

Alexandre Peres Teixeira - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
alexandre.teixeira@stm.jus.br
Liziane Paixão Silva Oliveira - UniCEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A Organização do Tratado do Atlântico-Norte (OTAN) inaugurou o Centro Cooperativo de Excelência em Defesa Cibernética na cidade de Tallinn, após os ataques cibernéticos sofridos pela Estônia, em 2007. Essas ações de guerra demonstraram ao mundo que operações cibernéticas maliciosas podem afetar a paz, a segurança e a ordem pública de um Estado soberano. Em decorrência do trabalho realizado por especialistas deste Centro, em 2013, o primeiro *Manual de Tallinn sobre o Direito Internacional Aplicável às Operações Cibernéticas* foi elaborado com apenas as regras aplicáveis às operações cibernéticas realizáveis em tempo de guerra. Em 2017, o mesmo Centro, em parceria com a Universidade de Cambridge, publicou o *Manual de Tallinn 2.0*, que passou a apresentar as operações cibernéticas realizadas também em tempo de paz. Mesmo se tratando de uma fonte de direito com natureza jurídica de *soft law*, o *Manual de Tallinn 2.0* tem o potencial de influenciar, de forma decisiva, a dinâmica jurídica das interações cibernéticas, efetuadas entre os Estados. As denominadas "zonas cinzentas" do *Manual de Tallinn 2.0* referem-se aos aspectos jurídicos específicos, inerentes a algumas regras, sobre os quais não houve consenso por parte dos especialistas que trabalharam no processo de elaboração. Trata-se de brechas jurídicas abertas que figuram como preocupante fragilidade a impactar, negativamente, a construção de uma base sólida e consensual do Direito Internacional aplicado às operações cibernéticas a curto e médio prazo. O exemplo clássico de exploração de uma "zona cinzenta" pôde ser observado pela operação cibernética maliciosa executada em 2015 e 2016, para influenciar o pleito eleitoral dos EUA, em 2017. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, analisam-se os reflexos que a exploração das "zonas cinzentas" do *Manual de Tallinn 2.0* pode exercer nas relações entre Estados soberanos, e propõem-se políticas públicas que proporcionem segurança jurídica a proteger tanto o Estado como a sociedade das operações cibernéticas maliciosas, realizadas por Estados ou atores não estatais.

Palavras-Chave: Direito Internacional. Guerra cibernética. Segurança.

DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: PRÁTICAS DIALÓGICAS E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Victor Aguiar Jardim de Amorim - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
victorjamorim@yahoo.com.br
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy - UniCEUB, professor orientador
asmgodoy@gmail.com

O tema basilar da pesquisa centra-se na investigação acerca da suposta continuidade, quando da formatação das atribuições do STF, nos primórdios do regime republicano, das práticas de diálogo institucional existentes no período imperial, concernentes à estabilização das tensões dinâmicas de atuação normativa entre as províncias e o poder central. Para tanto, de maneira específica, averigua-se a correlação entre a estruturação organizacional do STF em 1890 e a necessidade de adaptação para o regime republicano das práticas de diálogo institucional, de certa forma, exitosas, observadas no período imperial, para a harmonização política entre os Poderes. Daí advém a necessidade de aprofundar as investigações a respeito do sistema de controle de constitucionalidade, sob a égide da Constituição de 1824 e empreender o levantamento documental acerca dos projetos e das motivações dos atos normativos que dispuseram sobre a estrutura e as competências do STF no período de 1890 a 1894.

Palavras-Chave: Direito e História. Controle de constitucionalidade no período imperial. Origens do STF.

HERMENÊUTICA DAS ESCOLHAS, PRECEDENTES VINCULANTES E PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Victor Guedes Trigueiro - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
vgtrigueiro@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Júnior - UniCEUB, professor orientador
gico@ghdadvogados.com.br

O Código de Processo Civil de 2015 gerou intenso debate doutrinário a respeito da constitucionalidade de um sistema de precedentes no direito brasileiro, institucionalizado por norma infraconstitucional. Os argumentos jurídicos, de parte a parte, são de variadas ordens, prevalecendo os que defendem a constitucionalidade do sistema, isto é, a ideia de que a obrigatoriedade da observância dos precedentes decorreria da conformação constitucional do Poder Judiciário, que apresenta, no ápice da estrutura, tribunais cuja função é a de uniformização dos entendimentos em matéria constitucional e infraconstitucional. Assim, o princípio da unidade do Poder Judiciário, a necessária preservação da segurança jurídica, a isonomia e a duração razoável do processo seriam motivos constitucionais suficientes para referendar um sistema que preza pela uniformização da jurisprudência mediante a observância cogente dos precedentes. Pelo menos, este é o entendimento que justifica, do ponto de vista constitucional, a eficácia vinculante intrajudicial dos precedentes, ou seja, circunscrita aos limites do Poder Judiciário. A extrapolação da eficácia vinculante aos limites do Poder Judiciário pode trazer toda sorte de questionamentos quanto à constitucionalidade do sistema, por ofensa ao princípio da separação dos poderes. No particular, parece relevante a análise dos artigos 985, §2º e 1.040, IV, do Código, com conteúdos similares, segundo os quais órgãos, entes ou agências reguladoras devem fiscalizar a aplicação das teses adotadas pelo Poder Judiciário, quando a questão tiver por objeto a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado. Em suma, a interpretação dos dispositivos supracitados revela a intenção do legislador de conferir eficácia vinculante aos precedentes oriundos do Poder Judiciário fora dos seus limites, abrangendo, assim, competências regulatórias e fiscalizadoras das agências. É imperioso, portanto, verificar se tais dispositivos são compatíveis com o ordenamento jurídico constitucional brasileiro, que, a princípio, está fundamentado no regime de separação de poderes.

Palavras-Chave: precedentes. Agências reguladoras. Segurança jurídica.

O COSMOPOLITISMO E SEUS IMPACTOS NA SEGURIDADE SOCIAL DO BRASIL SOB O VIÉS DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Mariana Rezende Maranhão da Costa - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
mariana.maranhao@sempreceub.com
Ivo Gico Teixeira Júnior - UniCEUB, professor orientador
gico@ghdadvogados.com.br

Lança-se luz, inicialmente, sobre o conceito de cosmopolitismo, considerando, sobretudo, a perspectiva kantiana. Em seguida, avaliam-se os impactos da globalização nas políticas públicas das diversas nações. O objetivo é elucidar os direitos próprios ao "cidadão do mundo", independentemente de sua nacionalidade, quando recebido em países estrangeiros. O foco é a recepção de estrangeiros em território brasileiro, com destaque para as questões relativas às políticas de Seguridade Social. Por meio da análise econômica do Direito, propõe-se examinar as leis e as políticas públicas do tripé constitucional de atuação da Seguridade Social: saúde, assistência e previdência social. Assim, demonstram-se quais são os efeitos das regras jurídicas brasileiras sobre as decisões que dizem respeito aos imigrantes, particularmente no que concerne à Seguridade Social. Parte-se da premissa de que o cidadão do mundo é um ser racional, tomador de decisão, que considera os custos e os benefícios de suas ações. Analisa-se o comportamento desses agentes quanto à escolha de seu destino. O objetivo é maximizar seus benefícios, incorrendo no menor custo possível. Em suma, o trabalho pretende formular novas maneira de perceber as políticas públicas, com vistas a promover maior eficiência das políticas públicas da Seguridade Social, de modo a maximizar o bem-estar social.

Palavras-Chave: cosmopolitismo. Seguridade social. Análise econômica do Direito.

O CRÉDITO DIGITAL EMPRESARIAL COMO PROPULSOR DE NOVO MODELO JURÍDICO DE DESESTATIZAÇÃO: A ECLOSÃO DO SISTEMA MONETÁRIO VIRTUAL E DESCENTRALIZADO

Andréa Luísa de Oliveira - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
andrealui2006@yahoo.com.br
Daniel Amin Ferraz - UniCEUB, professor orientador
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

A tese propõe o aprofundamento aos estudos jurídicos sobre o papel transformador da Internet na sociedade atual, nos mais variados aspectos. Inúmeros são os negócios jurídicos realizados na esfera virtual que campeiam operações de evidentes riscos jurídicos, na medida em que os movimentos de desbancarização e desintermediação financeira proporcionaram o surgimento de novos protagonistas de operações de circulação de moeda em substituição aos suportes físicos existentes. Definir a atividade financeira diante do momento atual, repleto de novas operações de crédito, não é tarefa fácil. Perante novos mecanismos creditícios digitais, descentralizados, operacionalizados globalmente, o estudo propõe edificar uma análise jurídica de novo modelo de desestatização da moeda: o sistema monetário virtual e descentralizado. Para tanto, examinam-se novos meios digitais de absorção financeira como reflexos de condutas globais de clivagem de concretização das atividades econômicas no âmbito empresarial, firmadas unicamente com instituições bancárias e financeiras. O intento é instigar a reflexão de nova realidade que sinaliza para o movimento global de afastamento das atividades creditícias, antes próprias aos bancos e às instituições financeiras, que passam a ser realizadas por novo arquétipo: o fluxo creditício no ambiente virtual. A ideia central é enfrentar as concepções e o contexto do modelo de desestatização monetária, além de questionar o privilégio exclusivo do Estado, emissor de moeda, mediante novo sistema monetário, firmado na competitividade de moedas privadas e digitais. Ainda incipientes, os estudos aproximam-se do elo fundamental da tese: o de sopesar quanto às virtudes do livre mercado e de sua capacidade de autorregulação e o de refletir sobre o papel do Estado e da gestão monetária diante do fluxo creditício digital e da proeminência mundial de descentralização da emissão das criptomoedas desacopladas da permissão de qualquer autoridade monetária. O cerne da pesquisa científica é a atonia da crescente edificação financeira digital, que, nos contextos tanto interno quanto global, evidencia a fragilidade sistêmica de negócios jurídicos creditícios, conduzidos por agentes não bancários que exercem atividades no ambiente de rede de computadores, ao impulsionar opulentas negociações mediante o uso de ativos virtuais. A tese tem por justificativa interpretar e estabelecer novo relevo e tratamento às relações creditícias digitais e refletir se a inovação financeira virtual corresponde a uma sistematização monetária paralela com contornos transnacionais, descentralizados, diante de seu alcance no universo virtual. Nesse ponto, avaliam-se as nuanças do aparelhamento monetário de crédito digital e a coexistência simultânea ao sistema financeiro nacional, comandado pelo Banco Central, no contexto de emissão e circulação monetária.

Palavras-Chave: crédito digital empresarial. Disrupção monetária. Desestatização.

O DESCOMPASSO ENTRE O MUNDO JURÍDICO E O REAL: OS IMPACTOS DA ALTERAÇÃO NA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO NAS DECISÕES EM PROCESSOS DISCIPLINARES DA ADMINISTRAÇÃO

Débora Vasti da Silva do Bomfim Denys - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
deboradenys@gmail.com
Alice Rocha da Silva - UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@uniceub.br

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto n° 4.657/1942) – LINDB sofreu alteração com a Lei nº 13.655/2018, que incluiu disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, conforme os artigos de 20 a 30. Além disso, tornou expressos princípios e regras de interpretação e decisão a ser observados pelas autoridades administrativas segundo a doutrina atual. Esses artigos trazem maior concretude ao princípio da motivação, ao determinar que as decisões na esfera administrativa não só sejam tomadas mediante os princípios, mas também considerem suas consequências práticas e ponderem as alternativas possíveis. Assim, exige-se a prolação de decisões razoáveis e proporcionais, de forma que os danos decorrentes sejam de extensão e intensidade adequadas ao caso concreto. A motivação demanda o detalhamento e a especificidade necessários, de modo a não restarem dúvidas a respeito do seu conteúdo, legalidade e proporcionalidade. O objeto da pesquisa centra-se nas decisões em Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e questiona se o mundo jurídico está em consonância com o real. A metodologia é o estudo de casos sobre os PAD na Procuradoria-Geral Federal, nos anos de 2014 a 2019, com abordagem quantitativa, por meio de resultados de gráficos, e qualitativa, pela análise dos dados apontados. Faz-se a triangulação metodológica ou a *mixed-methodology*, baseada no uso combinado e sequencial de uma fase de pesquisa quantitativa, seguida de uma qualitativa, ou vice-versa. A pesquisa divide-se em duas partes: a primeira é voltada à atuação endógena da Administração nos casos dos PAD analisados e das punições; a segunda apresenta dados acerca da atuação exógena da Administração, antes ou após a instauração dos PAD e seus reflexos para os servidores, mediante adoção de política de prevenção de ilícitos. O objetivo geral é avaliar os impactos dos problemas na administração pública federal e as possíveis soluções. O objetivo específico aponta os problemas e as possíveis falhas identificados e corrigidos no universo da PGF, onde são testadas políticas tendentes a minimizar ou extinguir as inconsistências. A análise de dados indica as falhas de atuação da Administração nos casos concretos e corrige as futuras decisões em processos disciplinares, evitando-se o gasto de recursos financeiros e humanos na apuração. Os casos examinados propõem que ainda não se implementou o comando do artigo 20 da LINDB, o que torna imprescindível a Administração avaliar os impactos da legislação quanto à segurança jurídica e à eficiência dos PAD.

Palavras-Chave: LINDB. Processo Administrativo Disciplinar. Consequencialismo.

O ESTADO DE EXCEÇÃO TRIBUTÁRIO: POR UMA TEORIA ARGUMENTATIVA DO CONSEQUENCIALISMO JURÍDICO-CONSITUTCIONAL

Carlos Yury Araújo de Morais - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
carlos@carlosyury.com.br
Inocêncio Mártires Coelho - UniCEUB, professor orientador
inocenciocoelho@gmail.com

A promulgação da Constituição de 1988 apresentou novo catálogo de direitos e garantias fundamentais, inaugurando nova ordem democrática. Além disso, dispôs novas obrigações ao Estado, tais como regimes universais de previdência e saúde. A fonte de custeio desses sistemas universais não poderia ser outra que não os tributos, fazendo que a política fiscal seja orientada pela arrecadação, com o propósito de manter a estrutura estatal. Nesse contexto, a antítese economia tributária *versus* financiamento do Estado social gera embate entre contribuintes e fisco. Destaca-se, assim, o crescente uso de argumentos pragmático-consequencialistas por parte dos representantes do fisco, resumidos no tipo genérico "acaso concedido o direito X, haverá o impacto fiscal Y". Mediante essa constatação, indaga-se em que medida a utilização de argumentos pragmático-consequencialistas pelo STF auxiliam a construção de um Estado de exceção fiscal permanente. Para responder a isso, a pesquisa realiza o resgate histórico do significado dos direitos fundamentais dos contribuintes e faz a distinção entre princípios e regras para fins didáticos. Observa-se como se concretizaram os direitos dos contribuintes mediante a análise de precedentes judiciais. Em seguida, a pesquisa sistematiza os precedentes judiciais que levaram ao estabelecimento do atual marco jurídico de (des)proteção dos contribuintes, pois trata-se de um passo para chegar-se ao objetivo central da tese, qual seja, testar a seguinte hipótese: relativizar os direitos fundamentais dos contribuintes. Nesse ponto, o trabalho testa a hipótese de que os direitos dos contribuintes seriam subvertidos no contexto argumentativo do tipo ""se o direito x for respeitado, o prejuízo para os cofres públicos será de y". É reconstruído o contexto dos precedentes usados como base da pesquisa, analisando a possível atuação do STF como corte política e a plausibilidade de a interpretação levada a cabo ser manifestamente econômica. Em seguida, a pesquisa analisa como o STF age para a criação de um Estado de exceção fiscal permanente. Para tanto, estabelece-se o sentido e o alcance da expressão "Estado de exceção permanente", a partir das obras de Giorgio Agamben e Carl Schmitt. A hipótese trabalhada é que, em sendo o Estado de exceção uma medida transitória e excepcional de afastamento de regras (e direitos) para devolver as coisas ao estado normal, o Estado de exceção permanente corresponderia a constante afastamento dessas regras, não para fazer voltar a normalidade, mas para manter determinado estado de coisas. Assim, constrói-se a hipótese de manutenção de determinado nível de arrecadação em nome da flexibilização (ou da erradicação) das garantias dos contribuintes.

Palavras-Chave: tributário. Supremo Tribunal Federal. Estado de exceção fiscal.

O MARCO REGULATÓRIO DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL E A INEFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO: PRINCIPAIS DISCURSOS

José Wilson Ferreira Lima - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
wferreiraster@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa - UniCEUB, professor orientador
leonardo.roscoe@sempreceub.com

A Constituição Federal de 1988, a Lei n. 9.394/1996, a Lei n. 12.288/2010, a Lei n. 12.711/2012, a Lei n. 12.990/2014 e o Decreto n. 9.427/2018 formam o principal conjunto normativo ou marco regulatório das cotas raciais no Brasil, na esfera da União. Essas normas proclamam que a educação e a igualdade de oportunidades são metas ou objetivos a ser atingidos, com o propósito de combater o racismo e a discriminação e reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Para atingir essas finalidades, foi instituído um programa específico destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades (artigo 1º da Lei n. 12.288/2010), definindo-se que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades a todo cidadão brasileiro (artigo 2º da Lei n. 12.288/2010). O objetivo desta pesquisa é o de investigar a relação entre o marco regulatório das cotas raciais e a condição persistente da inefetividade da educação pública no país, assumindo-se como premissas: a educação é o meio indispensável para que se possa promover o crescimento das capacidades humanas, garantir a liberdade de todos e facilitar o acesso das pessoas aos bens e aos serviços disponíveis na sociedade; a igualdade de oportunidades é a que pressupõe a igualdade de acesso aos bens e aos serviços disponíveis e sobrepõe-se ao elitismo; somente por intermédio da educação e da igualdade de oportunidades é que o Estado poderá promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (artigo 205 da Constituição Federal). Essas premissas harmonizam-se com o preceito constitucional que proclamou ser objetivo do Estado brasileiro promover o bem geral sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, IV, da Constituição Federal) e que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (artigo 1º, § 2º, da Lei n. 9.394/1996). Diante do quadro normativo apresentado, o problema da pesquisa consistirá em determinar se as cotas raciais instituídas nos termos da legislação em vigor são a oportunidade que se conferem aos seus beneficiários (cotas como fim) ou se são instrumentos com os quais seus beneficiários devem procurar, por seus próprios méritos, alcançar as oportunidades disponíveis a todos os indivíduos, indistintamente (cotas como meio) e, com isso, definir se a instituição da política de cotas raciais é ou poderá ser afetada pela inefetividade da educação pública, prejudicando o cumprimento do objetivo estabelecido na Constituição Federal, no sentido de que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho, considerando que o ensino deverá ser prestado em igualdade de condições de acesso (artigo 205 e artigo 206, I, IV e VII, CF).

Palavras-Chave: políticas públicas. Marco regulatório. Cotas raciais.

O PAPEL DA IGREJA NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: O PODER CONTRAMAJORITÁRIO E A GARANTIA DO ESTADO LAICO

João Paulo de Campos Echeverria - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
jp.echeverria@sempreceub.com
Luís Carlos Martins - UniCEUB, professor orientador
lcmartinsalves@gmail.com

O Brasil desenvolveu-se, ao longo de sua história, a partir de forte influência da Igreja, inicialmente, de maneira quase exclusiva pelos católicos e, desde o século XX, também com grande participação dos protestantes. Mas, independentemente de uma doutrina ou outra, guardadas as peculiaridades de dogma de cada uma dessas formas confessionais, é bastante razoável uma conclusão primária de que o Estado brasileiro tem, em suas tradições e origem, uma história marcada pelo cristianismo. Desde o tempo do Império até a adoção do modelo constitucional de Estado e o nascimento da República, a relação entre a Igreja e o Estado tem sido objeto de profundas repercussões sociais e jurídicas no Brasil e no mundo. Seja no Ocidente contemporâneo, seja nos países do Médio-Oriente, o debate acerca da influência da religião na administração dos negócios públicos é motivo de preocupação especialmente no que concerne às garantias individuais de liberdade. O problema atinente a isso, do ponto de vista estritamente jurídico, seria aparentemente fácil de resolver especialmente no contexto constitucional contemporâneo, pois bastaria a disposição de valores constitucionais (ou o acolhimento institucional de igual envergadura) em que o Estado viesse a declarar sua autonomia diante de qualquer outro poder dentro de seu espaço de soberania. Foi o que fizeram boa parte dos países do chamado Ocidente no advento da modernidade. Do ponto de vista jurídico, a rigor, estaria resolvida a questão. Porém, fosse fácil assim, as bibliotecas mundo afora não estariam repletas de obras tratando da separação entre a confessionalidade e o Estado ou da liberdade religiosa, que é objeto de reflexão desde os tempos mais remotos do desenvolvimento da civilização e cujos estudos não cessaram ou findaram em conceitos fechados até a contemporaneidade. Com efeito, no caso do Brasil, nada obstante ao fato de a diretriz constitucional utilizada estar fundada no modelo ocidental, ou seja, disciplinar uma linha de definição supostamente clara acerca da necessidade de separação entre o Estado e o exercício da religiosidade de seu povo, a realidade institucional, social e jurídica local inviabiliza a aplicação constitucional em sua plenitude, pois está em aparente paradoxo conceitual entre direitos fundamentais elementares ao próprio modelo de Estado praticado (democracia e Estado laico). A estrutura construída no modelo promovido pela modernidade, sedimentado em características democráticas e republicanas – de garantias de igualdade e liberdade – promoveu um ciclo absolutamente vicioso em que, a bem de proteger a separação entre o poder temporal (secular) e o poder atemporal, promoveu um embate entre o Estado e o exercício da religião, entre a força da espada estatal e o carisma da fé.

Palavras-Chave: laicidade. Igreja. Estado.

O PERFIL DOS DESMATAMENTOS DOS ESTADOS BRASILEIROS QUE COMPÕEM A AMAZÔNIA LEGAL: ESTUDO DIRECIONADO AO ESTADO DE RONDÔNIA APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Adriana Vieira da Costa - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
adriana.vieira@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger - UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi criado em 2004. A ideia, de início, era a de reduzir, de modo contínuo, o desmatamento e propiciar meios para a transição de novo modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Acreditava-se que o desafio maior era tornar o discurso uníssono entre os estados brasileiros no combate ao desmatamento. Para tanto, políticas complexas foram desenvolvidas, e o PPCDAm foi estruturado em torno de três eixos temáticos: ordenamento fundiário e territorial; monitoramento e controle ambiental; fomento às atividades produtivas sustentáveis. Garante o governo que, a partir deste programa, muito se contribuiu para reduzir os números alarmantes do desmatamento da Amazônia Legal. A problemática envolta está na questão dos desmatamentos tanto legais como ilegais nos estados que compõem a Amazônia. Assim, indaga-se como se apresenta o estado de Rondônia neste contexto, se é um dos estados que mais contribui para o desmatamento e qual é o seu perfil diante das diretrizes do PPCDAm. O Estado brasileiro mobiliza-se principalmente para cumprir os acordos internacionais assumidos, a fim de dar uma resposta por meio de políticas públicas, quanto à situação do desmatamento. Além disso, a matéria relativa ao perfil dos estados que compõem a Amazônia Legal, quanto a suas ações no controle do desmatamento, deve ser analisada e comparada com cada perfil dos estados componentes, a fim de verificar se há o enfrentamento do desmatamento. O objeto da pesquisa perpassa a temática do meio ambiente e da sustentabilidade, reside na análise dos desmatamentos tanto legais quanto ilegais pelos estados brasileiros que compõe a Amazônia legal e faz um estudo direcionado ao estado de Rondônia. A pesquisa tem viés bibliográfico e documental e utiliza o método dedutivo que parte do contexto geral para a análise particular dos gráficos e dos estudos fornecidos pelos órgãos brasileiros de meio ambiente. Adota-se o perfil exploratório que congrega os procedimentos de levantamento, análise e consolidação de dados primários e secundários obtidos em diversas fontes. O resultado da pesquisa aponta para a possibilidade de estabelecer instrumentos de avaliação sobre a compatibilidade do discurso de que a região norte é parte destacada que contribui, de modo significativo, no aumento do desmatamento ilegal ou legal da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: PPCDAm. Desmatamentos. Amazônia legal.

O SENTIDO CONTEMPORÂNEO DA LEGALIDADE

Aline Seabra Toschi - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
alineseabra@uniceub.br
Enrique Ricardo Lewandowisk - UniCEUB, professor orientador
enrique.lewadowski@uniceub.br

A pesquisa tem como objeto a legalidade e sua aplicação e interpretação pelo Judiciário brasileiro nos séculos XX e XXI, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal. Parte-se do pressuposto de que o sentido da legalidade, na sua origem iluminista, não mais subsiste. Assim, como consequência, há variação do sentido de legalidade pelo intérprete do texto, o que pode resultar em boa ou baixa compreensão hermenêutica. A boa compreensão hermenêutica depende de sua conformidade com algo de validade hermenêutica superior, que é a Constituição Federal. A baixa compreensão hermenêutica, ao contrário, utiliza-se de interpretações arbitrárias, em que a discricionariedade do aplicador do texto faz que o sentido de legalidade alcance um resultado manipulável pelo intérprete, na sua visão e perspectiva do que é correto, em que a ocasião e sua verdade criam o direito. Esta última causa prejuízos à normatividade constitucional e, portanto, à legalidade. O problema é saber se as variações do sentido da legalidade ultrapassam o quadrante normativo constitucional e se há limitação na verdade hermenêutica constitucional sobre a legalidade. Além da existência da limitação normativa e, de forma pleonástica, da limitação normativa constitucional, é necessário entender se se pode considerar o Supremo Tribunal Federal como autor da variação de sentido no entendimento de legalidade e as suas causas e se decisões advindas do Supremo Tribunal que utilizaram outro sentido da legalidade ao anteriormente aplicado sobre o mesmo objeto provocam uma crise da legalidade. Como hipótese principal de causas nas variações do sentido de legalidade está o combate à corrupção e o iluminismo constitucional.

Palavras-Chave: legalidade. Supremo Tribunal Federal. Hermenêutica.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O TEMA DO ATIVISMO DEMOCRÁTICO-CONSTRUTIVO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES, LIMITES E CASUÍSTICA

Kátia Silene Sarturi - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
katia.sarturi@gmail.com
Inocêncio Mártires Coelho - UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

A tese discute o protagonismo, ou ativismo judicial, do Supremo Tribunal Federal na construção de políticas públicas, no contexto do Brasil contemporâneo. A revisão bibliográfica dá conta de que o mencionado protagonismo encontra, ao mesmo tempo, ferrenhos críticos, entusiastas e defensores. Assim, aferindo-se os avanços que o protagonismo efetivamente representa, sustenta-se que o ativismo democrático-construtivo é componente inevitável e necessário ao desenvolvimento de políticas públicas no Brasil. O ineditismo da proposta consiste na compreensão de que o ativismo constitucional seria o gênero das espécies de ativismo, e, inserido no ativismo judicial, estaria o ativismo democrático-construtivo como uma espécie ao lado do ativismo judicial *strictu sensu*, consolidado como fruto da sociedade atual e resposta às crises institucionais dos Poderes, especialmente o Legislativo e o Executivo. O ativismo democrático-construtivo localiza-se na defesa da opinião contramajoritária e em matéria das políticas públicas, como indispensável na construção de arranjos institucionais que enfrentem as desigualdades de um país historicamente periférico no contexto do modelo capitalista. A tese sustenta-se em marcos teóricos que explicitam visões prospectivas da atuação de cortes constitucionais. Escora-se nos trabalhos de Inocêncio Mártires Coelho, cujos aportes à utilização de hermenêutica valorativa substancializam uma ação prospectiva do julgador. No mesmo sentido, ampara-se nos escritos e na atuação empírica de Luiz Roberto Barroso e ministro Carlos Ayres Britto, por seus papéis iluministas protagonizados no STF. Esses autores, de alguma forma, transpõem para o pensamento constitucional brasileiro uma leitura moral e compreensiva dos marcos constitucionais. A tese inicia-se com a retomada de conceitos, como Estado, presidencialismo, federalismo, democracia e equilíbrio entre os poderes. Na sequência, explora-se o debate em torno do papel contramajoritário de cortes constitucionais. A tese vincula a atuação judicial à construção de políticas públicas, por isso é necessário que se faça uma estação, ainda que minimalista, em torno desse tema, que é central nas formulações institucionais contemporâneas. Além disso, exploram-se teorias de interpretação, objetivando captar o sentido de uma hermenêutica de construção de valores e ações, que a tese julga característica da ação do STF no período estudado. Feitas essas considerações propedêuticas, inicia-se o rumo essencialmente jurídico, explorando a casuística do STF. Com tal objetivo, alguns casos foram selecionados, levando-se em conta o potencial transformador na cultura jurídica e na ação social, por serem significativos e identificadores de um esforço de intervenção positiva.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal. Ativismo democrático-construtivo. Políticas públicas.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL

Aline Cristina Alves - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
aline.cristina@sempreceub.com

O anseio por reformas na legislação costuma aumentar, em contextos de crises, inovações tecnológicas, além de outros aspectos que envolvam transformações econômicas, sociais e culturais e que impactam o mundo do trabalho, o que reclama respostas aptas ao direito. Reformas na legislação são necessárias para adequar o ordenamento jurídico à realidade tanto das relações no presente quanto daquelas no futuro, contudo devem guardar respeito aos direitos fundamentais assegurados pela Constituição. Assim, é necessário verificar como o diálogo é realizado no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e procurar antever quais serão as possíveis respostas do STF quando esta Corte for chamada a decidir outros possíveis conflitos que envolvam novas normas que impactam o mundo do trabalho, desde a perspectiva de sua compatibilidade (ou não) com a Constituição, à luz do princípio da vedação do retrocesso social, o que, a depender da opção pela interpretação conferida, pode legitimar possíveis avanços ou repelir eventuais retrocessos no curso do advento de novos quadros legais. Desta forma, a pesquisa consiste na compreensão de como o Supremo Tribunal Federal tem concebido a aplicação do princípio da vedação do retrocesso social em sua jurisprudência que trata de temas que envolvem o direito e o mundo do trabalho, procurando identificar e analisar, de forma crítica, quais os pontos de convergência e divergência daquela jurisprudência com a doutrina, a legislação e as convenções internacionais, buscando extrair o verdadeiro conteúdo daquele princípio, o seu efetivo âmbito de aplicação e as suas fragilidades, no intuito de verificar se se tem prestado a garantir a efetividade dos direitos fundamentais no âmbito do mundo do trabalho.

Palavras-Chave: Princípio da vedação do retrocesso social. Supremo Tribunal Federal. Direitos fundamentais sociais.

OS LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

Valtan Timbó Martins Mendes Furtado - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
valtanfurtado@hotmail.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger - UniCEUB, professor orientador
suxberger@gmail.com

A pesquisa, calcada em revisão bibliográfica nacional e estrangeira e em decisões de órgãos judiciais e administrativos, em especial o Conselho Nacional do Ministério Público, visa a discutir a questão, que, atualmente, gera grande controvérsia, dos limites da liberdade de expressão dos membros do Ministério Público, agentes políticos que, embora possuam as mesmas garantias e vedações dos membros do Poder Judiciário – portanto, devam observar *standards* restritos de decoro pessoal, impessoalidade e discrição –, figuram como parte em processos penais e em processos cíveis nos quais se discutem temas de interesse da sociedade e são chamados frequentemente a prestar declarações públicas sobre os feitos sob sua responsabilidade, o que pode ser vislumbrado como um fator positivo, sob o aspecto da transparência, já que se trata de prestação de contas. Além disso, cuida-se de esclarecer a sociedade sobre grandes casos, aliviando-se a pressão oriunda dos fatores reais de poder que exercem influência contrária à atuação do órgão ministerial. Finalmente, discute-se se algumas limitações especiais são aplicáveis aos integrantes do Ministério Público quando se expressam sobre assuntos não relacionados a suas funções no âmbito de suas relações privadas.Trabalha-se com a hipótese de que tem havido um estrangulamento, sobretudo no órgão de controle externo do Ministério Público brasileiro, do direito à liberdade de expressão dos membros do Parquet, materializado em punições por fatos que não necessariamente desbordam de parâmetros razoáveis para exercício do referido direito, especialmente quando se considera a posição preferencial deste em relação a outros assegurados constitucionalmente. Pretende-se, assim, estudar as consequências da visão restritiva do direito à liberdade de expressão sobre a atuação funcional e o exercício da cidadania dos membros do Ministério Público. A pesquisa envolve a análise da possibilidade de restrição do direito fundamental em tela por normas infralegais, a tipologia das limitações e a busca de possíveis soluções para a atual insegurança jurídica decorrente da falta de parâmetros claros sobre as condutas que caracterizam infração disciplinar.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais. Ministério Público. Liberdade de expressão.

PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL: ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA OU TERRORISTA?

Fernanda Rodrigues Pires de Moraes - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
frpmoraes@tjfo.jus.br
Daniel Amin Ferrz - UniCEUB, professor orientador
daniel.amin@afcadvogados.adv.br

Práticas arbitrárias, como maus-tratos, tortura e corrupção, prevaleciam nas unidades prisionais, na década de 1980, o que evidencia a redemocratização em curso no Brasil, não alcançar as instituições do sistema de justiça criminal. O descaso político com as condições físicas e morais dos cárceres foi terreno fértil para o surgimento e o fortalecimento de grupos organizados no seu interior, entre eles, o Primeiro Comando da Capital – PCC, colocando as instituições estatais em total descrédito. O Estado é indicado como o principal culpado pelo surgimento do PCC em decorrência da política então executada no presídio de Taubaté, SP, e, especialmente, como resposta à invasão e ao massacre no Carandiru, em 2 de outubro de 1982, que culminou na morte de 111 presos, onde abrigava 7.257 detentos, mais que o dobro de sua capacidade. A indiferença da sociedade com a situação desumana imposta aos encarcerados é considerada o estopim da revolta. Embora tenha surgido em São Paulo, o PCC, após fugas, resgates, rebeliões, ameaças e assassinatos, em pouco tempo, expandiu-se por todo o território nacional, impondo sua posição à sociedade. Atualmente, domina grande parte dos presídios, de onde coordena tráfico de drogas e armas, roubos, furtos, sequestros, entre outros crimes, arrecadando dinheiro para a segurança da organização. Recentemente, passou a ser apontado como um dos grupos terroristas mais fortes da América do Sul, principalmente, diante dos vários indícios de sua atuação no território paraguaio, com possível ligação com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC. A crescente qualificação do grupo como terrorista, ora juridicamente enquadrado como organização criminosa, é o ponto central das discussões desta tese. Assim, a resposta à indagação “Primeiro Comando Capital: organização criminosa ou terrorista?” perpassa a análise e a compreensão do que se entende por terrorismo e das implicações históricas e políticas envolvidas nesse processo conceitual. A premissa é que o conceito *terrorismo* não é elaborado ao acaso, haja vista os elementos políticos que o cercam. O termo abrange uma série de significados, e sua imprecisão serve ao grupo ideologicamente dominante, direcionado a desqualificar o adversário político, transformando-o em ameaça pública. Nessa empreitada, demonstra-se ser o terrorismo um dos conceitos que tiveram sua acepção alterada ao longo do tempo, mediante o exame de sua reivindicação por agentes envolvidos na luta pelo poder. Tal perspectiva de análise possibilita compreender os bastidores do processo contemporâneo de enquadramento de facções, como o PCC, como terrorista. Ademais, permite encontrar respostas não apenas técnico-jurídicas para o questionamento central, dada a amplitude e a imprecisão conceitual do termo *terrorismo*, vulnerável ao conteúdo intrínseco da política criminal em construção pelos interesses dos que detêm o poder de decisão em âmbito nacional ou internacional. De outro lado, não poderão ficar de fora do debate as consequências das opções políticas. Destarte, pondera-se

sobre os resultados concretos almejados da escolha de designar-se o PCC uma facção terrorista.

Palavras-Chave: terrorismo. Primeiro Comando Capital. Organização criminosa.

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA REGRESSIVA CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL

Bruno Ribeiro Marques - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
bruno.rmarques@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan - UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A pesquisa responde à pergunta a respeito de quais sejam os instrumentos previstos na literatura e encontrados nas fundamentações das decisões de ações sobre responsabilidade regressiva da Administração Pública, que deles faz uso corretamente, para salvaguardar os direitos constitucionais violados e imputar, de forma equânime, o *quantum debeatur* aos seus agentes. O objetivo geral do trabalho é evidenciar que a Administração Pública se utiliza dos institutos disponíveis na responsabilidade civil quando demanda, regressivamente, seus agentes, colaboradores ou contratados em juízo ou em ações administrativas, visando à função social da responsabilidade civil e à mais equânime distribuição do débito. Para tanto, é necessário averiguar as ações em que há multiplicidade de agentes e colaboradores públicos, tais como ações civis públicas, ações populares, tomadas de contas, ações da lei anticorrupção e ações de improbidade em que se conjugam uma série de codevedores e agentes públicos em prol de um dano perfeitamente caracterizado e numa cadeia de eventos e cocausalidade justapostos. A justificativa teórica decorre da literatura restrita sobre responsabilização regressiva da Administração, em face da ausência de dispositivo normativo que regulamente o artigo 37, §6º da CF/88. A justificativa prática dá-se pela exigência cada vez maior de responsabilização de agentes públicos e contratados pela Administração em vista da qualidade questionável dos serviços públicos disponíveis, o que demanda uma resposta enérgica do Estado. O referencial teórico toma como base a principal doutrina e jurisprudência sobre responsabilidade civil, Direito Administrativo e responsabilidade civil da Administração Pública, entre livros, teses, dissertações, jurisprudências e artigos sobre o direito dos países do Civil Law, França, Canadá e Alemanha, sem abdicar-se da investigação acadêmica produzida nacionalmente. A metodologia de pesquisa faz-se pelo método hipotético-indutivo, ou seja, entre as teorias elaboradas na doutrina e na jurisprudência dos direitos alemão, canadense, nacional e francês e as que melhor explicam as responsabilidades regressivas da Administração brasileira, ou seja, quando há o agente ou o contratado da causa a um dano à Administração, que se volta contra o faltoso. Para isso, analisam-se os fundamentos das ações em estudo, com o intuito de observar como é feita a imputação do débito e da pena civil ao eventual faltoso e como a literatura da responsabilidade civil é aplicada e citada nos casos em análise.

Palavras-Chave: responsabilidade regressiva. Dano ao erário. Agentes e contratados pela Administração.

REVISITANDO A AVERSÃO BRASILEIRA À CLÁUSULA INVESTIDOR-ESTADO

Marcelo Simões dos Reis - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
marcelo.reis@sempreceub.com
Gustavo Ribeiro - UniCEUB, professor orientador
gribeirobr@gmail.com

A aversão brasileira à cláusula investidor-Estado nos acordos de investimentos pode ser considerada contraintuitiva ao *mainstream* dos anos 1990. Enquanto os países em desenvolvimento celebravam, freneticamente, acordos de proteção ao investidor com essa cláusula, o Brasil mantinha-se resistente ao processo. Tradicionalmente, a entrada contínua de capital no país, independentemente da cláusula, e a experiência negativa da Argentina, no período que se seguiu, com esse modelo, vêm à tona como parte das explicações do posicionamento brasileiro. Na virada do século, por sua vez, a economia brasileira passou por uma mudança fundamental, com diversos grupos empresariais projetando-se externamente e internacionalizando-se com presença local em mercados estrangeiros. Poder-se-ia esperar uma mudança de posicionamento pró-cláusula investidor-Estado. Mas, isso não ocorreu e não é observável nos recentes Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Este estudo explora duas razões que ajudam a compreender esse posicionamento. A primeira, desenvolvida por pesquisa doutrinária e dados de participação em capital social, refere-se ao modelo de capitalismo de Estado brasileiro; o entrelaçamento entre interesses privados e o governo, por meio de participação direta nas empresas ou no financiamento, muda o cálculo governamental, reduzindo o interesse na cláusula investidor-Estado. A segunda, com base no método dogmático e na análise jurisprudencial, relaciona-se a um mecanismo jurídico que permite aos investidores engajar-se em uma disputa direta com o Estado por meio do *treaty shopping*. Os investidores brasileiros já teriam, em tese, em algumas jurisdições, a possibilidade de iniciar disputas diretas contra Estados, por meio desse mecanismo. Altera-se, assim, o cálculo privado, reduzindo o interesse em pressionar as negociações em direção a um modelo de proteção com a referida cláusula.

Palavras-Chave: cláusula Investidor-Estado. Capitalismo de Estado. *Treaty shopping*.

SISTEMA PUNITIVO E DIREITOS FUNDAMENTAIS: PARADOXO DAS PENAS RADICAIS

Wagner Amorim Madoz - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
wagner.madoz@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado - UniCEUB, professor orientador
brunoamachado@hotmail.com

A investigação reflete sobre os limites que a CF estabeleceu ao poder de punir, cuja inobservância parece deslegitimar o procedimento democrático. A política criminal deve traduzir os valores declarados constitucionalmente, nos direitos fundamentais, sendo ilegítimo um sistema punitivo baseado exclusivamente em ideais meramente repressivos e retributivos. Parece existir a crença arraigada de que o exercício do poder punitivo é o meio mais eficaz de resposta ao crime, o que pode configurar um obstáculo epistemológico, na medida em que impede a discussão de alternativas à criação de penas de prisão cada vez mais longas, para além da vida biológica do condenado. Por outro lado, identificam-se outras ideias que podem conciliar os direitos fundamentais à política criminal na fixação dos limites do poder de punir. Além disso, examinam-se as penas radicais ou o paradoxo das penas radicais, com o objetivo específico de analisar o paradoxo da proposição de maior punitividade como resposta hegemônica aos delitos, configurando um fator inibidor de crimes na expectativa não demonstrada de que o limite de 30 anos se insere num quadro obsoleto que leva à impunidade. Elabora-se um estudo aprofundado das penas radicais, as quais desconsideram ou tornam irrelevante a vida biológica e social do condenado em aparente paradoxo em relação aos valores fundamentais do ordenamento jurídico.

Palavras-Chave: penas radicais. Penas degradantes e de caráter perpétuo. Violação de Direitos Fundamentais.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL

Rogério Alves Dias - UniCEUB, aluno do Doutorado em Direito
rogerio.dias@ceub.edu.br
Alice Rocha da Silva - UniCEUB, professora orientadora
rochaalice@yahoo.com.br

O trabalho escravo contemporâneo reproduz o contexto do século XVI, haja vista ter como finalidade a acumulação da riqueza à custa da força de trabalho realizado em condições que ferem a dignidade da pessoa humana em todas as suas extensões e da consequente falta de respeito. O tema desta proposta é o trabalho em situação análoga à de escravo, mais especificamente decisões jurisprudenciais sobre casos verificados no Brasil. Em termos de região, a pesquisa terá como foco decisões sobre ocorrências de trabalho em situação análoga à de escravo ocorrido no Pará, segundo maior estado em número de trabalhadores resgatados em 46 operações fiscais em 2018. Do ponto de vista temporal, o estudo abrange o período de 2003 a 2018, considerando o lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e a edição da Lei n.º 10.803/2003, que dá nova redação ao artigo 149 do Código Penal e apresenta a atual configuração da condição análoga à de escravo, além de dados consolidados do último ano. Institucionalmente, a proposta centra-se em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Palavras-Chave: trabalho escravo. Trabalho decente. Artigo 149 do Código Penal.

TRADUÇÕES, METAMORFOSES E INTERDITOS: ALESSANDRO BARATTA E A TRAJETÓRIA DO CAMPO CRIMINOLÓGICO CRÍTICO NO BRASIL

Carolina Souza Cordeiro - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
carolinacordeiro@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado - UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A pesquisa é norteada pela indagação de qual seja a doxa de Alessandro Baratta no Brasil. Parte-se do pressuposto de que há uma recepção dóxica – no sentido usado por Bourdieu – da obra do criminólogo crítico italiano nos textos acadêmicos brasileiros, especialmente decorrente de sua preponderância articulatória na Criminologia. A voz crítica de Baratta ecoa em praticamente tudo que foi e é escrito sobre Criminologia no país, a partir de uma perspectiva crítica. Assim, a hegemonia barattiana revela-se, primeiramente, na expressividade das traduções e das metamorfoses de sua produção nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas nas últimas décadas. Também como resultado dessa prevalência, os principais teóricos mencionados por Baratta para estabelecer suas bases interacionistas e marxistas tornaram-se referências comuns, a despeito de serem lidos, em sua maioria, apenas pela lente do italiano. Em face da preocupação com o exame da produção criminológica brasileira, adotou-se como método a análise crítica do discurso de textos acadêmicos. O *corpus* é composto por teses e dissertações produzidas nos principais núcleos difusores do conhecimento criminológico do país (RJ, SC e DF) e orientadas por professores que adotam a perspectiva crítica de Baratta. Além disso, avalia-se que a trajetória de Baratta na América Latina e sua ativa participação no país tenham sido decisivas na conformação do campo criminológico crítico brasileiro. Por isso, realizam-se entrevistas com alunos e professores que, de alguma forma, tiveram vínculos pessoais e/ou acadêmicos com Baratta. A fim de verificar a entrada e a permanência do pensamento barattiano, entrevistam-se professores e membros de grupos de pesquisa em atividade. Por fim, com a identificação da(s) doxa(s), avalia-se o quão crítico foi e é – considerando a possiblidade de diferenças no tempo e no espaço – o olhar criminológico brasileiro, por filiar-se, de forma dóxica, às lentes do italiano, e compreende-se, historicamente, a trajetória e a conformação atual desse campo.

Palavras-Chave: Alessandro Baratta. Criminologia crítica. Doxa.

UM ESTUDO JURÍDICO SOBRE A GRILAGEM DE TERRAS RURAIS NO BRASIL: UM DESAFIO À EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Ravana Medeiros Costa Soares Basílio - UniCEUB, aluna do Doutorado em Direito
ravanabasilio@ifpi.edu.br
Nitish Monebhurrun - UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa propõe uma análise distinta das já existentes na dogmática jurídica, sobre o estudo da grilagem de terras no Brasil e verifica quais são os institutos legislativos brasileiros existentes sobre a questão fundiária e de que forma favorecem a grilagem. A tese examina a terra como garantia do direito humano à alimentação adequada, demonstrando que os tribunais brasileiros não o protegem sob a perspectiva do acesso à terra, algo já promovido pelos tribunais superiores internacionais, como a CIDH. A pesquisa constata como a grilagem, o agronegócio e a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros violam o direito humano à alimentação adequada de brasileiros. É cada vez mais presente a confirmação dos direitos dos povos sobre o meio ambiente, a biodiversidade, a alimentação adequada, o trabalho, a moradia, que somente se tornam possíveis com a efetivação do acesso à terra, especialmente a indivíduos que convivem com a insegurança no que tange aos referidos direitos. Dessa forma, exige-se do direito individual de propriedade uma repartição de direitos às pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, por serem privadas do acesso à terra e, consequentemente, de seu direito à alimentação adequada, por serem vítimas da prática da grilagem no Brasil e que poderiam contribuir para a geração de alimentos a toda a sociedade de forma sustentável, respeitando o meio ambiente. Além disso, vários casos de grilagem estudados na jurisprudência brasileira atestam para o envolvimento do agronegócio, voltado ao mercado externo, sem considerar o mercado interno brasileiro e a cultura alimentar de nosso país. Este estudo investiga como a prática da grilagem no Brasil, o agronegócio e a aquisição de terras por estrangeiros contribuem para a insegurança alimentar da população. Para tanto, busca-se averiguar como tais problemas são tratados pela jurisprudência, como os atuais institutos legislativos disciplinam a regularização fundiária no Brasil e como se encontra o acesso à terra destinada à alimentação adequada aos brasileiros, no que tange à prática de grilagem. Nesse sentido, este estudo verifica como os referidos problemas afetam a efetivação do direito humano à alimentação adequada, identificando as populações de risco que vivem em situação de insegurança alimentar, além de estudar as políticas públicas de acesso à terras já existentes, mostrar como poderiam ser aprimoradas para melhor cumprir o seu papel social e apresentar novas alternativas. Assim, o problema que norteará o estudo indaga se os institutos jurídicos brasileiros protegem a terra para garantir o direito humano à alimentação adequada.

Palavras-Chave: terra. Direito humano à alimentação adequada. Direito de Propriedade.

MESTRADO EM PSICOLOGIA

ANÁLISE SOBRE FATORES DE INFLUÊNCIA PARA ADESÃO AOS CUIDADOS PÓS-OPERATÓRIOS EM CIRURGIA BARIÁTRICA

Sara Juliana Bulgarelli Guadanhim Gonçalves - UniCEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
sara.goncalves@cfp.org.br
Marina Kohlsdorf - UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a adesão aos cuidados pós-operatórios em pessoas que realizaram a cirurgia bariátrica. Para esse fim, é realizada a revisão teórica, envolvendo os seguintes quesitos: processos crônicos e obesidade; cirurgia bariátrica; adesão aos cuidados, como definições conceituais; fatores moderadores da adesão; dificuldades e papel da equipe de saúde; dificuldades na avaliação da adesão, seguida de estudo empírico. Participam do estudo 200 pessoas que realizaram a cirurgia bariátrica A coleta de dados é em clínica especializada neste tipo de tratamento, no segundo semestre de 2019. Para a obtenção dos dados, são utilizados os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico e questionário MBG. A intenção é responder à indagação sobre de que forma os fatores de influência (suporte familiar, suporte social, aspectos financeiros, aspectos psicológicos, entre outros) contribuem para a adesão aos cuidados após cirurgia bariátrica e qual é a importância de aderir-se ao tratamento, no sentido de a cirurgia ser bem-sucedida ou não.

Palavras-Chave: obesidade. Cirurgia bariátrica. Adesão aos cuidados pós-operatórios.

FAMÍLIA E SAÚDE MENTAL: A CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DO CUIDADO

Gilvan Vieira Lima - UniCEUB, aluno do Mestrado em Psicologia
gilvanpsicologia@sempreceub.com
Daniel Magalhães Goulart - UniCEUB, professor orientador
daniel.goulart@ceub.edu.br

O campo da saúde mental é extenso e complexo, envolve indivíduos e sociedade e está vinculado a manifestações religiosas, ideológicas, éticas, morais e à transversalidade de saberes. No entanto, nem sempre os profissionais consideram tal natureza plural e intersetorial. Nos últimos 30 anos, o Brasil avançou em políticas públicas relacionadas à saúde mental e progrediu na promoção da atenção à saúde mental mais humanizada, principalmente após a criação de dispositivos alternativos aos hospitais psiquiátricos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Entretanto, nesses serviços, ainda persiste a lógica biomédica, voltada para a medicalização dos sintomas e a simplificação das relações. Nos CAPS, a família passou a ter papel de colaboradora no cuidado da pessoa em sofrimento psíquico grave, o que é essencial para sua reabilitação social. Contudo, recai sobre ela uma sobrecarga emocional importante no cotidiano, levando seus membros à exaustão, com frequentes quadros de ansiedade e depressão. É nesse contexto que a pesquisa em curso se insere. Mediante a participação e o acompanhamento de familiares e usuários em espaços privilegiados de um CAPS do DF, durante seis meses, desenvolveu-se o objetivo de explicar a configuração subjetiva do cuidado. Os fundamentos deste estudo são a metodologia construtivo-interpretativa e a epistemologia qualitativa. A ideia é gerar visibilidade sobre as dinâmicas familiares como sistema subjetivo e polivalente nas relações de cuidado tanto pelo indivíduo como pelo grupo, de forma simultânea e inter-relacionada. Os desdobramentos do que ocorre nas tramas sociais e individuais com os usuários do CAPS e seus responsáveis levam a pensar que a configuração subjetiva do cuidado é caracterizada por conflitos, tensões, situações de exploração, violência, rupturas, mas também fundamenta sentimentos, emoções e reflexões que possibilitam novos processos de subjetivação, mobilização e posicionamentos individuais e sociais. Portanto, no aprofundamento do estudo dos processos subjetivos dos participantes, ainda de forma parcialmente, foi possível gerar inteligibilidade sobre processos do cuidado que podem servir como base de sustentação para projetos e estratégias na atenção à saúde mental, voltados para o desenvolvimento subjetivo.

Palavras-Chave: saúde mental. Família. Cuidado.

IDENTIDADES DE GÊNERO E PADRÕES HEGEMÔNICOS NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES DO GÊNERO FEMININO

Shimony Coelho Machado - UniCEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
shimony@ibest.com.br
Ana Flávia Madureira do Amaral - UniCEUB, professora orientadora
ana.madureira@ceub.edu.br

Ser mulher em nossa sociedade é sofrer cobranças sociais no que se refere à forma de comportar-se, de vestir-se e lidar com a aparência. Para entender o que move isso, torna-se fundamental resgatar assuntos relevantes, como o patriarcado, o machismo, o sexismo, os estereótipos e os preconceitos. O objetivo geral desta pesquisa é investigar como adolescentes do gênero feminino compreendem as mudanças em seus corpos e as representações sociais acerca da feminilidade e dos padrões estéticos hegemônicos. Trata-se de um estudo com metodologia qualitativa do qual participaram oito adolescentes entre 16 e 18 anos que cursam o ensino médio em Barreiras, BA, sendo quatro alunas de escola pública e quatro alunas de escola particular. Os instrumentos utilizados foram: roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas e nove imagens de adolescentes e mulheres coletadas da internet. As participantes demonstraram, em suas falas, não seguir um padrão para definir a beleza, pois ressaltaram a importância da beleza interior, relacionada à simpatia e à empatia. As adolescentes expressam indícios de ser protagonistas de suas vidas e, com o acesso maior à informação, isso se tornou, de certa forma, mais fácil. Por mais que as participantes apresentem discurso crítico e reflexivo a respeito de questões sociais tão relevantes, faz-se necessário que as escolas e os pais se envolvam mais, pois, assim, é possível promover mudanças na microesfera e na macroesfera.

Palavras-Chave: identidade de gênero. Padrões estéticos hegemônicos. Adolescentes.

O MERCADO DE TRABALHO PARA DOCENTES LGBT: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Aglaene Brandão Silva - UniCEUB, aluna do Mestrado em Psicologia
aglaenebs@gmail.com
Ana Flávia Madureira do Amaral - UniCEUB, professora orientadora
ana.madureira@ceub.edu.br

Este estudo corresponde à análise sobre o mercado de trabalho para docentes LGBT e observa eventuais desafios enfrentados por essa população no acesso e na convivência social em instituições de ensino. Como referencial teórico, a Psicologia Cultural embasa a discussão sobre o preconceito e as implicações desse fenômeno nas relações sociais. Estudos interdisciplinares sobre gênero, sexo e sexualidade foram associados à base teórica, no sentido de compreender como se constituem as identidades sexuais e de gênero. A metodologia qualitativa objetivou compreender significados e sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências vividas. Participaram das entrevistas dois grupos. Para o grupo A, integrado por 6 docentes LGBT, foi feita a entrevista aberta; para o grupo B, composto por 4 gestores escolares heterossexuais, responsáveis por processos de seleção de docentes, foi feita a entrevista semiestruturada com imagens. Posteriormente à transcrição dos áudios, foram construídas 4 categorias analíticas temáticas; para a análise e a interpretação das informações, foi empregada a Análise de Conteúdo Temática. Com base nos resultados, foi possível observar que o fenômeno do preconceito e da LGBTfobia tem raízes históricas, culturais e sociais que sustentam as hegemonias baseadas em concepções binárias de gênero com implicações nas relações sociais e nos processos seletivos em instituições de ensino. Essa orientação legitima o afastamento de docentes do mercado de trabalho e dos direitos individuais e coletivos relacionados à dignidade humana, à liberdade e ao trabalho, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: LGBTfobia em processos seletivos. Preconceito. Violência.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC 2018/2019

A EFICÁCIA DO BLOQUEIO RADICULAR FORAMINAL NO ALÍVIO DA DOR CIÁTICA PELA HÉRNIA DISCAL LOMBAR: UM ESTUDO PROSPECTIVO, CONTROLADO, RANDOMIZADO E DUPLO-CEGO

Ângelo Santana Guerra - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
angelo.guerra@sempreceub.br
Marcello Oliveira Barbosa - UniCEUB, professor orientador
marcello.barbosa@ceub.edu.br
Rosana Coccoli - colaboradora

Avalia-se o perfil clínico, a melhora da dor e a necessidade de intervenções cirúrgicas em pacientes submetidos ao bloqueio transforaminal com uso de corticosteroides. Trata-se de estudo prospectivo, randomizado e duplo-cego, com n = 30 com dor radicular unilateral em membros inferiores. Houve alocação aleatória dos pacientes em dois grupos, o de intervenção e o de controle. Foi procedido o bloqueio transforaminal com bupivacaína, dexametasona e clonidina no grupo de intervenção, e, no de controle, foi realizado com água destilada e bupivacaína. Além disso, foi aplicado o questionário de incapacidade de Oswestry. No grupo de intervenção, houve alívio imediato da dor, mas, após 3 semanas, houve declínio desse efeito; porém, no grupo de controle, o alívio álgico permaneceu mesmo em menor escala. Alguns estudos atribuem a melhora aguda dos pacientes ao efeito do corticoide infiltrado, no entanto a utilização de anestésico no grupo de controle, realizado neste estudo, demonstrou que a melhora aguda pode ser atribuída ao anestésico utilizado e não ao corticoide. Assim, novos estudos com espaço amostral maior e seguimento mais prolongado são necessários para validar as hipóteses aventadas.

Palavras-Chave: hérnia de disco lombar. Bloqueio foraminal. Dor ciática.

A INFLUÊNCIA DA PROPAGANDA REALIZADA POR BLOGUEIRAS SOBRE O NÍVEL DE REFORÇAMENTO INFORMATIVO DE MARCAS DE VESTUÁRIO FEMININO

Letícia Resende de Carvalho - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
leticia.rc@sempreceub.com
Gabriel Raeder Gonçalves - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gabrielraederg@sempreceub.com
Paulo Roberto Cavalcanti - UniCEUB, professor orientador
paulo.cavalcanti@ceub.edu.br

Fenômenos relacionados ao consumo são amplamente investigados em psicologia. Entre as abordagens que amparam tais estudos, o Behavioral Perspective Model – BPM emprega e adapta princípios da análise do comportamento para o contexto específico do comportamento do consumidor. Apesar da ampla gama de pesquisas baseadas no BPM, existe relativa escassez de pesquisas no contexto de compras *online*, sobretudo no que se refere ao efeito de *blogueiras,* ou influenciadoras digitais, sobre o comportamento de consumidores. Este estudo tem o objetivo de verificar o efeito das propagandas ou da divulgação de *blogueiras* na rede social Instagram, no nível de reforçamento informativo de marcas de vestuário feminino. Para isso, foi empregado um questionário de Média de Conhecimento e Qualidade (MCQ), para aferir o nível de reforçamento informativo de 19 marcas divulgadas por *blogueiras* com grande número de seguidoras no Instagram. O questionário apresentado ao grupo de controle continha fotos com as *blogueiras* usando roupas representativas da marca. Além disso, também foram investigados outros padrões de consumo e uso de redes sociais associadas às marcas. As medidas aferidas do MCQ para os dois grupos permitiram classificar as marcas entre diferentes níveis de reforçamento informativo (alto, médio e baixo). No entanto, nos dois grupos, verificaram-se valores muitos semelhantes. As análises não indicaram diferenças significativas e sistemáticas entre os grupos. Desse modo, tomando em conjunto as análises descritivas e as inferências, os resultados indicaram ausência de efeito da variável *propaganda da blogueira* na avaliação de MCQ das marcas de vestuário feminino. Os resultados sugerem que o nível de reforçamento informativo desses produtos seja determinado por outros fatores, tais como outros meios de divulgação ou histórico anterior de consumo. Assim, estudos posteriores são necessários para verificar, de modo mais contundente, as interações e os efeitos das *blogueiras* e a avaliação de consumidoras sobre marcas de vestuário. Este estudo contribui para a expansão do modelo BPM na investigação de diferentes categorias de produto e contextos de consumo.

Palavras-Chave: comportamento do consumidor. Behavioral Perspective Model. *Blogueira*.

A INFLUÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO COMPORTAMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

Rayssa Vidal Macedo de Brito - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
rayssavidal@sempreceub.com
Ana Paula Borba Gonçalves Barros - UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br
Rossana Maria Delpino Sapena - colaboradora
rossana.sapena@ceub.edu.br

A morfologia dos espaços interfere nos deslocamentos realizados nas cidades, no entanto não há estudos específicos que afirmem se, e como, este aspecto pode interferir na vida urbana das pessoas em situação de rua, em especial, as mulheres. Assim, este trabalho visa compreender a influência dos espaços públicos inerentes ao espaço modernista no comportamento das mulheres em situação de rua, especificamente no Plano Piloto de Brasília. Para tanto, foram realizadas entrevistas com mulheres enquadradas em cinco perfis distintos – solteira sem filho, solteira com filho, casada grávida, casada com filhos e idosa com deficiência – cujo enfoque foi dado na maneira como ocorrem os seus deslocamentos a pé no Plano Piloto. A partir das descrições coletadas, foram gerados mapas de trajetos, o que proporcionou verificar como tais mulheres utilizam as áreas da cidade. Nesse sentido, identificou-se que, com o aumento da estrutura familiar, a abrangência nos deslocamentos reduz-se, bem como as dificuldades no ir e vir, no caso da gravidez e da deficiência. Observou-se que, ao analisar o espaço do deslocamento dessas mulheres, o Setor Comercial Sul e seus arredores concentram todos os perfis englobados no estudo. Assim, conclui-se que, a depender da constituição familiar das mulheres em situação de rua, a área de abrangência dos seus deslocamentos pode sofrer alteração, por tratar-se de espaços urbanos pouco amigáveis, haja vista haver muitos vazios urbanos, o que provoca, de certa maneira, sensações incômodas, como o medo. Desse modo, pode-se inferir que a forma modernista interfere na maneira como as mulheres em situação de rua se deslocam no Plano Piloto de Brasília. No entanto, caberia, em estudos futuros, ampliar a aplicação da metodologia qualitativa para maior número de perfis e realizar uma análise comparativa em cidades com formas urbanas distintas, tais como as orgânicas e as ortogonais.

Palavras-chave: morfologia urbana. Mulheres em situação de rua. Mapas de trajetos.

A INTERAÇÃO ENSINO, SERVIÇO E COMUNIDADE NA REORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Sofia Santos de Lima - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna bolsista
sofia.slima@sempreceub.com
Luciana Benevides Ferreira - UniCEUB, professora orientadora
luciana.benevides@ceub.edu.br

A relação entre instituições de ensino, serviços de saúde e comunidade está prevista nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Medicina, estabelecidas em 2014, o que estimulou instituições de ensino a estabelecer convênios para a realização de atividades práticas com estudantes nas Unidades Básicas de Saúde – UBS. A inserção dos estudantes nestes contextos ocorre desde os semestres iniciais do curso e parece ter provocado uma reconfiguração das ações realizadas junto às comunidades. O foco deste trabalho é verificar em que medida a relação entre a instituição de ensino e as UBS pode promover mudanças que afetem a dinâmica relacional dos agentes de saúde com a comunidade e da comunidade com os serviços de saúde. A estratégia de investigação foi a pesquisa de campo com estudo qualitativo e descritivo. O estudo baseou-se na análise de conteúdo de entrevistas para entender o contexto local e as percepções dos diversos atores para construir uma imagem de como os processos e as dinâmicas de nível local são experimentados e identificar padrões de mudança ao longo do tempo, no que se refere à interação entre os serviços de saúde e a comunidade, às condições estruturais para a realização das ações de promoção de saúde e à presença de estudantes nos serviços de saúde. Foram realizadas 43 entrevistas em 3 UBS de Planaltina (Distrito Federal), a partir das quais se constatou que a presença de estudantes é bem recebida pela população, gera mudanças estruturais nas unidades de saúde e causa melhora na percepção da comunidade sobre o atendimento prestado.

Palavras-Chave: educação médica. Atenção primária à saúde. Participação da comunidade.

A LITERATURA COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO DE PROCESSOS SUBJETIVOS: UMA ANÁLISE DO LIVRO *O CONTO DA AIA*

Lucas Parca Guaritá - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
lucas.parca@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori - UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

O trabalho trata da análise construtivo-interpretativa proposta por González Rey sobre o livro *O conto da aia*, da autora Margaret Atwood, escrito originalmente em 1985, que apresenta uma distopia futurista, na qual se expõem questões sobre a condição feminina em uma sociedade religiosa, patriarcal, machista e conservadora. A análise tem por objetivo mostrar que a literatura, tal como as demais artes, é um recurso para a ciência psicológica. Entende-se, portanto, a arte como expressão do mundo e a forma como é subjetivada perpassa a cultura, a sociedade e a história de vida de cada indivíduo. Tendo como base o livro *O conto da aia*, discutem-se questões, como machismo, relações de poder, meio ambiente e violência. Assim, examina-se como esses temas são subjetivados pela relação entre indivíduo e sociedade.

Palavras-Chave: subjetividade. Contemporaneidade. Literatura.

A NATUREZA REGIONAL DAS NORMAS *JUS COGENS*

Matheus Frederico Paes Garcia - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
matheusgrage@gmail.com
Marcelo Dias Varella - UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A pesquisa tem como foco a análise das normas jus cogens, peremptórias, as quais devem ser seguidas por todos os Estados da comunidade internacional, detendo, portanto, o efeito *erga omnes*. Contudo, ainda há insegurança jurídica acerca de tais normas, tendo em vista a incerteza em relação ao seu conteúdo e ao seu reconhecimento pelas autoridades legítimas. Além disso, há o terceiro elemento que gera a indagação sobre se podem as normas *jus cogens* ter caráter regional e se podem existir normas cogentes aplicáveis a somente um continente. O objetivo desta pesquisa é elucidar se, de fato, as normas peremptórias internacionais podem ter caráter regional. Para responder a tal pergunta, foi realizado o estudo jurisprudencial, tendo em vista haver inúmeras decisões internacionais que reconhecem tais normas, e a análise doutrinária, tendo em vista o vasto espectro de opiniões com pouca unanimidade, no que concerne a essas normas. Assim, verifica-se que não há possibilidade de existirem normas *jus cogens* regionais pela sua natureza e definição, pois detêm efeitos *erga omnes*, aplicáveis a todos os Estados, alem de serem normas essenciais e basilares do Direito Internacional. Diante disso, resta evidente que normas *jus cogens* regionais são um contrassenso em si.

Palavras-Chave: Direito Internacional. Normas peremptórias. Regionalismo.

A PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM ESTUDANTES DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Mariana Bernardes Anversa - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
mariana.anversa@sempreceub.com
Nathália da Costa Fernandes - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
nathalia.costa@sempreceub.com
Antônio Garcia Reis Júnior - UniCEUB, professor orientador
antonio.reis@ceub.edu.br

A síndrome de Burnout é caracterizada por exaustão física e emocional crônica diante de uma resposta ao estresse desencadeado pela sobrecarga de funções, o que pode causar descrença e ineficácia profissional. O propósito deste estudo é observar, mediante questionários, a prevalência da síndrome de Burnout em estudantes de medicina do Distrito Federal e a identificação dos possíveis fatores estressores e protetores para o surgimento da síndrome. Entre as instituições analisadas, o Centro Universitário de Brasília apresentou maior adesão à pesquisa e menores indícios para a síndrome, em oposição à Universidade Católica de Brasília, que obteve o maior valor positivo para o desenvolvimento da síndrome, 35,4%. O sexo feminino teve maior participação, 166 respostas; destas, 24% estavam conforme os critérios de diagnóstico da síndrome. Em relação aos fatores protetores, observou-se que itens, como não morar só e manter um relacionamento, diminuem as chances para o aparecimento da síndrome.

Palavras-Chave: Burnout. Estudantes de Medicina. Estresse.

A VIOLÊNCIA NA ESCOLA: DIAGNOSE E INTERVENÇÃO

Ana Lis Rangel dos Santos - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
analisrangel@sempreceub.com
Gustavo C. Ruffo - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
gustavo.ruffo@sempreceub.com
Maria Eleusa Montenegro - UniCEUB, professora orientadora
maria.montenegro@ceub.edu.br

Este trabalho tem como objeto o enfrentamento à violência em uma instituição de educação básica, na Região Administrativa de Brasília-DF. Examina-se o fenômeno da violência em suas várias dimensões, a saber, pedagógica, simbólica, física e material, praticada e sofrida por alunos, professores e corpo técnico. O objetivo é aplicar medidas para o combate à violência na escola, durante um ano escolar e verificar a sua eficiência. Para análise e discussão dos dados, utilizam-se os pressupostos das abordagens qualitativas e quantitativas, prioritariamente a epistemologia qualitativa proposta por González Rey, que a conceitua como a que defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que implica compreendê-lo como produção e não como apropriação linear de uma realidade apresentada. O instrumento utilizado para pré-teste e pós-teste é um questionário semiestruturado, aplicado a alunos. O período escolar, tanto da coleta de dados quanto do processo de intervenção, foi o turno vespertino, por ser o de maior disponibilidade dos alunos bolsistas, com 400 alunos, os quais foram atingidos pelo processo de intervenção, tanto no recebimento e na discussão dos folhetos da *Campanha para a paz* quanto na participação nas atividades planejadas, como concurso de música e de dança, oficina de teatro, comemoração do dia da Consciência Negra e rodas de conversa sobre o combate à violência. Os resultados demonstram que o trabalho desenvolvido teve repercussões positivas na escola, devendo, inclusive, continuar. Dos 25 alunos que responderam ao pós-teste, houve a participação em 23 das atividades; 16 receberam os folhetos, e 12 consideraram-nos importantes; todos os alunos que participaram das rodas de conversa consideraram-nas relevantes; 11 alunos afirmaram que o projeto contribuiu para a paz na escola. Demonstra-se que o trabalho teve influência no sentido subjetivo do aluno e que a subjetividade social e individual interfere na produção de sentido. Espera-se que o conhecimento resultante do trabalho seja passível de aplicação a outras instituições de ensino de Brasília.

Palavras-Chave: violência na escola. Enfrentamento. Campanha pela paz.

AJUSTAMENTO DO INDIVÍDUO NO CONTEXTO DE TRABALHO: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE UMA MEDIDA PARA AVALIAÇÃO DE FIT

Paula Soares Lira Chagas - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
paulaaslira@gmail.com
Míriam Saraiva Farias - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
miriam.saraiva@uniceub.br
Fabiana Queiroga - UniCEUB, professora orientadora
fabiana.queiroga@ceub.edu.br

As pesquisas sobre o indivíduo e o seu contexto de trabalho não são recentes, e, no Brasil, desde a década de 1970, observa-se um aumento de estudos científicos, no intuito de analisar e compreender os fatores que influenciam o comportamento das pessoas no seu ambiente de trabalho. Nessa busca, a recente revisão de Vienen (2018) aponta a relevante contribuição dos estudos sobre o ajustamento do indivíduo ao seu ambiente de trabalho – FIT, o tema desta pesquisa, que é de grande relevância, pois, praticamente, não há estudos nacionais sobre o assunto. Diante disso, este estudo tem como objetivo geral apresentar evidências de validade de um instrumento para avaliar os ajustes do indivíduo ao seu contexto de trabalho. A pesquisa tem caráter exploratório e utiliza delineamento misto com métodos qualitativos e quantitativos. Após a revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema, foram elaborados os itens do instrumento, submetidos à validação semântica dos juízes, no intuito de assegurar clareza na compreensão dos itens pela população-alvo. Na última etapa metodológica, houve a estimação dos indicadores psicométricos. O instrumento final validado contém 9 itens divididos em duas dimensões, uma em relação a habilidades individuais e outra sobre aspectos organizacionais. Responderam ao questionário 75 indivíduos com a média de idade de 31 anos (DP = 11,4 anos). Aproximadamente, 76 % dos participantes são do sexo feminino, e 24%, do sexo masculino. Entre os respondentes, 50% possuem graduação incompleta; 22,7% são formados. Os dados foram analisados por meio do pacote estatístico Statistic Package for Social Science – SPSS, versão 24.0. A verificação da estrutura empírica do instrumento de avaliação foi realizada por meio de análise fatorial exploratória. O exame dos dados foi feito mediante duas perspectivas, ou seja, levou em conta um fator (fatorial) ou dois fatores (bifatorial). Essa escolha considerou que, na análise fatorial, verificou-se a possibilidade de agrupamento dos itens por meio dos índices de KMO (0,82) e do determinante, que foi, aproximadamente, 0 (zero). Esses fatores mostram a adequação da escala. Assim, é possível concluir que os resultados alcançados por meio da análise fatorial exploratória indicaram evidências de validade do instrumento, que pode ser trabalhado em uma estrutura unifatorial ou bifatorial. Além de apresentarem consistência interna estatisticamente satisfatória, os fatores são nítidos, de fácil interpretação e são condizentes com o que foi previsto teoricamente.

Palavras-Chave: psicologia organizacional. FIT. Evidências de validade.

ANÁLISE COMPARATIVA DE PARÂMETROS ANTROPOMÉTRICOS DE PACIENTES OBESOS SUBMETIDOS À CIRURGIA BARIÁTRICA NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

Daniel Valões Dytz - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
daniel.dytz@sempreceub.com
Mayara Ribeiro Wobido - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
mayara.wobido@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz - UniCEUB, professor orientador
marcio.dytz@uniceub.br
Olga de Castro Dytz - colaboradora
olga@ideb.med.br

A obesidade é considerada um problema mundial de agravo à saúde, de causa complexa e inclui uma combinação de influências psicossociais, ambientais e biológica. A cirurgia bariátrica é o tratamento mais eficaz para pacientes com obesidade grave, resultando na melhora do quadro das comorbidades relacionadas. No entanto, o reganho de peso e a recidiva de doenças metabólicas, como diabetes e hipertensão, são observados em um subgrupo de pacientes anteriormente submetidos à cirurgia bariátrica. Foi realizado um estudo do tipo coorte retrospectiva em todos os pacientes operados por cirurgia bariátrica de 2009 a 2018, no Hospital Regional da Asa Norte, com avaliação de parâmetros antropométricos e presença de comorbidades pré e pós-operatórios. Durante o período avaliado, 1004 pacientes foram operados por cirurgia bariátrica com predomínio de 87,3% do gênero feminino, idade média de 41,1 anos e o IMC pré-operatório médio de 42,5 kg/m^2. A técnica cirúrgica prevalente foi o Bypass em Y-Roux (87,5%). A hipertensão arterial estava presente em 479 (51,2%) pacientes, e a diabetes *mellitus*, em 368 (39,5%). Entre os indivíduos com dados pós-operatórios completos (714), houve perda de peso média de 35,2 kg e porcentagem de perda de peso de 31%. A remissão da hipertensão ocorreu em 33,6% dos pacientes, a do diabetes, em 31,1%, e a da dislipidemia, em 8,8%. Atingiram as metas preconizadas 540 pacientes com perda maior que 50% do excesso de peso e reganho aceitável; 93 pacientes perderam menos que 50% do excesso de peso; 80 pacientes tiveram o reganho de mais de 20%. Os parâmetros relacionados com falha foram o peso pré-operatório (114,2 ± 19,2 kg vs 110,6 ± 19,0kg; p = 0,036) e o tempo decorrido da cirurgia (5,4 ± 2,7 anos vs 4,8 ± 2,6; p=0,02). Os dados dessa casuística são compatíveis com os reportados pela literatura, com porcentagem de perda de peso maior que 30% dos pacientes submetidos à cirurgia bariátrica, que também foi eficaz no controle e na remissão de comorbidades, como hipertensão, diabetes e dislipidemia.

Palavras-Chave: cirurgia bariátrica. Reganho de peso. Remissão de comorbidades.

ANÁLISE DE ANTÍGENOS DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B COMO ESTRATÉGIA PROMISSORA PARA FINS BIOMÉDICOS

Ana Luíza dos Santos Medeiros - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
ana.medeiros@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima - UniCEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Bergmann Morais Ribeiro - colaborador
bergmann@unb.br
Leonardo Assis da Silva - colaborador
leocbq@yahoo.com.br

O vírus da Hepatite B (HBV) é um membro da família *Hepadnaviridae*, caracterizado pela presença de DNA envelopado e pela capacidade de infectar as células hepáticas. Assim, infecta mamíferos, replica-se nos hepatócitos e pode evoluir em termos patológicos. De acordo com o Ministério da Saúde, no período de 1999 a 2015, foram notificados, em todo o Brasil, 514.678 casos confirmados de hepatite viral, caracterizando um problema de saúde pública. Pesquisas sobre virologia e produção biotecnológica empregam a expressão de genes heterólogos em células de inseto, como, por exemplo, o modelo eucarioto com o baculovírus. Inúmeras proteínas de importância médica e econômica foram expressas em níveis elevados, aplicando esse sistema. Sendo assim, este trabalho analisa a expressão do antígeno de superfície HBsAg fusionado à proteína poliedrina, produzida pelo baculovírus, uma vez que o HBsAg tem papel fundamental no diagnóstico e na prevenção da Hepatite B, por ser um antígeno marcador sorológico indicativo de infecção pelo HBV e o único componente da vacina contra o HBV. Além disso, examinam-se possíveis reações cruzadas entre os diferentes vírus que causam hepatite. Atualmente, não existem indústrias ou empresas nacionais que produzam, em larga escala, o HBsAg, por isso é necessário importar vacinas e *kits* para diagnóstico. Foram realizados testes sorológicos imunoenzimáticos, o ELISA (Enzyme-linked Immunosorbent Assay) indireto, método que se baseia na interação antígeno-anticorpo, utilizando o antígeno HBsAg fusionado à poliedrina (proteína recombinante) previamente construído. Os resultados obtidos pelo método ELISA, a partir do soro de pacientes que tiveram contato com os vírus da Hepatite B e da Hepatite C e o Citomegalovírus (CMV), em relação ao antígeno construído pelo sistema do baculovírus, foram inconclusivos. Portanto, há a necessidade de realizar mais testes sorológicos, para verificar a veracidade do experimento e validá-lo estatisticamente. Por sua vez, as hepatites virais são grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo e necessitam de mais pesquisas, a fim de melhorar as formas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Palavras-chave: Baculovírus. Vacina. Sistema de expressão.

ANÁLISE DE DESEMPENHO DA USINA FOTOVOLTAICA DO BLOCO 8 DO UNICEUB

Nathan Heleno Gomes Soares da Silva - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
nathanzinho123456789@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque - UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

As sociedades modernas baseiam-se em atividades que requerem o uso intensivo de fontes de energia para a realização de trabalho, as quais compõem, em conjunto com os meios de transporte, a telecomunicação, a água e o saneamento, a infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável. Porém, grande parte da energia elétrica utilizada pelo homem é provida por fontes que, além de não serem renováveis, causam sérios problemas ambientais. Com isso, nas últimas décadas, a importância do uso de energias renováveis e alternativas cresce e ganha mais espaço na matriz energética mundial, pois há maior enfoque na relação entre a geração de energia e seu impacto ambiental. Dessa forma, este projeto propõe o desenvolvimento de um sistema de supervisão para monitorar a quantidade de energia gerada pela usina fotovoltaica do *campus* da Asa Norte do UniCEUB, permitindo, assim, a extração de dados de maneira simples e acessível ao corpo docente e discente da instituição.

Palavras-Chave: energia fotovoltaica. Energia solar. Gerenciamento de energia elétrica.

ANÁLISE DE DISFUNÇÕES TIREOIDIANAS INDUZIDAS PELO TRATAMENTO ONCOLÓGICO IMUNOTERÁPICO

Ronan Wilk Guimarães - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
ronan.wilk@sempreceub.com
Karoline Laurentino Lopes Pinto - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
laurentino.karol@gmail.com
Gabriela Resende Vieira de Sousa - UniCEUB, professora orientadora
gabriela.sousa@ceub.edu.br
Luiza Dib Batista Bugiato Faria - colaboradora

Os inibidores das proteínas de *checkpoint* (IC), sobretudo os anti-PD-1, anti-PD-L1 e anti-CTLA-4, são cada vez mais utilizados na terapia contra o câncer. Em comparação com a terapêutica quimioterápica convencional, os IC têm um perfil de toxicidade diferente, especialmente a ocorrência de efeitos adversos imunomediados (EAim) contra múltiplos sistemas, incluindo glândulas endócrinas. A compreensão dos eventos adversos relacionados ao tratamento dessas drogas é fundamental para a prática clínica e, se detectados de modo precoce, podem ser reversíveis. O objetivo deste estudo é descrever a incidência das principais disfunções tireoidianas secundárias ao tratamento com IC em um grupo de pacientes oncológicos em vigência de tratamento imunoterápico para diversos tipos de cânceres. Fez-se o estudo retrospectivo de pacientes diagnosticados com diferentes tipos de cânceres, submetidos à terapêutica com IC, entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2019, acompanhados no Centro de Oncologia Clínica do Hospital Sírio Libanês, unidade de Brasília. Avaliou-se a função tireoidiana dos pacientes mediante dosagens hormonais de TSH e T4 livre, ao longo do tratamento, a fim de verificar o desenvolvimento de disfunção tireoidiana. O total de 45 pacientes foi analisado, e foram excluídos 19. Entre os demais pacientes, a prevalência de alteração nos níveis de TSH ou T4L, ao longo do tratamento com Nivolumabe, foi de 7 pacientes (58,33%), enquanto apenas 5 (41,66%) usuários de Pembrolizumabe apresentaram alterações nos níveis dos hormônios tireoidianos, sendo o hipotireoidismo a alteração prevalente no estudo. Além disso, não houve associação entre o tipo tumoral e a incidência de disfunções tireoidianas induzidas pelo IC. As reações adversas envolvem qualquer órgão ou tecido, e a disfunção tireoidiana é uma das endocrinopatias mais frequentes. A monitoração da função tireoidiana por dosagens hormonais favorece o diagnóstico e o tratamento precoce com possível reversão dos sintomas e maior tolerância do paciente ao tratamento. Na população avaliada, encontrou-se incidência elevada de disfunções hormonais tireoidianas nesse tipo de tratamento. Apesar dos resultados obtidos, novas pesquisas são necessárias para melhor entendimento sobre o desenvolvimento de doenças endócrinas com terapias inibidoras das proteínas de *checkpoint*.

Palavras-Chave: imunoterapia. Oncologia. Tireoidopatia.

ANÁLISE DE ESTRESSE E ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ESTUDANTES DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

Odil Garrido Campos de Andrade - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
odilgca@sempreceub.com
Lethícia de Castro Pereira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
lethicia.castro@sempreceub.com
Gabriela Resende Vieira de Sousa - UniCEUB, professora orientadora
gabriela.sousa@edu.ceub.br

Estudos anteriores que avaliaram o nível de estresse e obesidade em estudantes de medicina demonstraram aumento significativo dessas comorbidades em comparação com a população geral. O objetivo deste trabalho é avaliar o impacto da atividade física no padrão de sono, no desenvolvimento de sobrepeso e obesidade e nos níveis de estresse e pensamentos suicidas. Para isso, avaliaram-se os principais fatores estressores entre os estudantes de Medicina do Distrito Federal, mediante estudo de coorte transversal. Foi aplicado questionário *online* para obtenção de dados referentes à atividade física, ao sono e à ideação suicida. O estresse foi avaliado pelo Inventário de Sintomas de Stress para Adulto de Lipp, que classifica os estudantes em fase de alerta, resistência, quase exaustão e exaustão. A classificação de sobrepeso e obesidade ocorreu pelo índice massa corporal. Os dados coletados foram analisados pelo *software* estatístico IBM SPSS Statistics v. 20 (IBM Corp. Released 2011, Armonk, NY), com o teste T independente para comparar duas variáveis e a ANOVA de uma via com teste Post-Hoc de Bonferroni para a avaliação de subgrupos. Uma amostra com 404 estudantes foi incluída e atingiu boa confiabilidade. A prevalência de estresse foi de 71,3%; a de sobrepeso e obesidade foi de 20% e 5%, respectivamente, nos homens, 36% e 6%, e nas mulheres, 12% e 4%. A realização de atividade física mostrou-se significativa na proteção contra o estresse (p: 0,001) e contra a ideação suicida (p: 0,014), além de melhorar o padrão de sono (p: 0,019). A conclusão foi que a prevalência de sobrepeso e obesidade está superior à média geral, assim como a de estresse. A atividade física mostrou papel fundamental na redução dos níveis de estresse, na proteção contra pensamentos suicidas e no padrão de sono.

Palavras-Chave: estresse. Obesidade. Estudantes de medicina.

ANÁLISE DO DESEMPENHO E DA EXPANSÃO DO SISTEMA DE BICICLETAS COMPARTILHADAS EM BRASÍLIA

Kairo Filipe - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
kairo.filipe@sempreceub.com
Mônica Soares Velloso - UniCEUB, professora orientadora
monica.velloso@ceub.edu.br

O forte desenvolvimento econômico vivenciado pelo mundo, aliado a um planejamento urbano deficiente, resultou no desenvolvimento de cidades que convivem com sérios problemas de mobilidade. Congestionamentos diários, poluição do ar, perda da qualidade de vida e produtividade são desafios que gestores públicos e autoridades precisam vencer cotidianamente. Este caótico cenário resultou na premente necessidade do estabelecimento de estratégias focadas no transporte sustentável, que prioriza o modo não motorizado em substituição ao modo particular motorizado. Neste sentido, a bicicleta destaca-se e oferece vantagens pelo seu baixo custo de aquisição e manutenção, consegue alcançar regiões de baixa acessibilidade, promove a manutenção da saúde física e mental dos cidadãos, não polui e é excelente opção de integração ao transporte coletivo. Pelo fato de a bicicleta oferecer inúmeras vantagens, vários sistemas de bicicletas compartilhadas difundiram-se pelo mundo, na última década, como forma de fomentar sua utilização e oferecer à população uma alternativa de transporte para a realização de curtos deslocamentos no dia a dia. Entretanto, muitos desses sistemas compartilhados sucumbiram, por não atender às necessidades dos usuários ou se estabeleceram de forma incoerente com a realidade cultural e urbanística das cidades. Por outro lado, o mundo testemunhou casos de sucesso que contribuíram com a mudança de repartição das matrizes de viagem. O presente estudo analisa o desempenho do atual sistema de bicicletas compartilhadas de Brasília por meio de técnica de análise georreferenciada, com uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), em conjunto com as características dos usuários do sistema e sua percepção. Por fim, os resultados foram analisados à luz dos indicadores de desempenho do *Guia de planejamento de sistemas de bicicletas compartilhadas*, do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento do Brasil. Esta metodologia resultou na definição de indicadores que podem ser utilizados para o planejamento de novo arranjo espacial, além de oferecer aos gestores públicos um retorno no que diz respeito à infraestrutura cicloviária da cidade, à disposição espacial das estações, às demandas não supridas e às fraquezas do sistema. Assim, conclui-se que o atual sistema de bicicletas compartilhadas de Brasília se encontra em situação desfavorável de desempenho, o que oferece um sério risco para sua existência futura.

Palavras-Chave: sistema de bicicletas compartilhadas. SIG. Mobilidade urbana.

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DAS QUADRAS COMERCIAIS DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA SOB O VIÉS DO DESLOCAMENTO A PÉ

Matheus Barbosa de Castro - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
mbcastro.93@sempreceub.com
Ana Paula Borba Gonçalves Barros - UniCEUB, professora orientadora
ana.barros@ceub.edu.br

A vida nos grandes centros urbanos brasileiros tem o foco voltado aos carros e não às pessoas, haja vista que o investimento governamental é direcionado à infraestrutura veicular, como vias, viadutos, pontes e grandes estacionamentos, e não a espaços destinados às pessoas, como calçadas, ciclovias e locais de convívio. Por outro lado, esses últimos são impulsionadores dos comércios. Cabe pontuar que há distinções entre os comércios tradicionais e os planejados, como os existentes em cidades idealizadas sob os preceitos modernistas, considerados subcentros urbanos. Sob este viés, o objetivo deste trabalho é verificar se os comércios locais do Plano Piloto de Brasília são atrativos às pessoas. Para isso, foram realizados levantamentos em 8 comércios locais do Plano Piloto de Brasília, com localização e características específicas – 4 em cada asa e um em cada segmento de quadra (100/200/300/400) – a fim de obter dados que observem parâmetros em relação à diversidade de usos do solo, ao número de portas por fachada das edificações e à quantidade de usuários que transitam a pé. Realizou-se a seguinte estratificação: comércio curto *versus* longo tempo de permanência; serviço curto *versus* longo tempo de permanência. Esses parâmetros consideram a visão da vida urbana, pois estar de passagem é diferente de permanecer nos espaços. Com isso, foi possível constatar que as situações morfológicas espaciais dos comércios locais do Plano Piloto de Brasília alteram, de fato, a conduta das pessoas que ali caminham, apresentando dados que são condizentes com as afirmações de vida urbana de Gehl (2010) e Jacobs (2000). Verificou-se que, na Asa Norte, houve maior presença de pedestres que na Asa Sul, pois a morfologia edilícia apresenta características que atraem os pedestres com portas ativas em todos os lados dos blocos, diferentemente do que ocorre na Asa Sul, em que há somente dois lados, frente e fundo, ou há portas inativas, tornando o desempenho dos espaços menos convidativos do ponto de vista do pedestre. Ademais, nos comércios da Asa Norte, houve maior diversidade de usos, ao contrário dos da Asa Sul, o que aumenta os trajetos a pé. Diante disso, conclui-se que os preceitos de ambos os autores são ratificados também para o caso dos comércios locais de Brasília, considerados subcentros urbanos de grande expressividade aos residentes do Plano Piloto.

Palavras-Chave: morfologia urbana. Comércio. Plano Piloto de Brasília.

APENDICITE AGUDA EM PACIENTES DE FAIXA ETÁRIA AVANÇADA: ESTUDO DOS ACHADOS CIRÚRGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS E DAS COMPLICAÇÕES PÓS-OPERATÓRIAS

Silvia Carolina Bialeski de Souza - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
scarolbialeski@sempreceub.com
Rodrigo Soares Pereira - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
rodrigosoaresp@gmail.com
Alberto Vilar Trindade - UniCEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

O envelhecimento da população é visto como um dos maiores triunfos e, também, um dos maiores desafios da humanidade, pois relaciona-se, principalmente, ao aumento da expectativa de vida com as melhores condições de saúde e a diminuição da taxa de fecundidade. Nesse contexto, a apendicite aguda (AA), além de ser a patologia cirúrgica mais frequente, mesmo sendo comum em crianças e adultos jovens, apresenta uma incidência importante na população idosa, na qual, entretanto, o diagnóstico mostra-se dificultado por anamnese incompleta ou confusa e características clínicas atípicas, além de múltiplas comorbidades, dificultando a propedêutica. Por isso, é de grande importância a análise cuidadosa deste grupo, visto ocorrer a maior morbimortalidade e esse acometimento na população geriátrica relacionar-se a um atraso tanto diagnóstico quanto terapêutico. Dessa forma, objetiva-se investigar e comparar o achado cirúrgico e o anatomopatológico e a evolução pós-operatória com as possíveis complicações em pacientes idosos com AA. Trata-se de estudo retrospectivo, qualitativo e quantitativo, com base em coorte extraída de prontuários eletrônicos de pacientes idosos que tiveram diagnóstico de AA, internados e operados no Hospital Regional da Asa Norte, durante o período de janeiro de 2012 a dezembro de 2017. Para compor a amostra, foram considerados como critério de inclusão pacientes com idade igual ou superior a 60 anos, incluídos no CID K.35, submetidos à apendicectomia, internados por período igual ou superior a 24 horas. Para cada idoso, na composição do grupo de controle, foram selecionados, aleatoriamente, dois pacientes de 18 a 30 anos, operados de AA no período descrito. Foram excluídos pacientes submetidos à laparotomia exploratória cujo diagnóstico operatório de AA não foi confirmado. Foram analisados 336 pacientes, 112 do grupo amostral e 224 do grupo controle. A faixa etária média dos participantes da amostra foi de 68,72 ± 7,39, e a do grupo de controle foi de 21,13 ± 3,57, sendo a maioria do sexo masculino. A maioria dos participantes foi submetida à laparotomia; no grupo amostral, a incisão infraumbilical foi a mais empregada, o que pode estar relacionado com a apresentação de AA complicada; no grupo de controle, a incisão mais comum foi a de Davis. A maioria das apendicectomias apresentavam apêndice grau I, indicando a terapêutica cirúrgica precoce desses pacientes. A taxa de videolaparoscopia foi pequena, apontando ser uma técnica pouco empregada na instituição. O estudo anatomopatológico evidenciou que a maioria das peças cirúrgicas se encontrava na caracterização de apendicite flegmônica e apendicite gangrenosa. A taxa de complicação nos idosos foi o dobro em relação aos jovens, e a infecção de ferida operatória foi a complicação mais frequente. A AA

é uma patologia cirúrgica com uma incidência importante no público em geral, assim como na população geriátrica, mas apresenta uma mortalidade mínima, demonstrando sua resolução pelo tratamento cirúrgico. É importante ressaltar a alta taxa de complicação no pós-operatório na população idosa analisada, que pode relacionar-se às apresentações mais complicadas de AA tanto no achado operatório quanto na análise anatomopatológica.

Palavras-Chave: apendicite aguda. Idosos. Envelhecimento.

APENDICITE AGUDA EM PACIENTES DE FAIXA ETÁRIA AVANÇADA: PECULIARIDADES QUANTO À APRESENTAÇÃO DO QUADRO CLÍNICO E À DEMORA NO DIAGNÓSTICO

Jonas de Souza Finco - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
jonas.finco@sempreceub.com
Ana Clara Guerreiro Araújo de Gouvêa - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
anaclaraggouvea@gmail.com
Alberto Vilar Trindade - UniCEUB, professor orientador
alberto.trindade@ceub.edu.br

O envelhecimento da população é um desafio e está relacionado ao aumento da expectativa de vida. Nesse contexto, a apendicite aguda (AA), além de ser a patologia cirúrgica mais frequente, mesmo sendo comum em crianças e adultos jovens, com pico na segunda e terceira década de vida, apresenta incidência importante na população idosa, na qual o diagnóstico se mostra dificultado por anamnese incompleta ou confusa, características clínicas atípicas ou sutis, além de múltiplas comorbidades, dificultando a propedêutica. Portanto, faz-se necessária a análise deste grupo pela potencial morbimortalidade relacionada ao atraso do diagnóstico e do tratamento. Assim, o objetivo é investigar e comparar o quadro clínico, a propedêutica e o tempo de diagnóstico em pacientes idosos com AA internados na Unidade de Cirurgia Geral (UCG) do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). Este é um estudo retrospectivo, qualitativo e quantitativo, com coorte extraída de prontuários eletrônicos de pacientes idosos que tiveram quadro de AA, operados na UCG, durante o período de junho de 2012 a junho de 2018. Consideram-se os pacientes com idade igual ou acima de 60 anos, incluídos no CID K.35, submetidos à apendicectomia, internados por período igual ou superior a 24 horas. Para cada idoso, na intenção da composição do grupo de controle, foram selecionados, aleatoriamente, dois pacientes situados na faixa etária de 18 a 30 anos. Foram excluídos os submetidos à laparotomia exploratória cujo diagnóstico operatório não foi confirmado. Analisaram-se 336 pacientes, 112 do grupo amostral e 224 do grupo de controle. A faixa etária média dos participantes da amostra foi de 68,7, e a do controle foi de 24,1, sendo a maioria do sexo masculino. A apresentação da AA foi, em sua maioria, dos casos com dor em fossa ilíaca direita. As dores migratórias e localizadas foram mais descritas de epigástrio para FID e dor em hipogástrio, respectivamente. Os sintomas não álgicos mais relatados foram náuseas, vômitos, hiporexia, anorexia e febre. Destacam-se 71,15% dos pacientes com febre no grupo de controle. O tempo de início dos sintomas foi maior no grupo de controle (13,3h contra 8,62h dos idosos), entretanto com valor da moda de 24h no de controle e 72h nos idosos. Ambos demonstraram predomínio do sinal de Blumberg, com o grupo dos idosos apresentando padrão mais uniforme de positividade dos sinais. Os resultados relativos ao tempo de diagnóstico foram semelhantes. Os exames laboratoriais mostraram leucocitose em 85,87% dos controles e 80,61% dos idosos. Houve a média de 1,14 exames de imagem por idoso e 1,10 no adulto jovem. Aproximadamente, 10% dos exames apresentaram-se sem alterações nos idosos, e 5%, nos controles. O trabalho mostrou divergências principais no

tocante ao tempo de início dos sintomas sugestivos de eventual demora na procura assistencial por parte do idoso; maior proporção de leucocitose no grupo de controle e de alterações referentes à série vermelha e plaquetária nos idosos; média de exames solicitados por paciente equivalente nos grupos e na média de complexidade maior nos idosos.

Palavras-Chave: apendicite. Idosos. Diagnóstico.

APLICAÇÃO DE ENSAIOS DESTRUTIVOS E NÃO DESTRUTIVOS PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO EM EDIFICAÇÕES LOCALIZADAS NA ASA NORTE - DF

Luana Pereira Magalhães - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
luana.magalhaes@sempreceub.com
Vitor Canabrava Rodrigues Figueiredo - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
vitor.cana98@sempreceub.com
Jorge Antônio da Cunha Oliveira - UniCEUB, professor orientador
jorge.oliveira@ceub.edu.br

As manifestações patológicas presentes em estruturas de concreto armado são um problema comum na construção civil. Diante disso, o estudo analisa as manifestações patológicas presentes nas construções e seu desempenho estrutural. Neste trabalho, realizou-se a análise visual e os ensaios tecnológicos não destrutivos para identificação das possíveis origens das manifestações patológicas existentes e seus respectivos graus de risco, indicando, assim, soluções plausíveis e possibilitando a correlação dos problemas entre edificações e suas causas prováveis. Após a coleta de dados, fez-se a análise de resultados e a elaboração das estatísticas comparativas entre as manifestações para, desse modo, concluir quais as patologias mais comuns entre as quatro edificações e suas correlações. Nesse sentido, alcançaram-se resultados favoráveis, e apresentaram-se soluções aos problemas identificados mediante indicações de manutenção corretiva pontual e geral. Por sua vez, a pesquisa colabora com o desenvolvimento de edificações localizadas no Distrito Federal.

Palavras-Chave: estruturas de concreto armado. Edificações. Construção civil.

APLICATIVO PARA MÓDULO DE CONGRESSO E EVENTOS DO SISTEMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Maira Fernandes Gomes - UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna bolsista
maira.fernandes@sempreceub.com
Sérgio Cozzetti Bertoldi de Souza - UniCEUB, professor orientador
sergio.cozzetti@uniceub.br

A participação em eventos, como palestras e congressos, é, para os alunos de instituição de ensino superior, atividade importante ao incremento de seu conhecimento. O registro de presença, nos casos de eventos realizados nos horários das aulas, e o cômputo de horas complementares aos que têm prevista, em seu currículo, a complementação de horas extracurriculares tornam-se recursos relevantes. Anteriormente, o registro nos eventos era efetuado de forma manual e era suscetível a equívocos, como extravio de papeletas, rasuras na identificação da matrícula e desvios no preenchimento das informações. A partir disso, houve a necessidade de criação de sistema que efetuasse o processo de forma automatizada e segura. Trata-se de um aplicativo *mobile* que visualiza o detalhamento de informações do evento e registra a presença com a leitura do QR CODE, ou o código de barras da carteira de estudante, ou a informação do número de matrícula do aluno. O aplicativo foi desenvolvido com uso de metodologia ágil; para isso, utilizou-se o *framework* SCRUM. Com o desenvolvimento deste projeto, o UniCEUB evita o uso de papeletas para registro de presença; agrega agilidade, pois a solução minimiza a demora no registro de frequência para cada RA participante; confere maior confiabilidade, pois o dispositivo é acessado por pessoa nomeada pela instituição como responsável; fornece informações simples e claras sobre os eventos. A pesquisa é de natureza aplicativa, pois gera conhecimento voltado à solução de problemas, e sua abordagem é qualitativa, de tipo explicativo. O procedimento técnico empregado é a pesquisa ação. Os atores e os pesquisadores trabalham juntos para elucidar a realidade em que estão inseridos, explicitam problemas coletivos e experimentam soluções em situações verdadeiras. Dessa forma, há produção e uso de conhecimento de maneira simultânea. O instrumento de coleta dos dados utilizado foi a observação. O aplicativo é utilizado em eventos de congresso, seminários e minicursos do UniCEUB e demanda o mesmo quantitativo de responsáveis pelo registro de chamada, o que significa um responsável por evento cadastrado. Além disso, confere alta confiabilidade ao registro da presença dos participantes e elimina o uso de papéis para essa finalidade. Diante do exposto, considera-se que o aplicativo apresenta os benefícios e as vantagens pretendidos com seu desenvolvimento e confere economia e confiabilidade ao registro de frequência em eventos do UniCEUB.

Palavras-Chave: eventos. Frequência. SCRUM.

AVALIAÇÃO DA ADESÃO AO *CHECKLIST* DE CIRURGIA SEGURA EM HOSPITAL DO DISTRITO FEDERAL

Luanne Gabrielle Viana de Miranda - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
luanne.gabrielle@sempreceub.com
Lauane Rocha Itacarambi - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
lauitacarambi@sempreceub.com
Cláudia Rodrigues Mafra - UniCEUB, professora orientadora
claudia.mafra@ceub.edu.br

O procedimento cirúrgico tem a intenção de salvar vidas. Muitas vezes, torna-se a única indicação de tratamento com intervenção de mudança. As cirurgias são cada vez mais complexas, por conseguinte expõem potenciais riscos. A segurança do paciente tem estimulado organizações de saúde a implementar medidas, a fim de minimizar falhas no processo do cuidado que possam causar incidentes indesejáveis. Entre as medidas preventivas, está a lista de verificação de cirurgia segura (LVSC), objeto deste trabalho, que tem como base o Programa Cirurgias Seguras Salvam Vidas, da Organização Mundial de Saúde (OMS). Trata-se de pesquisa do tipo descritivo, exploratório, retrospectivo com abordagem quantitativa no levantamento de dados e análise documental sobre a efetividade da aplicação do protocolo de cirurgia segura da OMS, desenvolvida em um hospital privado, localizado no Distrito Federal. Analisaram-se 342 prontuários de pacientes submetidos a cirurgias eletivas. Observou-se o preenchimento dos itens da LVSC, aplicada antes da indução anestésica, antes da incisão cirúrgica e antes de o paciente sair da sala cirúrgica. Na fase 1, os itens com maior falha no preenchimento foram: equipamento e assistência disponíveis para via aérea de difícil acesso; demarcação do sítio; confirmação de sítio cirúrgico; verificação de segurança anestésica. Na fase 2, os itens com menor adesão de preenchimento foram: realização da profilaxia antimicrobiana nos últimos 60 minutos; imagens essenciais disponíveis. A fase 3 foi a etapa que apresentou maior preenchimento dos itens; em contrapartida, o item de verificação de problemas em equipamento demonstrou extrema rejeição, com 99,7% de prontuários não preenchidos. Trata-se uma etapa necessária com a mesma relevância de todos os outros itens do *checklist* para a redução de complicações cirúrgicas. A fase 4 indica a assinatura do profissional que realizou o preenchimento do instrumento. No hospital pesquisado, utiliza-se o prontuário eletrônico; dessa forma, para o profissional acessar o *checklist*, necessita *logar* com sua matrícula. Os resultados apontam falhas no preenchimento da LVSC em pontos indispensáveis, durante a assistência prestada ao paciente cirúrgico, como: equipamentos de assistência à via aérea de difícil acesso, demarcação e confirmação do sítio cirúrgico e verificação da segurança anestésica. Com base nos resultados, constata-se a necessidade da implementação de ações para provocar mudanças no comportamento dos profissionais envolvidos no processo. Evidencia-se a relevância deste trabalho com a finalidade de instigar a repensar a prática assistencial voltada à segurança do paciente.

Palavras-Chave: lista de checagem. Segurança do paciente. Procedimentos cirúrgicos operatórios.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DE VEGETAIS *BABY LEAF* EM SISTEMA AQUAPÔNICO NA ESTAÇÃO CHUVOSA E NA SECA

Ana Luíza Alves Panta Vasconcelos - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
analuizavasconcelos14@gmail.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior - UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br

A Organização das Nações Unidas revela que, aproximadamente, 70% de toda a água disponível no mundo são utilizados para irrigação. Diante desse contexto, buscam-se alternativas mais econômicas com respeito ao uso da água, para viabilizar a produção de alimentos. Entre as alternativas, a aquaponia é indicada como uma solução para a escassez da água, de modo que a integração de plantas vegetais e microrganismos pode reduzir o consumo de água em até 90%. Se comparada aos sistemas convencionais, promove o reaproveitamento integral do efluente gerado dentro do próprio sistema e pode ser utilizada em regiões onde o solo apresenta baixa fertilidade química e a água é escassa. Este estudo foi realizado na Estação Experimental de Agroecologia Chácara Delfim T61, com o objetivo de analisar a produção de hortaliças *baby leaf* em sistema aquapônico de flutuação, na estação seca e na chuvosa. A produção vegetal foi implantada em sistema aquapônico operante, com unidade de produção piscícola composta por seis tanques, sistema de tratamento do efluente e casa de vegetação com uma estufa com 50 metros lineares e 7 metros de largura, coberta por lona difusora de 100 micras e fechada com tela antiafídeos, além de abrigar 4 piscinas. O cultivo vegetal deu-se pela utilização de bandejas de isopor preenchidas com substrato inerte; foram utilizadas sementes peletizadas de alfaces itaúna *friseé* verde, atalaia *friseé roxa* e brava *baby leaf*. Realizaram-se exames de vigor e da capacidade produtiva. Foram coletados dados de análise de água para verificar a efetividade do sistema, que apresentou melhor qualidade de água no período da seca. Na piscina de produção, foram constatados valores médios de temperatura 21,80°C, pH 6,39, amônia 0,5 ppm, oxigênio 2,79 mg/l e nitrito 0,250 ppm. Os resultados demonstram que os melhores desempenhos produtivos foram no período da seca, com os melhores resultados para a alface brava, que apresentou peso médio de 14,52 g, média de 8 folhas por planta e peso médio da raiz de 5 g.

Palavras-Chave: hidroponia. Piscicultura. Alface.

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉRMICA E MECÂNICA DO CONCRETO TRANSLÚCIDO

Amanda Biazioli de Pinho - UniCEUB, PIBITI Institucional, aluna bolsista
amanda.biazioli@sempreceub.com
Gabriel Prudente Demes - UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno voluntário
gabridemes15@gmail.com
Jocinez Nogueira Lima - UniCEUB, professor orientador
jocinez.lima@ceub.edu.br

Adições de diversas fontes são empregadas há longo tempo, na indústria do concreto, com finalidade técnica, econômica e ambiental. Nota-se crescente busca para a confecção de um concreto que tenha boa relação de custo e benefício, aliada a uma iniciativa sustentável e natural ao longo do processo de construção civil. A fibra ótica polimérica (FOP) é utilizada para aplicações em telecomunicações, pelo fato de sua espessura ser similar à de um fio de cabelo e poder transmitir luz ao longo de milhares de quilômetros. Assim, este trabalho avalia a capacidade de transmissão térmica e mecânica de concretos com a adição da FOP em sua mistura e compara-os com os concretos convencionais em termos de resistência mecânica. O desempenho observado consiste de análise da resistência à compressão dos concretos com fibra e de ensaios térmicos que simulam um ambiente real, utilizando-se do respectivo material. Determinou-se a resistência à tração na flexão dos blocos confeccionados com a fibra. Além disso, o ensaio térmico possibilitou a determinação da transmissão de calor de uma face a outra do bloco e da fadiga térmica. Os resultados obtidos são favoráveis ao isolamento térmico e mostram que a adição de fibra ótica possibilita economia de energia para as edificações, por isolar melhor a transmitância de calor. Porém, a adição de fibra à mistura mostrou-se desfavorável para a resistência à compressão do concreto.

Palavras-Chave: concreto. Fibra óptica. Translúcido.

AVALIAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS TRANSTORNOS DE SONO E A DOENÇA DE PARKINSON

Arthur de Melo Monteiro Bastos - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
arthur.bastos@sempreceub.com
Ana Clara Fernandes Belchior - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
anaclarabelchior@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe - UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br
Pedro Renato de Paula Brandão - colaborador
arthur.bastos@sempreceub.com

A doença de Parkinson (DP) é progressiva, neurodegenerativa, caracterizada por alterações motoras e não motoras. Entre os sintomas não motores da DP, os distúrbios de sono ocorrem em mais de 96% dos pacientes, e a presença desses quadros associados a outros sintomas resulta em diminuição da qualidade de vida e aumenta as reações emocionais adversas, o isolamento social e as dores. O objetivo do trabalho é avaliar a qualidade do sono e a prevalência do transtorno comportamental do sono REM em pacientes com DP, em comparação ao grupo de controle e correlacionar os distúrbios do sono com a qualidade de vida dos pacientes com DP. A pesquisa é caracterizada como um estudo transversal de caráter exploratório, realizado em pacientes da Neurologia do Hospital de Base de Brasília (HBDF) portadores de DP, diagnosticados por um neurologista com especialização em transtornos do movimento. Foi aplicada a Escala de Qualidade do Sono da Doença de Parkinson (PDSS), a Escala de Sonolência Diurna de Epworth e o Questionário do Transtorno Comportamental do Sono REM (TCREM). Os pacientes foram divididos em 2 grupos, o de controle e o de DP. Realizou-se a aplicação dos questionários e a análise dos resultados por meio do *software* R. Fez-se a divisão dos pacientes com Parkinson em três grupos, de acordo com o escore obtido no PDSS, usando como padrão as médias para tornar os grupos pareáveis entre si. Além disso, dividiram-se os pacientes com e sem TREM e os com a pontuação no UPDRS parte III, em Tremor Dominante (TD), Instabilidade Postural e Alteração de Marcha (PIGD) e Indeterminado (Ind) para que fossem realizadas comparações entre os grupos. Os pacientes com DP apresentaram prevalência maior de TCREM (p=0,010) e pior qualidade de sono em relação ao grupo de controle (p=0,011). Não houve diferença, ao comparar-se a qualidade de sono e a gravidade motora da doença entre os grupos com e sem TCREM. Também não foi evidenciada a diferença de gravidade dos sintomas motores, aos comparar grupos com diferentes graus de qualidade do sono. Os pacientes com DP e TCREM possuem pior qualidade do sono, que pode estar relacionada a outros distúrbios de sono e outros sintomas não motores. Além disso, apesar de, no estudo vigente, não haver correlação entre TCREM e sintomas motores, uma amostragem maior torna-se necessária para que a conclusão seja mais próxima da realidade.

Palavras-Chave: doença de Parkinson. Transtorno comportamental do sono. Correlação.

AVALIAÇÃO DA RESPOSTA DE ANTICORPOS VACINAIS EM ANIMAIS VACINADOS CONTRA LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA

Kályda Santana - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
kalyda.santana@sempreceub.com
Ana Carolina Laraia - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
carol.ciarlini@sempreceub.com
Lucas Edel Donato - UniCEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br
Fabiano Borges Figueiredo - colaborador

Esta pesquisa discorre sobre a indagação acerca de qual é a resposta de anticorpos vacinais em animais vacinados contra leishmaniose visceral canina, tendo em vista a necessidade de testes sorológicos que não produzam resultados positivos influenciados pela resposta humoral vacinal. Para tanto, avaliou-se a soroconversão de cães vacinados com a vacina LeishTec, por meio dos testes imunocromatográfico DPP-LVC e Alere- LVC. Além disso, utilizou-se a técnica ELISA como teste confirmatório para os resultados. Como alternativa auxiliar e para melhor acurácia, todas as amostras foram testadas pela técnica de PCR, no Instituto Carlos Chagas – FIOCRUZ Paraná, em Curitiba. Os testes DPP-LVC e Alere-LVC apresentaram, tanto no tempo 0 quanto no 1, resultados positivos e negativos. Todas as amostras indicaram teste negativo no exame confirmatório ELISA. As amostras analisadas pela técnica PCR também apontaram, na totalidade, o resultado negativo. Os resultados desta pesquisa evidenciam que o protocolo adotado pelo Ministério da Saúde é seguro na detecção de animais infectados com leishmaniose, visto que as amostras positivas para os testes de triagem (DPP) são testadas pelo teste confirmatório ELISA, proporcionando um método capaz de separar os animais realmente positivos dos imunizados. Entretanto, a análise documental mostrou que há indícios da soroconversão de animais testados pelo DPP, fato que deve ser confirmado por estudos mais abrangentes.

Palavras-Chave: Leishmania. Soroconversão. Vacina antileishmaniose.

AVALIAÇÃO DA UTILIDADE DE DADOS PLUVIOGRÁFICOS ESTIMADOS POR SATÉLITE

Karoline Ribeiro de Andrade - UniCEUB, PIBITI-CNPq, aluna bolsista
kribeirodeandrade@gmail.com
Bruno Collischonn - UniCEUB, professor orientador
collis_79@hotmail.com

O monitoramento pluviográfico é fundamental para o adequado planejamento de estruturas de drenagem urbana. Entretanto, por diversas razões, o monitoramento convencional, com pluviógrafos de solo, é insuficiente. Uma alternativa que apresenta muito potencial é o uso de dados pluviográficos estimados por satélite. Contudo, poucos trabalhos avaliaram o potencial dessas estimativas em drenagem urbana, onde a medição em pequenos intervalos de tempo é necessária. Neste trabalho, avaliam-se as estimativas de precipitação oriundas da constelação de satélites, ou seja, o Global Precipitation Measurement – GPM, comparadas a dados pluviográficos convencionais do INMET e do CEMADEN, em pontos do Distrito Federal e do município de Formosa (GO). Os resultados mostram que, em intervalos de tempo muito curtos, a precisão do GPM não é muito alta, porém melhora expressivamente à medida que os dados são agregados em escala temporal maior.

Palavras-Chave: GPM. Pugliografia. Satélite.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE FUNDAÇÕES EM EDIFICAÇÕES NO DF COM A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE INTERAÇÃO SOLO-ESTRUTURA

Gabriel Santos Meyer - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gmeyer@sempreceub.com
Gabriel dos Santos Bonfim de Sousa - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gabriel.bonfim@sempreceub.com
Gabriela de Athayde Duboc Bahia - UniCEUB, professora orientadora
gabriela.bahia@ceub.edu.br

A atual condição de concepção de projetos estruturais e de fundações é repleta de simplificações e analogias que facilitam o exercício da profissão do engenheiro civil calculista. Entretanto, não considerar o relacionamento interdependente entre todas as partes do sistema conduz a resultados que se afastam do comportamento real da obra. Por isso, esta pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos da Interação Solo-Estrutura (ISE) em uma edificação de grande porte localizada em Águas Claras, DF. Para este fim, foi realizada uma comparação entre duas situações distintas, em que, primeiramente, a estrutura foi processada, considerando seus apoios engastados, restringindo qualquer tipo de deslocamento nas fundações, e, em seguida, ocorreram novos processamentos iterativos após a flexibilização dos seus apoios. Entre as ferramentas utilizadas, estão o *software* Eberick 2018, responsável por fornecer, mediante análises estáticas lineares, os esforços por meio da planta de carga do edifício, e o *software* Microsoft Office Excel, em que foi desenvolvida uma planilha eletrônica para o cálculo dos recalques estimados (método de Randolph e Wroth, 1979) e dos coeficientes de reação vertical de cada elemento. Após a análise de ISE, os valores foram comparados aos recalques reais ocorridos na estrutura, obtidos pela técnica de monitoramento de recalque. Os resultados das comparações evidenciaram a importância da ISE no desenvolvimento de um projeto estrutural, ao observar a redistribuição significativa das reações de apoio, registrando um alívio de carga de até 121,20 tf em um dos casos e alterações nos valores dos recalques estimados dos pilares, além de imprecisões na atual condição de concepção de projetos estruturais. Outro ponto importante foi a aproximação dos recalques previstos após a ISE, o recalque real ocorrido na edificação, e a média da variação do recalque real com o previsto, antes do processo de interação de 36,01% e após o processo de 29,01%.

Palavras-Chave: Interação Solo-Estrutura. Coeficiente de reação vertical. Fundações profundas.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA DEPRESSÃO E DA ANSIEDADE EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

Matheus Sampaio Matos - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
matheus.matos@sempreceub.com
Ana Carolina da Bouza Ferreira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
carolbouza@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe - UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br
Pedro Renato de Paula Brandão - colaborador
pedrobrandao.neurologia@gmail.com

A Doença de Parkinson (DP) é degenerativa, neurológica, tem distribuição universal e atinge todos os grupos étnicos e classes socioeconômicas. Além de a DP apresentar, principalmente, distúrbios motores, os quais podem envolver tremores, rigidez e bradicinesia, pode vir acompanhada por alterações não motoras, como depressão e ansiedade. Aproximadamente, 17% dos indivíduos com DP foram diagnosticados com transtorno depressivo maior, e 31%, com ansiedade. Este trabalho tem como objetivo conhecer a prevalência e o perfil dos pacientes com ansiedade e depressão diagnosticados com DP. Trata-se de pesquisa transversal de caráter descritivo e exploratório, com análise de questionários estruturados sobre a gravidade da DP, envolvendo depressão, ansiedade, qualidade de vida e ideação suicida. Foram avaliados 48 pacientes no total; 35 com DP, 56.7% do sexo masculino e 43.4% do sexo feminino; 13 do grupo de controle, 40% do sexo masculino e 60% do sexo feminino. Identificaram-se 51.5% dos pacientes com DP sem depressão, 39.4% com depressão leve e 9.1% com depressão moderada; no grupo de controle, havia 84.6% sem depressão, 15.4% com depressão leve e 0% com depressão moderada, o que mostra grande significância da depressão nos pacientes com DP. Além disso, indicou-se grande diferença da porcentagem de ansiedade entre pacientes com DP e do grupo de controle, em que 48.6% dos pacientes com DP eram ansiosos e 51.4%, não, e apenas 16.7% dos controles eram ansiosos contra 83.3%. Os resultados apontam a importante prevalência de depressão e ansiedade nos pacientes com DP. Ademais, pior qualidade de vida é esperada naqueles com depressão moderada do que em pacientes com depressão leve. Portanto, reitera-se que esses sintomas devem ser ativamente pesquisados e adequadamente tratados nesses pacientes.

Palavras-Chave: doença de Parkinson. Ansiedade. Depressão.

AVALIAÇÃO DO PERFIL DE SINTOMAS NÃO MOTORES EM PACIENTES COM DISTONIA PRIMÁRIA

Matheus Moreno de Oliveira - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
matheus.moreno@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe - UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br

Distonia é o segundo transtorno do movimento mais comum nos consultórios da especialidade, embora ainda seja pouco reconhecido na prática clínica. É uma síndrome com grande riqueza de sintomas não motores, muitas vezes negligenciados inclusive por especialistas. Seus principais sintomas são psiquiátricos, sendo a ansiedade e a depressão os grandes destaques. O objetivo deste estudo é caracterizar e avaliar o perfil epidemiológico de pacientes com distonia primária e seus sintomas não motores em um centro de referência no Brasil. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, de maneira retrospectiva, transversal, descritiva, foram avaliados prontuários de pacientes com distonia primária acompanhados em ambulatório especializado em distúrbios do movimento, no período de 2017 a 2019. Dados, como idade, sexo e distribuição corporal foram analisados. Na segunda etapa, foi realizada uma pesquisa prospectiva, transversal, descritiva com a aplicação de questionários para avaliação dos sintomas não motores. O total de 127 pacientes foi selecionado após a avaliação do prontuário e a exclusão de pacientes com distonia de causa secundária ou diagnóstico de outros distúrbios de movimento. A maioria dos pacientes avaliados é do sexo feminino (53,7%; n= 72) com média de idade de 56,4 anos (18 – 87). A distribuição corporal mais comum identificada foi a cervical (37%), seguida da cervicofacial (19%), de blefaroespasmo (17%) e segmentar (17%). Dos 20 pacientes que responderam ao questionário, 45% foram diagnosticados com ansiedade, e 45%, com depressão. Além disso, os pacientes apresentam comprometimento cognitivo significativo, mesmo quando comparados à população semelhante. Existe grande prevalência de sintomas não motores em pacientes com distonia, na amostra avaliada, evidenciando que esse aspecto deve ser explorado e abordado pelo médico assistente. São necessários mais estudos em outras regiões do Brasil para que se possa estabelecer um perfil epidemiológico em pacientes brasileiros, permitindo, assim, melhor caracterização e manejo desses indivíduos.

Palavras-Chave: distonia. Epidemiologia. Sintomas não motores.

AVALIAÇÃO DO PERFIL DOS ACUMULADORES DE ANIMAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO BEM-ESTAR ANIMAL

Anny Yukari Novelino Matsunaga - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
anny.yukari@sempreceub.com
Lucas Edel Donato - UniCEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

Os estudos referentes ao transtorno de acumulação são crescentes. É importante que haja aprofundamento nesse tema que compromete a saúde e o bem-estar dos acumuladores. Em decorrência da pressão social a que a população é submetida diariamente, as psicopatologias mostram-se relevantes e necessitam de atenção especial. O acúmulo de animais é relatado com frequência no Brasil e está relacionado diretamente com maus-tratos aos animais e risco à saúde dos proprietários, pois o ambiente de moradia torna-se insalubre e propenso a vetores de zoonoses. Os acumuladores apresentam a necessidade de adquirir vários animais e são incapazes de reconhecer que possuem o transtorno e que seus animais estão em condições de maus-tratos. O objetivo desta pesquisa é identificar possíveis acumuladores por meio de questionários, para avaliar o perfil de acumulador já previamente estabelecido. Por meio de indicações, foi possível estabelecer contato com acumuladores. Entre os perfis dessas pessoas, encontram-se mulheres com idade maior de 45 anos e ensino médio completo. Os acumuladores de animais possuem, principalmente, cães e gatos, mas foi relatada a ocorrência de equinos, répteis, pássaros e roedores. No geral, o ambiente era insalubre, e os animais nem sempre recebiam o tratamento adequado, o que pode caracterizar forte indicativo de maus-tratos.

Palavras-Chave: acumuladores. Bem-estar animal. Avaliação.

AVALIAÇÃO DO USO DO ANTIBIÓTICO PROFILÁTICO EM CIRURGIAS PLÁSTICAS EM UMA UNIDADE HOSPITALAR PÚBLICA DE BRASÍLIA

Ana Carolina Gomes Siqueira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
ana.carolinas@sempreceub.com
Jéssica Danicki Prado Fernandes - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
jessica.danicki@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

As infecções de sítio cirúrgico (ISC) são umas das principais causas da alta prevalência de infecções nosocomiais, estão associadas à morbidade, à mortalidade, à utilização de recursos financeiros e à recuperação prolongada e prejudicam a qualidade de vida dos pacientes. A redução das ISC tornou-se prioridade tanto para os gestores de políticas públicas quanto para as organizações de saúde com consequente melhoria da segurança dos pacientes e da qualidade dos cuidados, visando à redução dos custos. Esse trabalho objetiva avaliar a adequação do uso do antibiótico profilático em cirurgias plásticas, em um hospital público de Brasília. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo de pacientes da Unidade de Cirurgia Plástica. Foram investigados indivíduos submetidos a cirurgias plásticas entre janeiro e dezembro de 2018. A coleta de dados foi realizada por fichas do relato operatório e prontuários eletrônicos. As variáveis investigadas foram: sexo, idade, tipo de saída hospitalar, caráter da cirurgia (eletiva ou urgência), classificação do ASA, classificação da cirurgia conforme potencial de contaminação, uso de antibiótico profilático no período pré-operatório, no intraoperatório e no pós-operatório. A adequação do antibiótico profilático foi avaliada conforme a diretriz nacional para o uso de antimicrobianos em serviços de saúde, os princípios gerais da antibioticoprofilaxia em cirurgia, da ANVISA. A amostra foi composta por 251 pacientes, 66,93% femininos e 33,07% masculinos, com idade média de 30,02±20,63 anos, 3,82 ± 4,46 dias de internação e desfecho de alta em 100%. A classificação de ASA 1 foi encontrada em 36,65%, e a de ASA 2, em 28,30% dos pacientes. Quanto ao potencial de contaminação, 45,42% foram limpos, e 45,82%, contaminados. As principais cirurgias foram: plástica mamária (29,48%), queiloplastia (14,74%) e rinoplastia (12,74%). Observou-se que 56,18% dos pacientes não receberam a antibioticoprofilaxia pré-cirúrgica e 34,54% das APC realizadas foram inadequadas; 56,85% da amostra tiveram uso inadequado do antibiótico profilático pós-cirúrgico; a APC intraoperatória foi realizada em 19,12% dos casos, sendo considerada inadequada em 95,83% das oportunidades. Foram encontrados 85% dos pacientes com, pelo menos, um fator de risco para ISC e 3 casos de ISC. A inadequação da antibioticoprofilaxia foi elevada e observada nos três momentos das cirurgias e foi maior no pós-operatório, quando considerados os números absolutos, em que o APC foi prolongado em mais de 56% dos pacientes, sem justificativas evidentes. A maioria dos pacientes submetidos a cirurgias plásticas não recebeu a APC pré-operatório e intraoperatório.

Palavras-Chave: antibioticoprofilaxia. Cirurgia plástica. Infecção de sítio cirúrgico.

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO GLIFOSATO NA SOBREVIVÊNCIA E NA REPRODUÇÃO DO CARAMUJO AQUÁTICO *Biomphalaria glabrata*

Júlia de Castro Souza - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
juliacastro@sempreceub.com
Marina Dalcin Beltrami - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
marina.dbeltrami@sempreceub.com
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho - UniCEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br

O glifosato, entre os agrotóxicos consumidos, é o ingrediente ativo, situado em primeiro lugar no *ranking* de comercialização, no país. A principal formulação disponível é o Roundup, em que o glifosato é formulado como sal de isopropilamina e um surfactante, polietoxileno amina (POEA), é adicionado para aumentar a eficácia do herbicida. Pela sua alta solubilidade em água e extenso uso, a exposição de organismos aquáticos não alvo a esse herbicida é uma preocupação ambiental. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar os efeitos do Roundup®WG na sobrevivência e a na reprodução do caramujo de água doce, o *Biomphalaria glabrata*. Para isso foi testado o produto comercial Roundup®WG granulado, por ser o mais vendido no Brasil, em 2016, e ser facilmente solúvel em água. Esse produto contém 792,5 g/Kg de glifosato. O caramujo da espécie *B. glabrata* foi escolhido, por ser habitante de ambientes límnicos no Brasil e já ser amplamente estudado. A água de diluição utilizada em todos os experimentos foi a mole sintética com dureza de 40-42 mg/L em carbonato de cálcio (CaCO3) e pH ajustado na faixa de 7,2 a 7,6, conforme a ABNT. Os ensaios para avaliação da sobrevivência foram realizados com a exposição estática por 96 horas às concentrações de 10, 50, 100, 150 e 200 mg/L, onde foram expostos 3 organismos adultos por concentração. Os ensaios de avaliação da reprodução foram realizados durante 4 semanas, com a exposição semiestática, duas renovações de solução semanais, às concentrações de 0,5, 5 e 50 mg/L, com o registro do número de ovos e do número de massas de ovos disponibilizados por indivíduo. Os resultados obtidos após 96 horas de exposição aguda mostraram evidente efeito de concentração dependente, em que se observou ausência de mortalidade nas concentrações de 10 mg/L e 50 mg/L e 100% de mortalidade nas concentrações de 150 e 200 mg/L. Os resultados da toxicidade aguda foram expressos em concentração letal para 50% (CL50) = 101,98 mg/L (75,63---137,52) após 24 horas, 84,92 mg/L (62,97--114,51) após 48 horas e 70,71 mg/L após 96 horas de exposição. Nos ensaios de avaliação da reprodução, houve mortalidade de 100% dos indivíduos a partir da segunda semana de exposição à concentração de 50 mg/L, o que impossibilitou a quantificação do efeito sobre a reprodução nessa concentração. Quanto às concentrações de 0,5 e 5,0 mg/L, as curvas de número de ovos por indivíduo e de número de massas de ovos por indivíduo, durante as 4 semanas de exposição, mostraram ausência de diferença significativa entre os grupos expostos e o grupo de controle, sugerindo a Concentração de Efeito Não Observado (CENO) igual a 5 mg/L. Os dados obtidos mostraram que o herbicida à base de glifosato, Roundup®WG, apresentou toxicidade aguda ao caramujo *B. glabrata* com CL50 em 96 horas de 70,7 mg/L e um CENO para reprodução de 5 mg/L. Ambos os valores estão acima dos encontrados em ambientes

aquáticos, o que sugere esta espécie não sofrer ameaça de contaminação por esse poluente.

Palavras-Chave: ecotoxicologia. Recursos hídricos. Poluição ambiental.

AVALIAÇÃO FUNCIONAL E COMPARATIVA ENTRE PACIENTES COM LESÕES PARCIAIS E COMPLETAS DO MANGUITO ROTADOR

Anna Beatriz Salles Ramos - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna bolsista
anna.ramos@sempreceub.com
Matheus Ribeiro - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno voluntário
msribbeiro@sempreceub.com
Marcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Um dos acometimentos mais encontrados no ombro é a lesão do manguito rotador (MR). O objetivo deste estudo é avaliar os resultados dos escores UCLA e Constant, a amplitude de movimento e a força pós-operatória dos pacientes com ombros operados, entre o período de 2011 a 2017 e comparar os resultados entre os pacientes com lesões parciais e completas pequenas ou médias do MR. Foram analisados 84 ombros retrospectivamente, com ruptura parcial ou completa do MR, submetidos ao tratamento cirúrgico artroscópico. Os critérios de inclusão foram: rupturas parciais ou completas pequenas e médias do tendão supraespinhal, submetidas à sutura por via artroscópica, com acompanhamento de, ao menos, seis meses. Os critérios de exclusão foram: procedimentos abertos, tempo de seguimento pós-operatório inferior a seis meses, cirurgias prévias no ombro operado, presença de artrose glenoumeral grave, presença de lesão dos tendões subescapular ou infraespinhal, labral, do músculo bíceps e lesão completa grande ou extensa. Foram identificados 57 ombros com lesão completa, em que a média de idade dos pacientes foi de 61,4 anos, enquanto 27 ombros apresentaram lesão parcial, e sua média de idade foi de 56,5 anos. Os pacientes foram avaliados no período de 2017 a 2018, pelos escores UCLA e Constant, além da avaliação física de força com o uso de dinamômetro e amplitude dos movimentos com o goniômetro. A comparação das variáveis clínicas, de cirurgia, medidas de goniômetro, força e dos escores UCLA e Constant entre dois subgrupos de tamanho da lesão (parcial e completa) foi realizada pelo teste t de Student, para amostras independentes ou de Mann-Whitney para variáveis numéricas, e pelo teste de qui-quadrado ($\chi 2$) ou de exato de Fisher, para variáveis categóricas. Foi aplicado o método não paramétrico, pois todas as variáveis, exceto idade, apresentaram distribuição não gaussiana segundo a rejeição da hipótese de normalidade pelo teste de Shapiro-Wilk. O critério de determinação de significância adotado foi o nível de 5%. A análise estatística foi processada pelo *software* estatístico SAS® System, versão 6.11 (SAS Institute, Inc., Cary, North Carolina). Como resultado, foi encontrado que a idade ($p = 0,007$) de acometimento foi significativamente maior no subgrupo com lesão completa, e sua média foi 61,4 ± 7,9 anos em relação às lesões parciais, que apresentaram média de idade de 56,5 ± 7,1, além do número de âncoras ($p = 0,002$) usadas ter sido significativamente maior no subgrupo com lesão completa, que também apresentou o delta relativo da elevação (gonio) significativamente maior ($p = 0,0004$). Por fim, foram demonstrados 82,8% de resultados excelentes e bons com o escore UCLA. O Constant não mostrou diferença estatisticamente significativa, ao comparar os resultados. Portanto, a cirurgia artroscópica é uma opção de tratamento que visa melhorar a função e a dor do paciente, e o estudo mostra que há resultados funcionais semelhantes,

ao escolher essa modalidade tanto para as lesões parciais quanto para as completas; nas parciais, pode ser uma abordagem eficaz em casos de pacientes refratários à terapêutica conservadora.

Palavras-Chave: manguito rotador. Lesões parciais e completas. Avaliação funcional.

AVALIAÇÃO FUNCIONAL PROSPECTIVA DA RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR: AUTOENXERTO PATELAR IPSILATERAL *VERSUS* CONTRALATERAL

Pedro Nunes Silva - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno bolsista
pedro.nunes@sempreceub.com
Marcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A ruptura do ligamento cruzado anterior (LCA) é objeto de estudo desde o século IX e é uma das mais frequentes e debilitantes lesões do joelho especialmente no âmbito esportivo. O tratamento cirúrgico é indicado na maior parte dos casos, e, apesar de ser um dos procedimentos ortopédicos mais realizados no mundo, a escolha do enxerto envolve grande controvérsia na literatura, pois é influenciada por fatores, como experiência do cirurgião, condições da região doadora e expectativas funcionais do paciente. O objetivo deste trabalho é avaliar e comparar, de forma prospectiva, do ponto de vista clínico e funcional, pacientes submetidos à reconstrução do ligamento cruzado anterior, utilizando o autoenxerto do ligamento patelar ipsilateral ou contralateral. Foi realizado um estudo longitudinal descritivo com 54 pacientes de ambos os gêneros, dos quais 27 foram operados com enxerto patelar ipsilateral (25 homens e 2 mulheres) e 27, com enxerto patelar contralateral (23 homens e 4 mulheres). Para avaliação dos pacientes, foram aplicadas a Escala Visual e Analógica de Dor, a Escala de Atividades de Vida Diária e o Questionário de Lysholm. Foram realizadas também as avaliações da amplitude de movimento, da estabilidade articular objetiva (KT-1000TM), do desempenho muscular e da capacidade sensório-motora (Single Leg Hop Test e Y Balace Test). Todas as avaliações foram realizadas no período pré-operatório e ao final do terceiro mês pós-cirúrgico. Os pacientes que operaram utilizando o autoenxerto patelar contralateral sofreram mais com a redução das suas capacidades, porém apresentaram maior simetria entre os membros. Por outro lado, pacientes submetidos à RLCA com o autoenxerto ipsilateral apresentaram assimetrias importantes, embora atingissem melhores resultados para EAVD e Lysholm. Os resultados desta pesquisa contribuem na busca por novos caminhos para o tratamento dos pacientes com lesões do LCA, no entanto é necessário desenvolver novos estudos para que se potencializem os benefícios do processo cirúrgico e da reabilitação deste grupo.

Palavras-Chave: ligamento cruzado anterior. Lesão. Autoenxerto osso-tendão patelar-osso. Avaliação funcional.

AVALIAÇÃO PÓS-OPERATÓRIA DO TRATAMENTO CIRÚRGICO ARTROSCÓPICO DE REPARO DO MANGUITO ROTADOR EM PACIENTES COM IDADE ACIMA DE 65 ANOS *VERSUS* ABAIXO DOS 55 ANOS

Larissa Soares dos Santos - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna bolsista
larissa.soares@sempreceub.com
Marcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A prevalência da lesão do manguito rotador (MR), em geral, é alta na população. O objetivo do estudo é determinar a relação do período pós-operatório do reparo artroscópico do manguito rotador em pacientes acima de 65 anos comparados com os abaixo de 55, mediante variáveis funcionais, como: amplitude de movimento (ADM), força, dor, função do ombro. Investigaram-se 63 pacientes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética. Os participantes foram submetidos à avaliação clínica, e fez-se a avaliação do prontuário, para coletar dados referentes ao processo cirúrgico e hospitalar. A força dos ombros foi medida com um dinamômetro manual para abdução, rotação interna (RI) e rotação externa (ER), enquanto a ADM foi determinada por goniometria. A análise foi realizada de forma descritiva. A amostra foi dividida em dois grupos de acordo com a idade: grupo 55 (pacientes com idade igual ou inferior a 59 anos); grupo 65 (pacientes com idade igual ou superior a 60). O ombro afetado era o dominante na maior parte. O grupo 65 apresentou um número considerável de lesões degenerativas, porém, em ambos os grupos, esse valor era superior. Em relação aos escores, os dois grupos apontaram resultados satisfatórios, excelentes ou bons, em sua grande maioria. Pelo critério Ucla, no grupo 55, 95,55% foram satisfatórios, e, no grupo 65, 94,11% foram satisfatórios. Assim, o reparo artroscópico é benéfico para adultos e idosos e apresenta resultado de funcionalidade satisfatória em relação aos escores do período pós-operatório, porém mais estudos são necessários para melhores e mais conclusões.

Palavras-Chave: reparo artroscópico. Lesão de manguito rotador. Funcionalidade.

AVALIAÇÃO SÉRICA E PSICOLÓGICA EM DEPENDENTES DE COCAÍNA OU *CRACK* EM RESPOSTA À SUPLEMENTAÇÃO DE ÔMEGAS 3, 6 E 9

Rafael Ramos Amaral - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
rafael.ramos@sempreceub.com
Aline Maria Araújo Martins - UniCEUB, professora orientadora
aline.araujomartins@ceu.es

Este estudo tem como objetivo avaliar a melhora cognitiva e de parâmetros séricos em dependentes químicos submetidos à suplementação de ômegas 3, 6 e 9, em internação de 90 dias, em centros de reabilitação para drogadição. A população do estudo é de pacientes entre 18 e 40 anos, com diagnóstico presuntivo de abuso ou dependência de cocaína ou *crack* que deram entrada voluntariamente em comunidades terapêuticas destinadas ao tratamento de dependência química, com previsão mínima de 90 dias. A partir da avaliação de exames séricos de triglicerídios (TG) e da proteína-C reativa (PCR) e da evolução em testes neuropsicológicos Trilhas A e B (TMT) e dígitos (Digit Span-DS), dividiram-se e comparam-se dois grupos dos pacientes recém-internados: um de intervenção (n = 7), que ingeriu um leite rico em ômegas pelos 90 dias; um de controle (n = 8), que ingeriu o mesmo leite sem a suplementação, durante o mesmo tempo. A comparação dos testes psicológicos evidenciou, em média, melhora maior do grupo da intervenção em relação ao controle nos testes de Trilhas A e B, com redução significativa do tempo de realização, indicando melhora na velocidade de atenção concentrada e alternada e na velocidade de processamento cognitivo. No teste de dígitos, não houve melhora significativa em nenhum dos grupos. Quanto aos exames séricos, a PCR elevou-se discretamente no grupo de intervenção, com redução significativa no grupo de controle. Houve pequeno aumento também dos TG no grupo da intervenção, enquanto o grupo placebo apresentou pequena redução desse lipídio. Os resultados sugerem que a suplementação dos ômegas 3, 6 e 9 pode ser uma alternativa segura e viável ao tratamento de usuários de cocaína ou *crack* após interrupção do uso da droga para melhora cognitiva e redução de indicadores inflamatórios, como a proteína-C reativa. A suplementação pode estar associada ao aumento de triglicerídeos nesses pacientes.

Palavras-Chave: dependência química. Suplementação com ômegas. Avaliação psicológica.

BIOMARCADORES DE PERFIL PROTEICO EM PACIENTES PORTADORES DE CARDIOMIOPATIA CHAGÁSICA CRÔNICA PRÉ-TRANSPLANTE CARDÍACO

Fernanda Guimarães de Alencastro - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
fealencastro@sempreceub.com
Victor Costa Wichrowski - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
victor.wichrowski@gmail.com
Aline Maria Araújo Martins - UniCEUB, professora orientadora
aline.araujomartins@ceu.es
Diego Viana Paiva - colaborador
paiva2731@gmail.co
Raphaela Menezes de Oliveira - colaboradora
raphaela.menoli@gmail.com
Fernando Antibas Atik - colaborador
atikf@me.com

A insuficiência cardíaca (IC) é uma síndrome clínica de alta prevalência com elevadas taxas de mortalidade e morbidade, e a doença de Chagas (DC) é a sua terceira maior causa no Brasil. Para insuficiência cardíaca refratária, o transplante cardíaco é reconhecido como opção curativa na ausência de contraindicação. O prognóstico pós-transplante de IC em pacientes por DC, porém, é pior do que outras causas, e ainda não se entende o porquê de sua patogenia. O objetivo é identificar marcadores de perfil proteico plasmático e tecidual associados à patogênese da IC com foco em DC. O método envolve coleta de amostras de plasma e miocárdio de pacientes de cardiomiopatia dilatada por DC (grupo patológico) por causa idiopática e isquêmica (controle positivo) e de pacientes não doentes (controle negativo), cujos materiais são analisados por espectometria de massas e processados com ferramenta de bioinformática (PeaksX); as informações finais são cruzadas com bases de dados universais (UniProt/SWISS-PROT e UniProt/TrEMBL). A amostra coletada contém 15 pacientes cujo perfil clínico-epidemiológico é de 21.4% de chagásicos com idade média de 62,6 anos, 63,3% masculinos, 50% em NYHA III e 85,7% com fração de ejeção de ventrículo esquerdo reduzida abaixo de 40%. Os resultados iniciais são de um estudo piloto em que foi analisado tecido e plasma do mesmo paciente e indicam a presença de 119 proteínas na amostra de tecido e 47 na de plasma. Destas, 5 foram observadas em ambas: haptoglobina, cadeia beta e alfa de fibrinogênio, proteína ligante secretora de esperma do epidídimo e serotransferrina. A tarefa de identificação de proteínas foi cumprida, devendo ser continuada, permitindo pesquisas futuras para compreensão da função dessas cadeias na patogênese da IC por DC. Este trabalho é parte de um projeto maior em parceira com a Universidade de Brasília e o Instituto do Coração do Distrito Federal e terá continuidade de análises para aprofundamento.

Palavras-Chave: proteômica. Doença de Chagas. Insuficiência cardíaca.

BULLYING: AVALIAÇÃO DE UMA INTERVENÇÃO COM PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Larissa Schenato Capo - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
larissa.sc@sempreceub.com
Gabriella Ferreira Quaranta - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
gabriella.quaranta@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - UniCEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O *bullying* é considerado um tipo de violência cujas consequências podem causar danos graves às vítimas. Com a finalidade de mediação de conflitos causados por esse fenômeno, pode-se construir um processo de sensibilização dos professores para auxiliar os estudantes a buscar respostas positivas ou tornar-se agentes capazes de decidir pelo não envolvimento com a violência, ajudando a si ou aos colegas que necessitarem, apoiados no conhecimento de sua realidade. Mediante ações de redução e de prevenção do *bullying*, foi realizada em uma escola de ensino fundamental pública no Distrito Federal uma intervenção com os professores, com objetivo de avaliar os efeitos de sua implementação a partir de resposta dos estudantes. Tratou-se de uma pesquisa do tipo quase-experimento (antes e depois) com respostas de 148 estudantes na faixa etária de 10 a 16 anos de idade, do 6º ao 9º ano. A coleta de dados ocorreu no período de dezembro de 2018 a abril de 2019. Os dados foram submetidos à análise estatística, obtendo-se a razão de prevalência com o intervalo de confiança (IC) de 95% e comparação dos períodos pré-intervenção e pós-intervenção. O programa utilizado para as análises foi SPSS 24. Em todos os testes, foi utilizado o nível de significância de 5%. Constatou-se que houve mudança de comportamento entre os estudantes. Os dados apontaram o decréscimo da prevalência de vítimas. “Pôr apelido”, ser “zoado” e ter seu nome envolvido com “fofoca” foram as manifestações mais relatadas pelas vítimas. Os resultados dessa investigação apontaram que mobilizar professores, por meio de sensibilização acerca do *bullying*, poderá auxiliar respostas adequadas das vítimas diante de situações de conflitos, a partir de informações fornecidas sobre como detectar e intervir rapidamente, além de dialogar com os alunos sobre as características do fenômeno, como e para quem contar quando se perceber nesse tipo de situação, evitando que novo ciclo de violência se inicie.

Palavras-Chave: *bullying*. Intervenção. Professor.

BULLYING: O QUE SABEM E COMO ATUAM OS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL À LUZ DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Letícia Martins Arruda - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
leticia.ma@sempreceub.com
Joyce Karolina Ramos de Oliveira Silva - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
joyce.karolina@sempreceub.com
Julliane Messias Cordeiro Sampaio - UniCEUB, professora orientadora
julliane.sampaio@ceub.edu.br

O *bullying* é considerado um problema de saúde pública que ocorre no espaço escolar, portanto é imprescindível identificar esse tipo de violência e planejar ações, a fim de minimizar os efeitos deletérios provocados pelo fenômeno, que, por vezes, acontece na presença do professor, que, por não conhecer o fato adequadamente e suas manifestações, não intervém de maneira eficiente. Nessa perspectiva, reconhecer o problema subsidia ações assertivas e auxilia a prevenção e o enfrentamento do *bullying*. O objetivo deste estudo é compreender a representação social sobre o *bullying*, identificar o que sabem e como intervêm os 10 professores entrevistados dos 6° e 7° ano de uma escola pública do Distrito Federal. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa. Os resultados apontam que os docentes admitem ser esse fenômeno amplo e complexo que ocorre regularmente nas escolas. Nota-se que ainda há um déficit de conhecimento pelos professores sobre esse assunto, pois apenas três deles indicam conhecimento sobre as manifestações do *bullying*, mas, de maneira quase unânime, apontam que não estão preparados para a resolução desse tipo de conflito, dada a característica multifacetada do fenômeno e, quando percebem situações de violência, utilizam intervenções imediatas por meio do diálogo, pois destacam essa medida como a principal para a redução da violência escolar. Dessa maneira, observa-se a necessidade de ações de sensibilização dos professores, pois falta-lhes, em sua formação, aproximação com a temática e as possíveis ferramentas de intervenção diante de conflitos. O fato de o professor compreender o *bullying* viabiliza a identificação do fenômeno e suas manifestações e pode auxiliá-lo na elaboração de medidas de enfrentamento e prevenção.

Palavras-Chave: violência escolar. *Bullying*. Professor.

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E ANTIBIÓTICA DE EXTRATOS DE PLANTAS MEDICINAIS

Amanda Sagrilo Tondolo - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
amandatondolo_1@hotmail.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior - UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Francislete Rodrigues Melo - colaboradora
francislete.melo@ceub.edu.br

A *Centella asiatica* é uma planta medicinal utilizada desde a época pré-histórica. É indicada pela medicina tradicional para o tratamento de patologias, como diarreia, indigestão, doenças neurodegenerativas e cicatrização de ferimentos. Além disso, estudos mostram que esse vegetal também tem ação antimicrobiana. A *C. asiatica* produz metabólitos secundários envolvidos em sua atividade antioxidante, a qual parece ser responsável por seus efeitos terapêuticos. Nesse contexto, este estudo objetiva caracterizar a atividade antioxidante e antibiótica de extratos de folhas, de caules e de raízes da planta *C. asiatica* cultivada em solo e em aquaponia. A atividade antioxidante foi determinada por meio do método de captura do radical ABTS e mostrou que o extrato de folhas da *Centella* produzida em aquaponia apresentou o maior nível de atividade antioxidante, enquanto os extratos de raízes das plantas produzidas em aquaponia obtiveram o menor nível entre todos os analisados. Por sua vez, o teor de compostos fenólicos foi determinado por meio do método Folin-Ciocalteu e evidenciou que o extrato de folhas das amostras cultivadas em aquaponia apresentou a maior concentração de compostos fenólicos, e os extratos de raízes das plantas produzidas em aquaponia apresentaram a menor concentração. Observou-se, assim, a associação entre o teor de compostos fenólicos totais e a atividade antioxidante. A análise da atividade antibiótica por meio do método disco-difusão não pôde ser realizada em razão da resistência bacteriana detectada, por meio dos testes preliminares, nas amostras das cepas de bactérias disponíveis no laboratório.

Palavras-Chave: *Centella*. Antioxidante. Fenólicos.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA MADEIRA DE TRÊS ESPÉCIES AMAZÔNICAS

Jéssica Karolini Macedo de Santana- UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
jessica.karolini@sempreceub.com
Nathália Coelho Pereira - UniCEUB, professora orientadora
nathalia.pereira@ceub.edu.br
Peter Wimmer - colaborador
peter.wimmer@florestal.gov.br
Luciano Roitman - colaborador
luciano.roitman@florestal.gov.br

A madeira é considerada um dos únicos recursos naturais renováveis com propriedades estruturais e resistência por unidade de peso e apresenta, além do fácil manuseio, do baixo consumo energético, da alta resistência específica e das boas características de isolamento térmico e elétrico, a possibilidade de produção sustentada nas florestas nativas e plantadas e nas modernas técnicas silviculturais empregadas nos reflorestamentos. Mas, apesar de suas inúmeras vantagens, como material da construção civil, ainda está relegada a uma forma quase empírica e tradicional. Sua utilização de modo radial é inerente a amplos estudos para identificação, classificação e caracterização de novas espécies. Deste modo, este projeto de pesquisa tem o objetivo de contribuir para a ampliação do número de espécies caracterizadas na Amazônia. Para isso, realizaram-se os ensaios para a determinação das propriedades físicas de três das nove espécies de madeira extraídas pelo Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro – LPF/SFB em parceria com a empresa Madeflona Industrial Madeireira Ltda, no ano 2017, em área de concessão florestal na Floresta Nacional de Jacundá, localizada entre os municípios de Porto Velho e Candeias do Jamari, no estado de Rondônia. Os ensaios foram confeccionados com base na norma NBR 7190/1997 para Projetos de Estruturas de Madeira, em 110 corpos de prova divididos entre as três espécies de roxinho (*Peltogyne lecointei*), cedrinho ou libra (*Erismalanceo latum*) e tamarindo (*Martiodendron*). Por meio da apuração dos dados coletados, foram conquistados para a espécie de roxinho 1,013 g/cm³ de densidade aparente, 1,218 g/cm³ de densidade verde, 0,961 g/cm³ de densidade seca, 0,846 g/cm³ de densidade básica, 0,405% de retração axial, 4,485% de retração radial, 7,538% de retração tangencial, 1,681 de relação entre a retração tangencial e a radial, 0,407% de inchamento axial, 4,696% de inchamento radial, 8,152% de inchamento tangencial e 13,691% de variação volumétrica; para a espécie de cedrinho ou libra, foram alcançados, 0,680 g/cm³ de densidade aparente, 1,060 g/cm³ de densidade verde, 0,632 g/cm³ de densidade seca, 0,545 g/cm³ de densidade básica, 0,432% de retração axial, 4,473 g/cm³ de retração radial, 9,302 g/cm³ de retração tangencial, relação entre retração tangencial e radial de 2,079, 0,433% de inchamento axial, 4,683% de inchamento radial, 10,256% de inchamento tangencial e variação volumétrica de 15,920%; para a espécie de tamarindo, foram obtidos 0,960 g/cm³ de densidade aparente, 1,167 g/cm³ de densidade verde, 0,905 g/cm³ de densidade seca, 0,820 g/cm³ de densidade básica, 0,352% de retração axial, 3,523% de retração radial, 5,656% de retração tangencial, 1,606 de relação entre retração

tangencial e radial, 0,353% de inchamento axial, 3,651% de inchamento radial, 5,995% de inchamento tangencial e 10,253% de variação volumétrica. Constatou-se, após a realização dos cálculos e da análise comparativa com as espécies, que os valores alcançados estão coerentes com os obtidos em outros estudos.

Palavras-chave: Madeira. Construção Civil. Amazônia.

CONFORTO ACÚSTICO EM AMBIENTES ESCOLARES

Pedro Henrique Medeiros Pereira - PIC Jr UniCEUB/Leonardo da Vinci, aluno voluntário
pedromedeiros2002@gmail.com
Ana Cláudia Pereira de Resende - UniCEUB, PIC Jr UniCEUB/Leonardo da Vinci, aluna voluntária
pereiraa12345@gmail.com
Sérgio Luiz Garavelli - UniCEUB, professor orientador
sergio.garavelli@gmail.com

Condições adequadas de conforto acústico em ambientes escolares são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, além de preservar a saúde física e mental dos estudantes e dos professores. Condições adversas provocam aumento da dispersão de atenção, dificuldade de leitura e déficit motivacional, interferem na percepção da fala, aumentam o incômodo e o estresse e levam prejuízos à aprendizagem. Um dos principais problemas encontrados em ambientes escolares relacionados à acústica é a inteligibilidade da fala, que é afetada pelo som residual e pelas reverberações dos ambientes. As condições de conforto acústico nestes ambientes começam com o controle dos níveis externos de pressão sonora que atingem a escola. Além do isolamento acústico adequado, o controle das reflexões faz-se necessário para que se tenha adequada inteligibilidade da palavra. A pesquisa tem como objetivo principal a avaliação do som residual e do tempo de reverberação. O estudo foi realizado no *campus* de Taguatinga do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Para avaliar o ruído externo, foi utilizado o modelo matemático RLS90, que faz a predição dos níveis de pressão sonora a partir do tráfego rodoviário, principal fonte de ruído externo no local. Os níveis preditos foram comparados com os medidos na vizinhança da instituição. O Noise Criteria, parâmetro que avalia o som residual no interior de ambientes, foi avaliado no corredor e em salas de aulas. Além disso, em três salas com diferentes tipologias e volume, foram medidos o tempo e a coloração da reverberação. Os resultados referentes aos níveis de pressão sonora externos foram superiores ao limite estabelecido pela legislação, indicando a ocorrência da contaminação acústica do local pelo tráfego rodoviário. O modelo matemático utilizado para a predição dos níveis de pressão sonora a partir do tráfego rodoviário mostrou-se eficiente com desvio máximo entre os valores preditos e os medidos menores que 1,5 dB(A). O som residual avaliado no interior da instituição apresentou grande diferença em relação aos níveis que atingem a fachada do edifício, indicando que o isolamento acústico entre as áreas internas e externas é eficiente. O Noise Criteria, avaliado do corredor, foi adequado; nas outras salas, foi ligeiramente superior, porém próximo ao limite indicado pela norma legal. Os tempos de reverberação dos três ambientes avaliados, com diferentes volumes, apresentaram valores considerados ótimos. Apesar do bom resultado obtido para o tempo de reverberação, a coloração não teve um comportamento desejável principalmente no regime de altas frequências. Como sugestão de trabalho futuro, tem-se a avaliação da inteligibilidade da fala, que pode ser realizada por meio do método RASTI. A isolação acústica entre diferentes salas e entre salas e corredor também é recomendada.

Palavras-Chave: conforto acústico. Tempo de reverberação. Som residual.

CONHECIMENTOS E CRENÇAS EM AMAMENTAÇÃO DE ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE

Tuanne Hamu Moreira Lima - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
tuannehamumlima@gmail.com
Beatriz de Melo Lima - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
melo.beatrizs@gmail.com
Marina Kohlsdorf - UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

A amamentação é um processo complexo e singular na vida de cada mulher e é perpassada por um conjunto de fatores biológicos, sociais, psicológicos e culturais. Com isso, contém crenças que influenciam o sucesso ou o fracasso do aleitamento exclusivo e são aprendidas culturalmente. Nesse sentido, é dever dos profissionais de saúde orientar as mulheres sobre o que é verdade acerca da amamentação e de sua importância. Sendo assim, leva-se em conta a necessidade de verificar os conhecimentos sobre o aleitamento materno em estudantes do primeiro e do segundo semestres da área de saúde. A metodologia utilizada foi a quantitativa; a pesquisa foi realizada no UniCEUB. Participaram 28 alunos dos cursos de psicologia, fisioterapia, nutrição e enfermagem. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário sobre os conhecimentos e as crenças em amamentação. Os alunos demonstraram ter conhecimento satisfatório sobre a amamentação, levando em conta que estão no início do curso e a maioria deles não é mãe ou pai. Considera-se importante a formação acadêmica que seja capaz de formar profissionais preocupados com a integralidade do processo de amamentação e que possa orientar e informar a mulher de forma adequada para que obtenha sucesso na amamentação, gerando benefícios a ela e ao bebê.

Palavras-Chave: crenças. Aleitamento. Mãe e bebê.

CONTROLE DA QUALIDADE DO AR NO DISTRITO FEDERAL

Gabriela Lima de Alcântara - UniCEUB, PIC IBRAM, aluna voluntária
gabilimaalc9@gmail.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior - UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Lourdes Martins de Morais - colaboradora
lourdes.morais@ibram.df.gov.br

O estudo tem por objetivo coletar dados a respeito da qualidade do ar (material particulado total – PTS, material particulado inalável – MP10 e fumaça preta), no Distrito Federal e analisá-los, acompanhar sua evolução, relacionar seus efeitos com a saúde e apontar a necessidade de tomada de decisões. Tais dados foram obtidos por meio dos resultados da leitura da rede de monitoramento do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), no período de 2013 a 2019. Os efeitos dos poluentes na população foram avaliados por meio do Índice de Qualidade do Ar (IQAR), fórmula matemática desenvolvida para auxiliar a ação dos tomadores de decisão à medida que permite uma avaliação dos locais que necessitam de maior intervenção e da efetividade das medidas adotadas, pois permite a classificação da qualidade do ar em *boa, regular, inadequada, má, péssima* ou *crítica*. Os resultados demonstram a consistência, a necessidade de melhor monitoramento e a urgência na tomada de medidas em locais, como a CIPLAN.

Palavras-Chave: fumaça. Inalação. Material particulado.

CONTROLE DE LUMINOSIDADE COM A UTILIZAÇÃO DA TEORIA FUZZY

Matheus Maia Holanda Lopes - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
matheusmhl@hotmail.com
Gustavo Braga Isoni - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gustavo.isoni@sempreceub.com
William Roberto Malvezzi - UniCEUB, professor orientador
william.malvezzi@ceub.edu.br

A demanda energética cresce de maneira gradativa e constante, com o aumento da população mundial, ao longo dos anos. Com isso, o surgimento de métodos práticos e eficazes de melhoria de equipamentos e processos que utilizam energia elétrica mostra-se como tendência de mercado. Nesse contexto, os dispositivos são projetados com o intuito de realizar atividades no menor tempo possível e gerar produtividade elevada com maior eficácia energética, tendo em vista a necessidade de controle eficiente para que não ocorra perda de desempenho. Entretanto, a busca por resultado com demanda elevada torna a modelagem dos sistemas complexa, e o conhecimento das variáveis envolvidas exige atenção do projetista. A maioria dos componentes eletrônicos utilizam a lógica booleana ou a lógica clássica, que tem suprido, de maneira eficiente, as necessidades de automação e controle. Entretanto, com o objetivo de maximizar a utilização dos recursos, evitando aumentar a complexidade do sistema, este projeto propõe a modelagem de um sistema de controle de luminosidade que utiliza a Teoria Fuzzy. Justifica-se o uso dessa técnica pela vantagem de não ser necessário o conhecimento dos requisitos detalhados dos contextos físicos e matemáticos da planta na qual o controlador será projetado, mas apenas o conhecimento de especialistas da área de domínio do controle para a definição da base de regras. Dessa forma, foi desenvolvido com sucesso um controlador, que, com base na luminosidade natural e ambiente, fornece ao local uma iluminação correspondente, variando conforme a necessidade.

Palavras-Chave: Teoria Fuzzy. Sistema de controle. Luminosidade.

CONVERSÃO DA ENERGIA DAS ONDAS ELETROMAGNÉTICAS ARTIFICIAIS DOS MEIOS URBANOS EM ENERGIA ELÉTRICA

Diogo Fernandes Gomes - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
diogo.fernandes@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldía Díaz - UniCEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

Métodos de fontes alternativas de energias são alvos frequentes de estudos, com o intuito de mitigar as ações prejudiciais das diversas fontes de energias fósseis. Inúmeras tecnologias fazem uso de micro-ondas para estabelecer comunicação entre si. Assim, passam a existir várias fontes de ondas eletromagnéticas irradiadas cotidianamente, no espaço livre, sem utilização eficaz, abrindo espaço para o desenvolvimento de técnicas de colheitas de energia do meio ambiente, do inglês, *energy harvesting*. Nesta pesquisa, foi realizado um projeto que consiste no reaproveitamento de energia eletromagnética dos meios urbanos, denominada *rectenna*, cujo formado é composto por uma antena com um circuito retificador e cujo objetivo é interagir com fenômenos eletromagnéticos para convertê-los em eletricidade. Por fim, foi simulado um sistema de arranjo de dezesseis elementos irradiantes de microfitas retangulares com frequência de ressonância de 2,45 Ghz, no software ADS®, e foram verificados os seus parâmetros fundamentais, tais como ganho, diretividade e eficiência.

Palavras-Chave: *rectenna*. Micro-ondas. *Energy harvesting*.

CORRELAÇÃO ENTRE HORMÔNIOS DA TIREOIDE E ÍNDICES ERITROCITÁRIOS EM PACIENTES DO LABORATÓRIO-ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Jéssica Givoni Felício Papantony - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
jessica.papantony@sempreceub.com
Talita Lacerda de Oliveira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
talita2896@sempreceub.com
Graziela Silveira Araújo Alves - UniCEUB, professora orientadora
graziela.araujo@edu.ceub.br

Disfunções na tireoide podem refletir alterações no organismo e podem estar associadas ao processo de eritropoiese, portanto, indiretamente aos níveis de oxigenação do corpo. Nesse contexto, o objetivo deste estudo é evidenciar a relação entre os níveis de hormônios tireoidianos e os índices eritrocitários em pacientes eutireoideos e com disfunções tireoidianas. Realizou-se um estudo observacional descritivo, baseado na análise de laudos de pacientes atendidos pelo Laboratório-Escola do Centro de Atendimento Comunitário do UniCEUB, em Brasília, DF, durante o período de julho de 2016 a julho de 2018. Foi analisado o total de 1.370 laudos de pacientes divididos em grupos etários e de gênero. Os dados inferenciais foram obtidos mediante testes de correlação de Pearson, teste T para amostras independentes e Qui-Quadrado para comparações de frequência. Observou-se, principalmente, a relação positiva entre os níveis de T4 e HCM em adultos eutireoideos (coeficiente .075, p = 0.045), enquanto jovens eutireoideos mostraram a relação inversa (coeficiente -.196, p = 0.043). Também foi observada a relação negativa entre os níveis de T4 livre e o índice RDW em adultos eutireoideos (coeficiente -.080, p = 0.032) e entre os níveis de T3 livre e o índice RDW em idosos eutireoideos (coeficiente -.104, p = 0.047). Tais achados indicam a influência do T4 livre na captação de hemoglobina pelos eritrócitos, contudo contradizem dados de outros autores, mostrando que os níveis de T4 livre não influenciam a anisocitose, o que pode ser claramente justificado pelo papel metabólico dos hormônios tireoidianos em relação à homeostase de processos fisiológicos vitais. Os dados encontrados neste trabalho podem ajudar a elucidar melhor a ação dos hormônios tireoidianos na regulação da eritropoiese.

Palavras-Chave: hormônios tireoidianos. Eritropoiese. Índices eritrocitários.

DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTO PORTÁTIL PARA AVALIAÇÃO DE DOENÇAS CARDÍACAS E ENVIO DAS INFORMAÇÕES PELA INTERNET

Matheus Soares Nascimento - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
matheus.msn99@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque - UniCEUB, professor orientado
luciano.duque@ceub.edu.br

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como doenças cardiovasculares, neuropsiquiátricas, diabetes, enfermidades respiratórias e câncer, crescem significativamente e causam mortes ou incapacidades na população brasileira e no mundo. No Brasil, são responsáveis por 73,9% dos mortos. As doenças cardiovasculares atingem o coração e os vasos sanguíneos, podem ser geradas por problemas estruturais e coágulos sanguíneos, são as principais causas de mortes por DCNT e são responsáveis por 31,2% das mortes no Brasil. As soluções para o controle e a diminuição das doenças cardiovasculares estão na implantação ou na intensificação de políticas públicas de controle do tabaco, diminuição dos impostos sobre alimentos orgânicos, construção de ciclovias, refeições saudáveis em ambientes escolares e políticas de prevenção e detecção nos estágios iniciais da doença, que pode ser realizada pelo eletrocardiograma, o exame mais recomendado. O objetivo geral desta pesquisa é o estudo da viabilidade e o desenvolvimento de um dispositivo capaz de realizar a captação, o tratamento e a transmissão de dados dos sinais elétricos do coração por meio da internet, para que um médico a distância possa fazer o diagnóstico e permitir que o exame seja executado por outro médico de qualquer especialidade ou um agente de saúde qualificado. O dispositivo tem por finalidade diagnosticar doenças cardíacas a distância, implementando a telemedicina em regiões pobres, visando atender as necessidades médicas das populações desprovidas de recursos e de especialistas. O projeto é dividido em sete etapas: as de um a quatro direcionam-se à aquisição, à filtragem, ao processamento e à transmissão do sinal; as cinco e seis são responsáveis pelo desenvolvimento do *site* e do aplicativo e pela recepção do sinal; a sete realiza os testes comparativos com um dispositivo similar e profissional. O sinal cardíaco chega ao dispositivo, a uma amplitude inferior a 0,01 Vpp (tensão de pico a pico); os estágios de amplificação e filtragem permitem elevar a tensão a uma amplitude operacional, em que um microcontrolador possa ler o sinal entre zero e cinco volts, com baixo ruído, pela qualidade dos estágios de filtros do *hardware*. No microcontrolador, ocorre a filtragem digital e a autocalibração do dispositivo em função da tensão. O sinal é transmitido a um aplicativo Android, em que pode ser visualizado e transmitido pela internet para ser acessado simultaneamente, em um *site*. O equipamento desenvolvido apresentou erros inferiores a 25% e alcançou os objetivos principais da pesquisa, ao desenvolver um dispositivo portátil de baixo custo e de alta qualidade e precisão.

Palavras-Chave: microcontrolador PIC. Eletrocardiógrafo. ECG.

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE ALERTA DA QUALIDADE DE ÁGUA DO LAGO PARANOÁ

José Valter Simplicio de Melo - UniCEUB, PIBITI-CNPq, aluno bolsista
valtimelo.s@hotmail.com
Bruno Collischonn - UniCEUB, professor orientador
collis_79@hotmail.com

O Lago Paranoá é um reservatório artificial fortemente identificado com a cidade de Brasília. O uso múltiplo do lago, que inclui recreação e lazer, geração de energia, diluição de esgotos domésticos e pluviais, passou a incluir, recentemente, o uso para abastecimento humano. Em novembro de 2016, um caso de floração de cianobactérias levou à interdição do uso de parte do lago para pesca e recreação. Nesse âmbito, o desenvolvimento de um modelo integrado de qualidade de água que permita antecipar-se a eventos desse tipo pode mostrar-se muito útil ao poder público. Neste trabalho, partiu-se de um modelo de qualidade de água do lago, desenvolvido em uma pesquisa anterior, e foi feita a integração com dados de drenagem urbana, que não haviam sido considerados e que podem ter papel importante na floração ocorrida. Os resultados indicam que algumas imitações em termos de dados de entrada ainda se apontam cruciais para uma representação mais fiel de eventos como esse, porém permitiram identificar um conjunto de condições de contorno que podem ajudar a identificar, previamente, novo evento do tipo.

Palavras-Chave: qualidade da água. Lago Paranoá. Cargas difusas.

DESENVOLVIMENTO DO TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO NO PUERPÉRIO TARDIO A PARTIR DE FATORES RELACIONADOS AO PARTO EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Stephane Mota Lourenço - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
stephanemotalourenco@gmail.com
Régis Eric Maia Barros - UniCEUB, professor orientador
Régis Eric Maia Barros
Marcelo Costa Cronemberger Marques - colaborador

O ciclo gestacional constitui um evento complexo, que, a depender da resposta adaptativa de cada paciente, pode representar uma experiência tanto positiva quanto negativa e pode levar puérperas a experimentar estresse e depressão, além de ser um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós-Traumático – TEPT. Nesse sentido, realizou-se um estudo individuado, observacional, quantitativo, transversal em um hospital público do Distrito Federal, em duas etapas: a primeira, por meio de entrevista estruturada e análise de prontuários, mediante o Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento, coletados na maternidade; a segunda, pela Escala de Impacto de Evento (IES), obtida por telefone, 42 dias após o parto. Para a análise do impacto das variáveis, foram utilizados os testes de Mann-Whitney, Kruskal-Wallis e Bartlett. A média de idade das pacientes era de 28 anos; a maioria tinha menos de 35 anos (79,57%; n =113), possuía ensino médio (58,16%; n = 82), declarou trabalhar fora (44,29%; n = 62), tinha história de trauma anterior 21,13% (n = 30) e histórico psiquiátrico 16,90% (n = 24). Foi identificada a prevalência de transtorno de estresse pós-traumático de 6,33%, (n =17). Quanto ao parto, 74,45% (n = 102) relataram preferência pelo vaginal; 53,52% (n = 76) tiveram o parto desejado; 47,89% (n = 68) tiveram o parto vaginal; 36,62% (n = 52) fizeram cesárea de emergência; 15,49% (n = 22), cesárea eletiva. Quanto ao uso de medicações durante o trabalho de parto, em 40,85% (n = 58), houve indução do parto; em 51,41% (n = 73), foi utilizada analgesia de parto, em sua maioria raquianestesia (98,55%; n = 68). Das pacientes, 48,59% (n = 69) tiveram alguma intercorrência durante a gestação; 42,25% (n = 60), durante o parto; 48,23% (n = 68) foram acompanhados pelo parceiro; 36,17% (n = 51), por algum membro da família; 14,89% (n = 21) estavam sozinhos; uma paciente (0,71%) estava com uma amiga. A respeito da experiência com o parto, 28,17% (n = 40) alegaram ser muito ruim; 28,87% (n = 41), ruim; 23,94% (n = 34), moderada; 15,49% (n = 22), boa; 3,52% (n = 5) afirmaram que a experiência foi muito boa. A maioria (75,35%; n=107) realizou o pré-natal completo (6 consultas). Foi observada diferença significativa na escala IES em relação à avaliação do parto realizada pelas pacientes, e percebeu-se que pacientes que consideraram o parto ruim tiveram um valor na escala IES maior do que quem considerou o parto bom ou moderado. Entre os fatores que influenciaram, negativamente, a avaliação das gestantes, estão: indução do parto; parto vaginal; cesárea de emergência. Como fator protetor, foi identificado ter o parto desejado ($p < 0,001$). As pacientes que apresentaram avaliações negativas quanto ao parto no puerpério imediato e mediato são um grupo de maior risco para o desenvolvimento de TEPT, assim como as que tiveram parto induzido, passaram pelo trabalho de parto, tiveram

parto vaginal, cesárea de emergência ou não tiveram o plano de parto respeitado.

Palavras-Chave: puerpério. TEPT. Parto.

DETECTA KIDS: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE DISTÚRBIOS CEREBRAIS RELACIONADOS AO DÉFICIT DE ATENÇÃO E À HIPERATIVIDADE EM CRIANÇAS

Luiza Amélia Marques Vinhal de Carvalho - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna bolsista
luiza.amelia@sempreceub.com
Marcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neuropsiquiátrica de alta prevalência na população infantil, caracterizada por sintomas persistentes e persuasivos de desatenção e/ou hiperatividade e impulsividade. Atualmente, seu diagnóstico é fundamentado em observação clínica e pautado, com freqüência, em informações subjetivas, o que promove número exacerbado de diagnósticos incorretos. Existe uma carência de métodos efetivos, não invasivos e de aplicação ambulatorial que permitam avaliar alterações objetivas para triagem e auxílio diagnóstico do TDAH. Este estudo tem como objetivo a seleção de população infantil para posterior análise mais detalhada da atividade elétrica encefálica mediante eletroencefalograma, com a tecnologia Brain Network Activation – BNA. A triagem foi realizada por meio da aplicação de testes cognitivos computadorizados (Teste de Reação Simples, Teste de Reação de Escolha e Teste de Memória Operacional) correlacionados com questionários Strenghts and Difficulties Questionaire – SDQ, SNAP-IV e Questionário Sobre o Comportamento do Sono em crianças, respondidos pelos respectivos pais e/ou professores. Participaram do estudo 245 crianças de duas escolas públicas do Distrito Federal. No entanto, apenas 89 tiveram seus questionários respondidos pelos respectivos pais e/ou professores, possibilitando a análise completa apenas desses indivíduos. Os resultados dos testes computadorizados tiveram correlação significativa com os questionários já validados para a população infantil, o que permite inferir que têm potencial como ferramenta de triagem e auxílio diagnóstico do TDAH, além de auxiliar a elaboração de tratamento multidisciplinar individualizado e permitir a mensuração objetiva da resposta ao tratamento e ao progresso individual. Ademais, os resultados da avaliação permitiram a seleção preliminar de população infantil para posterior análise mais detalhada da função cognitiva, utilizando o BNA, com vistas a detectar prováveis distúrbios, entre eles, o TDAH. Considerando o impacto na vida dos indivíduos portadores do transtorno, a validação de ferramentas que avaliem alterações objetivas relacionadas ao TDAH é de extrema relevância para o diagnóstico precoce e correto. Desta forma, é possível estabelecer o tratamento multidisciplinar adequado, essencial para a aquisição do nível de demandas sociais necessárias à interação, à atuação acadêmica e ocupacional, além da melhora da qualidade de vida individual e familiar.

Palavras-Chave: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Testes cognitivos computadorizados. Brain Network Activation.

DETERMINAÇÃO DE COMPOSTOS FENÓLICOS TOTAIS E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE EXTRATOS DOS VEGETAIS UNHA-DE-GATO, INDIANO OLI-BANUM, *GYMNEMA* SILVESTRE E ALCACHOFRA

Guilherme Feitosa do Nascimento - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
guilherme.feitosa@sempreceub.com
Jéssika Veridiano Dutra - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
j.veridiano@sempreceub.com
Francislete Rodrigues Melo - UniCEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br

O uso de plantas medicinais é quase tão antigo quanto a civilização humana. Esses vegetais contêm substâncias biologicamente ativas, produzem moléculas no combate a enfermidades e apresentam constituintes químicos para o tratamento de doenças. Os compostos fenólicos têm capacidade antioxidante pela ocorrência do grupo hidroxila aromático, que reduz os radicais livres reativos e produz o radical fenoxila estabilizado por ressonância. Este trabalho tem o objetivo de realizar a determinação quantitativa de compostos fenólicos e atividade antioxidante em amostras de droga vegetal feita a partir das plantas unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*), indiano oli-banum (*Boswellia serrata*), *gymnema* (*Gymnema sylvestre*) e alcachofra (*Cynaras colymus*), adquiridas comercialmente no Distrito Federal. Para isso, foram realizados ensaios colorimétricos com extrato etanólico das referidas plantas, para determinar os compostos fenólicos totais – *folin-ciocauteau*. A definição da atividade antioxidante e as curvas padrões foram produzidas com ácido gálico e trolox. As espécies utilizadas na obtenção dos extratos foram adquiridas por meio de parceria com uma empresa de manipulação (drogavet®), na forma de droga vegetal e foram escolhidas baseadas no seu potencial de controle de peso e depressão e em sua possível capacidade de produção de compostos fenólicos que são potentes antioxidantes. Após a realização das curvas padrões, foram feitos teste em triplicatas, com os extratos produzidos das drogas vegetais, das quais se determinaram as quantidades de compostos fenólicos totais e a atividade antioxidante. A planta unha-de-gato mostrou maior atividade antioxidante, enquanto a alcachofra obteve o maior resultado em relação aos compostos fenólicos. Os resultados estimam o teor de compostos fenólicos totais e a atividade antioxidante em seus equivalentes químicos (ácido gálico e trolox); além disso, diferentes compostos fenólicos contribuem, de forma variada, para as leituras.

Palavras-Chave: atividade antioxidante. Plantas medicinais. Compostos fenólicos.

DETERMINAÇÃO DOS COMPOSTOS FENÓLICOS EM EXTRATOS DE PLANTAS MEDICINAIS

Gabrielle Moura Nascimento - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
gabriellemouranasc@gmail.com
Isadora Maia Kavamoto - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
isadorakavamoto@gmail.com
Francislete Rodrigues Melo - UniCEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br
Carlos Alberto da Cruz Júnior - colaborador
carlos.junior@uniceub.br

O trabalho tem como objetivo quantificar os compostos fenólicos e a atividade antioxidante existentes em extratos oriundos de plantas medicinais, como a cáscara sagrada (*Rhamnus purshiana* D.C.) e a carqueja (*Baccharis trimera* (Less.) DC.). A droga vegetal foi obtida em parceria com a DrogaVet® no Distrito Federal. O material vegetal em pó foi pesado e colocado em etanol 70%, em uma proporção de 1:5 m/v. O material foi colocado em agitação por 7 dias, à temperatura ambiente. Os extratos foram utilizados para dosagem de polifenóis pelo método Folin e Ciocalteu. A avaliação quantitativa da atividade antioxidante foi determinada por meio de ensaio, com o método de captura de radical livre – ABTS. Observou-se que o conteúdo de polifenóis foi de 9,17mg/mL em relação à curva feita com ácido gálico como padrão para a cáscara sagrada e de 10,82 mg/mL para a carqueja. Em relação à atividade antioxidante, as amostras apresentaram, respectivamente, valores de 37,02mM e 30,74mM (cáscara sagrada e carqueja) em relação à curva padrão com trolox. Os resultados obtidos por meio das informações coletadas levam a concluir que extratos hidroalcóolicos de cáscara sagrada e carqueja apresentam polifenóis e propriedades antioxidantes similares entre si.

Palavras-Chave: antioxidantes. Compostos fenólicos. Plantas medicinais.

EFEITO DA PROBABILIDADE DE PUNIÇÃO DE RELATOS IMPRECISOS EM SITUAÇÃO DE CORRUPÇÃO

Brunna Mendes Feitosa dos Santos - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
brunna.mendes@sempreceub.com
Carlos Augusto de Medeiros - UniCEUB, professor orientador
carlos.medeiros@ceub.edu.br

A literatura em correspondência verbal demonstra tendência a relatar, de modo distorcido, comportamentos passíveis de punição. O mesmo poderia ocorrer com comportamentos classificados como corruptos ou antiéticos, os quais seriam passíveis de punição por parte de ouvintes que entrassem em contato com relatos acerca disso. Para averiguar, de modo empírico, essa possibilidade, este estudo investigou o efeito da probabilidade de punição sobre o relato de escolhas corruptas ou não corruptas, em um jogo computadorizado de simulação de dilemas cotidianos. Foi desenvolvido um programa de computador especificamente para a coleta de dados do experimento. Participaram da pesquisa cinco estudantes universitários que atuaram no jogo composto de 40 salas com desafios de escolhas corruptas ou vantajosas, ou não corruptas e desvantajosas (fazer), para vencer a disputa. Todas as salas eram seguidas de uma tela com a tarefa de relatar a escolha anterior (dizer). Durante o jogo, foram programadas cinco condições experimentais, duas linhas de base, uma condição de reforço para relatos específicos de escolhas não corruptas e outras duas condições com probabilidade de punição de 50 e 100% para relatos distorcidos. Os resultados mostraram altos níveis de escolhas não corruptas e de relatos correspondentes, o que acarretou pouquíssimo contato dos participantes com as contingências programadas e o controle pelas contingências em vigor. Sendo assim, as probabilidades de punição aplicadas, aparentemente, não exerceram controle sobre os comportamentos de relato dos participantes. Sugerem-se, para novos estudos, situações de escolha forçada para favorecer o controle pelas contingências, assim como o aumento no número de salas.

Palavras-Chave: correspondência verbal. Corrupção. Jogo computadorizado.

EFEITO DO TIPO DE TREINO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES SIMBÓLICAS

Ana Flávia Castro Hosken - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
ana.hosken@sempreceub.com
Bárbara Richter Tranquillini Nery - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
barbara.richter@sempreceub.com
Carlos Augusto de Medeiros - UniCEUB, professor orientador
carlos.medeiros@ceub.edu.br

O comportamento simbólico envolve a emissão de respostas ocasionadas por estímulos arbitrariamente relacionados aos contextos em que essas respostas foram aprendidas. Diversas pesquisas têm investigado as diferenças entre procedimentos de treino em discriminações simples e condicionais para favorecer a ocorrência desse tipo de comportamento. Este estudo tem como objetivo investigar o efeito de treinos em Nome Comum e em MTS, representando discriminações simples e condicionais, respectivamente, sobre a formação de relações simbólicas entre classes que continham três figuras e um nome falado, por meio de testes das propriedades de equivalência e de nomeação. Participaram da pesquisa seis crianças com idades entre 9 e 11 anos, alunas do quinto ano do ensino fundamental, que passaram pelas fases da pesquisa individualmente e foram expostas a ambos os treinos, além de um treino ecóico e um pré-treino geral. Toda a aplicação ocorreu por meio de um *software* de computador, buscando refinar procedimentos de estudos anteriores. Como resultado, foi observado que os treinos em Nome Comum resultaram em melhores desempenhos nos testes, corroborando os dados da literatura e confirmando a hipótese de que esse procedimento seria mais eficaz, considerando sua similaridade com o cotidiano das pessoas, ao aprender novas palavras. No entanto, foram discutidas variáveis que podem ter influenciado os desempenhos nos treinos e nos testes, tais como o procedimento corretivo e a estrutura de ambos os treinos. Além disso, o fato de o desempenho nos testes de nomeação ter sido superior aos testes de transitividade pode contribuir para o debate sobre o papel da nomeação na formação de classes de equivalência, indicando que o estabelecimento de relações simbólicas não consiste em um fenômeno único.

Palavras-Chave: relações de equivalência. Comportamento simbólico. Nome comum.

EFETIVIDADE DE UM PROGRAMA DE EXERCÍCIOS E TREINAMENTO NEUROMUSCULAR PARA PACIENTES COM A SÍNDROME DA DOR PATELO-FEMORAL: ENSAIO CLÍNICO CONTROLADO

Marcos Vinicius da Silva Boitrago - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno bolsista
marcos.boitrago@sempreceub.com
Carlos Henryque Ramos Dantas Ferreira - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno voluntário
carloshenryque@sempreceub.com
Marcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A Síndrome da Dor Patelo-Femoral (SDPF) é uma das lesões mais comuns observadas na prática ortopédica, correspondendo de 25% a 40% das afecções que acometem a articulação do joelho e afetando cerca de 26% da população. Embora estejam presentes em ampla gama de indivíduos, a patologia é prevalente em pessoas mais jovens e ativas, principalmente em mulheres, que são afetadas cerca de duas vezes mais que os homens. A etiologia para desenvolvimento da SDPF é multifatorial e está relacionada com alterações biomecânicas, excesso de atividade física, fraqueza dos músculos do joelho (quadríceps femoral), quadril (glúteo médio e máximo), patela alta e pé pronado. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é verificar os resultados da aplicação de um programa de exercícios resistidos e sensório-motores para o tratamento de pacientes com diagnóstico de SDPF. Foi realizado um ensaio clínico com 20 pacientes do gênero feminino, fisicamente ativas, com a média de idade de 25,8 (±7,4) anos, peso 61,1(±9,7) kg, estatura 163 (±5,5) cm, clinicamente diagnosticadas com SDPF. A pesquisa foi desenvolvida no Hospital Ortopédico de Medicina Especializada - HOME, Centro Universitário de Brasília - UniCEUB e Instituto Trata Joelho e Quadril, DF. As pacientes foram submetidas a 6 semanas de um programa de exercícios resistidos e sensório-motores para os músculos do tronco, abdutores e rotadores laterais de quadril e extensores de joelho. As sessões foram realizadas três vezes por semana (n=18) e tinham por objetivo a melhora da força muscular, da resposta neuromotora, da coordenação e do equilíbrio. Anteriormente e após o período de aplicação do programa, todas as participantes foram avaliadas em relação ao membro lesionado para o nível de dor (EVA), funcionalidade subjetiva (Escala de Atividade de Vida Diária – EAVD e Escala de Atividade Esportiva – EAE), força isométrica máxima dos músculos extensores de joelho, abdutores e rotadores laterais de quadril (dinamometria manual digital) e análise biomecânica 2D, mensurando o valgo dinâmico e a queda da pelve. Os resultados encontrados foram estatisticamente significativos para todas as variáveis ($p<0,0005$). As queixas iniciais de dor diminuíram de 7 para 1 ($p<0,0001$); a classificação funcional para atividades de vida diária aumentou de 55 para 90 ($p<0,0001$), e para atividades esportivas, de 50 para 82,5 ($p<0,0001$); a força muscular aumentou de 25,6 para 35,0 ($p<0,0001$) nos extensores de joelho, 19,1 para 24,8 ($p<0,0001$), nos abdutores de quadril e 9,3 para 11,2 e nos rotadores laterais ($p<0,0001$). A análise biomecânica demonstrou diminuição de 7,5° para 4,0° no valgo dinâmico ($p<0,0001$) e de 4,0° para 2,5° na queda pélvica ($p<0,0001$). Os resultados

encontrados permitem concluir que o programa de tratamento proposto promoveu a melhora da dor e da funcionalidade dos pacientes por meio do aumento da força muscular e da melhora no padrão de movimento da cintura pélvica e dos membros inferiores.

Palavras-Chave: Síndrome da Dor Patelo-Femoral. Articulação do joelho. Músculo esquelético.

ESTUDO DA PREVALÊNCIA DE ANSIEDADE, DEPRESSÃO E ESTRESSE EM UNIVERSITÁRIOS

Flávia Limoeiro Pereira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
flavia.limoeiro@sempreceub.com
Rodinele Silva Ferreira da Cruz Filho - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
rodinele.cruz@sempreceub.com
Vanessa Carvalho Moreira - UniCEUB, professora orientadora
vanessa.moreira@ceub.edu.br

Os índices de depressão, transtorno de ansiedade e estresse mostram-se elevados em toda a população, incluindo os estudantes universitários. Estima-se que entre 15% e 25% dos estudantes universitários apresentem algum tipo de transtorno psiquiátrico durante a sua formação acadêmica, em especial a depressão e os transtornos de ansiedade, que podem levar à redução do rendimento da aprendizagem nas tarefas cotidianas, à baixa autoestima e à insegurança. O objetivo desta pesquisa é determinar a prevalência de transtornos, como ansiedade, depressão e estresse, em universitários. Trata-se de um estudo transversal, analítico e descritivo com a aplicação de questionário sociodemográfico e da Escala de Ansiedade, Depressão e Stresse (EADS-21). Foram avaliados 833 questionários, em que se observou a predominância de universitários do sexo feminino, menores de 30 anos e solteiros. Entre os transtornos estudados, o estresse apresentou a maior prevalência (62,64%). Entre os cursos, os com maior índice dos transtornos psicológicos foram biomedicina, medicina veterinária e enfermagem. Com base nos resultados encontrados, alerta-se para a saúde mental dos estudantes universitários, levantando reflexões sobre as consequências da influência acadêmica na vida dos estudantes e a importância de mais estudos nos diferentes contextos desta temática.

Palavras-Chave: transtornos psicossociais. Saúde mental. EADS-21.

ENTRE A CRÍTICA AO NACIONALISMO E A ÉTICA DA COMPAIXÃO: O PENSAMENTO DE RABINDRANATH TAGORE SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bárbara Ellen Monteiro Barros - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
barbaraellen05@gmail.com
Raphael Spode - UniCEUB, professor orientador
raphael.spode@ceub.edu.br

A pesquisa tem por finalidade estudar uma das várias facetas do renomado poeta indiano Rabindranath Tagore (1861-1941). Nascido em Calcutá, ele é o filho mais novo de Debendranath Tagore e Sarada Devi. Seu pai, conhecido filósofo hindu, foi um dos fundadores do movimento religioso Brahmo Samaj, que propunha uma reforma monoteísta do brahmoísmo. De alma vibrante como o pai, Tagore logo foi reconhecido pelo espírito reformista e pela vasta literatura produzida em incrível multiplicidade de áreas, tais como o romance, a música e a dramaturgia. Pela força poética e espiritual, sua obra despertou, nas sociedades, admiração tanto no oriente como no ocidente. Por essa razão, Tagore foi laureado com o prêmio Nobel de Literatura em 1913, tornando-se o primeiro não europeu a receber a honraria. Apesar de reconhecido, o que poucos sabem é que Tagore foi além das artes poéticas para desenvolver profundo e reflexivo pensamento sobre política internacional. Amigo de personalidades de renome e presença mundial, tais como Gandhi e Einstein, o escritor visitou diversos países para expor sua doutrina pacifista, apresentada numa série de conferências realizadas no Japão, em 1916, que foram reunidas num volume e impressas sob o título *Nationalism*, conforme a primeira edição publicada em língua inglesa, em 1918. É mediante tais conferências que Tagore manifesta sua inclinação política, ao elaborar mordaz crítica ao conceito de nacionalismo. Na curiosa interface entre política, filosofia e espiritualidade, o autor apresenta, além da crítica, uma ética elaborada a partir de uma perspectiva não ocidental da natureza humana, da sociedade e da política internacional. O objetivo geral desta pesquisa é investigar a doutrina e o pensamento de Rabindranath Tagore sobre política internacional, buscando conhecer sua crítica ao conceito de nacionalismo e sua alternativa ética normativa. O estudo foi conduzido por uma análise qualitativa, de acordo com a qual o conhecimento é produzido mediante a leitura de obras literárias e de comentários. Adotou-se o método indutivo, no qual as análises das características dos fenômenos particulares serviram de base a conclusões de caráter genérico. A técnica utilizada para a obtenção dos dados foi a pesquisa bibliográfica mediante documentação indireta.

Palavras-Chave: pós-colonialismo. Pensamento não ocidental. Teoria das Relações Internacionais.

ESTILO PARENTAL EM DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Mayara Haruka Sabio Ninomiya - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
mayara.haruka@sempreceub.com
Simone Cerqueira da Silva - UniCEUB, professora orientadora
simone.cerqueira@ceub.edu.br

As práticas parentais são estratégias nas quais os pais utilizam para atingir objetivos específicos, e o estilo parental é o conjunto dessas práticas. Assim, o padrão global das características presentes na relação dos pais com os filhos pode diferenciar-se de quatro maneiras: *autoritativo*, autoritário, negligente e indulgente. Sabendo da importância que a relação familiar tem sobre a vida da criança e que é a família o principal contexto de desenvolvimento, este estudo tem como objetivo identificar o estilo parental predominante e suas repercussões em diferentes configurações familiares, na perspectiva dos genitores e das crianças atendidas em uma clínica escola de psicologia. A coleta de dados foi realizada pela análise de 40 prontuários de crianças em atendimento psicológico na Clínica Escola de Psicologia do UniCEUB/ CENFOR. Os prontuários analisados correspondiam a 74 participantes, sendo 26 mães, 9 pais e 39 crianças com as seguintes configurações familiares: tradicional, separado e outros (recasados, extensiva e adotiva). A pesquisa é de cunho quantitativo. Foi feita a análise do Inventário de Estilos Parentais (IEP), identificando, assim, o estilo parental e as práticas educativas parentais: estilo parental ótimo; estilo parental regular acima da média; estilo parental regular abaixo da média; estilo parental de risco. Os resultados mostraram que, entre as diferentes configurações familiares, o estilo parental predominante foi o de risco. Enquanto, nas práticas parentais, os estilos pró-sociais obtiveram bons resultados, as práticas antissociais (negativas) apresentaram índices preocupantes, sobrepondo-se aos das práticas positivas. Entre os estilos identificados nas autoavaliações e nas avaliações das crianças referentes aos seus genitores, foi identificado o estilo parental de risco na autoavaliação da mãe e na avaliação da criança referente à mãe e ao pai; na autoavaliação do pai, o estilo predominante foi o regular abaixo da média. Portanto, diante dos dados obtidos, foi possível identificar alta presença de práticas coercitivas, as quais promovem modificação imediata no comportamento da criança, mediante a relação de poder autoritário.

Palavras-Chave: estilo parental. Estratégias. Configuração familiar.

ESTRATÉGIAS DE APLICAÇÃO DO EXERCÍCIO RESISTIDO NO PÓS-OPERATÓRIO DO LCA CONTRALATERAL

João Pedro de Oliveira Carvalho - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno bolsista
jotacarvalho19@sempreceub.com
Renata Nunes lima - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna voluntária
renata.nlima@sempreceub.com
Marcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Buscou-se, por meio deste trabalho, analisar se a utilização do exercício resistido isotônico unilateral é mais efetivo do que a forma bilateral na obtenção de maiores níveis de simetria do desempenho muscular entre o membro doador e o receptor, durante tratamento fisioterapêutico na fase pós-operatória do LCA contralateral. Foi realizado um estudo clínico randomizado, cego com 88 pacientes divididos em grupos de controle (N=44) e de intervenção (N=44). Os indivíduos eram de ambos os gêneros, praticantes de esportes em nível recreativo e encontravam-se ao final do 3° mês de tratamento pós-operatório. Os participantes foram divididos em dois grupos e submetidos a um programa de oito semanas de exercícios resistidos. O de controle realizou um programa convencional de exercícios bilaterais. O de intervenção adotou conduta alternativa com a realização de exercícios unilaterais. Anteriormente e ao final do período de intervenção, todos os indivíduos foram avaliados quanto à presença de sinais inflamatórios, à amplitude de movimento, à estabilidade articular objetiva (KT-1000TM), ao desempenho muscular (pico de torque e relação entre isquiotibiais e quadríceps a 60°/s), à funcionalidade objetiva (Single Leg Hop Test e Y Balance Test) e subjetiva (Questionário de Lysholm e Escala de Atividades de Vida Diária). Ambos os grupos evoluíram com a intervenção, principalmente em relação à perimetria, à amplitude de movimento de flexão, ao Y Balance Test na direção anterior, à estabilidade articular objetiva e aos questionários funcionais. Embora ambos apresentassem evolução, observou-se predominância do grupo de intervenção (unilateral) em relação ao grupo de controle (bilateral). Conclui-se que a utilização do exercício resistido isotônico unilateral é mais efetivo que a forma bilateral na obtenção de maior nível de simetria do desempenho muscular entre o membro doador e o receptor, durante a fase pós-operatória da reabilitação fisioterapêutica do LCA contralateral.

Palavras-Chave: Ligamento Cruzado Anterior. Treinamento de resistência. Traumatismo em atletas.

ESTRUTURA E DINÂMICA FAMILIAR DE UM FILHO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Júlia Ribeiro Portella Nunes - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
julia.nunes@sempreceub.com
Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher Maluschke - UniCEUB, professora orientadora
julia.bucher@ceub.edu.br

Esta pesquisa realizou-se por meio de um estudo de caso, com uma família inserida na rede APAE, DF e tem como objetivo geral compreender a estrutura e a dinâmica de uma família com um filho deficiente intelectual. Assim, conheceram-se as expectativas da família sobre o cuidado do filho deficiente e a rotina dos indivíduos inseridos no contexto da deficiência; identificaram-se as estratégias de cuidado na relação fraterna delegadas pelos pais; caracterizou-se o ciclo vital de desenvolvimento do deficiente. A metodologia delineada é de caráter qualitativo, com análise descritiva e exploratória. Foram utilizados os seguintes instrumentos: escala das interações entre os irmãos, entrevista semiestruturada, inventário de rotinas, genograma, ecomapa e ciclo de vida da família. Os procedimentos estabelecidos para a execução do trabalho foram: combinar um horário acessível com a família para realizar o encontro; explicar o trabalho; entregar o TCLE; aplicar o questionário sociodemográfico; realizar a entrevista semiestruturada e a sua gravação. Foi entregue o questionário sobre a relação dos irmãos aos pais e aos irmãos, além do inventário de rotina do irmão deficiente aos irmãos de desenvolvimento típico. Em seguida, a entrevista foi transcrita, e o genograma, o ecomapa e o ciclo da vida foram organizados. Os resultados demonstraram a importância da família em ter uma relação aberta para diálogo, estimular o desenvolvimento do filho deficiente intelectual, visando à sua autonomia e ter o cuidado com o planejamento.

Palavras-Chave: família. Deficiência. Relações.

ESTUDO DA APLICAÇÃO DE NANOSSÍLICA COLOIDAL AOS MATERIAIS CIMENTÍCIOS

Wagner Serpa Porto - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
vagner.psilva@hotmail.com
Ana Laura Ulhôa Gonçalves - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
analauraulhoa@hotmail.com
Elis Regina Lima Siqueira - UniCEUB, professora orientadora
elis.siqueira@ceub.edu.br
Millena Amaral - colaboradora
miiikaw0701@gmail.com
Gabriella Martins de Santana de Oliveira - colaborador
gabriella.martins@sempreceub.com
Joel Lucas Jesus Trindade - colaborador
joelucasjoel@gmail.com

A corrosão dos vergalhões de aço está entre as principais patologias relativas ao concreto e é resultante da ação de agentes agressivos com entrada facilitada na superfície metálica, pela porosidade do material, gerando o rompimento e o enfraquecimento das armaduras. A adição de sílica em nanoescalas e microescalas ao cimento pode elevar seu desempenho e agregar valor ao produto final do concreto, aumentando, consideravelmente, sua resistência mecânica e reduzindo sua porosidade. Utilizar esse elemento é uma das formas de estimular a hidratação do cimento, gerando maior densidade da matriz da pasta cimentícia, aumentando a resistência e a durabilidade de concretos, argamassas e pastas. Associada à densidade do material, está a redução da porosidade, que contribui para a diminuição da corrosão dos vergalhões de aço e a formação de fissuras, o que também promove aumento da vida útil da estrutura, criando um material denso e possível de ser aplicado com mais segurança. O objetivo deste trabalho é avaliar as alterações do concreto sob ação das partículas de sílica ativa e nanossílica quando comparadas ao concreto sem adições, determinando a resistência à compressão axial e diametral e o índice de absorção de água. Todos os procedimentos realizados atenderam às normas NBR 7222:2011, NBR 7215:1997, NBR 9778:2005 e NBR 6118:2014. Os resultados encontrados foram consideravelmente satisfatórios, comparados ao grupo de controle, e tornam-se uma alternativa para produzir concretos com elevadas propriedades mecânicas, gerando segurança e durabilidade, além de contribuir, positivamente, no setor ecológico, visto que a sílica é um material proveniente de reaproveitamento de resíduos industriais.

Palavras-Chave: concreto. Nanotecnologia. Resistência.

ESTUDO DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA FIFA 11+, VERSÃO PARA ÁRBITROS: UMA REABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA

Aline Lamounier Gonçalves - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna bolsista
aline.lamounier@sempreceub.com
Gabriel Xavier Ramalho - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno voluntário
gabriel.xavier@sempreceub.com
Márcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

O futebol é um dos esportes mais populares do mundo. Em 2006, um levantamento oficial da FIFA revelou o envolvimento de 270 milhões de pessoas com o futebol, sendo 840 mil árbitros e seus assistentes, peças-chave na partida. Por exigir grande esforço físico, a prática do futebol inclui riscos inerentes de lesão, também aplicados aos árbitros. Há equívoca percepção de que o árbitro seja menos suscetível a lesões quando comparado a atletas de alto rendimento. Nesse escopo, observa-se a importância epidemiológica do tema, ao evidenciar-se que 40% dos árbitros revelaram já ter apresentado lesões de diferentes tipos durante a carreira. Apesar dessa alarmante incidência, há escassos trabalhos sobre o tema. A fim de proporcionar maior atenção a esses profissionais que exercem célebre papel decisório nas partidas, a FIFA criou o programa de prevenção, o FIFA +11, versão para árbitros, com o intuito de reduzir a incidência de danos nesse grupo. O objetivo deste trabalho é avaliar o impacto desse programa na incidência de lesões e seu tempo de recuperação no grupo que sofreu intervenção, além de descrever as características epidemiológicas dos árbitros estudados. Trata-se de um estudo prospectivo e intervencionista com árbitros e assistentes brasileiros, durante o período de junho de 2015 a abril de 2016, em que, primeiro, aplicou-se um questionário para obter os dados epidemiológicos; em seguida, os árbitros brasilienses foram submetidos ao programa de prevenção por 8 meses. Foram estudados 66 árbitros e assistentes de ambos os sexos, sendo 22 do Distrito Federal (grupo brasiliense), sendo 3 mulheres, e 46 de outros estados (grupo nacional), sendo 9 mulheres. Constatou-se que o grupo brasiliense é composto por pessoas mais jovens, com média de 30 anos, em comparação à média de 36 anos do grupo nacional, refletindo-se, expressivamente, na comparação do tempo de atuação dos grupos, sendo de 5,86 anos no primeiro e de 11,78 anos no segundo. As lesões ocorreram principalmente durante os jogos, em 62,5 % das vezes no grupo do DF e 76,47% no nacional. O tipo de lesão com maior incidência, tanto no grupo do DF quanto no nacional, foi a distensão muscular (37,5% e 44,12%, respectivamente), seguida pela entorse no primeiro grupo e pela tendinopatia no segundo grupo. Foi relatada a ocorrência de lesões prévias por 73,91% do grupo nacional em comparação a 36,36% do grupo brasiliense. Porém, o tempo de recuperação do primeiro foi mais rápido, 34,3 dias, do que o do segundo, 63 dias. Após a intervenção, notou-se a redução de 37,5% das lesões no grupo que sofreu a intervenção, assim como o tempo de recuperação foi reduzido em 52%, durante o período de intervenção. Pode-se concluir que o programa FIFA 11+, versão para árbitros tem ampla aplicabilidade e evidente eficiência, demonstrando pactuado impacto na prevenção de lesões dos árbitros que praticaram o treinamento.

Palavras-Chave: árbitro. Futebol. Prevenção.

EXPRESSÃO DA GLICOPROTEÍNA DO VÍRUS *CHIKUNGUNYA* EM CÉLULAS DE INSETOS VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO E/OU VACINA

Mariana Batista Caixeta Ferreira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
mariana.bf@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima - UniCEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Bergmann Morais Ribeiro - colaborador
bergmann@unb.br
Leonardo Assis da Silva - colaborador
leocbq@yahoo.com.br

Os mosquitos *Aedes* são vetores importantes para doenças emergentes causadas por arbovírus, como o *chikungunya*. As principais espécies transmissoras desses vírus são *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, presentes em áreas climáticas tropicais e temperadas. O vírus *chikungunya* é um patógeno artritogênico transmitido por mosquito, classificado como um alfavírus da família *Togaviridae*, com um envelope de RNA de cadeia simples, como ácidos nucleicos. De acordo com o Ministério da Saúde, há o aumento na incidência de doenças tropicais negligenciadas emergentes e reemergentes causadas por esse vírus. Agências brasileiras responsáveis demonstram grande preocupação com todos os dados epidemiológicos recentes, uma vez que não há tratamento específico disponível ou vacina para programas públicos de imunização. Dessa forma, este projeto tem como objetivo expressar proteínas do vírus CHIKV, utilizando o baculovírus, com intuito de obter antígenos para testes imunológicos. Após a síntese de oligonucleotídeos específicos para a região de interesse do vírus *chikungunya*, analisou-se a expressão dos epítopos de proteínas do vírus, que foram fundidos à proteína poliedrina do baculovírus. Em seguida, foi construído um baculovírus recombinante, contendo os epítopos do vírus *chikungunya*. A confirmação deu-se por sequenciamento. Por fim, examinou-se a expressão da proteína de interesse por *western blot*, e realizaram-se testes preliminares para verificar possível reação cruzada entre outros arbovírus. O vírus recombinante construído com os genes E2 e NSP3 foi utilizado para infectar células de inseto (Tn5B) para a expressão da proteína recombinante com a estratégia *bac-to-bac*. Analisou-se a proteína por SDS-PAGE, detectada por *western blot*, e confirmou-se a sua expressão com o tamanho esperado de 37 kDa. Um ensaio único de ELISA apontou que não houve reação cruzada com outros arbovírus, sendo necessárias mais repetições de ensaios imunoenzimáticos. As regiões do gene E2 e NSP3 do *chikungunya* já foram expressas em estudos anteriores, no entanto nenhum deles utilizou as mesmas regiões antigênicas como repetições descritas neste trabalho, as quais apresentaram significativa expressão em células de inseto, reconhecidas por antissoro contra as propriedades imunogênicas do vírus *chikungunya*. Os resultados indicam que a estratégia é promissora, pois as regiões imunogênicas específicas do vírus *chikungunya* poderiam ser utilizadas para produzir um *kit* de diagnóstico e ter outras aplicações biotecnológicas, como auxiliar a criação de potencial vacina subunitária.

Palavras-chave: Baculovírus. Expressão de proteínas heterólogas. *Chikungunya*.

FATORES ASSOCIADOS ÀS FRATURAS DE QUADRIL E À INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE EM IDOSOS ASSISTIDOS NO DISTRITO FEDERAL

Natália Mariana Diógenes Silva de Albuquerque - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
nmdsalbuquerque@gmail.com
Amanda Cristina Souza - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
amandacrissouza1@gmail.com
Viviane Cristina Uliana Peterle - UniCEUB, professora orientadora
viviane.peterle@ceub.edu.br
Maria Rita Carvalho Garbi Novaes - colaboradora
ritanovaes2@gmail.com
João Carlos Geber Júnior - colaborador
geberjunior@gmail.com
Fabio Ferreira Amorim - colaborador
ffamorim@gmail.com

A osteoporose é uma desordem esquelética que aumenta o risco de fraturas em idosos, com destaque para as de fêmur provocadas por queda, que é o acidente com maior frequência, e suas complicações são a principal causa de morte em indivíduos com mais de 60 anos. O objetivo deste estudo é descrever as associações e as correlações entre a fratura por queda em idosos e a mortalidade intra-hospitalar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa, analítica, do tipo coorte e retrospectiva após a aprovação do CEP/CONEP, em um hospital público de Brasília, Distrito Federal. Foram incluídos pacientes: internados na enfermaria de Ortopedia do Hospital, no período de janeiro de 2010 a janeiro de 2018; com diagnóstico de queda da própria altura ou menos (trauma de baixa energia) devidamente registrado em prontuário no momento da admissão; com idade superior a 60 anos de idade; concordantes em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram excluídos pacientes: com fraturas patológicas por neoplasia óssea, mieloma múltiplo ou doença de Paget; cujos registros de admissão estejam incompletos ou sem fundamentação que permitam identificar a causa do evento. A identificação e a descrição das variáveis foram realizadas por prontuário eletrônico *track-care*. Cada um foi analisado individualmente e sequencialmente, e, a partir disso, foram selecionadas as variáveis de interesse ao estudo, e foi realizada a transcrição para um banco de dados para posterior análise estatística. Os pacientes foram classificados em dois grupos (mortalidade e não mortalidade), e foi feita a regressão logística com ajuste para idade, com cada variável, para estimar o risco relativo de associação à mortalidade. O número total de pacientes avaliados foi 405 no período de 2010 a 2018. Foi predominante o sexo feminino (64,93%), o que pode ser explicado pelo fato de as mulheres terem maior expectativa de vida e o perfil compatível de fraturas por fragilidade óssea. A fratura trocantérica (50,61%) foi predominante, e, na avaliação de risco cirúrgico, mais da metade dos pacientes foi considerada de moderado a alto risco. O tratamento de escolha, na maioria dos casos de fratura de fêmur, é cirúrgico. Na pesquisa, foram 77,28% dos pacientes submetidos a esse procedimento. Pacientes mais idosos com maior risco de comorbidades pré-operatórias e pacientes com complicações pós-operatórias possuem maior risco de

mortalidade. A principal intervenção cirúrgica foi a osteossíntese (55,59%), e a taxa de mortalidade no período intra-hospitalar é 19,50%. A fratura de quadril deve receber atenção especial das autoridades e dos serviços de saúde, por apresentar três grandes prejuízos: o individual; o familiar; o social. Dessa forma, as melhores medidas a ser implementadas são reduzir os riscos de queda por meio de medidas básicas de segurança do idoso, fiscalizar a capacidade do autocuidado desse indivíduo e fiscalizar o trabalho dos cuidadores e da família.

Palavras-Chave: fratura. Idoso. Mortalidade.

IMAGINÁRIOS DA GUERRA GRANDE: REPRESENTAÇÕES DA GUERRA DO PARAGUAI NAS ILUSTRAÇÕES DA REVISTA CARIOCA *SEMANA ILUSTRADA* (1865-1870)

Cleudon Paulo Carvalho Júnior - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
cleudoncarvalhoj@sempreceub.com
Frederico Castilho Tomé - UniCEUB, professor orientador
frederico.tome@ceub.edu.br

Este trabalho apresenta a história contada de forma imagética, cujo objeto são as charges contidas nos periódicos *Semana Ilustrada*, do Rio de Janeiro, e *El Centinela, periodico serio y jocoso*. Além disso, dá-se atenção especial à historiografia. Bibliografias foram escolhidas para criar o resultado final comparado e gerar uma história sobre a Guerra do Paraguai. O objetivo é apresentar breve história sobre a imprensa brasileira e criar uma história nova sobre a Guerra do Paraguai, a Guerra Grande, contada pela historiografia e, principalmente, pelas charges.

Palavras-Chave: Guerra do Paraguai. Imprensa. Charge.

INFECÇÃO EM PACIENTES DIALÍTICOS

Carolina Alencar Ferreira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
calencarferreira@gmail.com
Amanda Luíza Aguiar Taquary Alvarenga - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
amandaluiza.at@gmail.com
Joana D'Arc Gonçalves da Silva - UniCEUB, professora orientadora
joana.silva@ceub.edu.br

A Doença Renal Crônica (DRC) tem fatores de risco frequentes entre a população brasileira e mundial, como a diabetes *mellitus*, a hipertensão arterial, o tabagismo e a obesidade. Nos últimos anos, o número de pacientes em falência renal aumentou, fazendo que mais pessoas necessitem do serviço de hemodiálise, o que diminui a qualidade de vida e expõe os pacientes a diferentes intercorrências, como infecções associadas ao cateter ou à bacteremia. Essa condição pode estar relacionada ao não cumprimento às normas para controle de infecção da ANVISA e ao mau uso dos cateteres para acessos venosos. Assim, realizou-se pesquisa transversal, qualitativa e quantitativa, com análise de fichas do Centro de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), as quais obtinham informações anônimas, extraídas dos prontuários e dos exames laboratoriais de pacientes internados na Unidade de Hemodiálise do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) e acompanhados durante todo o período de internação, entre janeiro e dezembro de 2018. O objetivo principal deste trabalho é identificar os pacientes em hemodiálise que desenvolveram infecção e investigar os principais fatores associados à ocorrência de bacteremia em pacientes dialíticos, apontando os principais agentes etiológicos das infecções. Porém, o número da amostra colhida em um ano foi insuficiente, fazendo que a pesquisa precise de mais tempo para obter o resultado desejado. As infecções relacionadas à hemodiálise são facilmente evitadas, e o cumprimento às normas da vigilância sanitária faz-se essencial.

Palavras-Chave: hemodiálise. Bacteremia. Doença Renal Crônica.

INFLUÊNCIA DA BR-020 NO COMPORTAMENTO E TERRITORIALIDADE DE *VOLATINIA JACARINA*

Vinícius Rozendo Vianna - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
vinicius.vianna@sempreceub.com
Raphael Igor Dias - UniCEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

Modificações antrópicas podem promover alterações comportamentais em aves. A presença de rodovias causa uma série de efeitos negativos à fauna. O tiziu (*Volatinia jacarina*) é uma ave *thraupídeo* neotropical, granívora, migratória e apresenta uma sequência de características que diferenciam os sexos durante a estação reprodutiva. Estudos prévios mostram que se trata de uma espécie sujeita a atropelamentos em rodovias. O objetivo deste trabalho é avaliar a influência da rodovia BR-020 em diferentes aspectos biológicos da espécie *Volatinia jacarina*. Para isso, testaram-se as seguintes hipóteses: a frequência de atropelamento é maior para machos de tiziu em razão de seu comportamento reprodutivo; aspectos comportamentais e territoriais dos machos são afetados pela distância da rodovia; aspectos reprodutivos da espécie são afetados pela distância da rodovia; a condição dos indivíduos influencia a ocupação territorial ao longo da rodovia. O trecho de 10 km da BR-020 que contorna a Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE) foi divido em 10 transectos de 1 km cada um. Semanalmente, os indivíduos foram capturados em redes de neblina, marcados com uma combinação única de anilhas e medidos, e foi coletada a retriz direita mais externa de cada indivíduo para análise de ptilocronologia. Os trechos foram monitorados semanalmente, a pé, para quantificar os atropelamentos. Para cada carcaça encontrada, foram registrados menor nível taxonômico do espécime, sexo, latitude e longitude e data de registro. Durante as estações reprodutivas de 2017 e 2018 a 2018 e 2019, os territórios dos machos foram localizados e mapeados, e foram feitas observações focais de 20 minutos cada uma. Durante as observações, foram registradas a taxa de *display* e a de defesa territorial, e foram marcados os pontos de execução de *displays* e os de interações agonísticas. A área defendida foi calculada com o método do mínimo polígono convexo. Por fim, foi registrada a distância do centro da área defendida em relação à rodovia, e foram feitas buscas ativas pelos ninhos, durante as estações reprodutivas. Para os ninhos encontrados, foram anotadas as variáveis: situação, quantidade de ovos, quantidade de filhotes, aspectos dos filhotes e distância do ninho até a rodovia. Observou-se que a distância até a rodovia apresenta um efeito negativo para a espécie *Volatinia jacarina*. Os machos são mais atropelados do que as fêmeas e apresentam menores territórios quando mais próximos da rodovia. As fêmeas localizadas em territórios mais próximos da rodovia produziram menos ovos. Indivíduos em piores condições encontram-se em áreas com maiores taxas de atropelamento. Aves de vegetação campestre apresentam sensibilidade diante da presença de rodovias. Diversas condições ecológicas afetam, direta e indiretamente, o comportamento dos indivíduos que nidificam em habitats próximos a rodovias, e os efeitos são, em sua maioria, danosos à espécie.

Palavras-Chave: atropelamento. Reprodução. Seleção de habitat.

INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA VERTICAL DA VEGETAÇÃO NO USO DE HABITATS EM ESPÉCIES DE MORCEGOS (*MAMMALIA, CHIROPTERA*) EM ÁREA DO CERRADO NO DISTRITO FEDERAL

Lucas dos Santos de Souza - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
lucasantos1bio@gmail.com
Fabrício Escarlate Tavares - UniCEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

Este estudo tem como objetivo avaliar a influência da estratificação vertical relacionada aos padrões de vôo em um fragmento da reserva ecológica do Roncador, RECOR/IBGE, por meio de redes-de-neblina, montadas em diferentes alturas, em áreas com predomínio de vegetação típica do Cerrado. Foram capturados 49 indivíduos de duas espécies pertencentes à família *phyllostomidae*. O estudo evidencia elevada preferência de ambas as espécies pelo sub-bosque e leve preferência pelo voo na área coberta pela vegetação do Cerrado. *Glossophaga soricina* foi a espécie que apresentou maior taxa de captura, correspondendo a 59,19%. A exclusividade dessas duas espécies nas capturas é um indicativo de que as áreas estudadas sofrem efeitos da ação da ocupação humana no entorno, pois a ocorrência dessas espécies é comumente associada a áreas impactadas ou áreas de borda.

Palavras-Chave: estratificação vertical. Uso do habitat. Padrões de deslocamento.

INFLUÊNCIA DA OZONIOTERAPIA NA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS DO PÉ DIABÉTICO

Stefane Mariano Rego Crispim - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
stefane.mariano@sempreceub.com
Maria Luíza Pereira Rodrigues - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
maria.lr@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota - UniCEUB, professor orientador
marcio.mota@ceub.edu.br

A úlcera do pé diabético é uma das complicações de diabetes *mellitus* que ocorre por causas multifatoriais. A abordagem multidisciplinar e multiprofissional do paciente com pé diabético é recomendada, pois a afecção tem alta prevalência, e as ações de prevenção e controle das lesões são potencialmente eficazes. Há crescente interesse da comunidade científica e boa aceitação do tratamento com ozônio pelas revistas acadêmicas, apesar de o número de pesquisas acerca do assunto não ser amplo. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é avaliar a influência da ozonioterapia em pacientes com feridas do pé diabético. Tratou-se de revisão de literatura acerca da terapia com ozônio para tratamento de ferida do pé diabético. Foram utilizados os termos *ozônio*, *ozonioterapia*, *ozonização*, *pé diabético*, *úlcera do pé diabético*, além das traduções para o inglês: *ozone, ozonetherapy, diabetic foot, diabetic foot ulcer*. Foram consultadas as bases acadêmicas PubMed, Scielo, Lilacs e EBSCOhost. Há casos em que o tratamento convencional para feridas é ineficiente pela multiplicação de bactérias resistentes. Para feridas infectadas, primeiramente, pode-se empregar o ozônio como desinfetante, pois o gás é tanto bactericida como fungicida, além de obter-se uma ferida livre de patógenos; posteriormente, podem-se aplicar doses baixas da mistura gasosa oxigênio-ozônio para acelerar a cicatrização da lesão. Entre as formas de tratamento com ozônio, estão a utilização de óleo ozonizado sobre a ferida e a aplicação local de uma mistura dos gases ozônio e oxigênio diretamente sobre a úlcera. Além disso, o ozônio funciona bem quando insuflado em microambiente controlado, em saco plástico, por exemplo. A ozonização, quando comparada ao uso de antibióticos convencionais, pode reduzir o tamanho das lesões e abreviar o tempo de internação dos pacientes, mas, aparentemente, não promove a cura total da úlcera nem reduz o número de complicações. Há crescente interesse pela comunidade científica e boa aceitação do tratamento com ozônio pelas revistas acadêmicas, apesar de o número de pesquisas acerca do assunto não ser grande. Haja vista a impossibilidade de acompanhar, longitudinalmente, pacientes portadores de úlcera do pé diabético durante pelo menos 12 semanas, conforme constava no projeto original, apresentou-se a revisão de literatura acerca do tratamento de úlcera do pé diabético com ozônio e a discussão de suas diversas modalidades. O projeto será revisto e readequado para contemplar os objetivos propostos inicialmente, na linha de pesquisa com ozonioterapia, pois evidenciou-se o potencial adjuvante do ozônio no tratamento de úlceras do pé diabético.

Palavras-Chave: ozonioterapia. Pé diabético. Polineuropatia diabética.

INFLUÊNCIA DA SUBSTITUIÇÃO DE CIMENTO POR PENTÓXIDO DE NIÓBIO NA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS

Kamirã Barbosa Ribeiro - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
kamira.br@sempreceub.com
Maria José de Souza Serafim - UniCEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br
Thales Martins Andrade - colaborador
thales.andrade@hotmail.com

A incorporação de Materiais Cimentícios Suplementares (MCS) nos cimentos contribui, de várias maneiras, para melhorias na resistência, na impermeabilidade, na durabilidade do material e de concretos com elevado desempenho. Por outro lado, observa-se a necessidade de estudos direcionados à geração de aplicações tecnológicas a novos materiais, como os compostos de nióbio, diante da sua grande disponibilidade no Brasil. É evidente que o desenvolvimento de tecnologias que utilizem esse elemento e seus compostos é crucial para melhor aproveitamento e valorização dessa reserva do país. Neste contexto, este trabalho investiga a influência da adição de diferentes teores de óxido de nióbio(V) anidro e hidratado em argamassas preparadas com cimento Portland, os efeitos causados pela associação desses materiais nas misturas cimentícias e sua relação com as propriedades de resistência mecânica em variadas idades. Para isso, prepararam-se argamassas com adição de diferentes teores de óxido de nióbio(V) anidro e hidratado, e avaliou-se o desenvolvimento da resistência à compressão da cada argamassa até os 28 dias, de acordo com a NBR 7215. Os resultados de resistência aumentaram nas idades de 1, 3 e 7 dias para o traço de 1% do óxido hidratado, sendo o resultado com 7 dias maior que a referência. Para o teor de 3% do óxido hidratado, o maior resultado da resistência ocorreu aos 28 dias. O óxido anidro apresentou maiores resultados nas propriedades mecânicas, nos teores de 1 e 10%, aos 28 dias de idade, porém todos menores que a referência. Estes resultados eram esperados, pois, com o aumento da idade, aumenta a resistência das argamassas. De forma geral, a maior resistência ocorre na maior idade.

Palavras-Chave: argamassa. Óxido de nióbio. Resistência à compressão.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE LIDERANÇAS UNIVERSITÁRIAS E EMPRESARIAIS

Abner Santos Belém - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
abner.belem@sempreceub.com
Raphael Henrique de Fernandes Matos - UniCEUB, professor orientador
raphael.matos@ceub.edu.br

A relação entre o mercado de trabalho e a universidade é contexto de grandes discussões na atualidade. Discentes buscam aprimorar sua experiência acadêmica, desenvolvendo e aperfeiçoando conhecimentos que se tornam habilidades no ambiente organizacional, com a intenção de facilitar seu acesso ao mercado de trabalho. Para isso, atributos, como inteligência emocional e liderança, são essenciais para a formação do universitário, pois são competências que alcançam o mundo empresarial. Com o propósito de entender as relações entre formas de liderança e inteligência emocional nas universidades e nas empresas, este estudo tem o foco em responder à questão sobre qual é a relação entre a inteligência emocional desenvolvida na academia e a praticada por líderes nas empresas privadas da associação comercial de Ceilândia. A solução para esse questionamento baseia-se em três objetivos específicos: identificar habilidades de inteligência emocional em grupos de universitários; observar lideranças do setor de produtos e serviços da associação comercial de Ceilândia; comparar as competências de lideranças universitárias e as de gestores atuantes no mercado, por meio da inteligência emocional. Assim, utilizou-se a metodologia de caráter qualitativa e descritiva, em que foram feitas entrevistas individuais com gestores de três empresas integrantes da associação comercial de Ceilândia, e criou-se um grupo focal com seis alunos universitários, graduandos em administração de empresas, de três instituições de ensino superior do DF (UnB, UCB e UniCEUB), com a intenção de criar um discurso coletivo e relacioná-lo com as falas individuais dos gestores. Após a análise dos discursos, desenvolveram-se quadros de relações entre as opiniões dos gestores e as dos universitários sobre o tema, e constatou-se a relação de grande semelhança entre a inteligência emocional desenvolvida na academia e a praticada pelos líderes nas empresas privadas da associação comercial de Ceilândia. Portanto, atingiram-se os objetivos do estudo, e respondeu-se ao problema de pesquisa.

Palavras-Chave: inteligência emocional. Liderança. Gestores.

INVESTIGAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DE ANTIMICROBIANOS DE USO RESTRITO NA EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA

Cláudio Lísias Bontempo Júnior - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
claudio.bontempo@sempreceub.com
Caio Yan Estrela Coelho - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
caio.coelho@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

O advento dos antibióticos promoveu, inicialmente, grande alívio aos profissionais da saúde, que passaram a ter poderoso aliado contra as diversas infecções. No entanto, com o passar dos anos, essa tranquilidade tem-se tornado grande preocupação. Os microrganismos patogênicos têm alcançado uma resistência alarmante aos antimicrobianos. Isso ocorre tanto em razão da capacidade de as bactérias passarem umas às outras genes de resistência como em consequência de a prescrição e o uso dos antibióticos serem indiscriminados. Este trabalho investiga a adequação da prescrição de antimicrobianos de uso restrito na emergência de um hospital público de Brasília. Trata-se de pesquisa com caráter retrospectivo e prospectivo, transversal, descritivo, com investigação de fichas de controle de antimicrobianos de uso restrito e prontuários de pacientes, realizada na emergência de um hospital público de Brasília, em 2018. Foram incluídos no estudo pacientes de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 14 anos, internados na Unidade de Emergência e Pronto Socorro, com prescrições de antimicrobianos de uso restrito. As variáveis investigadas foram: sexo, idade, topografia da infecção, comorbidades, prescrição de antimicrobianos de uso restrito, período de internação e desfecho clínico. Foram encontradas 287 fichas no total de 364 antimicrobianos de uso restrito prescritos a 236 pacientes. O perfil dos pacientes revelou 54,66% do sexo masculino, 45,34% do sexo feminino, com idade média de 57±19,5 anos, 29±39, em 11 dias de internação, com desfecho de 54,23% de óbito. Além disso, foram encontradas 353 fichas de antimicrobianos de uso não restrito. Somente em 37,63% das fichas analisadas, constavam a solicitação de exames de cultura prévia e a prescrição do antimicrobiano. As principais topografias das infecções que motivaram a prescrição de antimicrobianos restritos foram a respiratória, a abdominal e a de pele. As terapias empíricas representaram 64% das prescrições, e as dirigidas, 27%. As fichas auditadas pelo CCIH representaram 91,28%, e 18,32% foram considerados inadequadamente prescritos. O tempo de resposta dos pareceristas às prescrições dos antimicrobianos restritos foi, em média, 5±4,65 dias a partir da data da prescrição do antimicrobiano. A pesquisa encontrou um perfil de pacientes com elevado tempo de internação na emergência, portadores de comorbidades, com uso prévio de anti-infecciosos e com elevado desfecho clínico de óbito. O grande número de prescrições de antimicrobiano não considerado de uso restrito nas fichas encaminhadas ao CCIH demonstra desconhecimento desses fármacos por parte dos prescritores. A baixa adesão à solicitação prévia de exames de cultura e a alta prevalência de terapias empíricas, somadas ao contexto encontrado, sugerem a necessidade

de educação continuada para prescritores, a fim de intervir em melhorias nas prescrições dos antimicrobianos.

Palavras-Chave: antimicrobiano. Emergência. Uso restrito.

INVESTIGAÇÃO DE PNEUMONIAS HOSPITALARES ASSOCIADAS À VENTILAÇÃO MECÂNICA EM UMA UTI PÚBLICA DE BRASÍLIA

Victor Guimarães Antônio da Silva - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
victor.guimaraes@sempreceub.com
Yury Rhander Ferreira Gonçalves - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
yury.rhander@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A pneumonia associada à ventilação mecânica (PAV) é importante causa de aumento de morbidade, mortalidade, tempo de internação e custos hospitalares em pacientes internados em UTI. Este trabalho investigou pneumonias hospitalares associadas à ventilação mecânica em uma Unidade de Terapia Intensiva pública de Brasília. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo e prospectivo. A coleta de dados compreendeu o período de janeiro de 2017 a dezembro de 2018 e foi realizada pela investigação de prontuários dos pacientes e fichas de acompanhamento diário da equipe do CCIH. Foram incluídos pacientes com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, em uso de aparelho de ventilação mecânica, internados na UTI, por um período superior a 24 horas. As variáveis investigadas foram sexo, idade, comorbidades, período de internação, desfecho clínico, pneumonias associadas à ventilação mecânica, perfil de sensibilidade e microrganismos encontrados nos materiais biológicos. Investigou-se o pacote de medidas ou *bundle* para prevenção de pneumonias associadas à ventilação mecânica. Foram 247 pacientes internados, e a amostra total dos que fizeram uso de aparelho de ventilação mecânica no período analisado representou 83% (n=205). O número de pacientes com VM e sem PAV foi 161 (78,53%), e os pacientes com VM e com PAV foram 44 (21,47%). Houve prevalência do sexo masculino na amostra, presença de múltiplas comorbidades e desfecho de óbito elevado. O período de internação prolongado foi significativo para o grupo com PAV. A microbiota encontrada nos materiais biológicos dos pacientes com PAV revelou a prevalência de microrganismos multirresistentes, destacando-se a *Pseudomonas aeruginosa*, a *Acinetobacter baumannii* e a *Klebsiella pneumoniae*. Entre as medidas de prevenção de PAV investigadas, a elevação da cabeceira do leito a 30-45° apresentou uma taxa de inadequação maior entre pacientes com PAV, de forma estatisticamente significativa. Os resultados deste trabalho podem contribuir para a redução das pneumonias associadas à ventilação mecânica, ao traçar as características dos pacientes acometidos, a microbiota pertinente e as adequações das medidas de prevenção de PAV instituídas pelo setor, resultando na evolução favorável do quadro clínico dos pacientes em tratamento intensivo, vitimados por este agravo.

Palavras-Chave: pneumonia nosocomial. Ventilação mecânica. UTI.

INVESTIGAÇÃO DOS CUSTOS COM ANTIMICROBIANOS NO TRATAMENTO DE PACIENTES PORTADORES E NÃO PORTADORES DE MICRORGANISMOS MULTIRRESISTENTES EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PÚBLICA

Taylla Rodrigues Chaves - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
tayllamed@sempreceub.com
Paula Campos de Mendonça - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
paula.campos.m@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado - UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

As Unidades de Terapia Intensiva (UTI) apresentam alta incidência de infecções causadas por bactérias multirresistentes. Essa condição aumenta os gastos com antibióticos, preparação de medicamentos injetáveis e carga horária de trabalho dos funcionários dos hospitais. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é investigar o custo dos antimicrobianos utilizados no tratamento de pacientes portadores e não portadores de Microrganismos Multirresistentes (MOMR) em uma UTI pública do DF. Para tanto, foram investigados o perfil epidemiológico dos pacientes da amostra; os antimicrobianos utilizados na terapia dos pacientes; o custo dos antimicrobianos utilizados; a microbiota dos pacientes da pesquisa; o perfil de resistência dos microrganismos encontrados. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de caráter retrospectivo e prospectivo, comparativo, de caso controle, realizado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), que investiga o custo dos antimicrobianos utilizados no tratamento de pacientes portadores e não portadores de MOMR, internados no período de janeiro a dezembro de 2018. O número total de pacientes internados na UTI investigada foi 142, e os que fizeram parte da amostra foram 40,9% (n=58), estratificados em 75,9% (n=44) de pacientes portadores de MOMR em uso de antimicrobianos e 24,1% (n=14) de pacientes em uso de antimicrobianos e portadores de microrganismos não compatíveis com multirresistência. Não foram encontradas diferenças significativas entre idade, sexo, tempo de internação e desfecho clínico entre os grupos. Quando observadas as taxas de óbito, houve maior incidência em pacientes com microrganismos resistentes, quando comparados a pacientes portadores de MOMR. O tratamento antimicrobiano de todos os pacientes da amostra resultou no custo de US$ 123.853,27, e os que apresentaram MOMR tiveram o custo total estatisticamente mais significativo quando comparado com os pacientes que não apresentaram MOMR. As classes de medicamentos mais prescritos foram carbapenêmicos, polimixinas, glicopeptídeos, aminoglicosídeos e antifúngicos. Entre as prescrições antibióticas encontradas, 60% correspondiam aos antibióticos de amplo espectro e foram responsáveis pelo gasto de US$ 53.208,37, o que representou 42,96% do total de gastos com antimicrobianos. Os principais MOMR encontrados na UTI foram *Klebsiella pneumoniae* (55,17%), *Acinetobacter baumannii* (16,09%), *Stenotrophomonas maltophilia* (6,90%) e *Pseudomonas aeruginosa* (5,75%). As espécies detectadas resultaram em recursos financeiros mais amplos para o tratamento das infecções, e as classes antimicrobianas entre as quais as bactérias

apresentaram maior resistência foram carbapenêmicos, betalactâmicos, cefalosporinas de 3ª ou 4°geração e penicilinas. A pesquisa identificou um custo estatisticamente mais oneroso no tratamento de pacientes infectados por microrganismos multirresistentes, quando comparados a pacientes não portadores dessas bactérias na UTI do hospital investigado.

Palavras-Chave: antimicrobianos. Custos. Multirresistência.

LESÕES EXTENSAS DE MANGUITO ROTADOR: RESULTADO CLÍNICO APÓS TRATAMENTO CIRÚRGICO

Vitor Bittar Prado - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno bolsista
vitorbittarprado@sempreceub.com
Rafael Francisco Alves Silva - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno voluntário
rafafalves@sempreceub.com
Marcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

As lesões de manguito rotador correspondem a 65% das queixas álgicas em relação ao ombro e são a causa mais comum de incapacidade. A lesão extensa do manguito é definida como uma ruptura tendínea completa, igual ou superior a 5 cm do seu diâmetro e ou como a que seja completa e comprometa dois ou mais tendões que compõem o manguito rotador. Essas lesões não apresentam manejo definido. A técnica de cirurgia artroscópica apresenta grande avanço e demonstra ser uma opção terapêutica promissora. Este trabalho tem como objetivo avaliar o resultado clínico após o reparo artroscópico das lesões extensas do manguito rotador. Trata-se de um estudo descritivo, transversal e retrospectivo com análises multivariadas. Foram avaliados os pacientes submetidos ao reparo artroscópico de lesão extensa do manguito rotador entre janeiro de 2011 e dezembro de 2017, em que se verificou a funcionalidade, a amplitude e a força no período pós-cirúrgico. Foram selecionados 30 pacientes, sendo 18 mulheres e 12 homens. Dois pacientes tiveram os dois ombros operados, totalizando 32 cirurgias por via artroscópica para reconstrução de lesões maciças do manguito rotador. A idade média foi de 63 anos. As lesões foram, em sua maioria, causadas por mecanismos degenerativos (n=20); os outros 12 casos, por trauma; 75% das cirurgias foram no ombro direito. O ombro operado teve amplitude média de elevação de 159°, de rotação interna de 53° e de rotação externa de 58°. O ombro contralateral teve elevação média de 159°, rotação interna de 58° e rotação externa de 68°. O ombro operado teve força média de elevação de 3,79kgf, rotação interna de 5,96kgf e rotação externa de 4,86kgf, enquanto o ombro contralateral teve força média de elevação de 4,58 kgf, rotação interna de 5,96 kgf e rotação externa de 5,2 kgf. O escore médio de UCLA foi 33,06, e o de CONSTANT, 80,06. Os resultados são considerados satisfatórios na avaliação pós-cirúrgica. Os escores de UCLA foram excelentes ou bons em 100% dos casos, enquanto o escore de Constant foi excelente, bom ou satisfatório em 81,2% dos casos. O tratamento artroscópico das lesões extensas do manguito rotador demonstra ser uma técnica com alto índice de resultados positivos e com boa preservação da capacidade funcional.

Palavras-Chave: ombro. Manguito rotador. Cirurgia artroscópica.

LEVANTAMENTO E CADRASTRAMENTO DE PATOLOGIAS ESTRUTURAIS E ELABORAÇÃO DE MAPAS DE VULNERABILIDADE ESTRUTURAL

Amanda Eduarda Soares Araújo - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
amandaaraujo.eng@sempreceub.com
Gabriel Martins Feitosa - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gabrielmartins.eng@sempreceub.com
Renato Apolinário Francisco - UniCEUB, professor orientador
renatoaf@msn.com

Os materiais que compõem toda estrutura sofrem processos de deterioração e alterações em suas propriedades e no seu comportamento, o que pode ocasionar a perda do desempenho em face dos estados limites últimos e de serviço. Caso não seja seguido um plano de manutenção e a estrutura necessite de intervenções ou haja restrições em seu uso, essas medidas acarretarão prejuízos. Busca-se com esta pesquisa avaliar Obras de Artes Especiais (OAE), levantando suas manifestações patológicas com auxílio de câmeras termográficas, a fim de avaliar a implementação de um plano de manutenção. Utilizou-se a metodologia GDE/UnB, cujo objetivo é quantificar o grau de degradação de uma estrutura para a realização das inspeções e a estruturação do banco de dados geográfico. Mediante os métodos adotados, verificou-se que os viadutos inspecionados necessitam de intervenções imediatas, a fim de restaurar suas propriedades e características estruturais iniciais, devolvendo-as ao desempenho estabelecido em projeto. Em comparação com os resultados encontrados por Verly (2015), pesquisador que, outrora, realizou inspeções nas mesmas OAE em tela, verificou-se, de maneira geral, aumento na degradação das estruturas. Esse indicador revela a evolução, em face do tempo, das anomalias já presentes em 2015 e o surgimento de novas. Por fim, espera-se que este trabalho colabore para evidenciar a importância da utilização de mecanismos tecnológicos para o auxílio em inspeções e a relevância da inspeção como forma de mitigação de manifestações patológicas. Além disso, busca-se que as análises desenvolvidas sirvam para a tomada de medidas, visando à recuperação das estruturas analisadas.

Palavras-Chave: inspeção. Patologias. Aplicativo PeritoApp.

LICENCIAMENTO E DEMOCRACIA: UMA AVALIAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL DE USINAS HIDRELÉTRICAS

Isabella Maria Martins Fernandes - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
isabellamariamartinsf@gmail.com
Filipe Cordeiro Pimentel da Gama - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
filipe.cpgama@gmail.com
Mariana Barbosa Cirne - UniCEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

A audiência pública dos licenciamentos ambientais propicia o debate sobre os seus impactos, podendo contribuir com uma decisão política mais legítima e transparente. Para colaborar com este objetivo, esta pesquisa avalia o impacto das audiências públicas realizadas pelo IBAMA nos licenciamentos ambientais federais de usinas hidrelétricas com licenças prévias concedidas no período de 2000 a 2018. Assim, indaga-se sobre quem participa das audiências públicas realizadas nos processos de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas em que a licença prévia foi concedida pelo IBAMA entre 2000 e 2018; qual dimensão do desenvolvimento sustentável predominou nas perguntas das audiências; se a participação foi acolhida pelo IBAMA nas condicionantes estabelecidas nos licenciamentos; caso exista um déficit democrático, como seria possível incrementar a efetividade da participação social. Para responder aos questionamentos, desenvolveu-se o estudo por meio de revisão bibliográfica, conjugada com pesquisa qualitativa e quantitativa dos processos administrativos de licenciamento. Na primeira parte, foi realizada uma revisão normativa e bibliográfica sobre o licenciamento ambiental e a participação social. Na segunda, foram analisadas as audiências públicas de 14 processos de licenciamento ambientais de hidrelétricas. A análise das 3260 perguntas identificou um papel equivalente entre pessoas físicas e pessoas jurídicas nos processos. A dimensão de desenvolvimento sustentável predominante foi a institucional em 38% das perguntas, o que revelou ser a audiência pública um espaço predominantemente de informação da população, muito mais do que de consideração das contribuições populares. Em quatro processos, contudo, a participação popular foi efetiva e ensejou mudanças nas condicionantes. Conhecer tais experiências pode contribuir para incrementar a efetividade da participação social com a divisão do processo de audiência em mais de um encontro, além do relevante papel das universidades locais. Os resultados endossam a importância das audiências públicas nos licenciamentos para a concretização do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras-Chave: audiências públicas. Participação social. Usinas hidrelétricas.

LIPIDÔMICA DAS IMPRESSÕES DIGITAIS EM CIÊNCIAS FORENSES: UTILIZAÇÃO DA IMPRESSÃO QUÍMICA NA IMPRESSÃO MORFOLÓGICA PELA ESPECTROMETRIA DE MASSAS

Felipe de Lacerda Pereira - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
feli_lacers@hotmail.com
Aline Maria Araújo Martins - UniCEUB, professora orientadora
aline.araujomartins@ceu.es
Rafael Perseghini del Sarto - colaborador
rafaelpds83@gmail.com

A papiloscopia é a ciência responsável pelo processo de identificação de impressões digitais no meio tanto civil quanto criminal. Entre as tecnologias mais recentes a ser utilizadas no âmbito das ciências forenses, está a espectrometria de massas, sendo amplas as suas possibilidades. Com grande importância no estudo analítico da lipidômica, ciência responsável por estudar as vias e as interações celulares nas quais os lipídeos atuam, a espectrometria de massas foi selecionada neste estudo como ferramenta para análise do perfil lipídico encontrado nas impressões digitais. Os lipídeos constituintes da pele humana são diversos, por isso o estudo da constituição da camada mais superficial da pele, o denominado *stratum corneum,* foi necessário. Sua formação é dependente de diferentes fatores, como dieta, temperatura e idade. Para compreender se existem perfis lipídicos que diferem entre os indivíduos, foi estudada a literatura existente para, então, avaliar os resultados das extrações das amostras da camada lipídica que compõe as digitais dos sujeitos avaliados. A coleta de amostras foi realizada a partir do modelo BLIGH & DYER modificado para extração de lipídeos totais.

Palavras-Chave: lipidômica. Impressões digitais. Espectrometria de massas.

LIVROS PARA COMER: ANÁLISE DO PERFIL DE LIVROS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO COMERCIALIZADOS NO BRASIL

Sarah Gleice Lucas da Silva - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
sarah.gleice@sempreceub.com
Maina Ribeiro Pereira Castro - UniCEUB, professora orientadora
maina.pereira@ceub.edu.br

Vários são os livros que dão o enfoque ao tema da alimentação e da nutrição, entretanto escassos são os estudos científicos que descrevem tais obras de forma articulada, entre as áreas de saúde, nutrição e literatura. Este trabalho tem como objetivo analisar o perfil de livros comercializados em *sites* de livrarias do Brasil que tenham como tema central a alimentação e a nutrição. Foi realizado um estudo quantitativo descritivo, do tipo transversal por meio de busca bibliográfica em *sites* de três livrarias do Brasil, Saraiva, Cultura e Travessa, para identificação das obras. A coleta ocorreu durante os meses de dezembro de 2018 e fevereiro de 2019. Foram utilizadas palavras-chaves para a busca dos livros classificados como técnicos de nutrição, de dieta, de receitas e sobre alimentação. Foi encontrado o total de 1284 livros sobre o tema. Majoritariamente, aparecem livros técnicos de Nutrição, 65,08%, seguidos dos de dieta, 19,49%, seguidos pelos de receitas, 9,28%, e os sobre alimentação, 6,16%. As principais editoras identificadas com maior número de obras foram Atheneu, Manole e Rubio. A diversidade de obras que tratam da alimentação e da nutrição revela o potencial em utilizar a educação alimentar e nutricional de forma interdisciplinar. Esta pesquisa também discute a busca por livros de dieta relacionados ao presente estado de alerta da saúde populacional brasileira, além da crise do mercado livreiro e da presença inegável das livrarias e dos livros digitais

Palavras-Chave: livros. Nutrição. Alimentação.

METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DA ISOLAÇÃO ACÚSTICA: NORMA DE DESEMPENHO NBR 15.575

Pedro Henrique da Mota - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
pedro.mota@sempreceub.com
Pedro Henrique de Oliveira Alves - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
pedro.ho.alves@sempreceub.com
Sérgio Luiz Garavelli - UniCEUB, professor orientador
sergio.garavelli@ceub.edu.br

A NBR 155751, norma técnica da ABNT, está em vigor desde 2013 e estabelece que o desempenho acústico seja um quesito importante a ser considerado nas edificações, estabelecendo valores mínimos, intermediários e superiores para os parâmetros relacionados à isolação acústica. Na avaliação do isolamento do ruído aéreo, diferentes métodos podem ser utilizados. Segundo a ISO 140-4, é necessária, além de outros parâmetros, a realização de medidas *in situ* do tempo de reverberação, que pode ser feita mediante duas técnicas diferentes: o ruído interrompido e o impulsivo. Para a primeira, além dos equipamentos de medição, é necessário levar a campo equipamentos de geração do ruído rosa ou do ruído branco, além da fonte sonora omnidirecional. Com essas dificuldades, muitos profissionais optam por realizar o ensaio pela técnica do ruído impulsivo, que pode ser efetivada com o estouro de balões. Este trabalho tem como objetivo avaliar e indicar balões de látex que podem ser utilizados para a determinação do tempo de reverberação em diferentes ambientes. Para tanto, os ensaios foram feitos com os balões de látex de 8, 10, 12 e 18 polegadas, encontrados em lojas de festas. Ao todo, foram concretizados, aproximadamente, 200 testes, nem todos validados, realizados em dois ambientes com características distintas, um laboratório e um estúdio de rádio. No ambiente maior, no laboratório, foram validados 18 estouros de cada tipo de balão; no estúdio, pelas dimensões reduzidas, foram 12. O equipamento utilizado para a aferição do tempo de reverberação foi o SOLO da 01 dB; o som residual também foi medido em cada um dos ambientes. Os dados foram processados no *software* dBBati, e foram feitas as estatísticas, calculando a média, o desvio padrão e o erro dos tempos de reverberação em bandas de frequência de 1/3 de oitavas. Um teste complementar foi realizado em um residencial onde foi avaliado o isolamento de uma parede em relação ao som aéreo. Como resultado, observa-se que a avaliação do tempo de reverberação com o método do ruído impulsivo, com o estouro de balões de látex, mostrou-se eficiente e prática, indicando que pode ser utilizada na avaliação da isolação de ruídos aéreos e de impacto. Em relação ao tamanho do balão a ser utilizado, o mais indicado seria o de número 18, pois apresentou o menor desvio padrão em todos os ambientes avaliados. Entretanto, o balão 18 apresenta dificuldade para ser inflado, necessitando de um compressor; assim, para ambientes com volumes típicos encontrados nas residências e em locais e horários cujo som residual não seja elevado nas bandas de baixas frequências, o balão de 12 polegadas pode ser utilizado. Na avaliação realizada *in situ*, o método utilizado mostrou-se eficiente, além de reduzir o tempo necessário para a avaliação de tempo de reverberação de um ambiente.

Palavras-Chave: desempenho acústico. NBR 15575. Tempo de reverberação.

MÉTODOS PARA DIAGNÓSTICO MOLECULAR EM PACIENTES COM ARBOVIROSES RECORRENTES POR ESPECTROMETRIA DE MASSAS: ÍONS MARCADORES DE RÁPIDA IDENTIFICAÇÃO PARA DENGUE (I, II E III), ZIKA E CHIKUNGUNYA VÍRUS

Thiago Tavares Borba Magalhães - UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
thiagotavaresborba@gmail.com
Lucas Bezerra Vieira de Almeida - UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno voluntário
bezelucas@gmail.com
Aline Maria Araújo Martins - UniCEUB, professora orientadora
aline.araujomartins@ceu.es
Kelly Magalhães - colaboradora
Fábio Santos - colaborador
Marcos Eberlin - colaborador

As doenças infecciosas são os desafios de saúde pública no mundo, em especial as transmitidas por vetores. O *Aedes aegypti* é um mosquito capaz de transmitir doenças virais, entre elas, a dengue, a *zika* e a *chikungunya*, sendo importante alvo de políticas públicas. A confirmação diagnóstica clínica dessas doenças é insidiosa, portanto há necessidade de mecanismos para a intervenção precoce, visando à redução de danos subsequentes principalmente nas fases agudas. A espectrometria de massas é uma técnica analítica capaz de fornecer um diagnóstico seguro e rápido, ao identificar características moleculares semelhantes em pacientes infectados que podem ser relacionadas a caracteres específicos da interação com o hospedeiro. Há moléculas presentes nos vírus e outras produzidas no momento da invasão ao organismo que podem ser utilizadas para identificar padrões específicos de cada uma das infecções e confirmar o diagnóstico no momento da atividade viral da doença. Devem-se, para isso, identificar moléculas diferenciais em cada uma das doenças virais e utilizá-las para a resposta diagnóstica precoce. Este trabalho demonstra que, nas infecções pelos vírus da dengue, da *zika* e da *chikungunya*, existem íons marcadores específicos que apresentam diferentes espectros e podem ser utilizados para definição de rápido diagnóstico. Foram utilizadas quinze amostras de pacientes infectados com dengue, quinze com *zika*, quinze com *chikungunya* e quinze pacientes hígidos como grupo de controle. Para melhor eficácia da análise estatística, foram realizados testes para determinar condições adequadas à execução dos experimentos da pesquisa e avaliar métodos de extração, matriz, concentração de amostra e potência do feixe de *laser* utilizado. Identificou-se que, na amostra de sangue de pacientes distintos, infectados por zika vírus, houve reprodutibilidade no método para o íon marcador 650 m/z do espectro, além de importantes relações de proporcionalidade entre outros íons. Da mesma forma, pacientes infectados com *chikungunya* vírus apresentaram reprodutibilidade do íon marcador 633 m/z da mesma relação e do sorotipo II da dengue, que apontou os íons 879 m/z e 991 m/z. Além disso, foram observadas as porções polares com bons resultados para dengue do tipo II em 725 m/z e os peptídeos com reprodutibilidade de íons marcadores nas bandas 567 e 672 o m/z para a *chikungunya*. Foram analisados pacientes coinfectados para

observação de reprodutibilidade de *fingerprint* por esta técnica. Conclui-se que há uma especificidade apresentada por esses íons referentes a diferentes moléculas que possibilitam identificar, de maneira rápida, o *fingerprint* metabólico destas doenças. A utilização de biomarcadores para rápido diagnóstico molecular de arboviroses representa uma das melhores alternativas para o seu diagnóstico.

Palavras-Chave: *zika*, *chikngunya* e dengue. *Fingerprint* metabólico. Diagnóstico molecular.

O CINEMA COMO ESPAÇO PARA REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA

Helder Felipe Souza Ferreira - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
helder.felipe@sempreceub.com
Marília Gabriela de Araújo Sena - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
marilia.sena@sempreceub.com
Carolina Assunção e Alves - UniCEUB, professora orientadora
carolina.alves@ceub.edu.br

As mulheres negras são maioria no trabalho doméstico brasileiro, segundo pesquisas. Um levantamento da Organização Internacional do Trabalho mostra que mais de 7 milhões de pessoas no Brasil vivem dessa profissão, o que reflete a desigualdade social do país. Dados também indicam que pessoas negras e LGBT são presença minoritária nos filmes norte-americanos e nacionais; quando contemplados, com frequência, reforçam preconceitos e desigualdade quanto à identidade individual ou coletiva desses grupos e seus integrantes. Esta pesquisa discute as representações de gênero, classe e raça nos cinemas brasileiro e norte-americano. O conceito de masculinidade tóxica é estudado mediante os filmes *Madame Satã* e *Moonlight: sob a luz do luar*, a fim de compreender a representação do homossexual negro e marginalizado. No filme norte-americano *Histórias cruzadas* e no brasileiro *Que horas ela volta?*, verificam-se as representações sociais das relações entre patroa branca e empregada negra, a partir de reflexões teóricas sobre gênero, raça, classe e sexualidade. A metodologia empregada é a análise fílmica, cujos longas-metragens apresentam elementos para o debate e o questionamento de concepções que envolvem esses grupos.

Palavras-Chave: análise fílmica. Gênero. Classe e raça.

O LÚDICO NO ESTUDO DO COMPORTAMENTO DE ELEMENTOS SUJEITOS À FLAMBAGEM COM DIFERENTES SEÇÕES TRANSVERSAIS

Maria Eduarda Pedroso Barbosa - PIC Jr UniCEUB/Leonardo da Vinci, aluna voluntária
mebarbosa.college@gmail.com
Mickaella Rodrigues de Araújo - UniCEUB, PIC Jr UniCEUB/Leonardo da Vinci, aluna voluntária
miih.rodrigues@sempreceub.com
Raquel Ferreira Kischlat - UniCEUB, professora orientadora
raquel.kischlat@ceub.edu.br

Uma dificuldade por parte dos alunos foi observada durante as aulas do curso de Engenharia Civil, no que se refere à compreensão e à visualização do fenômeno de flambagem. A partir disso, surgiu a ideia de desenvolver um protótipo denominado “prensa”, na qual estudantes do ensino médio e universitários, assim como demais curiosos, pudessem testar diferentes corpos de prova, de modo a desenvolver-se uma compreensão qualitativa sobre o fenômeno em questão. Dessa forma, foram testados diversos modelos em potencial, até atingir os atuais protótipos (prensas), que apresentam condições de apoio distintas, em que os “corpos de prova” se alternam entre diferentes seções transversais. Em adição a esses fatores, há a possibilidade de reduzir o comprimento de flambagem, o que altera o comportamento do corpo de prova. Os modelos foram submetidos à experimentação de diversos públicos. Por meio disso, foi realizada uma enquete na qual a eficiência do produto se fez patente, pois foi alcançada uma evolução significativa na visão dos participantes, a respeito do tema. Portanto, o objetivo do projeto foi alcançado. Espera-se que este seja apenas um projeto inicial e que, com as sugestões em prática, alcancem-se melhor eficácia e abrangência.

Palavras-Chave: flambagem. Prensas. Corpos de prova.

O PAPEL DE BACTÉRIAS QUERATINOLÍTICAS NA EXPRESSÃO DE CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DA PLUMAGEM DO TIZIU (*VOLATINIA JACARINA*)

Melina Gomes Borges - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
melina.gb@sempreceub.com
Raphael Igor Dias - UniCEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A comunicação entre os animais é bastante variável com inúmeros mecanismos, como sinalizações sonoras, visuais, mecânicas e químicas. Nas aves, *displays*, cantos e combinações de cores são as formas mais comuns. A coloração pode ser produzida por meio de pigmentos ou pela organização estrutural de queratinas e melaninas nas penas propensas à deterioração por abrasão ou danos induzidos por organismos degradantes. Essa característica é avaliada durante a seleção de parceiros e pode determinar as chances reprodutivas, por sinalizar qualidade individual. Porém, os processos que regulam a produção de colorações estruturais ainda são pouco conhecidos. A Estação Ecológica de Águas Emendadas está localizada na região administrativa de Planaltina, a 46 km da região central de Brasília, e está inserida no Cerrado. O tiziu (*Volatinia jacarina*) é uma espécie migratória, dicromática, granívora, cujos machos apresentam uma plumagem nupcial preto-azulada iridescente durante o período reprodutivo. Nesse contexto, os objetivos deste estudo são analisar possíveis diferenças na abundância de bactérias queratinolíticas presentes nas penas de machos e fêmeas de tiziu e investigar como isso influencia a coloração. Depois de capturados com rede de neblina, foram coletadas, com *swab*, amostras bacterianas da cabeça e do dorso dos indivíduos. As amostras foram armazenadas em PBS e inoculadas nos meios TSA e FMA para crescimento e posterior quantificação de UFC. Adicionalmente, foram coletadas penas de contorno da cabeça e do dorso para análise de coloração em espectrofotometria de luz. As variáveis colorimétricas (brilho, saturação total, saturação UV e matiz) foram reduzidas a partir de PCA e dos escores utilizados nas análises. Apesar das elevadas quantidade de UFC em ambos os meios e da variedade, não houve efeito significativo no que diz respeito às relações entre bactérias e coloração, para o meio TSA; assim como, para o meio FMA, tanto para os machos quanto para as fêmeas, também não houve nas variáveis colorimétricas. Com relação à abundância de bactérias, foram encontradas diferenças morfológicas de vários tipos, além de maior presença de bactérias gram-positivas. A diferença no número de bactérias queratinolíticas pode estar relacionada à organização estrutural de melaninas e das queratinas das penas, ou a composição da microbiota pode ser mais importante do que a abundância total no processo de degradação estrutural das penas.

Palavras-Chave: coloração. Degradação de queratina. Seleção sexual.

OBTENÇÃO DE DADOS BIOMÉTRICOS DE BOVINOS PARA VALIDAÇÃO DE MODELOS CORPORAIS TRIDIMENSIONAIS

Túlio Vinícius Arruda Silva - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
tulio.vinicius@sempreceub.com
Raianny Pires Lôbo - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
raianny.lobo@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis - UniCEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
João Henrique Moreira Viana - colaborador
henrique.viana@embrapa.br
TaynanStonogaKawamoto - colaborador
taynan.kawamoto@yahoo.com.br

O uso das tecnologias tridimensionais em ciência animal é incipiente, mas existe grande potencial de aplicações na pecuária, particularmente como estratégia para realização de biometria e caracterização fenotípica, eliminando a subjetividade e contornando as limitações dos métodos convencionais. A técnica de luz estruturada, neste caso, é uma ferramenta que tem por objetivo captar modelos corporais tridimensionais para obter dados biométricos em animais de produção. O estudo foi realizado na Fazenda Sucupira, da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia, localizada em Brasília, DF. O experimento foi realizado entre os meses de agosto de 2018 e julho de 2019. Foram usados bovinos das raças nelore, pantaneiro e curraleiro. Fez-se o acompanhamento dos animais nelore do primeiro ao décimo segundo mês de vida, para comparar os dados obtidos em diferentes períodos de vida. Utilizou-se o sensor iSense conectado a um iPad Air com o aplicativo Structure, para fazer as imagens 3D, editadas no *software* MeshLab, para adquirir medidas biométricas. Também foram coletadas medidas biométricas manuais com auxílio de uma fita específica e uma balança para bovinos. Observou-se que as imagens 3D obtidas dos animais mais jovens e menores apresentaram distorções e imperfeições. O dispositivo de luz estruturada mostrou-se boa escolha para trabalhar com seres vivos, pois tem boa relação de custo e benefício, e não há interferência de pequenos movimentos dos animais. Entretanto, ainda se fazem necessários mais estudos para comprovar a eficiência desta tecnologia para o uso no campo como uma alternativa às coletas de dados manuais, além de correlacionar as características fenotípicas captadas com o sensor de características produtivas, a fim de aplicar a tecnologia no melhoramento genético.

Palavras-Chave: escore corporal. Biometria. Pecuária de precisão.

O USO DE ESTRATÉGIAS DE RACIOCÍNIO CONDICIONAL NA CONFIANÇA E NA DESCONFIANÇA EM *FAKE NEWS*

Gabriel Gauss de Moraes Morais - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
moraisgabrielgauss@sempreceub.com
Sérgio Henrique de Souza Alves - UniCEUB, professor orientador
sergio.alves@ceub.edu.br

A pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre raciocínio condicional, confiança e *fake news*. Para tanto, foi desenvolvido um formulário por meio do Google Forms, em que os participantes responderam, primeiramente, aos dados pessoais, como sexo, faixa etária e nível de escolaridade; depois, foram-lhes apresentadas 10 notícias, e eles responderam a questões acerca da confiança ou da desconfiança na notícia e escolheram um dos 12 possíveis argumentos de raciocínio condicional. Posteriormente, os participantes responderam à Escala de Confiança Generalizada. Os resultados obtidos corroboram a hipótese de que pessoas que apresentam desconfiança sobre informações falsas utilizaram mais o tipo de argumento denominado “modus tollens”, condicional negativo que apresenta validade lógica dedutiva. Entretanto, não foi percebida diferença significativa na relação entre confiar ou não na notícia apresentada e a faixa etária, o nível de escolaridade e a Escala de Confiança Generalizada. Portanto, sugerem-se novas pesquisas que investiguem essas relações, e indica-se que se façam replicações desta pesquisa, com fins de identificar possíveis limitações metodológicas, pois trata-se de um estudo pioneiro sobre a relação entre lógica, confiança e *fake news*.

Palavras-Chave: raciocínio condicional. Confiança. *Fake news*.

OBTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR PAINÉIS FOTOVOLTAICOS: ANÁLISE DE TIPOS, MODELOS, EFICIÊNCIA E ESTUDOS DE CASO

Bruna Montarroyos Brito - UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
bruna.montarroyos@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araújo - UniCEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.br
André Luiz Primo Bertoletti - colaborador
andbertoletti@gmail.com

A pesquisa busca alternativas para diminuir o impacto que as fachadas de vidro refletivo causam na cidade e no próprio edifício. Seu uso em países de clima tropical pode acarretar consequências indesejadas, como o aumento da temperatura interna do ar resultante da entrada da radiação solar. Uma das opções é o *brise-soleil*, que se trata de elemento arquitetônico utilizado em edifícios, para impedir a incidência direta de radiação solar no seu interior, evitando altas temperaturas. O uso de painéis fotovoltaicos nas fachadas dos edifícios de altura, na forma de *brises-soleils*, também pode melhorar a rentabilidade energética do edifício tanto por meio da diminuição de temperatura quanto pelo fornecimento de energia produzida pelos painéis fotovoltaicos. Assim, focaliza-se o gasto de energia mensal da edificação e o quanto os painéis fotovoltaicos são capazes de suprimir essa demanda, já considerando o investimento para a sua instalação em cerca de 100% da fachada. O estudo de caso foi o Edifício Banco do Brasil Sede VII, na zona central de Brasília, que contém uma fachada composta inteiramente por vidro refletivo, voltada para oeste ou norte, e tem como propósito a comprovação da rentabilidade para o edifício e a quantificação de energia necessária para suprir o consumo de uma fachada com painéis fotovoltaicos em forma de *brises-soleils*. Para isso, foi preciso obter dados sobre o gasto energético mensal da edificação, o modelo de painel fotovoltaico escolhido, a incidência solar mensal na região e os estudos da carta solar. Assim, foi traçada uma projeção do potencial energético que pode ser gerado mensalmente pelos painéis fotovoltaicos, e calculou-se o quanto será abatido da média mensal do gasto energético da edificação. Espera-se que a instalação sugerida atenda aos gastos de consumo do ar-condicionado e da iluminação artificial de todo o edifício.

Palavras-Chave: edificação. *Brise-soleil.* Painel fotovoltaico.

OCORRÊNCIA DE MICROFILÁRIA EM CÃES DOMÉSTICOS NO DISTRITO FEDERAL

Leonardo Rubinger Betti - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
leonardo.rubinger@sempreceub.com
Renata Nolêto Borges - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
renatanoletob@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior - UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Bruno Alvarenga dos Santos - colaborador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br

Este estudo tem como objetivo verificar a ocorrência da dirofilariose canina no Distrito Federal, em sua fase de microfilária (L1). A dirofilariose é conhecida popularmente como “verme do coração” ou *heartworm*, que é uma antropozoonose grave e potencialmente fatal, causada por um helminto da espécie *DirofilariaImmitis*, do gênero dirofilária, transmitida por hospedeiros intermediários da família *culicidae*. A forma infectante do parasito é a fase larval (L1), conhecida por microfilária. Esta é mais frequente em ambientes urbanos por conterem microclimas quentes e úmidos, que favorecem a reprodução dos mosquitos. Este estudo sobre a ocorrência de microfilária pela técnica de micro-hematócrito deu-se em razão de esta doença ser pouco estudada e negligenciada no Brasil e por não se terem localizado trabalhos que tratem deste tema na região do Distrito Federal. Foram analisadas 1087 amostras de sangue de cães domésticos sem distinção de sexo, idade, raça e localidade, doadas pelo laboratório de exames Santé, localizado em Brasília. O material foi entregue em tubos Eppendorf, identificados e analisadas de 1 a 7 dias entre a recepção do laboratório doador e a análise pela equipe deste projeto. Após o exame das amostras, foram identificadas 5 de microfilária (0,45%). Não foram localizados outros levantamentos sobre este parasita no Distrito Federal, o que impediu o confronto de resultados, todavia destaca-se a importância de novos estudos que aprofundem o levantamento da fase larval L1 ou de outro estágio da *DirofilariaImmitis*, no Distrito Federal.

Palavras-Chave: microfilária. Micro-hematócrito. Distrito Federal.

O IMPACTO NA DIMINUIÇÃO DO TEMPO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA APÓS A IMPLANTAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE EXTUBAÇÃO PROGRAMADA EM RECÉM-NASCIDOS EM UMA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Luiz Matheus Xavier Cocentino - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
luizmatheusxc@gmail.com
Natália Ramires Kairala - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
nataliakairala@gmail.com
Andréa Lopes Ramires Kairala - UniCEUB, professora orientadora
andrea.kairala@ceub.edu.br

A ventilação mecânica (VM) é um procedimento necessário para a sobrevivência, mas não é isento de riscos, causando lesões ao pulmão doente ou imaturo. A forma de executar o processo de desmame é um dos momentos cruciais no uso da ventilação pulmonar mecânica que pode influenciar, diretamente, o seu sucesso ou insucesso. Este trabalho tem como objetivo avaliar a efetividade da implantação de um protocolo de extubação programada (*checklist*) na diminuição do tempo de ventilação mecânica em recém-nascidos (RN) da Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) de um hospital escola privado do Distrito Federal. Quanto à metodologia, trata-se de uma análise quantitativa, descritiva e retrospectiva de prontuário com levantamento de dados dos RN internados na UTIN, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2017, quando foram submetidos à VM e à extubação. O número de pacientes internados na UTIN, no período do estudo, foi 1569. O número de RN internados na UTIN, logo após o nascimento, que necessitaram de VM foi 370. A amostra após seleção dos pacientes de acordo com os critérios de inclusão e exclusão foi N=124 RN. O número de pacientes internados por ano de nascimento foi 2013: 22 (17,7%) pacientes; 2014: 24 (19,3%); 2015: 21(16,9%); 2016: 25 (20,1%); 2017: 32 (25,8%). Observou-se a taxa de falha de extubação em 42,86 %, antes da implantação do protocolo, contra 35,71 %, após sua consolidação. Conclui-se que o processo de retirada da VM, na grande maioria dos serviços de terapia intensiva neonatal, está sujeito a condutas pouco embasadas cientificamente. Sob o ponto de vista profissional, criar mecanismos facilitadores na UTI pode abreviar o tempo de VM, pois os profissionais devem sentir-se mais seguros, ao identificar o paciente capaz de submeter-se ao teste de respiração espontânea (TRE), diminuindo, assim, o grau de insucesso das extubações e garantindo melhor evolução do paciente.

Palavras-Chave: ventilação mecânica. Extubação. Neonatologia.

O PAPEL DA ATIVIDADE FÍSICA NOS EFEITOS COLATERAIS TARDIOS E PERSISTENTES DE SOBREVIVENTES DE CÂNCER DE MAMA

Natália Leite Colombelli - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
natcolombelli@sempreceub.com
Filipe Dinato de Lima - UniCEUB, professor orientador
filipe.dinato@ceub.edu.br
Gabriel Carvalho Rocha - colaborador
gabriel.carvalho@sempreceub.com

O câncer é caracterizado por células independentes que diferem, morfologicamente, das do tecido original e que, em decorrência de falhas em seu material genético, têm a capacidade de proliferação exagerada. Após o término do tratamento da doença, pode-se perceber aumento da fadiga e redução de força e da capacidade funcional. Essas consequências afetam as atividades diárias, portanto devem ser avaliadas e investigadas para que as sobreviventes de câncer de mama possam ter melhor qualidade de vida após o término do tratamento. A prática de atividade física gera benefícios para a saúde, por isso recomenda-se que pacientes com câncer evitem a inatividade e, se possível, não interrompam a rotina de suas atividades. O objetivo deste estudo é comparar a força, a resistência à fadiga, a capacidade funcional e a percepção de fadiga entre sobreviventes de câncer de mama ativas e inativas. Para isso, o nível de atividade das voluntárias foi verificado mediante o Questionário Internacional de Atividade Física. As voluntárias foram agrupadas como ativas e inativas. A percepção de fadiga foi avaliada pelo Inventário Multidimensional de Fadiga (IMF-20). A força muscular foi avaliada pelo teste de Força de Preensão Manual (FPM). No teste de fadiga muscular, as voluntárias realizaram contração correspondente a 50% da FPM, mantendo-a pelo maior tempo possível. A capacidade funcional foi avaliada pelos testes Timed Up and Go (TUG), Six Minutes Walk (6MW) e pelo de sentar e levantar em 30 segundos (T30). Trinta e cinco sobreviventes de câncer de mama participaram do estudo. Entre elas, 22 foram classificadas como ativas, e 13, como inativas. Não houve diferença significativa ($p > 0,05$) entre as sobreviventes de câncer de mama ativas e inativas, nas variáveis FPM esquerda, percepção de fadiga geral, de fadiga mental e de redução da motivação. Entretanto, as sobreviventes de câncer de mama ativas apresentaram maior FPM direita ($p = 0,048$), maior tolerância à fadiga de preensão manual direita ($p = 0,011$) e esquerda ($p = 0,006$), melhor desempenho nos testes funcionais TUG ($p = 0,037$), sentar e levantar ($p = 0,048$) e 6MW ($p = 0,031$), em comparação com as sobreviventes inativas. Além disso, as sobreviventes de câncer de mama ativas apresentaram menor percepção de fadiga física ($p = 0,049$) e de redução da atividade ($p = 0,017$), em comparação com as sobreviventes inativas. Conclui-se que as sobreviventes de câncer de mama praticantes de atividade física apresentaram maior força muscular, maior capacidade funcional e menor percepção de fadiga que as sobreviventes de câncer de mama não praticantes de atividade física. Assim, a prática de atividade física atua no aumento da capacidade e da qualidade muscular, reduz os efeitos causados pela perda do tecido muscular e o nível de fadiga e melhora, de forma significativa, a qualidade de vida das sobreviventes.

Palavras-Chave: câncer de mama. Fadiga. Atividade física.

O VAGÃO ROSA DO METRÔ: ANÁLISE DO PROCESSO LEGISLATIVO E ETAPAS INICIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE MOBILIDADE QUE CRIA ESPAÇOS EXCLUSIVOS PARA MULHERES NO SISTEMA METROVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Isadora Machado de Oliveira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
isadora@sempreceub.com
Lara Avena Rocha - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
lara.avenar@sempreceub.com
Sabrina Durigon Marques - UniCEUB, professora orientadora
sabrina.marques@ceub.edu.br

Entender como ocorre a implementação de políticas públicas transpassa várias circunstâncias, entre elas, os atores externos e internos, a quem a política se destina, como a demanda entra nas janelas das políticas e das agendas públicas e como são exploradas e criticadas. A criação de uma lei distrital que obriga a Companhia do Transporte Metropolitano no Distrito Federal, Metrô-DF, a instalar o "vagão rosa" percorre essas questões, inúmeras controvérsias surgem, e os típicos problemas de enquadramento das demandas nas agendas legislativas vêm à tona. É deste modo que a pesquisa examina os fatores internos e externos que deram ensejo aos Projetos de Lei que originaram a Lei n. 4.848, de 2012. Nesse passo, a análise centra-se na identificação da problemática que surge sobre a segregação de mulheres no transporte público, com a criação de vagões exclusivos. Comparar a política adotada em outros estados e em outros países, para ter uma visão ampla sobre o tema é essencial neste contexto. Assim, a pesquisa apura, detalhadamente, todo o trâmite do processo legislativo, identificando os atores que participaram dele e suas manifestações. Além disso, foram elaborados questionários para entrevistas a parlamentares que atuaram em algum momento do processo legislativo. Houve dificuldades para a realização das entrevistas diante da indisponibilidade dos atores. A pesquisa aponta que manifestações de gestores para não implementar a política ou para indicar o veto ao projeto de lei têm fundamento que se aproxima da crítica feita por grupos de mulheres e movimentos feministas. Contudo, as visões distanciam-se quando se debatem quais são as políticas a ser adotadas para a solução da questão.

Palavras-Chave: vagão exclusivo. Processo legislativo. Assédio.

PARALELOS DIAGRAMÁTICOS NA OBRA DE LOUIS I. KAHN: DO EDIFÍCIO RICHARDS MEDICAL RESEARCH LABORATORIES AO SALK INSTITUTE FOR BIOLOGICAL STUDIES

Filipe de Abreu Bresciani de Fontan Pereira - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
filipebresciani@sempreceub.com
Rossana María Delpino Sapena - UniCEUB, professora orientadora
rossana.sapena@ceub.edu.br

Richards Medical Research Laboratories e Salk Institute for Biological Studies são dois complexos laboratoriais projetados pelo profícuo arquiteto americano Louis I. Kahn e construídos, respectivamente, nos intervalos temporais de 1957 a 1964 e de 1959 a 1965. Não obstante, a programática geral que rege e dá origem aos edifícios é, de certa maneira, o único ponto em comum no que tange a contextualização teórico-prática e físico-histórica das obras. A partir da inquietação apresentada e mediante a constatação das diferenças que alçaram estes dois projetos a grandes exemplares da arquitetura projetada e construída nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, surge a proposição de traçar paralelos que tornem possíveis comparações tanto teóricas e aplicadas quanto gráficas e diagramáticas. Dessa maneira, este trabalho apoiou-se em duas linhas de desenvolvimento complementares que constituem, primeiramente, levantamentos histórico-práticos da arquitetura de Louis I. Kahn e de seus contemporâneos e, em última instância, transformação das informações coletadas em diagramas arquitetônicos que confiram a essas bases novos significados e morfologias. Em suma, os resultados buscam transformar relações condensadas e estáticas sobre os dois edifícios contrapostos – Richards Medical Research Laboratories e Salk Institute for Biological Studies – em produtos gráficos que trazem maior dinamismo às intrincadas variáveis que compõem as obras, como contextuais, morfológicas, conceptivas, estruturais, infaestruturais e teóricas.

Palavras-Chave: Louis Kahn. Arquitetura laboratorial. Diagramas arquitetônicos.

PERCEPÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE SOBRE OS RISCOS DAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

Samara Silva de Queiroz - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
samaraqueirozz@sempreceub.com
Filipe Zanchi Nunes - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
filipe.zn@sempreceub.com
Eduardo Cyrino Oliveira-Filho - UniCEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br

O constante contato e manuseio de agentes químicos estão entre as atividades dos profissionais da área da saúde. Nesse ambiente, é necessário identificar os perigos e controlar os riscos potenciais, a fim de proporcionar um local de trabalho seguro. Portanto, o conhecimento acerca do risco químico é fundamental para a segurança pessoal no ambiente tanto de trabalho como no de ensino. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo conhecer a percepção de estudantes da área de saúde sobre os riscos relacionados à presença das substâncias químicas no seu ambiente de estudo ou profissional. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, realizado em uma instituição privada de ensino superior, na cidade de Brasília (DF). A coleta de dados ocorreu durante os meses de fevereiro e março de 2019, com 400 universitários, sendo 141 de Biomedicina, 39 de Ciências Biológicas, e 220 de Enfermagem. Os dados revelaram que a maior parte dos universitários era do sexo feminino (Biomedicina: 78,0%; Ciências Biológicas: 64,1%; Enfermagem: 86,4%). No que concerne ao nível de preocupação dos universitários diante de questões sociais ou que envolviam substâncias químicas, os estudantes consideraram a pedofilia (Biomedicina: 86,5%; Ciências Biológicas: 92,3%; Enfermagem: 82,7%) e a intolerância racial (Biomedicina: 70,0%; Ciências Biológicas: 82,1%; Enfermagem: 67,7%) mais preocupantes do que as relacionadas aos riscos químicos. O câncer também foi mencionado como preocupante pela maioria dos estudantes e pode estar intimamente relacionado às substâncias químicas. A ausência de percepção de risco é observada nas questões consideradas pouco preocupantes, como o uso de cigarro (Biomedicina: 19,8%, Ciências Biológicas: 17,9%; Enfermagem: 16,3%). Com relação à periculosidade de substâncias e às atividades realizadas pelo profissional, as consideradas perigosas realmente apresentam riscos, demonstrando algum nível de percepção, porém as consideradas não perigosas, como vacinação (Biomedicina: 61,7%; Ciências Biológicas: 51,3%), antibióticos (Biomedicina: 58,1%), exame de sangue (Ciências Biológicas: 38,5%; Enfermagem: 44,5%), álcool etílico (Enfermagem: 41,4%) e iodo (Biomedicina: 38,3%; Ciências Biológicas: 35,9%; Enfermagem: 33,2%), também apresentam riscos à saúde do futuro profissional, e os dados demonstram ausência de percepção dos universitários diante disso. No que diz respeito ao conhecimento sobre risco em um apanhado geral, a maior parte dos universitários afirmaram saber o que é *risco*, porém, quando questionados sobre seus conhecimentos acerca de alguns símbolos de alerta dos reagentes químicos, a maioria não tinha certeza se conhecia. Para os que declararam conhecer os símbolos, apresentaram-se nove propriedades químicas para que fossem combinadas com o respectivo símbolo de risco. Os dados revelaram que, em todos os cursos pesquisados, nos semestres iniciais ou finais, mais da

metade dos universitários apresentaram conhecimento insatisfatório acerca das propriedades e de seus símbolos de alerta, embora declarassem preocupação com os reagentes químicos presentes no laboratório. Conclui-se que a maior parte dos estudantes apresenta baixo nível de percepção de risco diante da presença das substâncias químicas, e sugere-se a intensificação de questões sobre toxicologia e biossegurança durante o processo de formação acadêmica.

Palavras-Chave: estudantes. Graduação. Compostos químicos.

PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA DO UNICEUB SOBRE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Ellen Tieko Tsugami Dalla Costa - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
ellentsugami@sempreceub.com
Debora Dornelas Belchior Costa Andrade - UniCEUB, professora orientadora
debora.andrade@ceub.edu.br
Conrado Carvalho Horta Barbosa - colaborador
conrado.barbosa@ceub.edu.br

Estudos nacionais e internacionais demostram pouco interesse dos acadêmicos concluintes pela medicina de família e comunidade a despeito da crescente demanda por essa especialidade. Diante disso, torna-se necessário implementar e fortalecer medidas que estimulem o interesse pessoal do futuro profissional durante o processo de graduação, visando ao aumento do interesse médico pela atenção primária à saúde. Assim, avalia-se a influência de uma matriz curricular que segue as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001 e 2014, na percepção dos discentes sobre medicina de família e comunidade e na escolha dessa especialidade como carreira. Realizou-se estudo qualitativo-quantitativo de cunho exploratório e transversal por levantamento de dados, após aplicação de questionário semiestruturado com três temas: perfil socioeconômico, percepção do discente e aspirações profissionais. O critério incluiu acadêmicos do primeiro ou do décimo-segundo semestres de medicina do Centro Universitário de Brasília. Foram excluídos os participantes que estavam em processo de reprovação em disciplinas do semestre anterior ou os que não quiseram participar. Fez-se análise descritiva e não paramétrica com o teste de qui-quadrado para independência com aproximações do teste de Monte Carlo e o exato de Fisher, com um nível de significância de 5%. A especialidade *medicina de família e comunidade* é pouco conhecida por discentes que iniciam o curso, porém é muito bem conhecida pelos acadêmicos concluintes. Entre os fatores da grade curricular, apenas o contato com um professor ou um profissional médico de família e comunidade foi estatisticamente significativo para a escolha do egresso pela carreira dessa especialidade, com p-valor de 0,02. Este estudo sugere que o contato com médicos de família e comunidade e a inserção precoce e contínua na atenção básica durante o curso contribuíram para o maior entendimento e interesse sobre a carreira nessa especialidade. Por outro lado, apenas o contato precoce com a atenção primária à saúde, sem o contato contínuo com médicos de família e comunidade, não parece ter sido suficiente para estimular escolha expressiva por essa especialização. A maior participação de médicos de família e comunidade nas diversas etapas da formação poderia ser uma estratégia para aumentar, de forma contínua, o contato do graduando com a especialidade.

Palavras-Chave: educação médica. Medicina de família e comunidade. Currículo.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA FEBRE MACULOSA NO BRASIL E DETECÇÃO MOLECULAR DE RIQUÉTSIAS COM LEVANTAMENTO ACAROLÓGICO EM EQUINOS NO DISTRITO FEDERAL, BRASIL

Pedro Arthur Wanderley Pereira Marinho Diniz - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
pedro.adiniz@sempreceub.com
João Vítor Lima Barbosa - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
jlimab17@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres - UniCEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br
Fernanda Sales de Araújo - colaboradora
fernandasales6@hotmail.com
Claudio Lísias Mafra de Siqueira - colaborador
mafra@ufv.br

A febre maculosa brasileira é uma doença causada por bactérias do gênero *Rickettsia*, transmitidas por carrapatos contaminados ao hospedeiro. As mais associadas são a *Rickettsia rickettssii* e a *Rickettsia sp*., cepa Mata Atlântica. A primeira é relacionada a casos graves da doença e é mais comumente encontrada nas regiões Sul e Sudeste; a segunda está presente no Sul, no Sudeste e no Nordeste e causa uma forma mais branda da doença. Os principais carrapatos vetores da febre maculosa brasileira são *Amblyomma cajennense*, *Amblyomma aureolatum*, *Amblyomma dubitatum* e *Amblyomma ovale*, mas qualquer espécie pode ser um reservatório de *Rickettsia rickettssi*. Equinos são considerados hospedeiros finais importantes para os vetores, podem abrigar grandes colônias de carrapatos e ninfas e apresentam sintomatologia branda quando infectados com riquétsias. A proximidade dos equinos com os humanos como meio de transporte, ferramenta de trabalho, esporte ou lazer aumenta o potencial zoonótico da doença. Além disso, leva-se em conta o fato de que os locais onde esses animais trafegam, há a presença de cachorros, roedores e outros que podem ser reservatórios para carrapatos. O objetivo desta pesquisa é descrever a epidemiologia da febre maculosa no Brasil, entre os anos 2016 e 2017 e realizar um levantamento do ácaro com o uso de PCR para identificar a presença de riquetsioses em equinos do DF e do entorno. Foi realizado um estudo descritivo e retrospectivo dos casos de febre maculosa registrados no Brasil, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação e publicados em boletins do Ministério da Saúde e em artigos da área médica. Com relação aos aspectos éticos, por tratar-se de um estudo baseado em dados secundários e havendo a doação do material biológico, a aprovação no Comitê de Ética não foi necessária. Foram coletados oito potes com carrapatos em duas localidades diferentes do DF, e fez-se o PCR em cada uma dessas amostras. Das oito coletadas, duas delas estavam infectadas com riquetsioses, um de cada local de coleta. Nos anos de 2016 e 2017, ocorreram 339 casos de febre maculosa no Brasil, dos quais 73,15% foram relatados na região Sudeste, 20,94%, na região Sul, 2,94%, na região Centro-Oeste, 2,06%, na região Nordeste, e 0,88% na região Norte. Foram acometidos principalmente homens da faixa etária de 20 a 59 anos, por estarem mais expostos a ambientes silvestres e rurais relacionados à mão de obra, com o pico entre junho e

novembro, meses em que a temperatura se eleva, propiciando aumento na atividade dos carrapatos. A melhor forma de prevenção é evitar o contato com o vetor, mostrando-se necessário o uso de calças, camisas de manga comprida e botas em momentos de possível contato, aliado ao uso de produtos repelentes de carrapatos em humanos, caninos e equinos.

Palavras-Chave: febre maculosa. Equinos. *Rickettsia*.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS GESTACIONAL E TAXA DE TRANSMISSÃO VERTICAL AO LONGO DE 10 ANOS EM SANTA MARIA - DF

Naiana Magalhães Coelho - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
naiana@sempreceub.com
Augusto Henrique Honório de Mendonça - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
augusto.mendonca@uniceub.com
Flávia Alves Neves Mascarenhas - UniCEUB, professora orientadora
flavia.mascarenhas@ceub.edu.br

A sífilis afeta mais de 1 milhão de gestantes no mundo, por ano e causa mais de 300 mil mortes fetais e neonatais, segundo estima a Organização Mundial da Saúde. A relevância desse tema para a saúde pública é alta, por tratar-se de doença com crescentes taxas de detecção, com método de rastreio comprovadamente eficaz, além de tratamento seguro e barato. O objetivo deste estudo é reconhecer o perfil epidemiológico das gestantes diagnosticadas com sífilis em um seguimento de uma coorte histórica na Região de Santa Maria-DF, ao longo dos últimos 6 anos. Trata-se de pesquisa aplicada, observacional, descritiva, exploratória, documental e transversal, na qual são utilizados dados obtidos por meio de fichas de investigação de sífilis em gestantes, no período entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2018. O número total de notificações foi 223 casos. A média geral de idade foi 25,5 anos. Quanto à raça, o maior percentual da população, 34%, foi classificado como “pardo”. Pacientes brancas e pretas seguem com 13% e 10%, respectivamente, enquanto amarelas correspondem a apenas 1%. Não foi notificado nenhum caso em paciente indígena. Da população em estudo, 33,18% têm o ensino fundamental completo, 14,35% concluíram o ensino médio, e apenas 0,45% tem ensino superior completo. A absoluta maioria reside em área urbana, 87,89%, e menos de 3% da população residem em área periurbana ou rural. Quanto à ocupação, cerca de um terço das mulheres não exerce atividade remunerada. Menos de 8% exercem atividades remuneradas em áreas diversas, e cerca de 4% das mulheres foram apontados como “desempregados crônicos”. O campo “Local de realização do pré-natal” deixou de ser preenchido em cerca de 70% das fichas. Verifica-se que a data do diagnóstico preponderantemente ocorre no final da gestação (3º trimestre), abrangendo 68% dos casos. Quase 5% da população em estudo não realizaram teste não treponêmico durante o pré-natal. Em relação ao tratamento, 39,01% da população receberam a prescrição de 2.400.000UI de Penicilina G Benzatina; 11% da população diagnosticada e notificada não realizaram tratamento para sífilis. Os resultados sugerem a associação entre a patologia e a população de menor nível socioeconômico e alertam para a necessidade de melhoria na qualidade da assistência e o adequado rastreamento e tratamento da sífilis gestacional baseados em protocolos e diretrizes validadas.

Palavras-Chave: sífilis gestacional. Transmissão vertical. Epidemiologia.

PERFIL LIPIDÔMICO COMO MARCADOR DE RISCO DE PLACA CORONARIANA EM PACIENTES ASSINTOMÁTICOS DE RISCO INTERMEDIÁRIO PARA EVENTOS CARDIOVASCULARES

Leonardo Jadyr Silva Rodrigues Alves - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
leonardo.jadyr@sempreceub.com
Henrique Louzan Machado - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
henriquelouzan@sempreceub.com
Aline Maria Araújo Martins - UniCEUB, professora orientadora
aline.araujomartins@ceu.es
Mariana Barbosa Ubaldo Paiva - colaboradora
mubp2505@gmail.com
Fernando Antibas Atik - colaborador
atikf@me.com
Guilherme Urpia Montes - colaborador
cancerbiomol@yahoo.com

A doença cardiovascular permanece como grande causa de morbimortalidade em todo o mundo, a despeito dos avanços na prevenção, no diagnóstico e no tratamento. A prevenção primária contribui, de forma substancial, para a redução nas taxas de mortalidade por doença arterial coronariana, no entanto ainda existem desafios a ser vencidos. A prospecção de marcadores lipidômicos pode ser utilizada como técnica complementar para a reestratificação de risco cardiovascular em pacientes assintomáticos de risco intermediário de Framingham, cujo manejo clínico adequado é incerto. Neste trabalho, inicialmente, submeteram-se os pacientes à ecocardiografia transtorácica e à cintilografia miocárdica (CM), e os com fração de ejeção do ventrículo esquerdo preservada e com a CM negativa foram incluídos no projeto. Em seguida, comparou-se o perfil global de lipídeos entre pacientes com placas coronarianas na Angiotomografia (Angio-TC) e sem placa aterosclerótica, classificando-os pelo Escore de Leaman Adaptado (CT-LeSc), utilizando-o como possível discriminante para reestratificação de risco cardiovascular. Pacientes de Framingham intermediário com Angio-TC foram separados em 3 grupos: ausência de placas (CTRL), placa calcificada (CCP) e placa não calcificada (NCP) com aplicação posterior do CT-LeSC. Este escore caracteriza, de forma objetiva, a placa em tercis, T1 (CT-LeSc: 0,3 – 3-7), T2 (CT-LeSc: 3,8 – 8,2) e T3 (CT-LeSc: 8,3 – 24,1), com base na localização, no grau de estenose e na composição da placa aterosclerótica. O total de pacientes foi 27, divididos nos 4 grupos CTRL: 7; T1: 9; T2: 6; T3: 5. Cada grupo teve sua lipidômica analisada por espectrometria de massa do tipo MALDI-MS, com análise estatística não paramétrica feita pelo *software* MetaboAnalyst, com análises de Partial Least Squares Important Features (PLS-IP), que leva em conta os perfis diferenciais, e Sparse Partial Least Squares (SPLS), que evidencia melhor a diferença entre de biomarcadores. A lipidômica foi comparada com o escore de cálcio, a espessura médio-intimal das carótidas, a proteína C reativa US e a história familiar de doença aterosclerótica. A análise de SPLS da lipidômica dos grupos NCP, CCP e CTRL mostrou-os bem estratificados, validando a CT-LeSc e seus tercis como uma ferramenta de avaliação das placas e do risco cardiovascular.

Pelo PLS, foram encontrados lipídios de alta intensidade em T2 e T3 e baixa intensidade em T1 e CTRL, demonstrando possível marcador de mau prognóstico para eventos cardiovasculares. A técnica de espectrometria de massas mostrou-se aplicável no contexto clínico da aterosclerose, e sua correlação com o CT-LeSc agregou mais acurácia à discriminação dos fenótipos estudados.

Palavras-Chave: lipidômica. Aterosclerose. Escore de Leaman adaptado.

PERSPECTIVA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL RUSSA: IMPERIALISMO SOB OS MOLDES DA UNIÃO SOVIÉTICA E DA FEDERAÇÃO RUSSA

Fernanda Lopes de Oliveira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
fernanda.flo@sempreceub.com
João Paulo Santos Araújo - UniCEUB, professor orientador
joao.araujo@ceub.edu.br

A efetividade das instituições multilaterais, em meio à crise da ordem internacional liberal, liderada pelos Estados Unidos e seus aliados desde o fim da Guerra Fria, é questionada na multipolaridade dotada de realidades altamente divergentes. Tal ordem enraizada na perspectiva ocidental fez que países, entre eles a Rússia, emergissem e pedissem mudanças, de maneira que as instituições e as regras satisfaçam a universalidade. Como ator predominante e influente nas relações internacionais, faz-se necessário compreender o comportamento do Estado russo nas relações internacionais, de forma sistematizada e integrada com a geopolítica, a história e a filosofia. Além disso, analisa-se, como a Rússia coopera com outros países. Assim, a pesquisa pretende, ao compreender os padrões de cooperação internacional russos, demonstrar que existe continuidade na noção de poder e imperialismo nesse contexto, especialmente entre os dois momentos de mudança doutrinária político-filosófica mais marcantes do país: a União Soviética (1917-1991) e a Federação Russa (1991-2018). A partir da comparação histórica e da dialética e sob o prisma da teoria do realismo clássico das Relações Internacionais, depreende-se que a visão russa é caracterizada, em termos gerais, como ortodoxa, nacionalista e centralizadora, mesmo que tenha havido períodos de rupturas significativas em sua história.

Palavras-Chave: União Soviética. Federação Russa. Cooperação internacional.

PESQUISA DE EPÍTOPOS VIRAIS *IN SILICO* UTILIZANDO BIOINFORMÁTICA NA FABRICAÇÃO DE IMUNOTERÁPICOS DE RELEVÂNCIA CLÍNICA

João Paulo Romualdo Alarcão Bernardes - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
jpromualdo1@sempreceub.com
Sarah Maria da Silva Napoleão - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
sarah.napoleao@sempreceub.com
Kelly Cristina Rodrigues Simi - UniCEUB, professora orientadora
kelly.simi@ceub.edu.br

A imunologia é a ciência que estuda os mecanismos utilizados pelo organismo no combate a patógenos, como os vírus *zika* e *chikungunya*. A bioinformática é uma ciência recente que permite o estudo de processos imunológicos por *softwares* de computador. A utilização de ferramentas oriundas da bioinformática possibilita o estudo e a predição de estruturas proteicas de diversos patógenos relacionados com pesquisas de sequências proteicas em banco de dados, para formulação de estruturas tridimensionais de proteínas e predição de epítopos virais que possam gerar uma resposta efetiva do sistema imunológico. Os resultados desta pesquisa auxiliam o processo de formulação e fabricação de moléculas para utilização em terapias alternativas, como a imunoterapia e o desenvolvimento de vacinas, que sejam mais eficientes e específicos antes do início de testes em bancada, aprimorando tempo e recursos. A metodologia utilizada foi a aquisição dos epítopos pelo banco de dados IEDB; em seguida, foi feito reconhecimento das proteínas encontradas pelo *site* UniProt; foi feita também a análise conformacional das proteínas encontradas e validadas juntamente com o processo de validação *in silico* dos epítopos encontrados pelo próprio IEDB; a partir desses achados, foi possível fazer o *ranking* dos epítopos mais promissores. Empegou-se a estratégia de filtragem de dados para proporcionar informações relevantes a processos, como modelagem de proteínas 3D, e sugestão de alelos que podem ser utilizados em experimentos *in vitro*. A pesquisa *in silico* é um método recente e promissor, e faz-se necessário esse tipo de estudo para auxiliar os métodos *in vitro* e *in vivo* da predição de epítopos relevantes para a fabricação de vacinas e imunoterápicos.

Palavras-Chave: bioinformática. Epítopos. *Zika*.

POSITIVIDADE DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA NO DISTRITO FEDERAL

Nara Carolina Penna Luccas Mesquita - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
nara.carolina@sempreceub.com
Lucas Edel Donato - UniCEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

A Anemia Infecciosa Equina (AIE) é uma doença de notificação obrigatória, causada por um lentivírus que infecta membros da família *Equidae* e é caracterizada por sua baixa letalidade e alta morbidade. A sintomatologia demonstra-se por episódios febris, perda de peso, debilidade progressiva e anemia, e a transmissão da doença ocorre por repasto sanguíneo de um animal infectado a outro suscetível, o que advém principalmente da alimentação por insetos hematofágos, que, quando alimentados de um animal infectado, carreiam o vírus em seu aparelho bucal e podem infectar outros animais. Este projeto tem como objetivo identificar a positividade da AIE em equídeos do Distrito Federal e estimar fatores de risco associados à doença. Para análise da distribuição espacial da AIE, foram elaborados mapas com a distribuição de casos. Empregaram-sedados secundários, como o número e a distribuição dos casos notificados na SEAGRI, no período de 2013 a 2018. O nível de agregação das unidades espaciais foi o município de residência. Os mapas temáticos foram elaborados com o *software* ARCGis, e a distribuição da ocupação espacial dos municípios foi obtida dos recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram encontrados 192 animais sororreagentes entre os anos 2013 e 2018, sendo desses 145 equinos e 47 muares. Apenas 3,12% dos animais atestados no estudo tinham como finalidade a reprodução, enquanto 41,66% tinham como finalidade o lazer, e 55,2%, o trabalho. A região administrativa com maior número de animais positivos foi a Asa Norte, com 20,8% dos casos, seguida por Planaltina, com 15,6%, e Brazlândia, com 14%. Foi realizada a eutanásia de 91,14% dos animais sororreagentes, 5,2% dos animais apresentaram resultado negativo no reteste, 0,52% foi a óbito antes da eutanásia, 1,04% foram encaminhados a outro Estado, e 0,52% dos animais foi dado como desaparecido. Os achados no estudo são de extrema importância, pois permitem auxiliar a planificação de uma política sanitária adequada ao controle e à futura erradicação da doença.

Palavras-Chave: anemia infecciosa equina. Lentivírus. Positividade.

PRESENTEÍSMO, CARACTERÍSTICAS DA TAREFA E BEM-ESTAR NO TRABALHO: UM ESTUDO CORRELACIONAL COM PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Marina M. A. de Carvalho - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
marinaantonucci3@gmail.com
Thiago A. de Oliveira - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
ooliver.sc@gmail.com
Fabiana Queiroga - UniCEUB, professora orientadora
fabiana.queiroga@ceub.edu.br

O objetivo desta pesquisa é testar a realização no trabalho como mediador da relação entre desenho do trabalho e presenteísmo em professores regentes. O presenteísmo é uma das formas de perda de desempenho dos professores em sala de aula. Diversos são os modelos que explicam resultados organizacionais, entre os quais está o Modelo de Características do Trabalho, que, entretanto, até o momento, não foi testado com presenteísmo e, segundo sua proposta, será predito pelo desenho do trabalho mediado por atitudes positivas relacionadas ao trabalho, como bem-estar eudaimônica. Participaram deste estudo 2.282 professores de escolas públicas, dos quais 71,1% eram mulheres, que responderam à escala de realização no trabalho, à escala Stanford de presenteísmo e à taxonomia completa de desenho do trabalho na versão brasileira. Foram testadas relações diretas e mediadas, e o modelo de características do trabalho confirma-se parcialmente. Como resultados, observou-se que, para o trabalho não completado, a mediação não se confirma em nenhuma subcategoria do desenho do trabalho; as relações foram diretas com autonomia de planificação, suporte social e uso de equipamentos. Para distração evitada, a mediação ocorreu apenas para suporte social. Autonomia de decisão e método, conforto e demandas físicas apresentam relações diretas. Discute-se o papel mediador dos estados psicológicos críticos e de outros gatilhos positivos que poderiam mediar a relação entre desenho do trabalho e resultados organizacionais, como as emoções.

Palavras-Chave: presenteísmo. Desenho do trabalho. Bem-estar.

PREVALÊNCIA DE *CRYPTOCOCCUS NEOFORMANS* E *GATTII* EM FONTES AMBIENTAIS DA COMUNIDADE DE BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

Júlio Cézar Marsílio - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
julio.marsilio@sempreceub.com
Jeannie Yokoyama de Sousa - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
jeannie.yokoyama@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro - UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

A criptococose, doença causada pelo fungo do gênero *Cryptococcus* spp., é uma patologia característica de grandes cidades e conglomerados urbanos, onde exista a possibilidade da proliferação de pombos domésticos. Pode causar extensa gama de infecções, como dermatite local, fungemia e meningoencefalite, forma mais letal da doença. Os pombos, principais vetores, evacuam as leveduras encapsuladas, que, extremamente resistentes pela produção de melanina, podem sobreviver durante anos, em ambientes propícios. A pesquisa tem o intuito principal de testar amostras encontradas no perímetro urbano do Plano Piloto em Brasília, DF, a fim de obter resultados epidemiológicos sobre a doença. Para isso, as fezes foram coletadas e levadas para o Laboratório de Microbiologia do UniCEUB, onde foram identificadas. As amostras crescidas em ágar Sabouraud passaram por processo de microscopia com nanquim; assim, qualquer amostra que obtivesse a visualização de leveduras encapsuladas ficaria em isolamento. Das 20 amostras coletadas (100%), a microscopia foi positiva para 7 (35%), as quais ficaram isoladas em ágar; dessas, apenas 3 (15%) obtiveram crescimento ideal sem contaminantes ou competição entre microrganismos. Posteriormente, as 3 amostras isoladas foram submetidas à técnica MALDI-TOF, que consiste em uma aplicação de espectrometria de massa por ionização e dessorção a *laser*. A identificação revelou que das 3 (100%) amostras, 2 (66,6%) foram identificadas como *Cryptococcus albidus*, e 1 (33,3%), como *Rhodotorula mucilaginosa*; ambos os patógenos são emergentes tanto em ambientes cosmopolitas, com presença de pombos domésticos, quanto em pacientes imunocomprometidos, como portadores de AIDS, transplantados ou oncológicos.

Palavras-Chave: *Cryptococcus* spp. Criptococose. Doença dos pombos.

PREVALÊNCIA DE ENDOCARDITE INFECCIOSA POR *COXIELLA BURNETTI* EM VÁLVULAS CARDÍACAS HUMANAS CONGELADAS EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA EM BRASÍLIA

Pedro Lemgruber Xavier Mattoso Pavie - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
pedro.pavie@sempreceub.com
Camila de Carvalho Gallo Pereira - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
camila.gallo@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro - UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br
Paulo Roberto Martins Queiroz - colaborador
paulo.silva@ceub.edu.br

Coxiella burnetii é uma bactéria de morfologia cocobacilo, gram negativa, estritamente intracelular, do gênero *Rickettsia*, causadora de zoonoses em mamíferos. Está envolvida na patogênese da febre Q e, na maioria das vezes, desencadeia um quadro agudo que tende a ser subclínico em 60% dos casos ou autolimitado. A febre Q está associada a 5% das ocorrências de afecções cardíacas e está entre as principais causadoras de endocardite com cultura bacteriana negativa. O diagnóstico da endocardite passa por cultura de sangue, excisão de tecido da válvula cardíaca ou dos êmbolos, PCR e sorologia. Para confirmar o diagnóstico, é necessário que haja a detecção microbiana por cultura ou PCR com perfil sorológico correspondente e ausência de infecção. O objetivo deste trabalho é verificar a prevalência de endocardites por *Coxiella burnetii* entre endocardites com culturas negativas, em válvulas cardíacas humanas congeladas, em um hospital de referência em Brasília. Foram selecionadas 50 amostras de valvas cardíacas humanas congeladas a 20º C negativos, acondicionadas em frascos individuais estéreis, no Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, cuja metodologia envolveu princípios moleculares de detecção. O material genético foi extraído a partir de, aproximadamente, 100 mg de tecido originário de valvas cardíacas colocadas em tubos plásticos de 1,5 ml, macerados mecanicamente, com pistilo de vidro, durante 2 minutos. O tampão de extração utilizado foi 10 mM Tris-HCl pH 8,0, 1 mM EDTA pH 8,0 e 0,3% Triton X-100, sendo posteriormente usados fenol, clorofórmio, álcool isoamílico (25:24:1) no processo de extração do DNA. Em seguida, realizou-se nested-PCR com consequente amplificação do material genético. Foram analisadas dez amostras de válvulas cardíacas. A extração de DNA produziu, em média, 40 ng/ul de DNA total, que foram, então, diluídos e usados nas reações de nested-PCR. A primeira reação de PCR gerou um fragmento de tamanho esperado de 485 pb. Submetendo-se essas amostras ao segundo ciclo de PCR, obteve-se um fragmento de tamanho esperado de 260 pb. Das 10 amostras de DNA testadas, 6 amostras de válvulas cardíacas foram identificadas como positivas para a presença de DNA da bactéria *Coxiella burnetti*. As demais não resultaram em amplificação, sendo consideradas como negativas quanto à presença do DNA dessa bactéria. Em conclusão, a suspeita dos pesquisadores confirmou-se pelos resultados obtidos, gerando esperança aos resultados das demais amostras congeladas disponíveis.

Palavras-Chave: endocardite. *Coxiella burnetii*. PCR.

PREVALÊNCIA E PERFIL DE UNIVERSITÁRIOS QUE FUMAM NARGUILÉ NO DISTRITO FEDERAL

Karina Ferreira Cordeiro - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
karinacordeiro1994@sempreceub.com
Isabela Boulhosa Tavares - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
isabela.bt@sempreceub.com
Allan Eurípedes Rezende Napoli - UniCEUB, professor orientador
allan.napoli@ceub.edu.br

O hábito de fumar narguilé é visto como prazeroso pelo aroma e pelo sabor agradáveis, gerados por essências que mascaram o tabaco. Nesse contexto, este estudo avalia o uso crescente do narguilé entre universitários, em razão dos prejuízos à saúde causados por essa prática. O objetivo é estimar a prevalência e o perfil dos estudantes que utilizam narguilé, no que se refere aos aspectos quantiqualitativos do hábito. Trata-se de um estudo epidemiológico de caráter descritivo, com abordagem quantitativa e um levantamento entre os anos de 2018 e 2019, com análise de questionários autoaplicáveis sobre hábitos de fumar e conhecimentos sobre o narguilé. As variáveis investigadas foram: idade, gênero e curso dos estudantes; prevalência do hábito de fumar narguilé, frequência e duração das sessões de fumo; motivação para o uso do narguilé e associação com outras drogas; hábito de fumar, conhecimento acerca da composição do narguilé e das doenças associadas. Os sujeitos da pesquisa foram 500 alunos do Centro Universitário de Brasília, que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, não havendo critérios de exclusão. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob nº 2.933.427. A maior parte dos entrevistados (60,4%) declarou ter tido contato com narguilé. A maioria (35,8%) fuma raramente, sendo evidenciada a duração da prática por menos de 20 minutos (33,8%). As principais motivações para o início do hábito foram pelo gosto ou pelo cheiro (46%) e pela influência dos amigos ou colegas (36,8%). Pôde-se concluir que, entre os fumantes de narguilé, a maioria já teve contato com outros tipos de fumo e com outros tipos de droga, destacando-se o álcool e a maconha. A maior parte dos entrevistados tem conhecimento de que o uso do narguilé não é menos prejudicial à saúde quando comparado ao cigarro (66%) e que a água presente no instrumento utilizado não filtra as impurezas da fumaça (77,4%). Contudo, a minoria aponta conhecimento sobre substâncias presentes no narguilé, como monóxido de carbono e alcatrão. Quanto ao conhecimento sobre a suscetibilidade dos usuários a doenças, 69,5% dos participantes assinalaram câncer de pulmão, porém as porcentagens associadas a doenças transmissíveis foram mais baixas. Os resultados mostraram que a prevalência da experimentação de narguilé é alta entre os universitários, destacando-se a falta de conhecimento por uma parte considerável sobre a nocividade da prática. Assim, os achados enfatizam a necessidade de investigar e desenvolver melhores formas de informar a população acerca dos componentes encontrados ou produzidos por esse tipo de fumo e das doenças associadas a essa prática. Deve-se incentivar maior abordagem sobre o tema nas instituições de ensino, além de serviços de apoio ao estudante para proteção à saúde.

Palavras-Chave: universitários. Hábito de fumar. Conhecimentos sobre o narguilé.

PREVALÊNCIA, FATORES DE RISCO E CORRELAÇÃO ENTRE QUESTIONÁRIO DE EXPECTATIVAS E SATISFAÇÃO ASSOCIADOS À DEPRESSÃO PÓS-PARTO EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Déborah Álvares do Nascimento - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
deborah.alvares@gmail.com
Régis Eric Maia Barros - UniCEUB, professor orientador
regisbarros@usp.br
Marcelo Costa Cronemberger Marques - colaborador
mapgrocha@uol.com.br

A mulher, na maternidade, depara com a necessidade de reorganização social, pessoal, familiar e sexual, além das mudanças na sua imagem corporal e identidade feminina e nas flutuações hormonais. Todos esses fatores são possíveis geradores de estresse, cansaço tanto físico quanto emocional, tornando-a mais vulnerável ao desenvolvimento de transtornos psicopatológicos. Este estudo analisa a prevalência e os fatores de risco relacionados à depressão pós-parto (DPP) em um hospital público do Distrito Federal. Ademais, objetiva-se relacionar o questionário de experiência e satisfação com o parto (QESP) com o desenvolvimento de DPP. Em uma amostra de 184 mulheres em puerpério imediato, foi aplicada uma entrevista semiestruturada para identificar os perfis epidemiológicos e alguns fatores de risco para DPP. A partir de 6 semanas após o parto, foi aplicada a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS), para identificar as mulheres com pontuação >= 10 para DPP, cuja prevalência na população estudada foi 21,28%. A história prévia de depressão esteve relacionada com o aumento do risco para DPP e com a possibilidade de interrupção da gestação do puerpério atual. Não houve relação estatisticamente relevante entre o QESP e o surgimento de DPP. A prevalência de DPP encontrada no estudo está um pouco acima do nível mundial, mas é semelhante aos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Os fatores de risco encontrados são compatíveis com os prováveis mecanismos envolvidos na fisiopatologia da doença, por isso se justifica não ter havido relação significativa entre o QESP o desenvolvimento de DPP.

Palavras-Chave: depressão. Puerpério. Parto.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO TRAUMA DE CABEÇA NO FUTEBOL

Ana Carolina Salazar Albuquerque - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna bolsista
carol.albuquerque@sempreceub.com
Márcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A concussão cerebral é uma lesão muito comum na prática de esportes de contato e tem alta prevalência no futebol. Palavra derivada do latim, “concutere”, que significa *tremer violentamente*, é um subtipo de traumatismo craniano frequentemente empregado na literatura como sinônimo de *traumatismo craniano leve*. Com base no IV Consenso sobre Concussão Cerebral no Esporte, realizado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), a concussão cerebral pode resultar em alterações neuropatológicas e distúrbios funcionais com sintomas clínicos agudos, sem demonstrar uma lesão estrutural. Portanto, nenhuma alteração será identificada nos estudos tradicionais de neuroimagem. Dessa forma, é uma condição mal diagnosticada no Brasil e na América do Sul. Seu diagnóstico tem como base a investigação de sinais e sintomas clínicos. Embora muitas técnicas inovadoras demonstrem ser boas ferramentas complementares, nenhum marcador foi caracterizado como ótimo e deve ser adotado como padrão-ouro para detectar e acompanhar a evolução da concussão. Este estudo objetiva estabelecer um programa sistematizado para concussão cerebral no futebol, pela primeira vez, no Brasil.

Palavras-Chave: concussão cerebral. Traumatismo craniano leve. Futebol.

PROJETO DE PESQUISAS CLÍNICAS PARA OS JOGOS PAN-AMERICANOS DE 2007: UMA AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS SÉRICOS DE ÁCIDOS GRAXOS EM ATLETAS DE ELITE

Carolina Freitas Carvalho Guimarães Monteiro - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna bolsista
carolina.monteiro30@sempreceub.com
Nicole Aléxia Barreira de Almeida - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluna voluntária
nicole.almeida@sempreceub.com
Márcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A doença cardiovascular é uma preocupação mundial, inclusive para os atletas. Por sua vez, a prática regular de exercícios físicos é um fator de proteção cardíaca. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a dieta, o uso de suplementos e os níveis séricos de ácidos graxos em atletas de elite, submetidos ao exercício regular de alta intensidade. Trata-se de um estudo transversal que investigou 39 atletas de 20 modalidades, participantes dos Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro, em 2007. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, e a pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade de Pittsburgh. Os atletas responderam a um questionário sobre dieta, hábitos de vida e doenças prévias. Foram realizados, pelo laboratório Genova Diagnostics (GDX), exames de sangue para avaliar os ácidos graxos, analisados por cromatografia gasosa com ésteres, adicionando-se a mistura 1:15 acetil cloreto e metanol à amostra de sangue. A análise estatística foi realizada com o SPSS v.22. Evidenciou-se que 97,4% dos atletas de elite possuem uma deficiência de PUFA n-6 (média = 9,22%). Entretanto, apenas 15,4% dos atletas continham valor de ácido araquidônico abaixo da normalidade (média = 2,57%); 12,8% tiveram EPA abaixo da normalidade (média = 0,12%), e 43,6%, DHA reduzidos (média = 0,35%). O índice Ômega 3 (DHA + EPA) foi baixo em 64,1%, de acordo com os dados normativos do laboratório. Encontraram-se valores de gordura trans aumentados em vários atletas (média=0,61%). Foram realizadas correlações de acordo com idade, gênero, estado civil e raça. Além disso, foi relatado o uso de suplementação de cálcio ou cálcio com vitamina D, em que foi constatada diferença significativa em relação à redução da quantidade de produtos pró-inflamatórios de Ômega-6, dependendo do uso mensal relatado. Conclui-se que os atletas consomem, diariamente, baixa quantidade de DHA e EPA, e é necessária a suplementação para que os produtos do Ômega-3 sérico estejam em nível suficiente para a cardioproteção.

Palavras-Chave: Ômega 3. Atletas de elite. Jogos Pan-Americanos.

PROSSEGUIMENTO DE ESTUDO DE COORTE HISTÓRICA DE PACIENTES COM BIÓPSIAS DE COLO UTERINO ALTERADAS E PROGNÓSTICO NO DISTRITO FEDERAL DE 2012 A 2018

Gustavo Albergaria Brízida Bachtöld - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gus.bach@sempreceub.com
Gabriel Guimarães Muniz - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gabriel.gmuniz@sempreceub.com
Flávia Alves Neves Mascarenhas - UniCEUB, professora orientadora
flavia.mascarenhas@ceub.edu.br

O câncer de colo de útero é o do trato genital mais comum, e o fator de risco mais importante para seu desenvolvimento é a infecção pelo vírus HPV. Mas, outros fatores relacionados ao hospedeiro, como imunidade e hábitos de vida, podem contribuir para o surgimento da neoplasia. A doença ocorre por longo período como uma lesão precursora, rastreada com o teste Papanicolau. Se houver progressão, poderá ser diagnosticada com exames clínicos ou complementares. O tratamento varia de acordo com as características particulares das lesões neoplásicas. A alta incidência dessa patologia no Brasil contrapõe-se à existência de um sistema de prevenção eficaz – o esquema vacinal contra o HPV – e ao eficiente método de rastreio das lesões pré-neoplásicas. Dessa forma, a patologia é evitável na maioria dos casos. Este estudo faz-se necessário para a melhor caracterização do perfil da assistência instituída no Distrito Federal. O objetivo do trabalho é estudar os aspectos socioepidemiológicos e analisar a assistência, o acompanhamento e o prognóstico de pacientes com resultados alterados em biópsias de colo uterino. Trata-se de estudo baseado numa coorte histórica, observacional e descritiva, com dados secundários obtidos do HMIB, com registros de biópsias alteradas, coletadas no DF, de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2015, com acompanhamento das pacientes até 31 de dezembro de 2018. O estudo incluiu 771 pacientes com idade média de 38 anos. Na menarca, a média de idade foi de 13,5 anos, e a da coitarca, de 17 anos. A multiparidade esteve presente em 83,3% das pacientes. As mulheres com múltiplos parceiros sexuais chegaram a 39,8%. As tabagistas foram 22,1%. Houve 2,5% de casos HIV positivos. O histórico familiar de câncer ocorreu em 36,3% das mulheres incluídas na pesquisa. LIEAG foi o resultado citológico predominante em 62,3%. O diagnóstico da biópsia com a colposcopia e na conização mais comum foi NIC III, 57,2% e 64,2%, respectivamente. O tratamento predominante foi conização em 88,3%. O seguimento continuado ocorreu apenas em 42,6% dos casos, e, desse grupo, 41,2% das pacientes receberam alta. Ao longo do seguimento, 2,2% dos casos evoluíram para óbito. Concluiu-se que os fatores de risco são muito importantes na gênese das lesões precursoras de câncer de colo uterino. Houve uma concordância entre a maioria dos laudos citológicos – LIEAG – e o resultado histopatológico final – NIC III –, o que, indiretamente, pode sugerir boa qualidade do serviço de patologia da rede pública e do HMIB, em especial. O grupo de pacientes que realizou bom acompanhamento apresentou melhor desfecho primário – prognóstico – e desfechos secundários em relação à doença. Uma base de dados que mostre o seguimento detalhado das mulheres

incluídas no programa de prevenção da neoplasia de colo uterino seria bastante válida para evitar a evasão das pacientes e garantir da realização dos exames.

Palavras-Chave: neoplasias do colo do útero. Neoplasia intraepitelial cervical. Teste de Papanicolau.

PROTEÔMICA DE BIÓPSIAS LÍQUIDAS COMO BIOMARCADORES NOS ADENOCARCINOMAS COLORRETAIS

Gabriel Fonseca de Bulhões - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gabrielfbulhoes@gmail.com
Igor Norat Cavalcanti - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
noratigor@gmail.com
Aline Maria Araújo Martins - UniCEUB, professora orientadora
aline.araujomartins@ceu.es
Bruno Augusto Alves Martins - colaborador
brunomartins.coloprocto@gmail.com
Mickaella Michelson Martins - colaboradora
mickaellammartinsbio@gmail.com
Paulo Gonçalves de Oliveira - colaborador
cancerbiomol@gmail.com

O câncer colorretal (CCR) é o terceiro mais prevalente no mundo, e, cerca de 45% das vezes, seu diagnóstico é tardio, por isso apresenta metástase a distância e prognóstico desfavorável. O padrão-ouro para o diagnóstico é a colonoscopia, no entanto esse exame apresenta riscos, como sangramento, perfuração, complicações cardiorrespiratórias e questões relacionadas ao pudor e ao desconforto, o que resulta em baixa adesão dos pacientes. Atualmente, o principal exame de rastreio do CCR é a pesquisa de sangue oculto nas fezes, porém contém baixa sensibilidade e especificidade. Assim, faz-se necessária a criação de novas ferramentas diagnósticas, como métodos menos invasivos e biópsias líquidas. Neste trabalho, foi realizada uma prospecção de proteínas presentes em biópsias líquidas (plasma e urina), por meio da espectrometria de massas, entre um grupo de 9 indivíduos portadores de neoplasia colorretal e outro de 9 indivíduos não patológicos (controle), visando definir possíveis biomarcadores. Foram coletadas amostras de plasma e urina dos 18 indivíduos, e extraídas as proteínas totais. Em seguida, as amostras foram submetidas à nanocromatografia com uHPLC, e os picos obtidos foram submetidos à análise do Orbitrap e do Progenesis, durante a qual foram separadas 18 proteínas com relevância estatística, sendo 5 delas provenientes do plasma e 13 da urina, podendo ser utilizadas como possíveis potenciais biomarcadores. Na literatura, algumas delas foram descritas e relacionadas ao CCR; outras foram associadas ao processo da carcinogênese; outras ainda não foram descritas no CCR ou no processo de carcinogênese. Assim, futuras pesquisas com foco na validação das proteínas mais relevantes e na avaliação de forma personalizada são necessárias, além de alinhar a proteômica a outras técnicas, como a metabolômica.

Palavras-Chave: proteômica. Câncer colorretal. Espectrometria de massas.

PRÓTESE MIOELÉTRICA APLICADA EM MEMBROS SUPERIORES COM MODELAGEM MECÂNICA EM IMPRESSORA 3D

Railander Oliveira A. Faria - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
railander.faria@sempreceub.com
Pedro Pinheiro Garcia - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
pedro.garcia@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque - UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

As próteses mioelétricas utilizam eletrodos de superfície para interpretar sinais e comandos que percorrem o sistema nervoso e são capazes de realizar funções motoras, como contração muscular. A partir da leitura e do processamento digital dos sinais, é possível controlar um sistema servomotor e reproduzir a intenção do usuário. Para aprimorar o procedimento, é necessário amplificar o sinal e filtrar possíveis ruídos na leitura provenientes da rede elétrica e de outros equipamentos próximos. Um modelo matemático eficiente é importante para realizar o tratamento do sinal, sacrificando o mínimo de processamento possível. Com o auxílio de uma impressora 3D, realizaram-se testes quanto à montagem de próteses já desenvolvidas, e compreendeu-se como operar o equipamento. Para trabalhos futuros, espera-se desenvolver um modelo adequado de prótese que comporte os componentes eletrônicos de forma discreta e obter microsservomotores capazes de simular os movimentos de uma mão real.

Palavras-Chave: Prótese 3D. Sinais mioelétricos. Modelagem mecânica.

QUALIDADE AMBIENTAL E EFICIÊNCIA NA ARQUITETURA: ESTABELECENDO UM PANORAMA DA SUSTENTABILIDADE EM EDIFÍCIOS COMERCIAIS, PÚBLICOS E DE ESCRITÓRIO EM BRASÍLIA COM BASE NO LEED, NO AQUA-HQE E NA ETIQUETA PBE EDIFICA

Lucas Silva Alves - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
lucas.sa@sempreceub.com
Débora Félix Rodrigues Ikeda - UniCEUB, professora orientadora
debora.ikeda@ceub.edu.br

A sustentabilidade, um dos paradigmas mais relevantes da contemporaneidade, tem-se difundido e incorporado aos variados setores sociais. Na construção civil, projetar novos edifícios com atributos verdes pressupõe compreender como a evolução das discussões ambientais em nível global, nacional e local alcançou a área estudada e como os selos verdes, considerados os principais veículos da eficiência e da qualidade ambiental na arquitetura, moldaram suas metodologias e consolidaram-se comercialmente. Tendo Brasília como local de estudo, a pesquisa tem por objetivo estabelecer o panorama da sustentabilidade em edifícios públicos, comerciais e de escritórios, buscando, no LEED, no AQUA-HQE e na Etiqueta PBE Edifica, seus parâmetros analíticos e numéricos. Para isso, foi utilizada uma base documental existente, constituída principalmente por trabalhos acadêmicos que determinam o traçado histórico do desenvolvimento sustentável e os índices socioeconômicos que compõem o cenário-alvo, além de outras ferramentas, como os próprios dados e as estatísticas apresentadas pelas organizações que controlam os certificados. Almejando trazer experiências da aplicação dos conceitos de qualidade ambiental por meio das certificações sustentáveis apresentadas, por fim, foram realizados dois estudos de caso de empreendimentos situados em Brasília: o Centro Corporativo Portinari, o primeiro no Centro-Oeste a alcançar o LEED Platina e a Etiqueta PBE Edifica Nível A; o Centro de Práticas Sustentáveis, um edifício público de tipologia não convencional, voltado à sustentabilidade, com certificado AQUA-HQE. Os resultados obtidos esclarecem a interdependência entre os tópicos analisados, apontando a sustentabilidade como um assunto em formação, com uma trajetória não linear que, durante décadas, foi transpassada por diversos aspectos diferentes, para que, hoje, estivesse enraizada na cultura contemporânea global. Igualmente, sua gradual introdução nos processos de edificação revelou a necessidade de reconhecimento do tópico não apenas em um plano vertical, mas também como um vetor de inserção horizontal nas etapas construtivas. Neste contexto, os selos verdes, como dispositivos de avaliação ambiental, têm sido eficazes em tornar as práticas sustentáveis mais abrangentes e acessíveis, por isso têm obtido grande valorização comercial, mesmo que, por vezes, não revelem o verídico compromisso com as premissas bioclimáticas e a adaptação à realidade circundante.

Palavras-Chave: Arquitetura. Sustentabilidade. Certificação ambiental.

REGULAMENTAÇÃO SOBRE FINTECHS: UMA COMPARAÇÃO DO BRASIL COM O CONTEXTO MUNDIAL

Rafaela dos Santos Brito - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
rafaela@sempreceub.com
Érika de Farias Lisboa - UniCEUB, professora orientadora
erika.lisboa@uniceub.br

O avanço da internet e de tecnologias associadas proporcionou uma ruptura nos serviços tradicionais, entre eles, os financeiros. Uma *fintech* é um modelo de *startup* que visa inovar e aperfeiçoar o sistema financeiro nacional por meio de novas tecnologias e do acesso aos variados serviços de crédito. Com o crescimento das *fintechs*, os governos de diversos países deparam com a necessidade de regulamentar este tipo de serviço, que pode causar danos irreparáveis à economia do país mediante a oferta de crédito e de meios de pagamento. Diante deste contexto, a pesquisa tem como objetivo identificar a regulamentação sobre *fintechs* no Brasil e compará-la a países onde este tipo de negócio é mais desenvolvido. Para tanto, foi realizado um estudo com abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por *web scraping* e analisados com o auxílio do *software* R-Studio. Como achados, conclui-se que o fato de o setor ser regulamentado não é determinante do sucesso ou do fracasso das empresas. Países, como Reino Unido e Nova Zelândia, são parâmetros de grande e mínima regulação, e ambos contêm alto número de empresas sem que isto cause problemas às suas economias. O destaque está em como as *fintechs* são integradas à economia, cuja regulamentação clara e acordada é um fator que pode alavancar a criação e o progresso das empresas.

Palavras-Chave: Fintech. Regulamentação. Estudos comparativos.

REMOÇÃO DE CROMO (VI) DE SOLUÇÕES AQUOSAS POR ADSORÇÃO UTILIZANDO UM ÓXIDO INORGÂNICO E APLICANDO O PLANEJAMENTO FATORIAL

Matheus Pires Martins - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
matheus.pmartins@sempreceub.com
Gabriel Pereira de Lima - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
gabriel.lima@sempreceub.com
Maria José de Souza Serafim - UniCEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br

Metais pesados são constituintes normais de ecossistemas, no entanto as atividades humanas aumentam a sua quantidade circulante no ambiente. Por isso, novos métodos de remoção são pesquisados e usados, e o óxido de nióbio (V) hidratado é um exemplo, pois é excelente adsorvente inorgânico e apresenta requisitos de seletividade e estabilidade necessários com custos reduzidos, quando comparados a outros materiais. A adsorção é um processo largamente empregado na remoção de metais, em rejeitos de inúmeras atividades químicas, em que o descarte de metais tóxicos pode ultrapassar os limites legais. Este trabalho tem como finalidade avaliar a eficiência do óxido de nióbio (V) hidratado sem tratamento prévio, em reações de adsorção, perante os ânions com cromo (VI). Foram realizadas reações de adsorção para avaliar a quantidade de íons de dicromato que o óxido pode adsorver mediante o planejamento fatorial com os seguintes parâmetros: massa do trocador, tempo de agitação e volume de solução de dicromato. Verificou-se que, aumentando a massa do trocador, obtém-se significativo acréscimo na porcentagem de ânions adsorvidos. Além disso, os resultados mostraram-se mais eficientes em relação a trabalhos anteriores em que se realizou o processo de reprecipitação do óxido de nióbio, procedimento que gerou a formação de subprodutos, reduzindo, consideravelmente, a eficiência da adsorção, de apenas 53%. Nesta pesquisa, obtiveram-se melhores resultados com adsorção de 75% dos íons de dicromato, no experimento que utilizou 4 g do adsorvente, 40 ml de solução de dicromato de potássio 0,02% e tempo de agitação de 60 minutos. O óxido utilizado apresentou 25,5% de água, que resultou na fórmula geral: $Nb_2O_5.4,6H_2O$. Os resultados obtidos na remoção de ânions de dicromato, cromo (VI) foram satisfatórios, o que propiciará o desenvolvimento de pesquisas com reações de adsorção, utilizando-se $Nb_2O_5.nH_2O$ como adsorvente para a remoção de outros metais poluentes do meio ambiente, visando à melhor qualidade de ambientes aquáticos.

Palavras-Chave: Óxido de nióbio hidratado. Adsorção. Cromo (VI).

RESULTADOS DO REPARO ARTROSCÓPICO DO MANGUITO ROTADOR SOB A TÉCNICA DE FILEIRA SIMPLES *VERSUS* FILEIRA DUPLA

Thiago da Silva Ribeiro - UniCEUB, PIC IPE-HOME, aluno bolsista
ribeiro.ts@sempreceub.com
Márcio de Paula Oliveira - UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

As lesões do manguito rotador (MR) são bastante comuns na prática ortopédica e correspondem a cerca de 30% a 70% dos quadros de dores do ombro. A incidência das rupturas do MR na população pode chegar a até 20%. Entre as opções terapêuticas, há o reparo artroscópico do MR, que pode ser feito com as âncoras em disposição de fileira simples (FS), fileira dupla (FD) ou equivalente transóssea. O objetivo deste estudo é avaliar os pacientes submetidos ao reparo artroscópico do MR, comparando os resultados funcionais obtidos pelas técnicas de FS e de FD. Para isso, desenvolveu-se um estudo observacional, comparativo e retrospectivo, em que foram incluídos os pacientes submetidos ao reparo artroscópico do manguito rotador, maiores de 18 anos. Foram excluídos os que, durante o ato cirúrgico, foram submetidos a outros procedimentos, como reparo do labrum, tenotomia, tenodese do bíceps e acromioplastia. Os dados foram coletados por meio da análise dos prontuários e da avaliação presencial dos pacientes ao seguimento, divididos em dois grupos, um da FS e outro da FD, para realizar a comparação dos resultados funcionais por meios dos escores UCLA e Constant, da amplitude e da força dos movimentos de elevação, da rotação externa e interna. A amostra foi composta por 135 ombros e 128 pacientes. Destes, 69,6% correspondem a casos operados pela técnica de FS, e 30,4% pela da FD. A idade média do grupo FD foi 55 anos, e, no grupo FS, 59 anos, diferença estatisticamente significativa. Quanto ao sexo, ambos os grupos foram compostos por maioria feminina. O tempo médio de seguimento do grupo FD foi 55,32 meses, e, no grupo FS, 44,19 meses, sem significância estatística. Para as variáveis tabagismo e diabetes, as diferenças entre os dois grupos não foram estatisticamente significativas. Em ambos os grupos, as lesões degenerativas corresponderam à maioria dos casos. Ambos os grupos apresentaram mais de 80% dos casos de rupturas totais. A média da escala UCLA foi de 33 pontos tanto no grupo FS quanto no FD. As médias da escala Constant foram 82 no grupo FS e 86 no grupo FD, diferença sem significância estatística. Quanto à amplitude dos movimentos e à força, apenas a força de elevação anterior apresentou diferença estatisticamente significativa com médias de 4 kg para o grupo FS e 5 kg para o grupo FD. Em ambos os grupos, mais de 50% dos pacientes apresentaram-se sem dor à consulta de reavaliação, e os que estavam com dores intensas estiveram na menor proporção. Quanto às complicações pós-operatórias, 3 casos foram registrados no grupo FS (3,19%), e 2, no grupo FD (4,8%), diferença sem significativa estatística. Portanto, a técnica de FD apresentou resultados superiores apenas quanto à força da elevação. Quanto aos demais parâmetros funcionais, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os pacientes submetidos à técnica de FS e àqueles submetidos à de FD.

Palavras-Chave: manguito rotador. Artroscopia de ruptura. Fileira simples e dupla.

ROTINA DOCENTE, ADOECIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS SUBJETIVOS COM BASE NA ANÁLISE CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVA

Luís Fernando Martins Ribeiro - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
luisf.martins@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori - UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

As atuais exigências que restringem a rotina do professor universitário estão quase exclusivamente vinculadas aos processos de avaliação estabelecidos pelos órgãos de fomento. Neste contexto, dá-se excessivo valor à produção de artigos em revistas indexadas. Assim, a grande maioria das atividades docentes volta-se às exigências severas de publicação. O processo de avaliação tem gerado grande desafio ao docente, pois a sua manutenção nos programas de pós-graduação e o acesso a recursos financeiros estão diretamente vinculados a sua produção e qualificação científica. Acrescenta-se que a concorrência entre docentes se torna rotina no contexto dos cursos de pós-graduação de diferentes programas da mesma universidade e de diferentes centros de pesquisas. Considerando esse contexto imposto às carreiras docentes, percebe-se que a rotina acadêmica conduz os professores ao adoecimento, ao permanente quadro de estresse, à depressão, ao esgotamento físico. Assim, o objetivo desta pesquisa é avaliar o processo de adoecimento docente no contexto das novas exigências vinculadas à atividade acadêmica e verificar como os professores vivenciam, de forma saudável ou não, a rotina tanto em termos das novas exigências como na consequente intensificação das suas atividades. A metodologia consiste na realização de pesquisas a respeito do contexto organizacional dos programas de pós-graduação e a sua vinculação aos processos avaliativos dos órgãos de fomento e às atividades desempenhadas pelos docentes. As análises visam perceber os efeitos deste contexto no processo de subjetivação do adoecimento. O estudo baseia-se nos pressupostos da epistemologia qualitativa que enfatiza a produção de conhecimento como um processo construtivo-interpretativo, sendo o fundamento principal das análises propostas. Com base nos resultados obtidos a partir do processo dialógico, foi possível estabelecer efeitos da atual rotina docente nos processos de adoecimento. Assim, pensar sobre os processos de saúde e doença tende a conduzir uma construção teórica que possibilite a articulação de diferentes registros da organização do fenômeno humano. Isso permite a perspectiva mais complexa e plurideterminada dos aspectos sociais e individuais e a consequente compreensão processos de adoecimento e de como o aspecto individual se processa no social e articula significados ao modo de viver as experiências.

Palavras-Chave: adoecimento docente. Subjetividade. Construtivo-interpretativo.

SEGUIMENTO TARDIO DE PACIENTES PORTADORES DE DOENÇA ARTERIAL CORONARIANA: A OPÇÃO TERAPÊUTICA REFLETIU AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NOS GUIDELINES?

Thiago do Amaral Cavalcante - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
thiagoamaral97@gmail.com
Eduardo José Ferreira Sales - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
eduardofjsales@gmail.com
Helmgton José Brito de Souza - UniCEUB, professor orientador
hjbsouza@gmail.com
Natália Ramires Kairala - colaboradora
nataliakairala@gmail.com
Rafaela Salviolo Soares - colaboradora
rafaelasalviolo@gmail.com

O tratamento empregado para a Doença Arterial Coronariana (DAC) poderá ser clínico e ou invasivo por meio das terapias de reperfusão miocárdica. Os *guidelines* propostos pelo American College of Cardiology Foundation e pela American Heart Association têm por finalidade orientar a prática clínica na escolha do tratamento mais apropriado, amparado nas evidências científicas e nos pareceres de especialistas, para determinar se os benefícios superam os riscos relacionados a cada uma das modalidades terapêuticas. Nesse contexto, o escore SYNTAX avalia diversos fatores clínicos e é uma ferramenta angiográfica criada para auxiliar a avaliação da complexidade das lesões das artérias coronárias. O seu uso conforme os *guidelines* evidencia resultados cada vez mais significativos com melhores desfechos, apresentando uma segurança maior na tomada de decisão da equipe multidisciplinar. Assim, neste estudo, além de verificar se o tratamento empregado para pacientes portadores de DAC, diagnosticados a partir de coronarioangiografia (CATE), respeitou as recomendações previstas nos *guidelines* e no estudo SYNTAX, são avaliadas as consequências tardias da opção terapêutica na qualidade de vida dos pacientes. Trata-se de estudo transversal, observacional, descritivo e retrospectivo, realizado em um hospital privado do Distrito Federal, que utilizou os registros de prontuários médicos entre janeiro de 2014 a março de 2017 e as informações fornecidas por telefone por pacientes ou seus familiares. Foram pré-selecionados os pacientes diagnosticados com DAC que apresentavam doença obstrutiva em, pelo menos, dois vasos, segundo laudo de CATE. Esses exames foram avaliados por especialistas que desconheciam o tratamento a qual cada paciente foi submetido e os desfechos clínicos. Em seguida, foram calculados os SYNTAX escores 1 e 2. Comparou-se, então, o tratamento recomendado pelo cálculo do SYNTAX escore 2 ao tratamento a que cada paciente foi submetido. Inicialmente, foram obtidos 315 pacientes pré-selecionados; 105 foram excluídos. Quanto ao tratamento empregado, notou-se que, dos 55 pacientes do grupo de baixo risco com indicação de tratamento percutâneo, 48 (87,3%), de fato, realizaram-no. Dos 69 pacientes do grupo de risco intermediário cuja indicação terapêutica recomendada seria cirúrgica, apenas 2 (2,9%) foram submetidos à cirurgia. A situação foi a mesma do grupo de 86 pacientes de alto risco, pois apenas 22 (25,86%) realizaram a cirurgia. Na amostra estudada, o tratamento oferecido aos pacientes portadores de DAC não segue as diretrizes

e as recomendações consolidadas na literatura universal. A ampliação da amostra, com a inclusão de outras instituições, poderá aumentar a margem de avaliação da situação atual do tratamento da doença arterial coronariana no Brasil.

Palavras-Chave: Doença Arterial Coronariana. SYNTAX score. Revascularização do miocárdio.

SEPSE ASSOCIADA À PNEUMONIA EM PACIENTES COM VENTILAÇÃO MECÂNICA NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA EM UM HOSPITAL PÚBLICO DO DF

Gabriel de Almeida Rios - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gabriel.rios@sempreceub.com
Thiago Almeida Hurtado - UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
thiago.hurtado@sempreceub.com
Joana Darc Goçalves da Silva - UniCEUB, professora orientadora
joana.silva@ceub.edu.br

Trata-se de um estudo transversal que elucida as principais características – tais como quadro clínico, comorbidades associadas e fatores de risco – medidas preventivas e critérios de diagnóstico por meio da análise de prontuários de pacientes com quadro séptico diagnosticado por meio dos escores Sequential Organ Failure Assessment, ocasionado por pneumonia associada à ventilação, diagnosticada conforme os critérios da ANVISA, estabelecidos no *Manual de critérios diagnósticos de infecção relacionada à assistência à saúde,* de 2017, na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional da Asa Norte, no período de janeiro a dezembro de 2018. Explicitam-se dados a ser apresentados de forma descritiva, adotando-se números absolutos e proporções para as variáveis categóricas e medidas de tendência central e dispersão para as variáveis numéricas a ser tabulados no programa Excel e analisados no programa RStudio. Demonstra-se a prevalência e os aspectos epidemiológicos referentes à patologia citada. Cada integrante será responsável por revisão de literatura, coleta e análise dos dados, elaboração do relatório parcial e final e do artigo científico.

Palavras-Chave: sepse. Pneumonia. Ventilação mecânica.

SIMULAÇÕES DE BARREIRAS ACÚSTICAS PARA ATENUAÇÃO DO RUÍDO GERADO PELO METRÔ-DF

Ana Luísa Oliveira e Vieira - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
ana.luisa@sempreceub.com
Sérgio Luiz Garavelli - UniCEUB, professor orientador
sergio.garavelli@ceub.edu.br
Armando de Mendonça Maroja - colaborador
amaroja@gmail.com

O ruído urbano é um dos principais problemas ambientais que atinge a população das grandes cidades. Além do incômodo, afeta a qualidade de vida, a saúde física e mental dos habitantes. A cidade de Águas Claras apresenta uma população aproximada de 180 mil habitantes com elevada densidade e, apesar de nova, sofre com problemas ambientais. Nos últimos anos, a contaminação acústica na cidade aumentou, e o ruído gerado pela operação do metrô é uma das fontes principais. Como característica especial, a maior parte da malha metroviária em Águas Claras é de superfície, ou seja, a céu aberto, em trincheiras, sobre aterros e em terrenos no mesmo nível da via. Edifícios mais altos e próximos à linha recebem o ruído gerado pela operação do metrô, o que perturba boa parcela da população, principalmente nos períodos vespertino e noturno. A solução de barreiras acústicas, muito difundidas em países da Europa, apresenta-se como uma alternativa à mitigação da contaminação ambiental. Esta pesquisa tem como objetivo principal propor soluções mitigadoras para o ruído gerado pela operação do Metrô-DF, por meio da instalação de barreiras acústicas. Inicialmente, foram realizadas medições acústicas próximas às margens da linha férrea, aos edifícios das vias Boulevard norte e sul e no interior das residências. Os resultados foram utilizados para a caracterização da fonte de ruído e para a calibração dos mapas acústicos. A partir dos dados coletados *in situ* e de informações complementares sobre a operação do metrô, foram gerados os mapas acústicos e as simulações com a implantação das barreiras acústicas. Para isso, foram selecionadas três regiões, cujo critério foi o nível da linha férrea em relação à via, ou seja, a área cuja linha férrea estava em talude, no mesmo nível e acima. As simulações foram feitas com o *software* SoundPlan, com o módulo do ruído ferroviário RMR-2002. Para a elaboração do mapa, foram inseridos os elementos topográficos, os edifícios e suas alturas, as vias e as ferrovias, além de outros parâmetros de entrada do *software*. O mapa acústico foi gerado inicialmente, sem a implantação das barreiras. Um conjunto de simulações preliminares proporcionou a escolha de barreiras com três diferentes tipologias: barreira reta, barreira com elemento inclinado de topo e barreira *cantilevered*, para as quais um estudo mais detalhado foi realizado. A barreira *cantilevered* foi a que apresentou o melhor desempenho nas três regiões estudadas. Os níveis de pressão sonora que atingem as fachadas dos edifícios foram reduzidos de 15% a 20%, com a implantação da barreira. Os resultados indicaram que a atenuação com a colocação das barreiras acústicas em áreas nas quais a linha férrea se apresenta no mesmo nível da via rodoviária é menos eficiente quando comparadas com as em talude.

Palavras-Chave: barreira acústica. Metrô. Poluição sonora.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS RESIDENCIAIS

Lucas Lins Vieira - UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
lucas.lins@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque - UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@ceub.edu.br

Este protótipo apresenta o desenvolvimento de um sistema de monitoramento do consumo de energia para instalações elétricas em residências. O objetivo é aprimorar meios alternativos de economia de energia elétrica para os consumidores residenciais. O protótipo é baseado em um sistema de eficiência energética a ser implementado por meio de um microcontrolador Arduino e um sensor de corrente não invasivo 100A SCT- 013, que interpreta os sinais analógicos obtidos. O modelo mede, em tempo real, a tensão, a corrente, a potência e o consumo de energia elétrica de cada equipamento, e todos esses dados são apresentados por um *display* de LCD. A finalidade deste dispositivo é que o consumidor consiga monitorar seus gastos de forma instantânea e eficiente.

Palavras-Chave: Arduino. Consumo de energia elétrica. Eficiência energética.

TEORIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES: DA PRESERVAÇÃO DOS BENS MATERIAIS À PAISAGEM CULTURAL

Ana Luísa de Lima Magarelli - UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluno voluntário
ana.magarelli@sempreceub.com
Luis Felipe Miranda Diniz - UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluno voluntário
luisfellipe97@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães - UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

O foco desta pesquisa consiste no estudo do conceito de paisagem cultural, levantando discussões embasadas nas teorias de conservação, no contexto internacional e nacional. Anterior à criação do conceito *paisagem cultural* pela UNESCO, em 1992, teóricos propuseram noções sobre o entendimento dessa categoria de pensamento. Em meio à evolução de definições e maneiras de compreensão, chega-se à síntese apresentada como o processo de interação do homem com o meio natural. O estudo faz-se mediante pesquisa bibliográfica que abrange desde os chamados "teóricos do restauro", que dominaram os pensamentos sobre o campo, até meados do século XX, até as Cartas Patrimoniais, frutos de congressos internacionais, além de normas e leis criadas a fim de garantir a integridade do patrimônio. Tais procedimentos estão fundamentados na união de dois campos, o espaço e a cultura, com uma abordagem interdisciplinar, ancorando-se em conhecimentos produzidos pela Arquitetura e Urbanismo e pelas Ciências Sociais. A pesquisa tem como produto final um estudo teórico sobre transformações no campo do patrimônio cultural, centrado nas teorias e nas ações que, entre os séculos XIX e XX, pautaram-se pela preservação de bens culturais materiais e, desde as últimas décadas do século XX, ampliaram os esforços de preservação para os bens culturais imateriais e os naturais. Além disso, permite a criação de um banco de imagens sobre bens patrimoniais em Brasília, expressando a manutenção ou a transformação da natureza dos bens preservados na cidade. Assim, é possível concluir o quanto de patrimônio, paisagem e cultura foi passível de transformação em uma sociedade caracterizada pela constante produção. Além disso, observa-se que muitos pensamentos contemporâneos já eram abordados há décadas, como o caso de Simmel, que, mesmo antes de surgirem temas, como paisagem cultural, já observava a preocupação humana com a preservação de sua base histórica. A transformação do que se entende por patrimônio, sem dúvidas, foi um dos maiores destaques da pesquisa. Essa ideia desenvolveu-se ao longo dos anos e abrange diversas áreas, a fim de garantir a preservação cultural. Foi de extrema importância o reconhecimento do papel de entidades, como a UNESCO e o IPHAN, na contribuição para a preservação do patrimônio, criando acordos e regulamentos para tais práticas que acompanharam a evolução destes conceitos e tiveram grande importância no reconhecimento do patrimônio imaterial e da paisagem cultural, nos âmbitos nacional e mundial.

Palavras-Chave: Teorias da preservação. Patrimônio cultural. Paisagem.

TRADUÇÃO E VALIDAÇÃO PARA O PORTUGUÊS DE UMA ESCALA DE AVALIAÇÃO DE TRANSTORNOS DE CONTROLE DE IMPULSO EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON NO BRASIL

Brenda Macedo de Almeida e Castro - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
brenda.macedo@sempreceub.com
Beatriz Luna Coutinho de Almeida - UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
beatriz.coutinho@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe - UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br
Pedro Renato de Paula Brandão - colaborador
pedrobrandao.neurologia@gmail.com

A doença de Parkinson atinge cerca de 3% da população acima de 60 anos no Brasil. Além dos sintomas motores, há outros não motores, incluindo aspectos cardiovasculares, gastrintestinais, relacionados ao sono, psiquiátricos, entre outros. No que concerne aos sintomas psiquiátricos, inclui-se não só a ansiedade e a depressão, mas também os transtornos de controle de impulso (TCI), cuja prevalência em portadores da doença de Parkinson é de 15 a 20%. Esse sintoma pode apresentar-se como hipersexualidade, hiperfagia, compulsão por jogos ou por compras. A abordagem visa à identificação precoce e ao ajuste do tratamento da doença de Parkinson, a fim de prevenir consequências sociais, financeiras e legais. A escala QUIP-RS é uma ferramenta para a avaliação dos TCI que examina a gravidade e a progressão dos sintomas, mas ainda não foi traduzida ou validada para o português brasileiro. Assim, o objetivo deste trabalho é traduzir e validar a QUIP-RS para o português brasileiro. Nesse sentido, a escala QUIP-RS e sua folha de instruções foram traduzidas, retrotraduzidas e aprovadas pelo autor da versão original. Além disso, foi aplicada a 13 controles e 39 pacientes portadores de doença de Parkinson. Foram analisadas as propriedades psicométricas, a aceitabilidade, a consistência externa e interna, a dimensionalidade e a precisão. Foram aplicadas, também, as escalas MDS-UPDRS, NMSS, QUIP-CS, PDSS-BR, PDQ-8 e MoCA para melhor análise do perfil do paciente e da validade divergente. Os dados foram examinados no *software* R. Houve efeito solo importante; o efeito teto foi menor do que 15%; o alfa de Cronbach foi de 0.78, demonstrando a confiabilidade da escala. A análise gráfica exploratória e a fatorial confirmatória comprovaram que é uma escala unidimensional. A validade convergente foi demonstrada pela relação estatisticamente significativa entre as pontuações de cada transtorno na QUIP-RS e as questões binárias referentes a cada transtorno no QUIP-CS. A validade divergente foi comprovada pela falta de relação ou pela relação negativa com escalas que avaliam outros construtos. A escala QUIP-RS traduzida parece ser um instrumento útil na identificação de TCI, mas ainda são necessários estudos com análise teste-reteste para sua validação.

Palavras-Chave: doença de Parkinson. Transtornos do controle de impulso. Agonistas dopaminérgicos.

TRATAMENTO COM METFORMINA EM CÉLULAS DE CÂNCER DE MAMA E SUA INFLUÊNCIA NA PRODUÇÃO DE ESPÉCIES REATIVAS DE OXIGÊNIO

Jennifer Yumie Sinibe Hable - UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
jennifer.yumie@sempreceub.com
Luciana Ramalho de Farias - UniCEUB, professora orientadora
luciana.farias@ceub.edu.br
Sônia Nair Báo - colaboradora
snbao@gmail.com
Paulo Roberto Queiroz - colaborador
paulo.silva@ceub.edu.br

O câncer é considerado o mal do século segundo a Organização Mundial da Saúde, e o de mama, o mais letal entre as mulheres. Diferenças metabólicas, em comparação com as células saudáveis, favorecem o desenvolvimento e a sobrevivência das células cancerígenas. Nesse sentido, as células neoplásicas apresentam níveis basais de espécies reativas de oxigênio (EROs) elevados, porém desenvolvem mecanismos de defesa pela produção de enzimas com ação antioxidante - catalase, superóxido dismutase, glutationaperoxidase e glutationa - que evitam o estresse oxidativo e a consequente morte celular. Uma vez que a ativação da AMPK nas células cancerígenas tratadas com metformina está associada à menor síntese de EROs, compreender melhor o comportamento desse fenômeno pode representar mais um aspecto no desenvolvimento de ferramentas a ser utilizadas na terapia de combate ao câncer. Para realização deste projeto, foram cultivadas células da linhagem MDA-MB-231 (adenocarcinoma mamário humano) em meio L-15 (Leibovitz Medium). No teste de viabilidade, foram semeadas cerca de 7x103 células em triplicata, para o tratamento de 4 concentrações com metformina. A citotoxidade da droga nessas células foi determinada pelo ensaio padrão por brometo de [3-(4,5-dimetiltiazol-2yl)-2,5-difenil tetrazolium (MTT). As placas foram lidas a 595 nm no espectofotômetro Spectramax M5 (Molecular Devices USA), e a porcentagem de inibição do crescimento celular foi determinada pela comparação da densidade celular das células tratadas com as de controle. Para as análises da expressão gênica, cerca de 750x103 células foram plaqueadas e submetidas ao tratamento com metformina com 3 concentrações distintas, determinadas pelo resultado obtido no teste de viabilidade (1,25mM, 10mM e 20mM). Após o tempo de exposição de tratamento (24h), as células foram submetidas à extração de RNA com o *kit* Power SYBR® Green Cells-to-CT™ (Thermo Fisher Scientific). Posteriormente, foram sintetizados DNA com o *kit* Super Script III First-Strand Synthesis Super Mix (Invitrogen®). Para análise dos níveis de expressão gênica, foram desenhados iniciadores para os genes que codificam as enzimas superóxido dismutase, catalase e heme oxigenase, bem como para o gene do controle endógeno (GAPDH), para utilização na técnica de PCR em tempo real. O teste de viabilidade para as 5 concentrações de metformina indicou mortalidade de, aproximadamente, 15,6% das células MDA-MB-231 tratadas com 1,25mM, 17,6% com 2,5mM, 33,8% com 5mM, 52,55% com 10mM e, por fim, 78% de mortalidade com a utilização de 20mM, demonstrando uma mortalidade dose-dependente. A partir da análise de

variância com um fator (one-way ANOVA), constatou-se que há comparação estatisticamente significativa entre o grupo de controle e as concentrações 1,25mM, 10mM e 20mM, utilizadas nos ensaios para análise da expressão de enzimas antioxidantes. Os resultados da qPCR demonstraram que não houve alteração significativa nos níveis de expressão gênica destas enzimas em relação ao controle, fato que pode estar relacionado com a menor produção de EROs nas células em decorrência da inibição do complexo I da cadeia transportadora de elétrons. Assim, os estudos que investigam a relação entre a metformina e o estresse oxidativo em linhagens de células carcinogênicas mamárias são escassos, por isso aponta-se a necessidade em ampliar o desenvolvimento de pesquisas que investigam essa relação.

Palavras-chave: MDA-MB-231. Expressão gênica. Neoplasia mamária.

UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

Thales Fernandes Bezerra - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
thales_fb@hotmail.com
Valquíria Gebhard de Aguiar - UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
valquiria.gebhard@gmail.com
Tânia Inessa Martins de Resende - UniCEUB, professora orientadora
tania.resende@ceub.edu.br

Os objetivos desta pesquisa desenvolveram-se em dois eixos: analisar como o processo de produção do Projeto Terapêutico Singular – PTS é desenvolvido em um CAPS II do Distrito Federal; verificar como a parceria do projeto de extensão PRISME com o CAPS pode ser utilizada para incrementar a implementação do PTS. Trata-se de uma pesquisa de metodologia qualitativa. A partir de entrevistas semiestruturadas, entrevistas narrativas e grupos focais, as informações qualitativas produzidas foram analisadas sob o embasamento metodológico da hermenêutica de profundidade. Entre os aspectos que precisam ser melhorados na construção do PTS, foram destacados: ser construído coletivamente, enfatizando a participação efetiva do frequentador; ser expandido e não se resumir a um cardápio de atividades ofertadas no CAPS, alcançando, de fato, o território existencial; ser regular, dinâmico e continuamente acompanhado. Entre as dificuldades para a produção do PTS, destacam-se a inclusão da rede na organização do PTS, de modo a englobar familiares e comunidade dos frequentadores, e de redes de apoio e outras instituições; a manutenção do acompanhamento e a revisão do PTS, que, até então, tem ocorrido de forma não sistematizada; o aprimoramento do PTS, de modo a ser articulado com os objetivos do tratamento e do cuidado. A partir dos resultados analisados, foram produzidas sugestões para aprimoramento do PTS no CAPS, com o apoio do PRISME: a criação de grupos abertos, de um grupo de mapeamento do território, de um grupo de cartão de crise e a proposta de sistematização do PTS.

Palavras-Chave: Projeto Terapêutico Singular. Saúde mental. Protagonismo.

UMA ANÁLISE CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVA DAS PRODUÇÕES SUBJETIVAS DE PESSOAS DIAGNOSTICADAS COM CÂNCER

Danielly Ferreira Lopes - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
danielly.lopes@sempreceub.com
Manoel Vítor Noleto Santos - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
manoel.vitor@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori - UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Este trabalho discute os aspectos subjetivos configurados na experiência de viver o câncer. As doenças crônicas mobilizam processos individuais e sociais com desdobramentos institucionais. A nova situação definida pelo diagnóstico pode mobilizar produções de sentidos subjetivos, relacionados ao medo, ao desamparo e, ao mesmo tempo, abrir possibilidades a novos caminhos. Neste contexto, com base no referencial da teoria da subjetividade, proposta por González Rey, esta pesquisa tem como objetivo geral estudar as configurações subjetivas de uma pessoa diagnosticada com câncer. Para tanto, foi utilizado o método construtivo-interpretativo, norteado pelos princípios da epistemologia qualitativa, que considera o desenvolvimento de conhecimento em seu âmbito singular e dialógico. O participante foi uma pessoa diagnosticada com câncer, em processo de tratamento. Nessa perspectiva, é importante compreender a experiência humana de forma complexa e singular assim como sua organização processual. Foi possível compreender que o diagnóstico de câncer não determina processos subjetivos, pois as implicações emergem na forma como é subjetivado o processo de adoecimento. Além disso, aspectos relacionados ao acolhimento dos profissionais de saúde, à forma como o participante se configura no contexto familiar e aos sentidos subjetivos gerados nesse processo foram fontes de recursos importantes para o desenvolvimento subjetivo no curso do tratamento. A categoria *configuração subjetiva* auxiliou a compreensão dos processos psicológicos da pessoa diante de situações difíceis. Portanto, a pesquisa abre um espaço para uma discussão complexa e multifatorial da qualidade dos processos humanos, valorizando a experiência singular do paciente com câncer.

Palavras-Chave: saúde. Subjetividade. Câncer.

USO DE PSICOTRÓPICOS POR UNIVERSITÁRIOS DA ÁREA DA SAÚDE: UM ESTUDO COMPARATIVO E QUALITATIVO

Luísa Jobim Santi - UniCEUB, PIC Voluntário, aluna voluntária
luisa.jobim@sempreceub.com
João Borges Esteves Tovani - UniCEUB, PIC Voluntário, aluno voluntário
johnny.tovani2@gmail.com
Eliana Mendonça Vilar Trindade - UniCEUB, professora orientadora
eliana.trindade@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem por objetivo realizar um levantamento e uma análise comparativa do padrão de uso de medicamentos e drogas de universitários de cursos da área da saúde do Centro Universitário de Brasília e efetuar uma análise qualitativa acerca das vivências subjetivas do uso de psicotrópicos pelos estudantes. Trata-se de um estudo transversal com triangulação de métodos quantitativo e qualitativo. A amostra da etapa quantitativa foi de 745 estudantes, de 15 a 70 anos, dos cursos de Psicologia, Medicina, Enfermagem, Nutrição e Fisioterapia. Empregou-se, para a coleta de dados, o questionário adaptado do "I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras". A qualitativa foi realizada mediante um grupo focal com oito estudantes, sendo 3 de Psicologia, 3 de Fisioterapia, 1 de Medicina e 1 de Enfermagem. Os resultados apontam que as substâncias psicotrópicas mais utilizadas pelos participantes são: álcool, produtos de tabaco, maconha, haxixe, *skank*, além de tranquilizantes e ansiolíticos. Além disso, em comparação com outros cursos, Psicologia liderou o usou drogas em geral, seguida de Nutrição e Medicina. A faixa etária que fez maior consumo recente de drogas é a dos 18 aos 24 anos, exceto em álcool, que é liderado por universitários acima de 35 anos. Percebeu-se o uso de drogas como meio de fuga em relação ao sofrimento psíquico e como forma de maximização do prazer. Além disso, o uso de psicotrópicos é tido como amálgama das relações interpessoais dos universitários, e um fator que aumenta seu consumo é o desejo de melhora no desempenho acadêmico.

Palavras-Chave: uso de psicotrópicos. Estudantes universitários. Saúde.

VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTO SOBRE CRENÇAS E HÁBITOS EM RELAÇÃO AO TABAGISMO

Stéphanie Baccin Fleck Silva - UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
stephanie.baccin@gmail.com
Marina Kohlsdorf - UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

Existem, aproximadamente, 18 milhões de fumantes no Brasil, entre jovens adultos e adolescentes, principalmente estudantes, vulneráveis ao vício. Esse hábito desencadeia uma série de doenças e complicações de saúde, por isso deve ser alvo de estudos e programas de prevenção. Nesse contexto, o objetivo do estudo é validar instrumentos sobre crenças e hábitos em relação ao tabagismo. Participaram da pesquisa 30 estudantes universitários, sendo 50% homens e 50% mulheres, 63,33% entre 22 e 25 anos, 60% entre o 7º e o 10º semestres; 66,66% iniciaram o hábito entre os 14 e os 17 anos. Os participantes responderam a um questionário com 80 itens para avaliação entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente), além de 3 questões de resposta aberta. Foram realizadas análises descritivas de média, desvio padrão e número, que permitiram concluir a forte relação do hábito dos universitários com a socialização e o consumo de bebidas alcoólicas, e como o hábito não aparenta prejudicar as atividades desempenhadas pelos participantes.

Palavras-Chave: instrumentos. Tabagismo. Estudantes universitários.

Apoio:





Realização:

